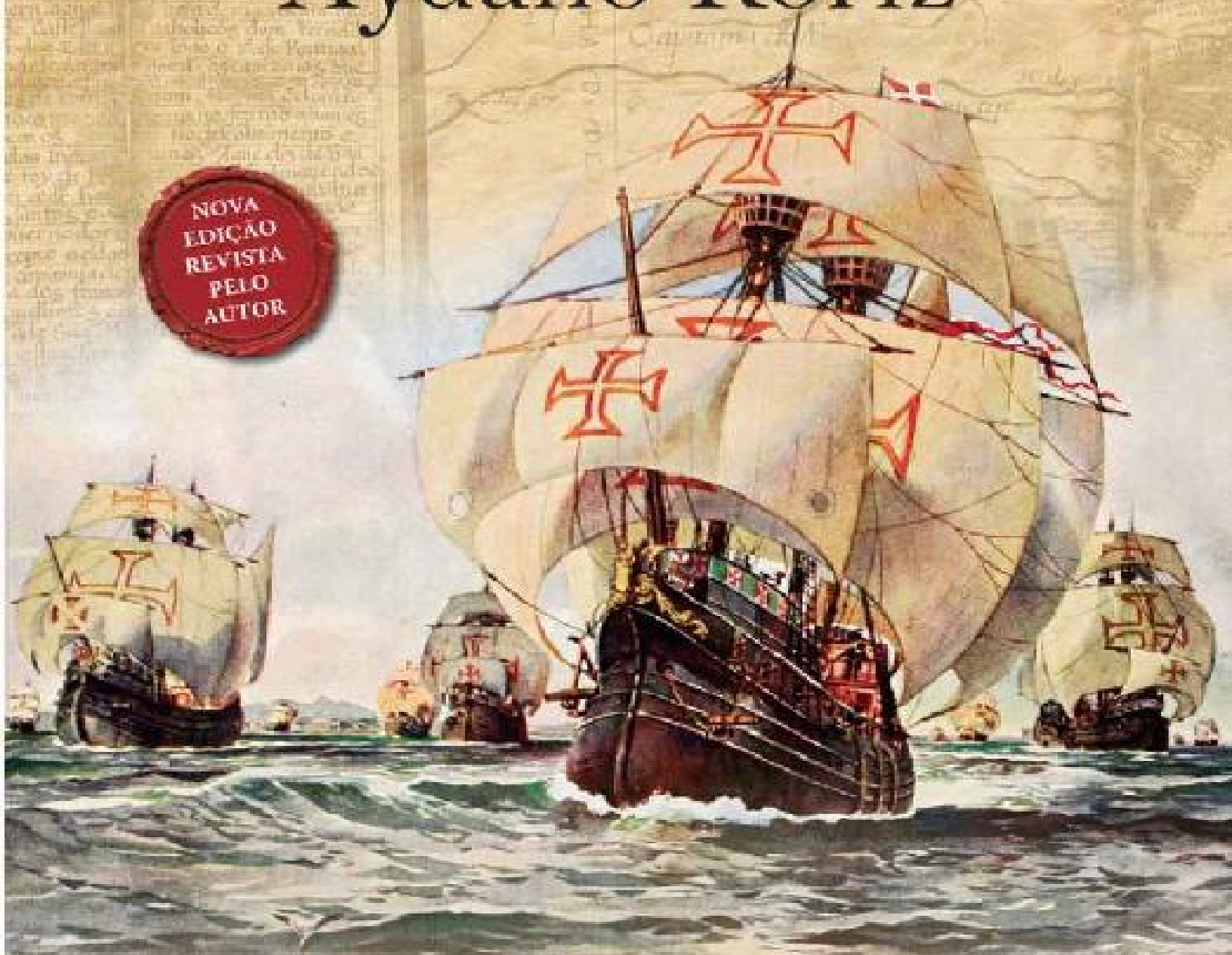


Aydano Roriz

NOVA
EDIÇÃO
REVISTA
PELO
AUTOR



O FUNDADOR

ROMANCE HISTÓRICO

Venturas e desventuras de Tomé de Sousa,
Caramuru e Garcia d'Ávila para fundar, na
Bahia, a primeira capital do Brasil

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

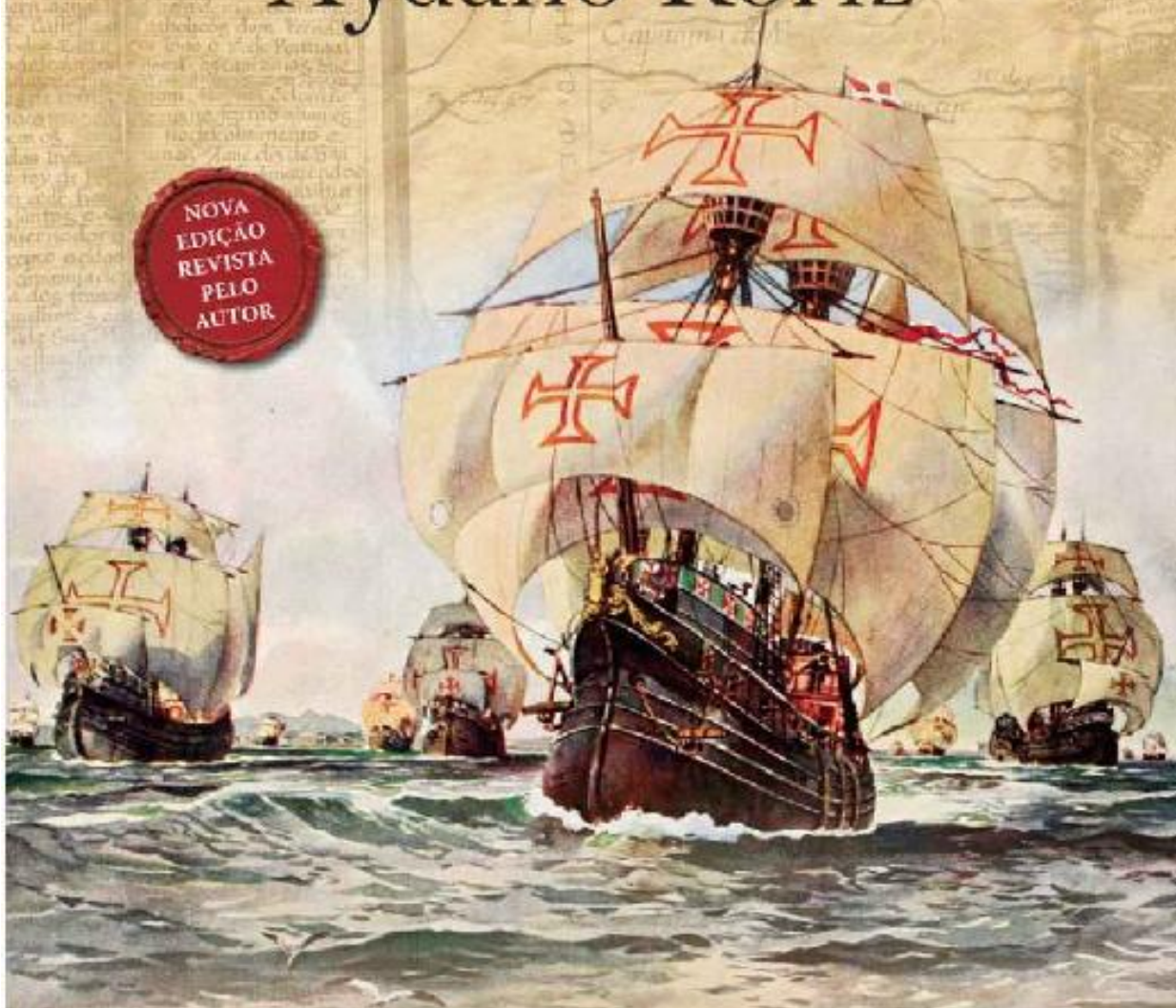
Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

Aydano Roriz

NOVA
EDIÇÃO
REVISTA
PELO
AUTOR



O FUNDADOR

ROMANCE HISTÓRICO

Venturas e desventuras de Tomé de Sousa,
Caramuru e Garcia d'Ávila para fundar, na
Bahia, a primeira capital do Brasil

O Fundador

Venturas e desventuras de Tomé de Sousa,

Caramuru e Garcia d'Ávila para fundar,

na Bahia a primeira capital do Brasil

Aydano Roriz

Copyright © Aydano Roriz, 2003, 2004, 2011, 2012

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PARA

Editora Europa

Diretor Executivo: Luiz Siqueira

Diretor Editorial: Roberto Araújo

Revisão de Texto: Cátia de Almeida

Edição de Arte e capa: Jeff Silva

Ilustração da capa: Roque Gameiro (1864-1935)

Ilustração das aberturas de capítulo: iStockphoto/Isabel da Silva Azevedo Drouyer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Roriz, Aydano

O Fundador: venturas e desventuras de Tomé de Sousa,
Caramuru e Garcia d'Ávila para fundar, na Bahia a primeira capital do Brasil /
Aydano Roriz, -- São Paulo : Editora Europa, 2011

ISBN 978-85-7960-085-2

1. Ficção : Literatura brasileira I. Título
11-04731 CDD-869.93

Índice para catálogo sistemático:

1. Ficção : Literatura brasileira 869.93

Sumário

Créditos

- Prólogo – Para entender a história
- Capítulo 1 – Emprego para os Parentes
- Capítulo 2 – Imprevisível destino
- Capítulo 3 – Adeus à Pátria
- Capítulo 4 – Encontro na África
- Capítulo 5 – Terras do Brasil
- Capítulo 6 – Cada terra com seus usos
- Capítulo 7 – Capitania da Bahia
- Capítulo 8 – Presente do chefe
- Capítulo 9 – O dia seguinte
- Capítulo 10 – Provérbio das Arábias
- Capítulo 11 – Férias no paraíso
- Capítulo 12 – Rio Vermelho
- Capítulo 13 – Lagoa do camarão
- Capítulo 14 – Encrenca das grossas
- Capítulo 15 – A grande desfeita
- Capítulo 16 – O melhor conselheiro
- Capítulo 17 – Hora de decisão
- Capítulo 18 – Palavras que movem moinhos
- Capítulo 19 – Casamento de mentira
- Capítulo 20 – Pecado no paraíso
- Capítulo 21 – Escravos para o bem do Brasil
- Capítulo 22 – Debite-se ao rei
- Capítulo 23 – El-rei banca tudo
- Capítulo 24 – Ménage à trois
- Capítulo 25 – Santa Inquisição
- Capítulo 26 – A capital do Brasil
- Capítulo 27 – Ordem de Cristo
- Capítulo 28 – Bem-vindo ao Brasil
- Capítulo 29 – Açúcar da Bahia
- Capítulo 30 – Tambarerê amby.

[Capítulo 31 – Melhorias para as gentes](#)
[Capítulo 32 – Escravos para a Igreja](#)
[Capítulo 33 – Branca para casar, negra...](#)
[Capítulo 34 – Pretos da Mina](#)
[Capítulo 35 – Contrabando de raparigas](#)
[Capítulo 36 – Judeu não assiste missa](#)
[Capítulo 37 – A relíquia sagrada](#)
[Capítulo 38 – Desagradável surpresa](#)
[Capítulo 39 – Novidades mexem com as pessoas](#)
[Capítulo 40 – Sardinha é peixe](#)
[Capítulo 41 – Nada de sexo](#)
[Capítulo 42 – Dúvida atroz](#)
[Capítulo 43 – O senhor bispo](#)
[Capítulo 44 – Hóspede inconveniente](#)
[Capítulo 45 – Enterro na Bahia](#)
[Capítulo 46 – São Jorge dos Ilhéus](#)
[Capítulo 47 – Morro do Conselho](#)
[Capítulo 48 – Porto Seguro](#)
[Capítulo 49 – A dama do rio](#)
[Capítulo 50 – Espírito Santo](#)
[Capítulo 51 – Gozo do Reverendíssimo](#)
[Capítulo 52 – O novo lar](#)
[Capítulo 53 – Porto dos Escravos](#)
[Capítulo 54 – Mulher nova](#)
[Capítulo 55 – Paranapiacaba](#)
[Capítulo 56 – Moça donzela dá trabalho](#)
[Capítulo 57 – Santo André](#)
[Capítulo 58 – Piratininga](#)
[Capítulo 59 – Lua de mel](#)
[Capítulo 60 – Grandes novidades](#)
[Capítulo 61 – A vocação de Jurucê](#)
[Capítulo 62 – Que dia!](#)
[Capítulo 63 – Dia de graça](#)
[Posfácio - Fim da história](#)
[Bibliografia](#)
[O Império Português no Século XVI](#)

Distribuição das Capitanias Hereditárias



Prólogo

Para entender a história

Não estava se mostrando fácil, para os reis de Portugal, fazer valer a posse das terras que haviam mandado descobrir no Atlântico Sul em 1500. Com a abertura do caminho marítimo para as Índias, eram bem poucos os súditos da Casa de Avis¹, ao menos súditos de escol, dispostos a trocarem o sonho de riqueza fácil no Oriente, pelo desbravamento de longitudes selvagens.

Mas, nem por isso, a Coroa deixara de mandar para a nova província expedições esporádicas, que preparavam cartas de navegação e portulanos, nos quais desenhavam o contorno da costa e batizavam ilhas, rios, cabos, baías e outros acidentes geográficos. Mesmo assim, por quase meio século, o Brasil era tido apenas como uma possessão a mais. Uma, no vasto colar de territórios que a Coroa de Portugal conquistara em três continentes, nos mais de setenta anos de insistentes tentativas, para descobrir uma rota marítima que permitisse o acesso português ao comércio de produtos exóticos da Ásia – tais como sedas, brocados, marfins e especiarias –, de alto valor na Europa.

Em todo o caso, não queriam perder as *Terras de Santa Cruz*. Até porque, embora ouro e prata não houvessem sido encontrados, concluíram que podiam levar daquela nova província valiosas peles de onça-pintada, aves de plumagem colorida e muita madeira nobre. Especialmente uma que, depois de triturada, misturada com água e fermentada, resultava num corante avermelhado muito bem-aceito nas tecelagens da Flandres².

Difícil era manter em segredo a origem daqueles artigos. E da boca de um marinheiro para outro, de uma taverna a outra, de um porto a outro, a notícia foi se espalhando. Espalhando-se e atraindo

para o Brasil contrabandistas portugueses e espanhóis, navios corsários e os chamados entrelopos – mercadores aventureiros franceses, que não tinham escrúpulo em afrontar o monopólio português assegurado pelo Papa.

1-Segunda dinastia a reinar em Portugal, a partir de 1385, em substituição à dinastia de Borgonha.

2-Região norte da atual Bélgica, onde se fala um dialeto holandês chamado flamengo. Suas principais cidades, Bruxelas e Antuérpia, eram consideradas, à época, uma das mais ricas da Europa.



Capítulo 1

Emprego para os parentes

A primavera seguia para o fim, encalorada. Em meio a pipios e ao alegre alvoroço das gaivotas, um barco pesqueiro preparava-se para atracar ao cais da Ribeira, bem aos pés do palácio. Num salão do segundo piso, com janelas abertas para a imensidão prateada do Rio Tejo, o Conselho Real estava reunido. O mês era maio. O ano, 1548.

Sentado à cabeceira da comprida mesa de carvalho, com a sua cara de monge e a expressão beata que lhe valera a alcunha de *o Piedoso*, o rei de Portugal afagou a volumosa barba negra e indagou com voz de confessorário:

– E quanto a tu, ó Castanheira?

António de Ataíde, o conde de Castanheira, despertou do torpor e empertigou-se. A longa explanação do conde de Vimioso sobre as festividades programadas para a temporada de verão, quando a corte se mudasse para Sintra, haviam-no entediado. Há quase trinta anos a serviço do rei, ainda não se habituara. Continuava considerando um despropósito discutir-se futilidades num Conselho Real.

– Receio que as novidades não sejam boas – falou em tom protocolar, atraindo as atenções para si. – Recebi mensagem daquele nosso jogral, infiltrado nos palácios da *Cité* de Paris. Segundo consta, Sereníssimo, os franceses estariam preparando uma nova investida contra o Brasil.

– Pelo sangue de Cristo! Não mo digas que vão começar com isso outra vez.

– Temo que sim – afiançou, apoiando com elegância as mãos entrelaçadas sobre a mesa. – A se crer no que diz o nosso espia, tão logo consigam sufocar a rebelião na Aquitânia, aquela causada pelo imposto do sal, devem voltar as atenções para a vossa província de Santa Cruz.

Dom João Terceiro, o terceiro João a sentar-se no trono português, girou no dedo o rico anel de diamantes que lhe mandara de presente o rajá de Narsinga, nas Índias, pensando que Castanheira parecia mesmo o arauto das más notícias. Novidade ruim era sempre ele quem trazia primeiro. E aquela falta de tato, aquela inapetência para fazer rodeios, aquele estilo direto, às vezes o aborreciam. De todo modo, tinha de reconhecer: o amigo era dos poucos que nunca lhe escondiam nada. Por isso confiava nele.

– E tu acreditas nisso, ó Castanheira?

– Acredito, Sereníssimo. Na verdade, penso que, se Vossa Majestade não tomar uma atitude decisiva, vamos acabar perdendo aquelas terras para o Henrique de França.

– Que se percam – retrucou o príncipe João Manuel, filho do rei, obrigado pelo pai a participar de algumas reuniões do Conselho, ainda que mal contasse onze anos. – Aquilo lá nunca nos rendeu coisa alguma.

– Não é bem assim, Alteza – argumentou o conselheiro em tom professoral, procurando mostrar-se tolerante com o jovem candidato a rei. – Com o pau-de-tinta tem-se ganho uns cem mil cruzados por ano. De Nova Lusitânia nos chega bastante açúcar à Casa das Índias¹. Algum de São Vicente, também.

– Bem pouco, se comparado com o que nos rendem as Índias – contrapôs Dom Francisco Portugal, o conde de Vimioso, camareiro-mor do pequeno príncipe, indo em socorro do herdeiro presumível do trono.

Ataíde perscrutou o estado de espírito do rei e, como lhe parecesse que o monarca estivesse apoiando os seus pontos de

vista, continuou:

– O lucro com as Índias, Dom Francisco, não vai durar para sempre. Se Vossa Graça se lembra, não é de hoje que falo nas reuniões do Conselho estarem os proveitos diminuindo, desde que os mercadores e financistas judeus começaram a fugir cá do Reino.

– Que o Henrique² não ouça tu falares isso – interpôs Dom João, em tom de blague.

O principelho emitiu sua risada atoleimada de menino *fraquito*, tão satirizada pelos cortesãos, e até mesmo pela criadagem, nas cavaliças e cozinhas do Paço.

– É verdade, Sereníssimo – aquiesceu Castanheira, aderindo ao gracejo real. – De todo modo, Vossa Majestade sabe melhor do que ninguém: os judeus são tão necessários a um país quanto os padeiros.

Com discretos gestos de cabeça, o *Piedoso* aprovava a intervenção.

– E com a fuga dos judeus mais abastados, por receio do Santo Ofício – continuou Castanheira – reduziu-se grandemente o comércio cá na Metrópole. Em decorrência, caíram as rendas do Tesouro. Resultado: estamos a dever mais de dois milhões de cruzados. Oitocentos mil, só de juros atrasados.

– Ora Castanheira! – replicou irritadiço o monarca, fincando os cotovelos na mesa, para melhor apoiar o queixo com os punhos. – Não carece que me lembres isso a cada dia. Como vedor da Fazenda, sabes muito bem que herdei um tesouro arruinado. Sabes que tivemos secas tremendas. Que sofremos a pestilência e até um terremoto em Lisboa.

– Naturalmente, Sereníssimo – aquiesceu o conde, com um gesto entre cortês e humilde, como se pedisse desculpas. – Mas é fato que o povo sofre. Gentes estão a morrer de fome pelo Reino inteiro.

– O que queres que eu faça, ó Castanheira? – retrucou o rei, reassumindo o seu ar de monge. – Cada um nasce onde ao Senhor

Deus apraz. Sempre houve quem morresse de fome no mundo. Sempre haverá. É a sina do povo.

– Muita verdade, Majestade. Só não posso cá esquecer, como diz aquele velho ditado, que o homem propõe e Deus dispõe. E não me parece que o Criador se compraza em ver gentes morrendo de fome. São filhos Dele também.

– Onde queres chegar? – atalhou o *Piedoso*, carregado de pecados inconfessáveis, sempre temente de novos castigos divinos. Em vinte e três anos de casado, já perdera seis filhos legítimos, afora o bastardo Dom Duarte, nascido antes do casamento com Dona Catarina, a quem ele fizera arcebispo de Braga aos vinte e um anos.

– Que sei eu, meu senhor! Mas penso que o Brasil poderia ser a solução. Se colonizásseis de verdade aquela vossa conquista, poderíeis dar um trato de terra para as gentes desamparadas pela sorte, e colher muito açúcar.

O rei esboçou um pálido sorriso cúmplice. Adorava que lhe chamassem as novas terras como *sua conquista*. Encorajado, Castanheira prosseguiu. Defendeu que, pagando vinte e cinco por cento de juros anuais e uma dívida equivalente a mais de dois anos de receitas, o déficit do Tesouro era como uma bola de neve rolando serra abaixo: só aumentava. Urgia encontrar novas fontes de receita para o Reino.

– E aqueles empréstimos compulsórios que me induziste decretar? – espicçou o rei, com um sorriso irônico.

– Têm ajudado, Sereníssimo. Não resolvem o problema, todavia – alegou Castanheira algo constrangido, uma vez que ele próprio, como todos os nobres, havia sido dispensado de fazer os tais empréstimos. – Já o Brasil...

– Brasil... Ora o Brasil! – interrompeu o rei, um tom mais alto. – Não mandamos para lá o Martim Afonso? Não gastamos trezentos mil cruzados com a expedição dele? O que adiantou? Dinheiro jogado fora, isso sim!

– Concordo, Sereníssimo. Mas lá se vão quinze anos! Agora, o fato é que os franceses estão se mexendo outra vez. Infelizmente,

acredito: se Vossa Majestade não tomar medidas rigorosas, correis o risco de perder Santa Cruz.

E se colocando na ponta do assento, para ficar mais próximo à mesa, o conselheiro argumentou que era preciso povoar de verdade aquela colônia. Que urgia levar para o Brasil o poder real: a justiça, os impostos e a força das armas.

– O que é preciso, se Vossa Majestade me permite a ousadia – concluiu o raciocínio Ataíde –, é ser não apenas o senhor de direito, mas também o senhor de fato daquela vossa conquista. Única maneira que vejo de manter os franceses longe do Brasil.

O rei cruzou as mãos por cima do ventre rechonchudo e ficou girando os polegares, ora num sentido, ora no outro.

– Verdade seja, ó Castanheira, não és o primeiro a mo dizer isso – assentiu Dom João, melancólico. – O Diogo de Gouveia, quando era reitor na Universidade de Paris, sugeriu o mesmo. Mas o que se há de fazer! Volta e meia não estamos dando combate aos corsários? Não já mandei umas tantas missivas e protestos para o Francisco de França, e agora para o herdeiro dele? Não firmei tratados? Não me comprometi a pagar dez mil cruzados ao capitão-mor da armada de França, para que ele próprio combatesse os piratas da Bretanha e da Normandia? Não até comprei a carta de corso, que o rei de França deu ao Jean Angot?

O caso acontecera no mesmo ano em que Martim Afonso fora mandado para iniciar a colonização do Brasil. De modo a evitar confrontos com a França, o rei de Portugal se submetera a pagar quatro mil ducados de ouro, para que Jean Angot, visconde de Dieppe, parasse de roubar pau-de-tinta das Terras de Santa Cruz. Mas também... Jean Angot era mesmo poderoso! Dono de mais de cem navios, o riquíssimo visconde francês ficara indignado com a morte, pelos portugueses, de homens seus no Brasil. Em represália, ameaçara bloquear o porto de Lisboa e declarar, em pessoa, guerra a Portugal.

– Não já dividi aquelas terras – continuou o rei – do mesmo modo que dividimos os Açores e a Madeira? Está bem. Concordo que as rusgas entre os capitães donatários, colonos e nativos estão cá a me enfadar um tanto. Concordo que o contrabando me doe na bolsa. Mas Portugal precisa é de ouro, Castanheira! Ou de mercancias que possa trocar por ouro. Terra temos de sobra. Tanto no Algarve, quanto em África e nas Índias.

– Se me permitis, Sereníssimo – ajuntou o conselheiro, com inflexão de voz especialmente respeitosa. – A terra do Algarve não é boa. As Índias, como Vossa Majestade sempre diz, têm-se mostrado um sumidouro de gentes e de dinheiros. Em África, os mouros não nos dão sossego. Anos atrás o meu senhor não decidiu até abandonar as praças-fortes de Arzila e Alcácer-Ceguer, por ser muito caro mantê-las? Então... É certo que as tais capitánias hereditárias não foram bem-sucedidas no Brasil. Das quinze, apenas duas rendem alguma cousa. Mas Vossa Majestade sabe por quê? Na opinião deste vosso humilde conselheiro, porque o Brasil não é o arquipélago dos Açores, muito menos o da Madeira. É uma terra tão grande, que é quase impossível guardá-la. Tão longe, que muitos dos donatários nem para lá foram, e os que foram sentiram-se desamparados.

– Perdoai-me, Vossa Graça, mas isto não me parece justo – reagiu Alcáçova Carneiro, o velho secretário-geral do Reino. – Então alguns capitães não levaram para Santa Cruz esquadras bem apetrechadas, colonos e artífices? Não, o problema não é esse, senhor conde. O problema é que aquilo lá é uma terra selvagem. Os gentios *brasis* não até comeram o Francisco Coutinho!

– Todos sentimos muito a morte do teu amigo Coutinho, ó Carneiro – rebateu Castanheira, irritado. – Já morreu-se e morre-se muito em África, e nas Índias, também. Isso não invalida o fato de que não seria nada bom perder o Brasil.

– Não sei por quê? – voltou a refutar com sarcasmo o pequeno príncipe, quase recém-saído da Sala dos Brinquedos para o Salão do Conselho.

– Por uma razão muito simples, Alteza – pontificou Castanheira, forçando-se à serenidade. – Espanha está enriquecendo com o ouro

e a prata do Novo Mundo. Em torno do Brasil, já edificaram várias cidades.

– Cidades... – ironizou o jovem herdeiro. – Bem imagino!

– Cidades, sim, Dom João Manuel. Não as conheço, evidentemente, mas dizem que Assunção, Buenos Aires, Santiago e Lima crescem a olhos vistos. E tem mais! Como o Vimioso talvez não vos tenha dito, sabeis que o senhor vosso tio, o imperador Carlos Quinto, já criou bispados em Cuzco e Assunção, e até nomeou um arcebispo para Lima. E já que Sua Majestade Imperial não dá ponto sem nó... Não é à toa que conseguiu se fazer senhor do Sacro Império Romano-Germânico... Isso parece sugerir que deva ter planos grandiosos para o Novo Mundo.

Os cenhos crispavam-se. A despeito das terras e riquezas obtidas com a descoberta do caminho marítimo para as Índias; a despeito do rei de Portugal e o imperador Carlos Quinto serem duplamente cunhados; a despeito dos estreitos laços de parentesco que ligavam as famílias reais de Portugal e Espanha; os portugueses continuavam numa situação bem pouco cômoda. Somavam pouco mais de um milhão de almas, vivendo num território pequeno, de poucos recursos naturais, com fronteiras unicamente com o mar e com a Espanha. O mesmo problema de fronteiras que, ironicamente, se repetia no Brasil.

No Conselho, fez-se aquele silêncio constrangedor, de quando verdades irrefutáveis são ditas e perfeitamente com-preendidas pela audiência. Esforçando-se para disfarçar o tom de vitória, o conde de Castanheira continuou:

– Não creio que a prata esteja só no Peru. No Brasil deve haver muita prata, também. Ouro, talvez. É só uma questão de chegarmos aos sítios certos – arriscou, dirigindo o olhar para a cabeceira da mesa. – E se nada for feito, Majestade, correis o risco de acabar perdendo essas riquezas para a Espanha ou para a França. Mais dia, menos dia, Henrique de França invade e depois reivindica o Brasil para a sua Coroa. E nós não somos páreo para

ele na Santa Sé. Vossa Majestade não pode esquecer que Henrique de França é casado com Catarina de Médici.

A citação sobre a Santa Sé abateu ainda mais os ânimos. Sem o aval da Igreja, nenhuma decisão importante era considerada válida nos reinos da Europa. E o papa Paulo Terceiro, que havia sido educado em Florença sob a proteção dos poderosos Médici, decerto não iria se colocar contra estes, tão intimamente ligados ao rei de França, em caso de uma disputa diplomática com Portugal.

– O que tu sugeres, ó Castanheira? – quebrou o silêncio Dom João, sentindo-se cansado de ser rei. Desde que o pai, *o Venturoso*, morrera vinte e oito anos antes, praticamente só havia sobrado para ele a administração de crises, uma atrás da outra, e sempre com o tesouro periclitando.

– O que eu sugiro? Bem... Penso que Vossa Majestade deveria nomear um governador-geral para o Brasil.

– Mas eu não já fiz isso com o Cristóvão Jacques, e o homem cometeu tantos desatinos que tive de voltar atrás!

– O desacerto, se me permitis, Sereníssimo, talvez tenha sido terdes dado a Dom Cristóvão a concessão do comércio de pau-de-tinta. Penso em alguém de feitio completamente diferente. Não em mercadores, como o Fernando de Noronha ou o Cristóvão Jacques. Penso num tenente de Vossa Majestade. Alguém laborioso, para construir uma cidade fortificada, a meio caminho entre Nova Lusitânia e São Vicente. Alguém leal e de pulso forte, que possa instaurar a ordem, fiscalizar, gerar receitas para o Tesouro.

– Quiçá, o teu primo Martim Afonso... – ironizou o príncipe herdeiro.

– Por que não? – retrucou Castanheira, sem conseguir ocultar de todo a vontade que sentia de dar uns safanões naquele fedelho insolente, que vira nascer e carregara ao colo. – É um grande soldado. Um homem que já provou, por mais de uma vez, seu valor e sua fidelidade à Coroa.

– Esse não – atalhou o rei, varrendo a sugestão com um gesto, num tom de voz que proibia réplica. – Martim Afonso é ambicioso demais. Não quero mais o serviço dele.

– Por que não o Duarte Coelho? – propôs o conde de Almeirim, padrinho de Manoel de Moura, o escrivão do Paço Real, concunhado do donatário de Pernambuco. – Já está por lá mesmo...

– Um excelente nome – contrapôs Castanheira, fazendo o jogo da falsa concórdia. – Não creio, todavia, que ele aceite. Na última missiva que escreveu à Sua Majestade... Então, naquela carta, Duarte Coelho fez lá as suas queixas de praxe, mas mostrou-se realizado. Disse que conseguiu afastar os corsários, apaziguar os gentios, está indo bem na Nova Lusitânia³ dele. Entrado nos sessenta anos, receio que não tenha grande disposição para novas empreitadas.

– Quem, então? – inquiriu o rei, cofiando pensativo a bem-apanhada e volumosa barba negra, que ajudava a compor a sua cara de monge. – Se é para ser governador-geral, se é para construir uma cidade, é preciso que seja um administrador competente.

– Muita verdade, Sereníssimo. Mas para bem representar Vossa Majestade, carece, igualmente, ser um homem bom e justo – bajulou o camareiro-mor do príncipe herdeiro.

– Concordo, ó Vimioso – assentiu o monarca, coçando o ouvido. – Mas seria bom que fosse de temperamento humilde e não por demais ambicioso. Do contrário, acabaria desejando ser vice-rei. E de vice-reis... Pelos santos óleos!... Bastam-me os das Índias. A pior das heranças que o senhor meu pai me legou!

Todos sorriram, em consideração ao real bom humor.

– Bem pensado, João – emendou Dom Luís, irmão mais novo do rei, que exercia forte influência na corte, a despeito do comportamento discreto e pouco dado a intrigas. – Mas, face às... às ameaças de França, é preciso que o tal homem seja um bom comandante militar.

– Naturalmente, meu bom irmão. Difícil é encontrar cá no Reino gente assim. Algum dos senhores se candidata? Algum dos meus nobres e fiéis conselheiros gostaria de ir governar a *Terra dos Papagaios*? – E sorrindo do próprio dito espirituoso: – Digo, essa província aí... o Brasil?

Ninguém se manifestou.

– Se me permitis – recobrou a palavra António de Ataíde, com artificiosa humildade. – Conheço um bom homem, que tem o perfil que o meu senhor cá está a exigir.

– De quem estás a falar, ó Castanheira?

– Vossa Majestade também o conhece. Chamaram-nos às armas, juntos. Tomé de Sousa, Sereníssimo!

Dom João recordava qualquer coisa. No Marrocos, uns vinte anos antes, numa batalha contra os mouros, o tal Tomé havia-se destacado por bravura. Mais tarde, em Arzila, de novo saíra-se com brilhantismo. Mandado para uma difícil missão em Cochin, nas Índias, fizera um excelente serviço. No regresso à Metrópole, por influência de Castanheira, havia galgado o primeiro degrau da fidalguia. Recebera da Coroa uma propriedade rural em Entre-Douro-e-Minho e, como senhor de terras, passara a fazer jus ao título honorífico de Dom. Dom Tomé de Sousa.

– Bem lembrado, ó Castanheira – elogiou o rei, dando dois tapinhas no tampo da mesa. – Se ninguém tem algo contra... Manda chamar o homem. Teu parente, pois não?

– Um primo bastardo, Sereníssimo – assentiu o invejado conselheiro, sem conseguir ocultar um sorriso vitorioso.

1-Espécie de alfândega e entreposto mercantil, sediado em Lisboa, para assegurar o monopólio real do comércio exterior. Por lá passavam todas as mercadorias provenientes do além-mar. A Casa das Índias as comercializava a preço predeterminado, retendo 30% do valor.

2-Dom Henrique, irmão do rei, arcebispo de Évora e inquisidor geral do Reino.

3-As venturas e desventuras de Duarte Coelho, para erigir nos trópicos a capitania hereditária de Pernambuco, foram contadas no romance histórico Nova Lusitânia, do mesmo autor deste livro.



Capítulo 2

Imprevisível destino

No aposento pequeno e austero, de paredes e piso de pedra, teto de madeira rústica, raros móveis e adornos inexistentes, o senhor das terras recebeu o criado de pé e não o convidou a sentar-se. O rapaz tirou o barrete de pano e inclinou a cabeça no cumprimento habitual. Dom Tomé de Sousa cruzou os braços atrás das costas. O arquear das sobrancelhas, emprestavam-lhe certo ar que bem poderia ser tomado por soberba. Não era muito alto, nem muito baixo. Contudo, gozando o *dolce far niente* do campo há uns dez anos, o ventre mostrava-se um tantinho pronunciado.

– El-rei – iniciou o fidalgo sem rodeios – houve por bem nomear-me governador-geral das Terras do Brasil.

– Nas Índias, senhor? – questionou o moço, sem conter o entusiasmo. As Índias eram o sonho dele, e de nove entre dez jovens de Portugal.

– Não. O Brasil é uma terra nova, que Dom Manuel, o pai de Dom João, mandou descobrir do outro lado do Mar Oceano. É a terra dos papagaios, e daquele pau-de-tinta que se usa para encarnar tecidos.

– O que dá aquele pó avermelhado, senhor?

– Aquele mesmo. É feito de uma árvore, também chamada de pau-brasil.

– Pau-brasil... – reticenciou, mexendo a cabeça. – Penso que já entendi. É por isso que o nome das terras é Brasil?

Conquanto gozasse da fama de homem sisudo, de poucas palavras, Dom Tomé não conseguiu se furtar a ensaiar um sorriso. Não era à toa que a esposa, Dona Maria, e a filha Helena, elogiavam tanto o tal Garcia d'Ávila. O rapaz era mesmo perspicaz.

– Creio que não. Pelo que sei, muito antes de se descobrir essas terras novas, o pau-brasil, ou *bois rouge*, como dizem os franceses, já era conhecido nas tecelagens da Normandia. Mas isso não vem ao caso – interrompeu a dissertação, caminhando até o aparador para servir-se de uma taça de vinho. – O que importa é que eu estou de partida para o Brasil. El-rei confiou-me um serviço dele. Mandou-me construir uma fortaleza. Uma cidade fortificada.

– Uma cidade inteira, meu senhor, assim como Póvoa de Varzim?

– Mais ou menos. Uma cidade grande e bem guardada, para ser a sede do governo-geral da colônia.

– Que grande serviço! Que Nosso Senhor Deus auxilie e proteja Vosmecê.

O fidalgo tomou um gole do vinho. Depois passou uma das mãos pela barba espessa e torceu a ponta dos bigodes.

– Mas não é só a cidade. Tenho outras tarefas a cumprir. El-rei mandou-me explorar a costa, dar perseguição aos corsários... Muito serviço. Daí estar a precisar de gente trabalhadora e de honradez.

– Existe muita gente assim, senhor.

– Eu sei – assentiu, voltando a regar a garganta com o vinho do porto, que costumava bebericar entre uma refeição e outra. – A questão é que el-rei está mandando muita gente graúda comigo. O provedor-mor, um ouvidor, o tesoureiro da Fazenda, escrivães, meirinhos, oficiais de armas... Gente que não conheço. Preciso de alguém da minha confiança. Gente que queira servir a el-rei e a mim.

– Se o meu senhor confiar-me o serviço... – apressou-se em propor Garcia, com um sorriso tímido.

– É o que eu estava cá a pensar – admitiu, coçando as brotoejas do pescoço, por baixo da barba farta. – És judeu, meu rapaz?

– Deus me livre, senhor.

– Cristão-novo?

Garcia fez cara de quem não entendeu.

– Cristão-novo, marrano, judeu convertido...

– De jeito nenhum, senhor.

– Isso é bom. Já tenho problemas de sobra. Diz-me cá. A minha filha, a menina Dona Helena, contou-me que sabes escrever. Verdade? Sabes também fazer as contas?

– Sei um pouco, sim, senhor.

– Já tiveste essa febre aí, a tal da bexiga?

– Graças a Deus, não, senhor.

– E a boub¹?

– Não, meu senhor.

Perguntou se Garcia era casado ou se vivia amancebado. E diante da negativa:

– Uma pena. Careço povoar aquelas terras. Mas não há de ser nada. Dizem que entre os gentios de lá, existem raparigas bem fornidas e de muito bom parecer.

O rapaz sorriu. Para sua surpresa, o fidalgo parecia daquela vez mais simpático do que sempre sugerira a sua grave figura. Naturalmente, precisava ser tratado com a distância e a reverência devidas. Contudo, de certa maneira, dava para se sentir algo à vontade em presença dele.

– Prepara-te então. Tens indicação de alguém para cuidar dos teus afazeres cá na quinta?

– Assim de estalo, não, senhor. Mas não há de faltar.

– Encontra, então, e mo traze – concluiu o amo, se pondo de costas e caminhando em direção ao aparador, para servir-se de mais vinho. – Deveremos estar de partida no início do ano que vem. Por enquanto é só. Podes ir.

¹-Sífilis e, por extensão, doenças venéreas em geral.



Capítulo 3

Adeus à pátria

Era madrugada de sexta-feira, 1º de fevereiro de 1549. Fazia frio. Há pouco haviam levantado âncoras ao largo da praia do Restelo, a meia légua de Lisboa. O grande porto, a Ribeira das Naus, aos pés do Paço, encontrava-se assoreado. Embarcações pesadas corriam o risco de encalhar. Agora, com velas enfunadas por ventos de feição, os sete navios singravam a foz do Tejo, para adentrar no Mar Oceano.

Da amurada do castelo de proa da nau *Conceição*, a capitânia, Garcia d'Ávila observava fascinado a movimentação a bordo. O corre-corre dos mareantes para seguir as ordens gritadas pelo contramestre; o empurra-empurra das gentes de armas demarcando seu espaço; o entra e sai de colonos pelas escotilhas da entrecoberta; o incessante movimento no convés. Aquilo tudo era uma experiência nova. Distração envolvente para quem, como ele, vivia no campo, em terras de cortiça e olival. Em todo o caso, estava ali como criado do capitão-mor da flotilha e futuro governador do Brasil. Tinha obrigações a cumprir. E friccionando os braços para espantar o frio, balançando um pouco por conta do entrechoque do navio com as ondas marinheiras¹, o rapaz desceu as escadinhas do castelo de proa e caminhou em direção ao grande camarote.

Era ali, no extremo oposto, pouco acima do leme, que iriam se alojar – sabe-se lá por quanto tempo – o governador, os outros dois

fidalgos e mais o vigário designado para a futura cidade: o padre Manuel Lourenço.

A instalação ocupava toda a largura e talvez um quinto do comprimento da nau. Compreendia quatro pequenas cabinas de madeira, enfileiradas aos pares ao longo do corredor, com um recinto maior ao fundo. Um espaço com mesa para refeições, envidraçado na parte de trás por retângulos de vidro encaixilhados em delicados filetes de chumbo. E a um canto, em especial consideração às esposas dos dois fidalgos que viajavam com Dom Tomé, fora mandado construir o *quartinho e necessária*. Em outras palavras, um cubículo avançado, equipado com privada, aberta diretamente para o mar.

Enquanto pendurava algumas roupas do senhor e arrumava-lhe o catre, Garcia ouviu mulheres a cochichar. Tratou de apurar o ouvido.

– É preciso cuidado com esse tal de Sousa – maliciava baixinho uma. – Não é mesmo que teve a coragem de partir sem os padres da Companhia de Jesus!

– Eles se atrasaram, Mariinha – apartou outra voz feminina. – Não podíamos perder a maré alta. Dom Tomé deixou a nau *Salvador* esperando por eles. Partem com a próxima preamar.

– Hum!... Eu é que não confio nesse homem. Um bastardo, minha querida. Um bastardo! Falam até que é filho de padre.

– Quiçá não. Diz o senhor meu marido só ter escutado falar boas cousas dele.

Garcia afastou-se discretamente e saiu para o convés. Bem que o senhor lhe havia prevenido. Das mais de mil e quinhentas pessoas que estavam seguindo com eles para o Brasil, trezentas e vinte iam recebendo ordenado, e nenhuma fora contratada por Dom Tomé. O conde de Castanheira conseguira fazer do primo governador-geral. Os demais conselheiros do rei, nomearam-lhe os auxiliares. Pêro Borges, por exemplo, marido de uma daquelas senhoras, que iria fazer justiça como ouvidor, fora indicado pelo conde de Vimioso. Pedro Ferreira, marido da outra, apadrinhado por Alcáçova Carneiro, secretário-geral do Reino, seria o tesoureiro da Fazenda. Mas estes

eram apenas dois dos altos-comissários. Ao todo, a comitiva somava mais de mil e quinhentas almas. Não obstante, gente de confiança do governador só havia ele: Garcia d'Ávila. Não era de mexer com os brios?

Dirigiu-se à amurada do castelo de popa, onde Tomé de Sousa acabava de desejar boas-noites ao padre e aos dois fidalgos. Todos se haviam postado ali, apreciando as manobras do piloto para vencer as ondas do antigamente chamado Mar Tenebroso.

– Vim ver se o meu senhor carece de alguma coisa.

– Preciso não, meu rapaz. Ainda custa a amanhecer. Logo mais vou-me recolher para descansar um pouco. Tu já arranjaste tudo lá embaixo, pois não?

– Dentro dos possíveis, está tudo arrumado, meu senhor.

– Ótimo. Trata de te recolher, então. Conseguiste um lugar para ti?

– Consegui, meu senhor. Boca, o cozinheiro, deixou que eu me acomodasse na despensa dele.

– Só não me vás furtar coisa alguma, rapaz. Lembra-te que estão todos de olho em ti.

– Furtar! Deus me livre, senhor. Prefiro morrer de fome.

– Melhor assim. Podes ir, então. Em precisando de ti, mando-te chamar.

Garcia fez um cumprimento com a cabeça e ia se retirando. Súbito pareceu mudar de ideia e voltou sobre os próprios passos.

– Dom Tomé... Sabes aquelas duas senhoras, as esposas de Dom Pedro e de Dom Pêro?

– Naturalmente. O que houve com as senhoras?

– Uma estava falando mal do meu senhor.

– Assim, logo no início da viagem!

– Verdade seja, só uma falou mal. A mais velha. Dona Mariinha. A outra até defendeu Vosmecê. Sabes o que ela estava falando? Que o senhor era filho de padre.

– Futricas de mulher, não me contes – recriminou, com um gesto de impaciência. – Tenho pavor a isso. É como te disse, rapaz: essas

gentes da corte não são como em Póvoa de Varzim. É preciso tomar cuidado. Mas não quero saber de futricas. Só me traze o que julgares realmente importante e necessário.

– Como queiras, meu senhor.

– Boa noite, então. Podes ir.

1-Ondas altas, habituais em enchentes ou vazantes da maré.



Capítulo 4 Encontro na África

Quinze dias mais tarde, na escala para reabastecimento de água e víveres na Ilha do Sal, em Cabo Verde, foram alcançados pela nau *Salvador*, comandada por Dom António Cardoso de Barros. Este, que mesmo donatário do Ceará nunca lá pisara, seguia agora para o Brasil como provedor-mor. Em certa medida, o responsável pela economia da colônia inteira. Idiossincrasias da corte!

Dom Tomé arrumou-se com apuro para receber a ele e aos padres que, por se atrasarem na saída de Lisboa, vieram na *Salvador*. Decepcionou-se um pouco. Ao provedor-mor ele já havia sido apresentado no Paço. Aos outros não conhecia, e nem imaginava que o fundador da Companhia de Jesus em Portugal pudesse ser tão jovem. Muito menos que andasse vestido com tamanha simplicidade. De fato, sua figura magra e a baixa estatura não faziam dele um homem a quem se reparasse. Parecia-se mais a um desses rapazes de cara anônima e tipo comum, que cruzam os nossos caminhos sem serem notados.

– Seja bem-vindo, Cardoso de Barros; seja bem-vindo, padre-mestre – cumprimentou, dirigindo-se ao jesuíta com um gesto largo de cortesia. – Sou o vosso irmão em Cristo, Tomé de Sousa. Permite-me apresentá-lo a Dom Pêro Borges, nosso ouvidor-geral, e à sua senhora, Dona Mariinha. A Dom Pedro Ferreira, tesoureiro da Fazenda, e à sua senhora, Dona Anastácia. E ao capelão desta nau, o padre Manuel Lourenço, futuro vigário da cidade que vamos construir nas Terras do Brasil.

Cavalheiros e senhoras fizeram as medidas de praxe. Suando em bicas na sua batina negra sob o sol da África, o jovem jesuíta fez as reverências devidas e sorriu acanhado.

– Muita satisfação, minhas senhoras e meus senhores. Mas o padre-mestre Simão Rodrigues não pôde vir. Mandou-me em seu lugar. Sou Manuel da Nóbrega. – E apontando com a mão: – Estes são os padres João Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes e António Pires. E aqueles ali, os nossos irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues.

– Bem-vindos, de qualquer modo – contemporizou o capitão-mor, ligeiramente desconcertado. – Mas vem, ó Cardoso de Barros. Vem, padre-mestre. Vamos sair deste sol. É uma pena não podermos alojar a todos no grande camarote. Mas ao menos o senhor, padre-mestre, podias dividir a cabina com o capelão e viajar com um pouco mais de conforto.

– Seria um prazer – completou o padre Lourenço, mentindo generosamente. Ele também ficara desapontado ao ver Manuel da Nóbrega. Tivesse quebrado seus votos mais cedo, talvez tivesse um filho da idade do jesuíta.

– Eu cá não sou o padre-mestre, meus senhores – insistiu Nóbrega, tirando o chapelão preto e passando a mão pelos cabelos encharcados de suor. – Sou apenas um padre. E agradeceria se vossas mercês não se preocupassem comigo. Prefiro prosseguir viagem na nau *Salvador* mesmo. Só gostaria, se o senhor capitão concordar, de distribuir os meus irmãos pelos outros navios. Assim, propagaríamos melhor as bênçãos do Senhor.

– Perfeitamente – concordou Tomé de Sousa, ligeiramente aborrecido. – Se é o que o reverendo deseja...

– Por falar nisso – continuou Manuel da Nóbrega –, não é cá nesta vossa nau, senhor capitão, que estão a viajar os meninos da Casa dos Órfãos de Lisboa?

– Sim. Estão conosco na *Conceição* oito desses meninos.

– Então... Se permitires, gostaria de transferi-los para a *Salvador*. Apreciaria muito ficar alojado com eles. Disseram-me que lá nas Terras do Brasil os gentios andam nus, em sua inocência.

Precisamos preparar o espírito dos miúdos. Vosmecê não acha também, senhor vigário?

O padre Manuel Lourenço concordou sem convicção. Para ele, tanto se lhe dava. Cinquentenário não era de hoje, decididamente não viajava de boa vontade. Se estava ali, era unicamente por força das circunstâncias. Por conta de um acidente, por assim dizer. Cura de uma pequena aldeia nas faldas da Serra da Estrela, a assistência especial que dava a certa viúva fora denunciada ao bispo de Guarda, a quem estava subordinado. Chamado à sede da diocese e inquirido, não fora possível alegar inocência. A delatora, uma solteirona corroída por ciúmes, havia sido, ela própria, muito mais que uma paroquiana para ele. O imbróglio resultara na transferência para o Brasil. Ou degredo, no entender dos que conheciam melhor o caso.

A partir de Cabo Verde os dias custavam mais a passar. O sol nascia, o sol se punha, e a rotina recomeçava. Apenas céu, mar, um ou outro relâmpago, chuva vez em quando e o rangido lastimoso das vergas nos mastros. De tanto em tanto tempo, com uma ampulheta na mão, o contramestre lançava ao mar um pequeno barco, atado a uma corda cheia de nós a intervalos regulares. Era assim que mediam a velocidade de deslocamento da nau.

– A quantas andamos? – questionou Tomé de Sousa.

O contramestre contou num lance de olhos os nós da corda, consultou a ampulheta e fez mentalmente as contas.

– Seis nós¹, capitão.

Só muito raramente, um espadarte, saltando imponente das águas, ou a visão ao longe de uma baleia quebrava o enfadonho ramerrão diário. O que mudava de fato eram as estrelas que se viam à noite no céu e a qualidade da água de beber. Armazenada em pipas de madeira, ia ganhando cheiro de alcatrão e se tornando mais e mais intragável.

– Fu!... Isso lá é coisa que se beba, Boca! – comentou um dia o jovem Garcia com o cozinheiro, com quem havia feito amizade. –

Ah, que saudades da água boa da minha Póvoa de Varzim!

Boca de Hemorroidas sacudiu o corpanzil na sua gargalhada escandalosa, de boca murcha pela ausência de dentes, emoldurada pelo lábio leporino. Some-se à barba rala as marcas de bexiga, mais o nariz de batata, e o cognome que lhe haviam posto parecia bastante adequado.

– Hum!... Tu ainda não viste nada, ó menino. As Terras do Brasil são bem ali. Coisa feia é ir para as Índias! – gabava-se, destripando um peixe grande, que haviam acabado de pescar. – Uma vez, a caminho de Calicut, umas desgraçadas de umas ratazanas roeram as minhas pipas. Quando me dei conta, não restava quase nada. Não queiras nem saber, ó menino. Ficamos mais de uma semana sem água.

– É mesmo, Boca! E como é que se arranjaram, homem?

– O capitão era um filho da mãe de um sujeito valente. Um homem de bagos roxos, menino! Mandou que se desse a cada mareante apenas dois dedos de água por dia. A começar por ele.

– Dois dedos...

– Eh! Um dedo de água pela manhã e outro no finalzinho da tarde. Tudo medido aqui por este teu amigo.

– Que coisa, Boca!

– Está certo que ele teve de mandar enforcar uns dois parvajolas que me tentaram roubar. Mas no fim deu tudo certo. O capitão conseguiu chegar às costas de Zanzibar, e a gente se esbaldou de tanto beber água!

– Tu tens cada história...

– Já te contei a vez em que tive uma coisa ruim cá na barriga e vomitei dentro da sopa?

– Arreda!... Deixa de nojeira, ó Boca.

– Verdade, menino. He, he, he!... E olha, o diabo da sopa ficou tão boa que até o capitão mandou elogiar.

Não fossem as longas conversas com o cozinheiro e com os colonos, os dias se arrastariam ainda mais. Acordava-se ao nascer do sol e comia-se meia dúzia de biscoitos acompanhados de um

copo de mulso; uma mistura de vinho, mel e água. À hora *prima*, ou seja, às seis da manhã, assistia-se à missa no convés. Ficava-se, então, ansiando pelo jantar, que começava a ser servido uma hora antes do meio-dia. A primeira rodada, com as melhores escolhas, ia para o grande camarote. A segunda, para piloto, contramestre e oficiais da guarda. Só então chegava a vez dos colonos, da soldadesca, dos demais passageiros e mareantes em geral. Aplacava-se então a fome com uma sopa de peixe. Às vezes, com um naco de carne salgada, misturada com arroz e cevada. Comia-se depois uma lasca de marmelada e isso era tudo até as *vésperas*, o pôr do sol, quando se tinha direito a um pouco de vinho e outra meia dúzia de biscoitos. Biscoitos grandes, meados de grãos, duros como vidro no início da viagem; à medida que os dias passavam, mais e mais moles e infestados de gorgulhos.

Depois de cinquenta e seis dias no mar, num fim de tarde, do cesto da gávea um grumete gritou: Terra à vista! Com um sorriso nos lábios e expressão de alívio no rosto, as pessoas se amontoaram em um dos lados da amurada, fazendo o navio adernar. Todos queriam um vislumbre das tão idealizadas Terras do Brasil. Para muitos, aquela estava sendo a primeira viagem por mar. Uma excelente viagem, por sinal. Com ventos favoráveis e nenhuma tempestade, haviam atravessado mais de seiscentas léguas de oceano e chegaram exatamente onde tinham planejado.

– Quantas braças? – perguntou impaciente o contramestre, que havia mandado lançar o prumo para verificar a profundidade.

– Vinte e duas – respondeu aos berros o marujo que fazia o serviço. – Vinte e duas braças.

– Eu fico cá bestificado – admirou-se Garcia. – Com tanto mar em volta, o piloto acertar assim... Parece até feitiço, ó Boca. Benza-nos Deus!

– Eh, menino, nem tudo está perdido. He, he, he!... A vida lá no Reino é aquela merda que tu bem sabes, mas na arte de marear ninguém é melhor do que nós cá, os portugueses.

Por enquanto, o Brasil era apenas uma vaga silhueta no horizonte. Um perfil de contornos mal definidos pela luz avermelhada do sol poente.

Depois de confabular com o piloto e o contramestre, Tomé de Sousa decidiu mandar baixar velas e lançar ferros. Era o mais prudente, aconselharam-no. Como a profundidade era pequena, melhor seria aproar à luz do dia. A orientação foi passada aos gritos para os outros navios da flotilha, com o pedido de que os capitães viessem se reunir ao capitão-mor na *Conceição*.

– Sãos e salvos cá estamos – gracejou Dom Tomé com um raro sorriso, levantando uma taça de vinho.

– Com a graça de Deus! – repetiram todos no grande camarote, quase em uníssono.

Por ordem do capitão-mor, à ceia foram distribuídas lascas generosas de queijo e doses extras de vinho. Era noite de festa e comemoração. As pessoas eram todas sorriso. Conversavam animadamente e faziam planos.

– Gostei do que vi – comentou com o cozinheiro Garcia d'Ávila, de voz um pouco embaciada pelo excesso de bebida.

– Tu estás é bêbado. He, he, he!... Viste o quê? Tu não viste nada, ó menino.

– Estás certo, estás certo. Não vi mesmo, ainda. Mas senti. Meu faro é bom, Boca. Senti cheiro de coisa boa vindo daquelas Terras do Brasil.

– Coisa boa? Só se for cheiro de *rata*²! He, he, he!... Isso lá tem muito. Nunca vi sítio para ter mais *rata* à solta!

– Arreda! Deixa de heresia, ó Boca – recriminou o falso pudico Garcia d'Ávila. – Tomara que o padre te ouça...

– Ora o padre! E tu achas que ele não gosta não, eh! Já viste homem que não gosta de *rata*? Só mesmo se for invertido. Tu és invertido, ó menino?

– Arreda! Fala isso cá de mim, que eu faço contigo o que Dom Pedro fez com o Afonso Madeira. Corto-te aquele membro que os

homens têm em maior apreço.

1-Aproximadamente, 11 quilômetros por hora. Medida de velocidade, um nó corresponde a uma milha náutica, ou 1.852 metros por hora.

2-Termo vulgar, usado em Portugal, para os genitais femininos.



Capítulo 5

Terras do Brasil

Às primeiras horas da manhã seguinte, enquanto os fiapos de bruma ainda se despregavam do espelho-d'água, levantaram âncoras novamente. Poucos prestaram atenção à missa daquele dia. Até mesmo o padre Lourenço não parecia muito concentrado. Atropelando o latim, desincumbiu-se o mais rápido possível do serviço.

Com a aproximação da costa, aos poucos, a paisagem foi ganhando feição mais nítida. À esquerda, uma língua verdejante de terra avançava mar adentro. Uma grande ilha, segundo Boca de Hemorroidas. À frente e à direita, a costa plana, debruada de areia branca, pontilhada aqui e ali por morros e penedos, tendo como pano de fundo um maciço de vegetação alta e densa.

– Que terra bonita, ó Boca! – admirou-se o jovem Garcia. – Acho que nunca vi nada assim.

– Feia não é, não – concordou o cozinheiro. – Mas graciosas mesmo são as gentias. Tu vais ver, ó menino. Todas pardinhas, com tetinhas e *ratinhas* à mostra... Umas belezuras!

Por volta das nove horas os navios finalmente deitaram ferros. Fundearam em frente ao Morro de Santo António, na entrada da Baía de Todos-os-Santos. Era ali que se erguia a Vila do Pereira, o arraial de poucas casas construído por Jorge Pereira Coutinho, o finado donatário daquela capitania, morto anos antes pelos índios.

O casco do primeiro batel nem havia roçado na areia e Diogo Álvares, com água pelo meio das pernas, já estava tratando de cumprimentar os recém-chegados. Usando um cocar de penas coloridas na cabeça e uma tanga de algodão em volta do corpo, poderia ser tomado por um nativo, não fosse a barba grisalha e os olhos claros. Mas todos lhe conheciam a história.

Homem-lenda, traço de união entre dois mundos, é certo que, em seus setenta e poucos anos, Caramuru, como era chamado pelos nativos, já contrabandeara muito pau-brasil para os franceses. Em todo o caso, havia salvado a pele de muitos portugueses e castelhanos também. E tinha sido a ele que escrevera o próprio rei de Portugal, avisando da chegada do governador e pedindo apoio para a nova empresa de colonização do Brasil.

E porque sou informado – escrevera el-rei – da muita prática e experiência que tendes dessas terras, das gentes e dos costumes dela (...) vos mando que, quando o dito Tomé de Sousa chegar, ajudeis no que deveis cumprir e no que ele vos encarregar, porque fareis nisso muito serviço.

A real missiva havia sido entregue várias semanas antes, pelo capitão de uma caravela de passagem para as Índias, e tinha deixado Diogo Álvares muitíssimo envaidecido. Imediatamente reuniu os quarenta e poucos habitantes adultos do vilarejo e colocou-os a par da notícia. Aos homens, mandou que fossem à caça o quanto antes e trouxessem tantos veados, capivaras, antas e caititusquantos pudessem abater. Às mulheres, que salgassem as caças, pusessem as galinhas para chocar, colhessem os milhos e favas, ralassem toda a mandioca possível, para fazer farinha, e tratassem de plantar mais.

Depois de tanto tempo ausente da pátria, el-rei, em pessoa, mandara-lhe uma correspondência. Dera-lhe uma incumbência por escrito. Não podia decepcionar. Assim, com seu barco a reboque da caravela que lhe trouxera a boa-nova, embarcou para a capitania de Ilhéus, onde Felipa, uma das suas filhas mestiças, e o genro, um genovês que desertara da expedição de Martim Afonso, viviam. Da

Vila de São Jorge dos Ilhéus trouxe muitos patos, galinhas e mantimentos diversos que, somados aos da sua própria lavra, tinham tudo para fazer bela figura junto ao tenente do rei. Só o que não contava era que o capitão-governador trouxesse com ele mais de mil e quinhentos convivas.

– Não te preocupes, ó Diogo Álvares – asseverou Tomé de Sousa, tão logo foi colocado a par das novas aflições do anfitrião. – Eu compreendo.

– Mas... e el-rei? A matalotagem que eu consegui juntar mal dá para uma quinzena... Eu cá pensava que o capitão vinha num barco. Quiçá dois. E o meu senhor me aparece com oito! Como vai ser possível para eu agasalhar e alimentar tanta gente?

– Não te preocupes, meu bom senhor. Daremos um jeito. Colocaremos homens para caçar. Outros para pescar. E, aos colonos, mandaremos plantar as sementes que trouxeram.

– E o agasalho? A estação das chuvas está passando, mas sempre chove um pouco por aqui.

– Eu mando que as minhas gentes continuem alojadas nos navios. Acomodamo-nos lá por tanto tempo... Podemos perfeitamente ficar mais uns dias.

– E el-rei? Como é que eu fico? Sua Majestade fez uma carta para mim, o meu senhor me compreende? Não posso desapontar el-rei.

– Não te preocupes, ó Diogo Álvares. Mandarei dizer a Dom João que tivemos uma recepção à grande. Recepção digna de príncipes.

Caramuru botou as mãos nodosas e magras em cada ombro do fidalgo e olhou-o fixamente nos olhos.

– Vosmecê realmente faria isso?

– Faria não, meu bom amigo, farei. Podes ficar tranquilo. Dois desses barcos aí não são d'el-rei. São do Álvares de Andrade. Parece-me que tu conheces os pilotos, pois não?

– Conheço sim, meu senhor. Já fiz serviço para eles.

– Então... Tão logo descarreguem as nossas tralhas e recarreguem os navios com pau-de-tinta, os dois voltam para o Reino. Mando a carta por eles.



Capítulo 6

Cada terra com seus usos

Em repetidas viagens, marolando entre as ondas, batéis e escaleres iam trazendo para a praia os passageiros dos oito navios. Alguns, mais afoitos e impacientes, vieram mesmo a nado. Carregadas nos braços de oficiais para não molharem os pés e os longos vestidos de sarja, as mulheres dos fidalgos chegaram num dos primeiros translados. Dona Mariinha transpirava e não parava de reclamar. Tão logo foi deixada na praia, mandou que as negras da Guiné, suas escravas, estendessem uma manta entre as árvores para protegê-la do sol. Ali, de leque em punho, aboletou-se com a sua amiga Dona Anastácia, sob o olhar curioso de algumas crianças.

– Xô, saem para lá!... Miúdos abelhudos! Que mal fiz eu a Deus... Não sei onde estava com a cabeça, minha querida, quando concordei com o Pêro Borges em vir para esta terra desgraçada. Que calor, Anastácia! Sinto-me sufocar.

– Ora Mariinha, não é pior que o Alto Alentejo no verão. De mais a mais, o lugar da mulher é ao lado do senhor seu marido – argumentou a outra, impaciente. – É melhor tratares de te acostumar. O contrato é de três anos.

– Nem me lembras isso, minha querida. Três anos cá, neste lugar desgraçado... Queira Nosso Senhor Deus que eu morra antes! Mas... Dize-me: tu reparaste nas vestes que essas gentes usam? Só aquele paninho de nada na cintura!... Quando bate um ventinho... – observou, com um sorriso malicioso. – Nunca vi tantas *vergonhas* na minha vida, minha querida. E cada uma!... Tu reparaste como são lisinhos de pelos? Será que rapam ou são assim mesmo?

– Sei lá eu, ó Mariinha. Estou mais preocupada é com o Pedro Ferreira, no meio desse bando de raparigas nuas.

– Eu... olha... Tu sabes. Prefiro até que o senhor meu marido faça as porcarias dele fora de casa. Assim, ao menos me dá cá sossego. Sina desgraçada da gente, Anastácia! Tu nem imaginas como tenho nojo daquele chouriço branco entrando dentro de mim – garantia, fazendo uma expressão de desconsolo. – Tome-lhe chouriço, tome-lhe chouriço, e nem filhos consegui. Isso é que me dá tristura.

Mais de vinte mulheres, índias e mestiças, enxamearam o dia inteiro no quintal da casa de Diogo Álvares, para preparar a comida da multidão que não parava de chegar à praia. Depois de uma pequena discussão entre o ouvidor e o capitão-mor, até mesmo os quatrocentos prisioneiros, trazidos para o Brasil para cumprir pena de degredo, tiveram permissão para desembarcar. Apenas foi colocado para eles um veredicto antecipado: ao primeiro sinal de comportamento impróprio, seriam enforcados. Sumariamente. Sem apelo. Sem clemência.

O velho e empertigado Diogo Álvares, ainda que com passo arrastado, corria de um lado para o outro dando ordens e distribuindo tarefas. Nem parecia contar os alegados setenta e quatro anos. Um desavisado talvez lhe atribuisse sessenta e tal. Mas lá ia ele! Entre uma coisa e outra, mostrava aos ilustres recém-chegados as roças de mandioca, cará, milho e abóbora; o pasto onde mantinha meia dúzia de cavalos, descendentes dos ali deixados pelo antigo donatário; o local onde viviam os gentios.

A clareira aberta na mata, próxima a um regato, comportava meia dúzia de compridas cabanas, dispostas em círculo, com uma espécie de praça ao meio. À chegada dos visitantes, as mulheres pararam de tagarelar e de socar pilões, as jovens deixaram de se pintar ou pentear umas às outras, as crianças suspenderam as brincadeiras. Com jeito desconfiado e risinhos tímidos, vieram todos ver de perto o grupo liderado por Caramuru. Chamava-lhes a atenção, em particular, uns homens, de longos camisolões negros, que mantinham no rosto uma expressão de piedosa simpatia.

Caramuru saudou a todos com naturalidade e pediu para avisarem ao chefe da sua chegada.

Na sóbria dignidade dos seus talvez sessenta anos, com os cabelos já ralos e um tanto encanecidos, Morubixaba apresentou-se inteiramente nu. Usava apenas o *ajucará* e o *mapuí-cuai-chuare*, o colar e o bracelete de penas coloridas. Em todo o caso, ainda mostrava no corpo uma musculatura que dizia bem do guerreiro forte que havia sido. Cumprimentou Caramuru à maneira habitual e, embora estivesse perfeitamente a par da chegada da armada, questionou altivo:

– *Mbaé apyábape aipó?* (Quem são esses homens?)

Diogo Álvares explicou tratar-se dos chefes, e do grande chefe branco, sobre os quais haviam falado anteriormente.

– *Abape ke sobasse, cuibó omae nhenima?* (Quem é esse que chega e olha para cá dissimuladamente?)

– *Japutereba* (O tira-pecados) – explicou Caramuru, sorrindo para o padre Nóbrega, que se adiantara um passo com olhar bisbilhoteiro.

– *Rá!* – exclamou Morubixaba, convidando os recém-chegados a entrarem em sua morada.

Como todas as demais, a oca do chefe era de formato abaulado, com paredes e teto de palha e nenhuma janela. Pequenas aberturas nas duas extremidades, e mais uma no centro, davam acesso ao interior: um amplo salão de terra batida, de uns dez passos de largura por cinquenta de comprimento, entremeado de estacas que sustentavam o telhado, e tirantes nos quais armavam as redes de dormir.

Súbito, Tomé de Sousa pareceu assaltado por uma inspiração repentina.

– Só me ocorreu agora, Diogo Álvares... Não deveríamos ter trazido uma prenda para o chefe gentio?

– Seria muito apreciado, meu senhor.

– Que tipo de coisa eles gostam?

– Bugigangas, enfeites... Mas instrumentos de cutelaria e ferramentas são o que mais apreciam.

O governador acariciou o cabo cinzelado da adaga que carregava à cinta, um dos muitos presentes que havia ganho dos bajuladores de Cochin, nas Índias. Pareceu consternar-se um pouco, como naquelas despedidas silenciosas de velhos amigos. Sacou então o largo punhal com certa reverência e, fazendo uma saudação respeitosa com a cabeça, ofereceu a arma ao velho índio.

Morubixaba arreganhou seu melhor sorriso de dente único. Facas, ou itaquicé, como chamava ele, já havia visto muitas. Mas nenhuma tão bonita. Experimentou passar suavemente a lâmina em um dos dedos. Com encantamento infantil, sorriu quando o filete de sangue brotou.

– Meengaba amoái... Itaeté antã! (Lindo presente... Ferro duro) – exclamou, enquanto chupava o ferimento.

Pegou depois um tição na pequena fogueira que havia dentro de casa e acendeu cerimoniosamente o seu pitimbú. Deu duas ou três baforadas e ofereceu o cachimbo ao governador. Tomé de Sousa aspirou a fumaça do tabaco profundamente. Engasgou, tossiu e ficou vermelho, fazendo Caramuru e Morubixaba rirem gostoso.

– *Aujé catutenhé! Xe rory catu nde ruári. Nde rerupe nde remirecó?* (Ora, muito bem! Estou contente com a tua vinda. Trouxestes tua mulher?) – perguntou Morubixaba, e Caramuru traduziu.

– Diga-lhe que não – pediu Tomé de Sousa. – Eu a deixei no Reino, cuidando da nossa quinta.

E assim, intermediados por Diogo Álvares, os dois chefes, o branco e o índio, trocaram amenidades e cumprimentos.

– Sabes o que eu não entendo, meu amigo? – questionou o governador mais tarde, no caminho de volta, depois de se afastarem da aldeia. – Essas gentes me parecem tão amáveis... Tão pacíficas... Como é que mataram o Francisco Pereira Coutinho?

– A culpa foi dele, meu senhor. Não quis cá me ouvir...



Capítulo 7

Capitania da Bahia

Francisco Pereira Coutinho era filho do alcaide-mor de Santarém e neto do marquês de Marialva. Um homem que não herdara título de nobreza, mas de ascendência nobre. Não obstante, de tão pouco afável no trato, desde a juventude, era mais conhecido pela alcunha de *Rusticão*.

No verão de 1532, quando el-rei decidira dividir a província de Santa Cruz em capitánias hereditárias, em busca de povoar as terras e evitar o constante assédio francês ao Brasil, a família de Pereira Coutinho pegara-se com o secretário-geral do Reino. Alcáçova intercedeu junto à Sua Majestade. Dom João guardava recordações do Pereira Coutinho. Aos treze anos, o agora monarca, então um jovem príncipe, ficara maravilhado com o *ganda* que aquele moço trouxera para a Coroa, a mando de Muzafar, rei de Cambaia, nas Índias. Um presente inesquecível. Nada menos que o primeiro rinoceronte a pôr os pés no Velho Mundo. Não fora difícil convencer o *Piedoso* a doar a *Rusticão* cinquenta léguas de beira-mar no Brasil, indo da foz do Rio São Francisco até à do *Jaguaripe*, “o rio das onças”, no extremo sul da Baía de Todos-os-Santos.

Pereira Coutinho que, quando a serviço nas Índias, conseguira se desentender com todos os seus superiores imediatos e, graças a seu gênio ríspido, havia feito inúmeros desafetos em Portugal, viu na mercê do rei a grande chance de reconquistar prestígio e fazer fortuna. Assim, vendeu tudo o que tinha em Santarém e associou-se a cinco outros fidalgos de pouca expressão. Juntos, armaram sete

pequenos navios, recrutaram duzentos colonos e um padreco de aldeia, despediram-se das famílias e rumaram para o Brasil.

Tão logo aportaram, foram recebidos na praia por Diogo Álvares. Sua lendária presença na Bahia já era conhecida há anos, mas não estava só daquela vez. Além de dúzias de gentios, outros oito europeus acompanhavam Caramuru. Dois haviam sido deixados ali por Martim Afonso de Sousa, quatro anos antes, para “fazer experimentos com sementes e averiguar o que daria a terra”. Os outros seis eram desertores da própria expedição de Martim Afonso e de uma outra, comandada por Simão de Alcázoba, capitão castelhano que se extraviara da rota e naufragara na Bahia.

Diante do alvará régio que lhe fora apresentado, Caramuru, que já vivia naquelas terras fazia vinte e seis anos e se considerava um pouco dono de tudo aquilo ali, não pôde deixar de ceder. Pior. Teve de se conformar com a doação, por parte de Pereira Coutinho, de uma sesmaria de “quatrocentas varas de largo por quinhentas de comprido”, míseros quarenta e cinco hectares, no local onde estava instalada a aldeia dos seus amigos nativos. Ainda assim, em respeito ao rei, ajudou como pôde na construção da vila de quarenta casas de taipa, cobertas de palha, destinada a ser a sede da capitania.

Embora a terra lhe parecesse pacífica, Pereira Coutinho não deixou de tomar precauções. Ergueu em torno da vila uma paliçada de pau a pique e, à frente dela, mandou escavar um fosso de segurança. Com a terra retirada do fosso, revestiu a cerca, transformando-a em muro. Fez mais. Construiu em local estratégico¹ uma torre de pedra e cal de dois pisos, protegida por seteiras e guaritas, na qual instalou os quatro canhões que trouxera para o caso de encontrar piratas pelo caminho.

Habituaados por Caramuru a lidar com contrabandistas franceses de pau-de-tinta, os tupinambás foram bastante hospitaleiros com os recém-chegados. Iam frequentemente à vila fazer escambo de caças e mantimentos frescos. Quando a pesca era farta, até ofereciam peixes de presente.

“Peixes de até oito palmos”, escreveu o donatário. “Muitos linguados, salmonetes, pescadas e sardinhas”.

Não demorou muito, dois dos fidalgos que vieram com Pereira Coutinho tomaram-se de amores por filhas mestiças de Caramuru. Batizadas pelo padeco da expedição, Vicente Dias ficou com Genebra e Antão Gil, com Isabel. O filho de outro associado, Jorge Figueiredo Mascarenhas, mais tarde se uniu a Apolônia. E uma vez que Felipa e Madalena, duas das outras filhas de Caramuru, já estavam vivendo com Paulo Dias Adorno e Francisco Rodrigues – desertores da expedição de Martim Afonso de Sousa –, Diogo Álvares sentia-se, e era de fato, o verdadeiro patriarca da Bahia.

Os canhões estavam sem uso, a capitania progredia, mas Rusticão continuava tão pouco afável como sempre. Roía-se de ciúmes do prestígio de Caramuru. Para conquistar seu próprio espaço de influência, concedeu a Afonso de Torres, outro dos fidalgos que viera com ele, uma sesmaria na enseada de Paripe, no recôncavo da baía. Ora, no passado, Afonso, que era espanhol, já havia ganho muito dinheiro traficando escravos da África para as Antilhas. Nada mais natural para ele que escravizar os índios das redondezas, como mão de obra para o seu engenho.

Começou a violência. Inconformados, os tupinambás suspenderam as rixas entre si e se uniram. Arregimentaram seis mil guerreiros, queimaram o engenho de Afonso, mataram vários portugueses e sitiaram a Vila do Pereira. O estado de guerra, com baixas esporádicas dos dois lados, durou mais de cinco anos. Cinco anos de terríveis privações e desgostos para os colonos, que viam suas roças e tudo fora dos muros da vila ser destruído pelos gentios. O confronto só não durou mais tempo porque Caramuru conseguiu dar fuga a Pereira Coutinho e seus associados, levando-os para Ilhéus, a capitania vizinha.

De regresso à Bahia, com o peso do seu prestígio e após demoradas negociações, Caramuru conseguiu um armistício com os índios. Mandou então um portador ao donatário com a boa-nova: desde que não escravizassem mais os nativos, poderiam voltar. A

paz estaria garantida. Pereira Coutinho voltou. Contudo, já bem próximo do que restara da Vila do Pereira, o navio em que viajava chocou-se com uns arrecifes na Baía de Todos-os-Santos. Os náufragos conseguiram chegar à Ilha de Itaparica, onde foram prontamente capturados pelos tupinambás que lá viviam e que, ou não sabiam do armistício, ou fizeram de conta que não sabiam.

– Acabaram servindo de jantar para os gentios – concluiu Caramuru para o novo governador e seus assessores.

– Tu falas de um jeito, ó Diogo Álvares – interpôs Pêro Borges, o ouvidor-geral –, como se isso lá fosse a coisa mais natural do mundo.

– Se Vosmecê vivesse cá como eu, há quase quarenta anos, também acharia, meu senhor.

E explicou. Se olhada por outro ângulo, essa tradição tupinambá tinha o seu quê de nobreza. Os guerreiros que caíam prisioneiros, antes de entrar na taba inimiga, ganhavam cocares das melhores penas. Na chegada, eram até saudados como heróis. Embora proibidos de deixar a aldeia, em se comportando a contento, poderiam caminhar à vontade e conversar com toda a gente. Enquanto isso, os guerreiros tratavam de ir espalhando a notícia da sua captura e convidando outras aldeias para a festança.

– Fazem uma festa então? – ironizou Pêro Borges.

– Sim, meu senhor – garantiu Caramuru. – Uma festa das boas! Dura vários dias. No primeiro, o prisioneiro é conduzido ao terreiro, onde lhe pintam todo o corpo. No segundo e no terceiro dias, dançam em torno dele. No quarto, ele é levado logo cedo para um banho, e só então começa o sacrifício propriamente dito, quando se espera que demonstre coragem para merecer morte tão digna.

– Morte digna? – ridicularizou Pêro Borges. – Uns selvagens, é o que são!

– Pois é, meu senhor. Era o que o finado Pereira dizia.

– Mas... continua, continua – pediu o governador.

– Só no quinto dia toda a preparação ritual, as danças e os cantos chegam ao fim, quando um guerreiro valente abate o prisioneiro a

golpes de borduna. A partir daí... Bem, algumas porções são comidas cruas. Outras moqueadas e guardadas para depois – completou com ar divertido.

– Mas... por que isso?...

– Ora, senhor padre! Para incorporarem a eles próprios a coragem e a valentia do guerreiro morto – explicou Caramuru. – Mal comparando, como vossas mercês fazem com as hóstias, na missa!...

– Costumes bárbaros – sentenciou o ouvidor-geral.

– Pode ser... Mas às vezes, veja Vosmecê, eles acham que bárbaros somos nós. Sabe uma coisa com que não se conformam, meu senhor? O fato dos brancos que aqui aparecem não gostarem de banho. Eles tomam três, quatro banhos por dia. As mulheres nem fedem nas partes como as do Reino. Mostram-se sempre lisinhas de pelos e lavadinhas – afiançou, para completar com um sorriso traquinas. – E como gostam de um *rala-rala!*...

Fidalgos e padres franziram a testa. Alguns pigarrearam, em sinal de desaprovação.

– Peço desculpas, meus senhores. Perdoem este velho, reverendos. As gentes cá não têm maldade. Vosmecês me entendem, pois não?

– Mas então... – atalhou Tomé de Sousa, mudando de assunto, para disfarçar o constrangimento. – As ordens que recebi são para fazer uma cidadela num lugar seguro. Aqui, realmente, os antecedentes não são nada bons. Por falar nisso, o que é feito da torre do Pereira Coutinho?

– Os gentios puseram abaixo, meu senhor.

– E os canhões?

– Ficaram jogados na praia por um bom tempo. Uns franceses que andaram por aqui depois levaram para eles.

– Os franceses – reticenciou o capitão-governador, com os polegares enfiados na correia a tiracolo que lhe sustinha a espada. – Eh! Decididamente, cá onde estamos não é um lugar seguro. Não te pareces, ó Pêro de Góis?

– De fato, governador – aquiesceu o caolho donatário fracassado da Capitânia de São Tomé, agora capitão-mor da costa, encarregado da defesa e da esquadra real que aportara no Brasil. – Ao nível do mar, torna-se muito fácil qualquer invasão.

– E por que não em cima do morro? – sugeriu o prestimoso Caramuru. – Lá, dentro da baía, tem um local que é muito bom para ancorar navios, com uma vista magnífica de cima. Naquele sítio, penso eu, daria uma cidade bem protegida.

– Tem água doce por lá?

– Sim... Muita.

– E pedras?

– É o que não falta! O local do qual estou cá a falar é um serrote alcantilado, de umas setenta varas² de altura.

Seguiram-se várias perguntas. Se havia madeira em abundância, se o terreno no platô era acidentado ou plano, se existia barro bom para fazer tijolos e telhas, se daria para montar uma caieira e preparar cal virgem.

– Isso lá eu já não sei – respondeu Caramuru, coçando o pescoço por baixo da barba. – Mas creio que deva de dar, sim. Se o meu senhor quiser, amanhã ou depois poderemos ir até lá, para Vosmecê dar uma olhadela e ver se apraz.

– É uma boa ideia – aprovou o governador. – Carecemos inclusive levar o Luís Dias, o mestre de obras. Por falar nisso, onde é que ele se meteu? Tu aí não o viste, ó Garcia?

Garcia d'Ávila, que desde o desembarque não arredara pé do seu senhor, ficou sem ação por um instante.

– E então, ó Garcia – impacientou-se o patrão.

– A última vez que eu vi o mestre Luís, Dom Tomé, foi quando passamos por aquele sítio onde vivem os gentios.

– Sim, mas o que é que foi feito dele?

O rapaz sorriu amarelo, desconcertado.

– E então? – insistiu o fidalgo. – Desembucha, ó Garcia.

– Bem, o que eu sei... Quer dizer... o que eu vi, meu senhor, foi ele entrando no mato atrás de uma gentiazinha.

Os padres fizeram com o polegar da mão direita uma cruz na própria testa, outra na boca e a última no peito, recitando entredentes em latim: “Pelo sinal da Santa Cruz, livrai-nos Deus, Nosso Senhor, dos nossos inimigos”.

– Santo Breve da Marca! – surpreendeu-se Tomé de Sousa, pensando alto. – Vai ser difícil.

1-Onde existe hoje o Forte de São Diogo, no bairro da Barra, em Salvador, Bahia.

2-Antiga medida de comprimento, equivalente a cinco pés, ou cerca de um metro e meio.



Capítulo 8

Presente do chefe

Somente em meados da tarde a refeição começou a ser servida. Carne de veado, capivara e caititu, de galinha e de pato, batata-doce, abóbora e milho. Tudo devidamente assado em grelhas de varas e servido em folhas graúdas, acompanhado de farinha de mandioca, *cauim* e *caribé*.

– O *caribé* também é feito de mandioca – explicou o velho, depois de contar como era feito o *cauim*. – Mas leva água, mel de abelha e ovos de tartaruga. Bebida de moça! Bom mesmo é esta aqui, ó! Experimente, meu senhor.

– Homessa! Que coisa boa, meu amigo – elogiou Tomé de Sousa depois do primeiro gole. – Parece até a bagaceira.

– Não é bagaceira, não, meu senhor. Uva, cá não tem. Mas eu chamo assim mesmo de *cachaza*. Como aquele vinho do bagaço da uva, lá de Portugal.

– De que é feito isso, ó Diogo Álvares?

– Do melaço da cana-de-açúcar, meu senhor. Das canas que o Pereira Coutinho cá deixou, a gente planta um pouco todos os anos para fazer essa bebida.

– Boa. Muito boa, mesmo! Mas forte. Desce fervendo. Bem que podia se chamar *água ardente*.

– O meu senhor deve de estar de barriga vazia. Daqui a pouco melhora. E o caititu aí, que tal?

– Olha... Parabéns! Parece até leitão...

– Não deixa de ser. É um porco-do-mato.

A refeição farta, depois de quase dois meses de penúria, encorajava os ânimos e *cauim*, *caribé* e *cachaza* cuidavam de quebrar a rigidez hierárquica. A senhora Mariinha, de tanto que insistiu com o marido, acabou sendo levada de volta para a nau. Foram com eles também o outro casal, o vigário, os meninos do orfanato de Lisboa e os jesuítas. Logo depois o sol se pôs, a noite caiu e, com ela, o que restava das inibições.

Um contramestre, já meio bêbado, começou a cantar uma cantiga muito em voga nas tavernas do Reino. Um piloto armou-se com a sua gaita e o seguiu. Logo formou-se uma roda. Em volta da fogueira fizeram coro, bateram palmas e dançaram. Os nativos foram se achegando aos poucos e acabaram entrando na brincadeira. Não tardou muito e o espaço aberto de terra batida, entre as casas do arraial e a praia, era uma festa só. Festa animadíssima.

– Penso que preciso dormir, meu amigo – confidenciou, altas horas, Tomé de Sousa para o anfitrião, em tom de voz já um tanto pastosa. – Manda-me chamar aí, se fazes favor, o meu criado Garcia, para me levar para a nau.

– De jeito nenhum, capitão. Vosmecê vai dormir em minha casa. Minha velha fez até uma enxerga de penas de pato para o meu senhor...

Começou então uma longa arenga de bêbados, com um refutando aquilo que o outro propunha, e vice-versa.

– Não quero que o meu pessoal me veja assim, ó Diogo Álvares. O capitão não pode dar mau exemplo, meu amigo.

– Não careces te preocupar. Pode deixar comigo. Ninguém vai se aperceber. Faze de conta que vais ao mato esvaziar a bexiga. Eu cuido do resto.

A casa de taipa, coberta de palha, estava às escuras, mas mesmo levando a reboque o fidalgo, Caramuru caminhava com desembaraço. Quase não havia móveis a evitar.

– Pronto, aqui ó! Isso... Pode sentar-te. Me dá cá o teu chapéu. Isso... Agora a espada. Me dá a tua espada, meu senhor. Vou deixar ela aqui, ó, encostada na parede. Agora tira o gibão, que eu cá tiro as tuas botas.

Só quando se deitou na enxerga, o hóspede percebeu que havia mais alguém a seu lado. O sentimento de autodefesa suplantou a zonzeira da bebida. Voltou a sentar-se.

– Santos Evos! Que diabo é isso? Quem é que cá está?

– Hei! Não te preocupes, meu senhor. É uma prenda tupinambá. De Morubixaba, o chefe daquela aldeia onde estivemos ainda agora à tarde. É a filha dele. Acabou de ter o primeiro mênstruo.

– Pelo amor de Deus, Diogo Álvares! Eu não quero saber disso – enfatizou, tentando colocar-se de pé. – O que é que tu estás a pensar? Eu sou o governador aqui. Não posso dar mau exemplo.

– Calma, meu senhor. Não te ofendas. É um antigo costume da terra. Uma honra muito grande que o chefe concede a Vosmecê. Ele queria fazer a entrega lá na festa. Eu cá é que não deixei. Mas não te preocupes. Se o meu senhor quer governar estas terras, vai ter de se adaptar aos costumes. Lembra-te do Pereira Coutinho? Então. Aproveita, Dom Tomé. Essa é a melhor forma de estabelecer uma aliança com os gentios.

– Mas eu... Tu estás louco... Eu sou um homem casado. Um pai de família. Um fidalgo da casa de Dom João. O que é que tu estás a pensar?

– Ora, ora, Dom Tomé. Vosmecê está há dois meses no mar. Deve estar com precisão – ironizou, conduzindo-o amavelmente pelas espáduas. – Vamos lá... Deita-te, capitão. A menina foi instruída. Sabe de um tudo. O meu senhor não tem nada a perder. Vosmecê não deu um presente para o chefe? Ele quer retribuir. Só isso.

– Mas...

– Vamos lá... Não te aflijas. Deita-te. Isso... Deita-te. Deita-te, capitão. Garanto que o meu senhor vai ter uma noite das boas, viu!

– Mas e... e os padres? Se eles souberem...

– Eles já embarcaram. Não te preocupe. Não vão saber de coisa alguma. Mas, se souberem, tem para eles também. Mulher, com a graça de Deus, é o que não falta nestas Terras do Brasil! – assegurou com um sorriso, batendo amigavelmente no ombro do fidalgo. – Muito boas noites, meu senhor. Durma bem.



Capítulo 9

O dia seguinte

Acordou com o alegre pipilar dos passarinhos. Ainda estava um pouco escuro. O sol espreguiçava-se, antes de levantar. Por conta da bebedeira, a cabeça de Dom Tomé doía, mas as cenas da noite anterior voltaram-lhe à mente, fazendo brotar-lhe um sorriso maroto no rosto. Limpou o canto dos olhos com o dedo e virou-se no catre.

A jovem dormia de lado. Nua. Um pouco encolhida, com os braços semicruzados sobre o peito. Como era graciosa, com aqueles labiozinhos enfunados, aquela franja de cabelos escorridos, aquele corpinho bem moldado que mal despertava para a puberdade! Não fossem os desenhos que trazia pintados sobre as coxas e nádegas, dir-se-ia um anjo moreno. Um anjo como aqueles que antigamente se via numas tantas igrejas, antes que a Inquisição mandasse disfarçar os aprestos sexuais e a nudez inocente das imagens sacras.

Olhando com encantamento o seu anjo moreno ao sono, o fidalgo não conseguiu se furtar a recitar mentalmente um dos versos de *O Velho da Horta*, de Gil Vicente.

Que galante!

Que rosa!

Que diamante!

Que preciosa perla fina!

Oh, fortuna triunfante!

Quem meteu um velho amante com menina!

Levantou-se com cuidado para não acordá-la. Calçou as botas, vestiu o gibão, colocou o talabarte a tiracolo e a espada à cinta, meteu o chapéu enfeitado com plumas na cabeça e, ajeitando as vestes com puxões enérgicos, pé ante pé, saiu do quarto. Quase tropeça. Garcia d'Ávila atravancava a passagem, dormindo de cócoras. Irritou-se. Precisou bater no ombro do criado para conseguir passar.

– Psiu! – ordenou, com o dedo frente aos lábios.

O rapaz levantou-se assustado, abrindo e fechando os olhos. O governador repetiu o sinal de silêncio e fez outro, mandando que ele o seguisse.

– Que raio de diabos estavas tu a fazer à porta dos meus aposentos? – questionou em tom repreensivo, tão logo se acharam a uma distância segura da casa.

– Eu?... Dando guarda a Vosmecê, meu senhor.

– Dando guarda a mim!... E desde quando te pedi isso?

Garcia d'Ávila demonstrava embaraço.

– Vosmecê não pediu, Dom Tomé. Mas com essa gente toda bêbada por aí ontem à noite, achei melhor velar o sono do meu senhor. Obrei mal?

– Obraste, sim.

– Obrei, meu senhor?

– Quer dizer... Não. Não obraste mal. Tu fizeste bem, mas... – balançou a cabeça, abaixando o tom de voz. – Tu me atordoas. Escuta aqui, ó rapaz. Se alguém disser uma palavra sobre o que aconteceu naquele aposento ontem à noite, eu mando enforcar a ti. Mando pendurar-te pelo pescoço numa dessas árvores graúdas. Estás me ouvindo bem? Não quero uma palavra sobre isso. Fui claro, Garcia?

– Perfeitamente, senhor. Perdoa se...

– Muito bem. Chega. Esqueça essa história. Leva-me para a *Conceição*. E trata de remar sem fazer barulho. Não quero acordar nem mesmo um passarinho. Entendido?

No meio da manhã, Garcia bateu à porta da cabina do governador no grande camarote. Caramuru subira a bordo e pedia para falar com o capitão.

– Muitos bons dias, meu senhor – cumprimentou respeitoso –, espero não tê-lo acordado.

– De forma alguma, Diogo Álvares – contrapôs o fidalgo, um tanto desconcertado, receando alguma referência à noite anterior. – Acordei cedo. Estava a fazer uma carta a el-rei. Aquela que te prometi.

– Ah!... Fico muito agradecido – falou com humildade, coçando o pescoço, por baixo da barba. – Vim saber se o meu senhor não gostaria de ir conhecer o sítio sobre o qual falei ontem. Aquele, dentro da baía, para Vosmecê construir a tua fortaleza.

– Sim. Ótima ideia. Vamos sim. Podemos ir de batel, ou é melhor ir na *Conceição*?

– Se o meu senhor me der o gosto, podemos ir no meu barco mesmo.

– Sim, claro – concordou, debruçando-se curioso na amurada. – Estou a ver. Muito boa a tua embarcação.

– Bondade do meu senhor. É só um velho barinel que tomei de uns *maír*. Mas que é bem maneirinho, isso lá é!

– Tomaste de quem?

– De uns *maír*. É como as gentes cá da terra chamam aos franceses. Francês é *maír*. Português é *peró*.

– *Peró*?... Interessante – admirou-se. – Ó... Garcia, me chama aí o Pêro Borges, Pedro Ferreira e o padre. Manda também alguém gritar para a *Salvador*, pedindo para o Cardoso de Barros vir cá estar comigo. Que tratem de me encontrar o Pêro de Góis e o Luís Dias, também. É bom que o mestre de obras vá conosco, não é mesmo?

– Como queiras, capitão – assentiu Caramuru. – Mas, se o meu senhor me permite, seria melhor Vosmecê mandar que se apressem. Essa brisa boa aí vai só até uma hora antes do meio-dia. Depois, é calma até a boquinha da noite. E como se costuma

dizer lá na Terrinha: mais anda quem tem bom vento, que quem muito rema.

Diogo Álvares tinha razão. Costeando o morro de Santo Antônio, a brisa da manhã levou-os rapidamente ao interior da baía. Acostaram na praia de uma enseada e começaram a subida da serrota. Mesmo com Gaspar, Gabriel e Jorge à frente – três latagões mestiços, filhos de Caramuru –, desbastando a golpes de foice e facão a picada, os visitantes esfalfavam-se. Não era fácil caminhar na mata, saltar troncos e escalar a encosta com a indumentária que vestiam. Todavia, como homens têm vergonha de se mostrarem fracos, bufavam e resfolegavam... mas subiam.

A vista do alto era magnífica. Dali, enxergava-se quase toda a baía e as suas ilhas.

– É a maior das ilhas cá da Bahia – ensinou Caramuru, apontando com o dedo. – Os gentios a chamam *Itaparí* ou *Itaparica*. De *ita*, que quer dizer “pedra”, e *pari*, “cercado”. “Cercado de pedra”, pois, pois.

– Interessante – expirou Tomé de Sousa, tomando fôlego. – A ilha é cercada de pedras, então?

– Perfeitamente, meu senhor. Toda, lá não sei. Mas, até onde eu cá conheço, é cercada por um colar de arrecifes.

– É habitada?

– Sim!... Tupinambás também, mas inimigos dos daqui. Foram eles que... – sorriu Caramuru – ... que jantaram o Pereira Coutinho.

O governador esboçou um sorriso sem graça e postou-se de pernas abertas, com os pulsos na cintura, detendo-se em observar a baía. Maior que a famosa Baía de Nápoles, que ele conhecia, a de Todos-os-Santos também era um imenso espelho azul-turquesa, de onde os raios de sol pareciam arrancar faísca. Encheu os olhos com aquela beleza, aspirou o cheiro gostoso da maresia e virou-se depois para o grupo.

– Perfeito, Diogo Álvares. Obrigado por tua ajuda, meu bom amigo. É aqui que construiremos São Salvador. Com essa magnífica baía aos pés – elogiou, dirigindo o olhar para o capitão da costa. –

Penso que cá poderiam ancorar todos os navios do mundo. Não te pareces, ó Pêro de Góis?

– Sem dúvida, Dom Tomé. E já agora, a ribeira é bem jeitosa. Poderíamos batizá-la de Ribeira das Naus.

– E construir na praia uma ermida – ajuntou o padre Manuel Lourenço, resfolegante. – Uma igreja, onde os mareantes pudessem fazer as suas orações, na chegada e na partida. Como a do Restelo. Não tenho mais idade para viver trepando em morros. Se tiver de subir cá umas tantas vezes, Vosmecê vai acabar ficando sem o seu vigário, governador.

Todos sorriram. Afora Diogo Álvares, aquele padre era o mais velho do grupo. Malgrado não fosse assim tão gordo, ostentava portentosa barriga. Decididamente, fora um enorme sacrifício para ele empreender aquela subida.

– Boa ideia, meu padre – brincou Tomé de Sousa, dando tapinhas camaradas no ombro do sacerdote. – Excelente ideia também a tua, Pêro de Góis. Vamos chamar o porto aí então de Ribeira das Naus, como em Lisboa, e construir na praia uma ermida. Uma igreja em honra de...

– Por que não Nossa Senhora da Conceição, já que *Conceição* foi a nau que nos trouxe em segurança? – propôs o padre Manuel Lourenço.

– Perfeito. Ermida de Nossa Senhora da Conceição... Conceição da Praia – emendou, dirigindo-se ao mestre de obras. – Agora é contigo, Luís Dias. Vamos trazer as gentes todas para cá o quanto antes. Amanhã mesmo. Tu podes começar pela ermida. Agora, no aniversário d'el-rei, quero a paliçada pronta, e pelo menos também a cadeia, a sede da câmara e os armazéns do porto.

– Mas... O aniversário do rei não é a 6 de junho, capitão?

– Exatamente. Hoje é 30 de março, não é isso? Então. Amanhã trazemos as gentes. Começando no dia primeiro, tens... deixa-me ver... Vê só! Sessenta e seis dias – concluiu alegre. – Um número mágico, Luís Dias! O aniversário do rei é dia seis, do mês seis, e Vosmecê tem até lá sessenta e seis dias. Não te pareces boas alvíssaras?

Com a exceção de Pêro Borges, o gorducho ouvidor-geral – de mau humor, como sempre – e cara ainda mais afogueada pelo esforço despendido, todos se divertiram com o desafio imposto ao mestre de obras. Fosse por estarem pisando terra firme, vendo de cima o mar, depois de dois meses à mercê dos caprichos dele; fosse pela expectativa da nova vida; quiçá pela folgança da noite anterior; o fato é que havia mudado para bem melhor a disposição de espírito do grupo.

– E podes contar com a ajuda do Diogo Álvares e suas gentes – ajuntou o governador. – Podemos ou não podemos contar, meu bom amigo?

– Naturalmente, meu senhor. Embora o capitão tenha ofendido a minha velha, não querendo pousar a noite passada em nossa humilde morada, cá estou para servi-lo, consoante el-rei determinou.

A referência à última noite fez Tomé de Sousa sentir o rosto abrasar um pouco. Porém, com a piscadela de olho do velho, percebeu-lhe o ardid.

– Muita verdade, Diogo Álvares – apressou-se em emendar. – Ontem acabei não passando a noite em tua casa. Perdoa se te ofendi e à sua senhora, Dona Paraguaçu. Durmo lá esta noite. Fica bem assim?

– Será um imenso prazer, meu senhor. Minha velha vai ficar muito feliz. Ela já estava lá a pensar que o Caramuru aqui não tinha mais prestígio algum. Ainda hoje cedo me disse: *Te cuida marido* – remedou, imitando os trejeitos de uma velha índia. – *Teu respeito aí com o capitão está mais por baixo do que guizo de boicininga!...*

– Guizo de quê? – questionou Dom Tomé.

– *Boicininga*. É como as gentes cá da terra chamam uma cobra venenosa que tem chocalhos no rabo.

O jantar daquele dia foi igualmente farto. A festa na praia e tudo o mais se repetiu. Contudo, na manhã seguinte, com Caramuru na vanguarda, para melhor guiar os navios por entre os bancos de

areia e arrecifes, as três naus, duas caravelas e o bergantim d'el-rei ancoraram na enseada, ao regaço da Baía de Todos-os-Santos.

– Por que de Todos-os-Santos? – questionou Garcia, que, como quase todos da expedição, estava se deparando com aquela maravilha pela primeira vez. – Foi Vosmecê que assim a batizou, Dom Tomé?

– Não, meu rapaz. Quem batizou foi um tal Américo Vespúcio que, a mando d'el-rei Dom Manuel, o pai de Dom João, andava por estas terras desenhando mapas, e cá chegou a 1º de novembro. No dia de Todos os Santos, do ano da graça de 1501.

– Uma beleza, isso aqui!

– Bonita, mesmo, é a paisagem lá de cima – afiançou o capitão-governador. – Mas não gastes demais as tuas vistas. Por ora, vamos todos ficar alojados nos barcos. E tu hás de subir e descer esse serrote aí, ó, umas tantas vezes, todo dia.

– E por que os navios do Álvares de Andrade não vieram conosco, meu senhor?

– Virão. Antes, é preciso fazermos uns cercados, para que possam descarregar os cavalos, porcos e outros animais que estão transportando. Mas deixa-te de arengas, ó rapaz. Temos muito o que fazer.



Capítulo 10

Provérbio das Arábias

As ordens do rei para Tomé de Sousa eram bastante explícitas. Estavam reunidas num longo e detalhado regimento de quarenta e dois artigos, em um dos trechos dos quais podia-se ler:

E no sítio que vos melhor parecer, ordenareis que se faça uma fortaleza da grandura e feição que requerer o lugar em que a fizerdes, conformando-vos com os desenhos que levais, executando os trabalhos com os oficiais que para isso vos mando e com quaisquer outros que bem entendais.

Assim, no primeiro dia de abril, com base nas plantas previamente desenhadas em Lisboa, convenientemente adaptadas às circunstâncias locais, as obras começaram. Sob as ordens do mestre Luís Dias e a supervisão de trezentos e vinte homens de armas, os quatrocentos prisioneiros que cumpriam pena de degredo e duas dúzias de gentes trazidas por Caramuru foram postos a trabalhar. Começaram abrindo uma ladeira na encosta, para facilitar a subida. Depois, derrubaram a erguer a paliçada em volta da futura cidade. Enquanto isso, pedreiros supervisionavam a feitura da cal, das telhas, do corte e aparelhamento das pedras de cantaria; carpinteiros lavravam as árvores abatidas ou entravam nas matas próximas em busca de outras, para transformar em tábuas, vigas, pranchões e ripas.

Em pouco mais de duas semanas, a ermida de Nossa Senhora da Conceição da Praia ficou pronta. É certo que não passava de um salão de uns doze por quatro passos, com paredes de taipa, um

campanário no telhado e um quartinho para o vigário aos fundos. Mesmo assim, caiada de branco, com um sino campanário e uma cruz no seu ponto mais alto, ficou de muito bom parecer. Ali, celebravam-se agora missas pela manhã e à tarde. Missas que, de segunda a sábado, foram aos poucos perdendo audiência, até a congregação limitar-se praticamente só a padres e irmãos, meninos órfãos, Dona Mariinha, Dona Anastácia e suas negras da Guiné.

Todos tinham muito o que fazer. Um formigueiro humano era a melhor comparação de um típico dia de trabalho na construção da cidade de São Salvador. Com Garcia d'Ávila a postos, à guisa de ajudante de ordens, Tomé de Sousa corria de um lado para o outro sob o sol inclemente; ora incentivando, ora elogiando, vez ou outra censurando quem executava algum trabalho mal-feito, ou se deixava vencer pelo cansaço e pelo calor.

– Vamos lá, minhas gentes – instigava Dom Tomé. – O aniversário d'el-rei está chegando. O dia 6 de junho está logo aí! Precisamos disto aqui pronto para comemorar o natalício de Sua Majestade.

Assim, das seis horas da manhã às seis da tarde, quase não se parava de trabalhar. Naquele ano o outono fora de poucas chuvas. Havia bastante sol, as obras progrediam e as plantações, que os colonos começavam a fazer no fundo dos vales, emitiam os primeiros brotos.

Entrementes, o povo árabe tem uma máxima. Segundo eles: “Se alguma coisa acontecer uma vez, talvez não aconteça nunca mais. Mas, se acontecer uma segunda, certamente acontecerá uma terceira”.

E Dom Tomé começou a afligir-se. A sentir falta de Yuruti, a indiazinha com quem dormira por duas vezes em casa de Caramuru.

Uma noite, depois de beber solitariamente um canjirão inteiro de vinho, sentado nos degraus do castelo de proa da nau *Conceição*, sob um céu de estrelas que pareciam piscar em admiração pelo milagre de ver surgir uma cidade no meio do nada, o fidalgo não

resistiu. Quando o cirado foi perguntar-lhe se precisava de mais alguma coisa, saiu-se com uma colocação canhestra.

– Quero que tu vás à Vila do Pereira amanhã bem cedo, e avise ao Diogo Álvares que pretendo dormir a noite próxima em casa dele. Mas trata de ir sozinho e sem dar na vista. Entendido?

– Naturalmente, meu senhor – assentiu prazerosamente o moço, percebendo a manobra do patrão. – Vou de batel.

– Dize-lhe que estou saudosos da hospitalidade dele. Que me venha convidar para passar lá uns dias. Mas que trate de arranjar uma boa desculpa, ou não poderei ir.

– Deixa comigo, meu senhor. Parto antes do sol nascer.

No final da tarde seguinte, quando os trabalhos estavam chegando ao fim, Caramuru acercou-se da tenda onde se reuniam os principais da expedição. Estavam quase todos lá. O ouvidor-geral, e o provedor-mor, o tesoureiro da Fazenda, o metre de obras, o escrivão da provedoria... Até o padre Manuel da Nóbrega estava naquele dia, numa discussão acalorada sobre sua intenção de erguer uma escola do lado de fora da paliçada.

– Pelo sangue de Cristo, senhor padre! – insistia o governador, entre ansioso e exaltado, andando de um lado para o outro, com as mãos cruzadas às costas. – Então não bastam os regimentos d’el-rei? Não podes transigir com os aspectos de segurança, padre. Queira Deus que não, mas podemos perfeitamente ser atacados, a qualquer instante, por gentios ou por franceses. Como vamos proteger os reverendos fora dos muros?

– Nosso Senhor nos protegerá, capitão.

– Sei, padre. Naturalmente que protegerá. Mas por que isso? Por que Vosmecê não constrói a escola cá dentro?...

– Cá dentro os gentios se sentiriam intimidados. E se o capitão bem se lembra, nossa missão nestas Terras de Santa Cruz é converter os gentios à verdadeira fé. Para isso cá viemos e cá estamos, *ad majorem Dei gloriam*¹.

Foi então que Caramuru entrou.

- Muito boas tardes, meus senhores. Sua bênção, padre.
- Chegaste em boa hora, ó Diogo Álvares – atalhou o governador.
- Estava mesmo tentando mostrar ao padre Manuel da Nóbrega o quanto pode ser perigoso viver fora dos muros. Não achas que tenho razão, ó Diogo Álvares?
- Acho, meu senhor. Tens toda razão. Verdade seja, é por isso que cá estou.
- Como assim? O que houve? Aconteceu alguma coisa?
- Carece que o meu senhor me acompanhe à vila. Apareceram uns chefes gentios por lá. Querem conferenciar com o grande chefe branco.
- Não percebo. Como assim?
- É o costume deles, meu senhor. Chegam de repente e... Bem, querem parlamentar contigo.
- Mas, assim... Sem mais nem quais! O que desejam?
- Não sei. É o jeito deles, capitão. E o meu senhor não pode deixar de ir, nem deve levar escolta. Tens de ir sozinho. No máximo, com o teu escudeiro, o Garcia.
- Meu escudeiro? Imagina!
- Não importa. Se quiseres levar o moço, melhor para ti. Se não quiseres, tudo bem. Mas eu conheço cá os costumes dos gentios. A situação carece que o meu senhor vá passar uns bons dias lá na vila.
- É tão urgente assim?
- Não tenhas dúvida.
- Penso que Vosmecê não deveria ir – retrucou o senhor ouvidor, com a sisudez de praxe. – Se quiserem conferenciar contigo, que venham cá. Vossa Mercê representa el-rei. Não pode submeter-te aos caprichos desses selvagens.
- Já eu acho que o senhor ouvidor deveria se lembrar do Pereira Coutinho – ponderou Caramuru. – Ele pensava igualzinho a Vosmecê. E deu no que deu! O capitão carece ir, sim.
- Que coisa mais absurda! Então uns selvagens chegam de repente e simplesmente... Ora mais...
- Não esqueças, Dom Pêro, que eu vivo entre essas gentes há quase quarenta anos. Quando Vosmecê veio à luz, eu cá já vivia.

Conheço os costumes deles melhor que qualquer um aqui.

– Está bem, Diogo Álvares – atalhou Tomé de Sousa, buscando serenar os ânimos. – Se tu acreditas que é importante, eu vou. Vou contigo. Amanhã estarei de volta.

– Não, meu senhor – interpôs Caramuru. – Não esperes estar de volta nem amanhã, nem depois, nem tão cedo. Pode contar aí... bem uns quinze dias.

– Quinze dias!

– Por aí. Eu sei bem desses conselhos tupinambás. Eles têm todo o tempo do mundo. E quanto mais demorarem, tanto mais importante será a missão deles perante a aldeia.

– Quinze dias é muito tempo – alegou Dom Tomé. – O que os senhores acham?

– Eu vou com o senhor – sentenciou o chefe dos jesuítas.

– Nem penses nisso, padre – interpôs Caramuru. – Eles desconfiam de homens de saia. Para o bem do teu, e do trabalho de todos cá, permite que o capitão vá sozinho. No máximo com o Garcia. Se a empresa for bem-sucedida, como eu acredito, ficará muito mais fácil para todos o convívio com os gentios.

Fez-se um silêncio resignado na tenda.

– Muito bem. Se é para o bem de todos... Irei. Arruma as minhas tralhas, ó Garcia. As tuas, também. Seja Deus servido, estaremos de volta no menor tempo possível.

– Só mais um pormenor, meus senhores – atalhou Caramuru. – Demore o tempo que demorar, não mandem ninguém espreitar a Vila do Pereira. Eles trouxeram uns tantos guerreiros. Poderia ser perigoso.

1-Divisa dos jesuítas: "para maior glória de Deus".



Capítulo 11

Férias no paraíso

Aqueles estavam sendo os melhores dias que ele tivera na vida. Até então, nunca se permitira tirar a máscara de virtuoso e sensato que usara desde menino. E lá se iam quarenta e seis anos!

O pai havia nascido em casa fidalga. Não obstante, fora levado ao sacerdócio por conveniências familiares. A mãe, inconformada com a perda do apaixonado, acabara tornando-se amante do jovem abade e tivera com ele nove filhos.

A pecha de bastardo, e ainda por cima filho de padre, havia perseguido o jovem Tomé por anos a fio. Não fosse o primo Martim Afonso de Sousa, dificilmente teria tido acesso à corte de Dom Manuel, onde conhecera o conde de Castanheira, que viria a se tornar o membro mais ilustre da família. Muito menos, Dom João, filho do soberano, que um dia, com a morte do pai, subiria ao trono como el-rei.

– Confessa, ó Diogo Álvares – solicitou com voz pastosa, enquanto deixava-se banhar alegremente no rio pela jovem Yuruti.
– Essa tua *cachaza* tem alguma coisa de mágico. Algum feitiço...

– Talvez tenha mesmo, meu senhor. Nela habita o espírito da alegria e do bem viver. – E levantando um brinde: – Que tua sombra nunca seja menor!

– Nem a tua, Diogo Álvares! – retribuiu, acarinhando displicentemente os seios da indiazinha. – Agora sei por que tu nunca quiseste voltar ao Reino, seu velho traquinas. Por mim, eu também cá ficava pelo resto dos meus dias.

– He, he, he! O meu senhor ainda não viu nada... Isto aqui é o paraíso!

Era mesmo. Os dias pareciam voar. Quando acordava, Yuruti tinha sempre um gesto de carinho e umas doces palavras incompreensíveis, que lhe soavam imensamente agradáveis aos ouvidos. Criada sem peias ou censuras, no frescor dos seus quinze anos, a mocinha não se impunha limites. Assanhava-lhe o cabelo e a barba. Brincava com os seus bigodes e montava-lhe na barriga. Ora fazia-lhe cócegas, ora colocava-o parcialmente no colo e o chamava de *amoa*¹. Ah! Que coisa boa era começar o dia com aquela menina ao lado. Com aquela coisinha tão linda e tão dócil, tão meiga e gentil, que não escolhia dia nem hora para os quefazeres do amor.

Quando finalmente saía da cama, Diogo Álvares já o esperava para o pequeno-almoço. Desjejum à base de hi-dromel e inhame cozido, seguido de frutas. Quantas espécies estranhas! Uma lembrava uma bexiga de bom tamanho, listrada em diferentes tons de verde, mas dentro tinha polpa vermelha, sucosa e refrescante; chamavam-na *jaçê*. Essa parecia uma cereja cheia de gomos, azedinha e refrescante; o nome era *pitanga*. Aquela outra, perfumada e succulenta, ora vermelha, ora amarela, trazia uma curiosa castanha na ponta e era chamada de *acajú*.

– Não é como as nossas castanhas lá de Portugal, mas assada nas brasas é muito boa – assegurava Caramuru. – A baga também. Tem bom sumo. Agora, deixada de infusão, põe na *cachaza* um gostinho excelente. Mas, se queres saber, para mim a fruta mais nobre das Terras do Brasil é essa aqui, ó! – Apanhou e, pegando uma faca, com gestos hábeis descascou a graúda fruta, cortou-a em rodela, espetou uma delas na ponta da lâmina e ofereceu. – Experimente, meu senhor. Esse é o *ibakatí*.

– Que coisa deliciosa, Diogo Álvares. Deixa uns... uns sapinhos na língua da gente... Muito bom! Experimenta tu também, ó Garcia.

Garcia agradeceu e também se serviu.

– De onde é que vem isso? – questionou o fidalgo. – É de uma árvore?

– Não, meu senhor. Dá no chão. Assim, ó... no alto de umas folhas cheias de espinhos na borda, como essas que tem aí coroando o fruto.

Nesses momentos, Garcia estava sempre por perto. Yuruti não. Sumia, para só aparecer novamente depois da sesta, a soneca de umas duas horas, que o fidalgo tirava após a refeição do meio do dia, à sombra de uma árvore, na beira do rio. Garcia ficava à vista, de plantão. Quando Yuruti chegava, ele desaparecia. Quando ela saía, ele voltava. E assim se sucediam.

– Tive sorte com esse meu criado, não achas, ó Diogo Álvares?

– É um ótimo rapaz, meu senhor.

– Nunca vi alguém tão discreto. Tem horas que eu até esqueço que ele existe. E com tanta gentiazinha em volta, ele nem...

– Hum!... Vosmecê é que pensa!... Paraguaçu me contou. Está de *rala-rala* com a Jurucê.

– Com quem?

– Com Jurucê. Uma das minhas filhas mais novinhas.

– Mas... Benza-nos Deus! Isso é um absurdo! Uma falta de compostura! Vou...

– Tolices, capitão. Deixa... Deixa... O que é que tem de mais, meu senhor? Deixa os miúdos se divertirem. Ora se tem coisa melhor!

– Tu então não te incomodas?

– Incomodar, a mim? He, he, he! Eu só botei ela no mundo, capitão. Não é propriedade minha. E ainda que fosse... A *tambarerê* é dela... Ela que dê bom uso.

– Mas... essa moça aí é filha tua com Dona Paraguaçu?

– Não. É da Caoby, uma das minhas outras mulheres.

– Outras! E tu tens muitas? Quer dizer... mulheres?

– Hum! – Coçou o pescoço, por baixo da barba. – Já tive mais. De momento, tenho só duas fixas.

– É mesmo, homem!... E a tua senhora, digo, a Dona Paraguaçu, sabe? Não se incomoda?

- Qual o quê!... Depois que ficou velha e parou de querer *rala-rala*, vez em quando até me traz umas menininhas.
- Tu estás a arreliar comigo, ó Diogo Álvares!...
- Estou não, meu senhor. – E sorriu gostoso. – Eu não disse para Vosmecê que isso aqui era o paraíso!

1- Lindo, em tupi.



Capítulo 12

Rio Vermelho

Cavalgando a passo de marcha pela beira-mar, Caramuru levou Tomé de Sousa e o criado para conhecer o litoral norte, no lado oposto ao de São Salvador. Logo depois da vila, numa língua de terra que avançava mar adentro, parou o cavalo para mostrar um bloco de pedra limosa, enfiado parcialmente na areia.

– Quando cheguei, cá já encontrei – explicou Diogo Álvares. – Se Vosmecê reparar bem...

– Percebi. Quem diria... Ora se não são as armas da Coroa de Portugal!

– As gentes do Pereira Coutinho me disseram ser um padrão, aqui deixado por um tal Américo Vespúcio.

– Pode ser – anuiu o fidalgo. – Vespúcio andou fazendo uns serviços de reconhecimento da costa para *o Venturoso*.

Passaram depois por uma sequência de oito ou nove praias, umas mais curtas, outras mais extensas, separadas entre si por pequenos morros e penedos. Penedos às vezes tão escarpados e rentes à água, que precisavam ser contornados pela mata.

Aqui e ali, viam-se rastros de tartarugas marinhas, medusas e águas-vivas, amontoados de sargaços, regatos se abrindo em leque na areia. Ciscando nas margens, bandos de gaivotas branco-acinzentadas; e de fura-buxos, pardos de peito branco; de tão entretidos, mal se davam ao trabalho de levantar a cabeça. Aquele era mesmo um litoral muito bonito – observou Tomé de Sousa –,

conquanto o quebrar das ondas denunciasse ser o mar um tantinho raivoso.

– E essas palmeiras, ó Diogo Álvares? – questionou Dom Tomé, apontando com o dedo. – Não me lembro de ter visto em outro lugar.

– Não lhes sei o nome, meu senhor. São fruto de umas castanhas graúdas, que vieram dar na praia com os restos de um naufrágio. Como estavam brotando, plantei para ver no que dava. Deu essas palmeiras aí. – E incitando o cavalo na direção do grupo de palmeiras: – Venham. As castanhas têm dentro uma água muito doce.

Apeando do cavalo, Caramuru abraçou-se ao tronco da palmeira e começou a escalá-la. Subia com tal agilidade que o governador não conseguiu se furtar a compará-lo a um macaco. Macaco branco e velho. Ainda assim, um macaco. Minutos depois, “o macaco” já estava lá no alto, derrubando alguns frutos.

– Cuidado aí – gritava sorridente. – Não queres vir cá em cima, capitão? Olha que a vista é magnífica! E tu aí, ó Garcia, vês se fazes alguma coisa. Deixa de moleza, homem! Pega o facão na minha sela e descasca a cabeça dessas castanhas. Mas toma cuidado. Menino que pega em facão, à noite mija nas calças. He, he, he!

Beberam com entusiasmo infantil a água do coco e prosseguiram caminho. De quando em vez, fazendo arroteio mata adentro, para contornar os morros mais altos e os penedos. Cerca de uma hora depois pararam à sombra de uma árvore.

– Foi cá na foz deste rio que eu naufraguei, meu senhor.

– Foi este, então, o teu porto de chegada – brincou o fidalgo. – O que tu estavas a fazer cá no Brasil, ó Diogo Álvares? Estavas a serviço d’el-rei?

– Qual o quê, meu senhor! Para dizer verdade, eu cá estava era caçando dinheiro para pagar umas dívidas.

– Dívidas?

– Dívidas de jogo.

– Quer dizer, então, que o amigo gosta de um joguinho?

– Gostava. Oh, se gostava! Vinho, mulheres e dados... era tudo o que eu pedia a Nosso Senhor Jesus Cristo. O diabo é que andava numa maré de azar danada. Perdia de fazer gosto. Aí, como os credores me estavam apertando muito, convenci um amigo meu a me arrendar o caravelão dele e vim furtar uma carga de pau-de-tinta. Se tivesse dado certo, pagava a todo mundo e ainda ficava com bom troco.



Com uma tripulação arrebanhada entre a escumalha das tabernas de Viana do Castelo, sob a promessa de pagamento generoso quando regressassem, a viagem transcorreu como uma daquelas excursões de farristas irresponsáveis, nas quais ninguém planeja coisa alguma. Alguns mareantes, de tão bêbados ou inexperientes, embarcaram mesmo como se partissem para um piquenique nos arredores, levando apenas a roupa do corpo. Dois meses, muitas brigas, muita fome e muita sede depois, acabaram avistando terra.

Nas ilhas que Fernando de Noronha havia arrendado poucos anos antes, só havia pau-de-tinta bem novinho. Conseguiram, em todo o caso, um pouco de água empoçada pela chuva e alguma comida. Descansaram, divertiram-se caçando golfinhos e embarcaram no caravelão novamente. A corrente sul-equatorial levou-os para sudoeste.

Uma semana mais tarde, estavam avistando terra outra vez, quando um acolchoado de nuvens escuras começou a encobrir o sol. Enquanto o mar encapelava-se e extraía das profundezas verdadeiras montanhas de água, alguém berrou que seria bom arriarem as velas. Não foi necessário. Uma rajada de vento, seguida de um remoinho, cuidou de arrancar primeiro os cutelos e a varredoura, e logo em seguida a vela latina. O temporal começava.



– Foi terrível, meu senhor! Depois de um dia inteiro de sufoco, acabamos sendo jogados contra uns arrecifes, a um tiro daquele morro ali – apontou Caramuru. – Abriu-se um rombo na proa do

caravelão que Vosmecê precisava de ver! Na hora que senti o baque e me dei conta do estrago, corri ao castelo de popa para pegar a minha arquinha.

– Arquinha!...

– Uma canastra. Era nela que eu guardava os meus pertences. Não demorei quase nada. Foi só o tempo de jogar uma muda de roupa que estava pendurada dentro da arquinha e voltar. O caravelão já estava de proa baixa. Não encontrei mais ninguém no convés. A marinagem tinha abaixado o batel, veja Vosmecê, e remava feito uns desgraçados para vencer os vagalhões. Já estavam a bem umas dez braças!

– Abandonaram o barco e deixaram o amigo sozinho?

– Pois é. Gritei feito um condenado. Xinguei. Praguejei. E sabe o que um dos meus companheiros fez? Virou-se para mim, dobrou o braço com o punho fechado e segurou a dobra do cotovelo com a outra mão. Um manguito!

– Bela tripulação a tua, Diogo Álvares! – brincou o governador.

– Pois é. Ainda bem que se foderam todos!

Tomé de Sousa franziu a testa e arqueou as sobrancelhas, repreensivo. Não gostava de ouvir palavras chulas da boca de subalternos. Soava-lhe como falta de respeito. Desconsideração.

– Perdoa, meu senhor, mas não existe palavra para pôr no lugar. Os filhos da puta se foderam mesmo. Bonitinho! Eu cá não vi nada. Só descobri horas depois, quando cheguei à praia, agarrado ao mastro da gávea e à minha arquinha. Ela é que me salvou.

– A arquinha?

– Hum, hum!... A maré me trouxe para cá. E sabes o que eu vi, meu senhor? A marujada toda com flechas espetadas pelo corpo. Parecia um bando de São Sebastião! A diferença é que a cabeça de alguns estava quebrada e com os miolos de fora.

– Santos Evos!...

– Eh, não era coisa boa de se ver, não! Era tanto sangue que o rio estava vermelhinho, meu senhor. Me deu um medo, capitão... Um medo tão grande, que botei a arquinha no ombro e desabalei numa carreira só.

– Não é para menos, homem. E depois, que fizeste tu?

– Me escondi dentro de uma cova ali, ó, ao pé daquele morro, só que do lado do mar. Aí caí no sono ou desmaiei de cansaço. Sei lá eu! Quando acordei novamente, o dia estava raiando. A tempestade havia passado. O mar estava tão calmo que fiquei com raiva. As ondas quebravam tão suave, tão mansinhas, que pareciam querer zombar de mim. Os meus belos planos, veja Vosmecê, tinham virado vinagre. E não é que o mar ainda zombava de mim!...

– Engraçada essa tua comparação. Depois da tormenta, o mar fica mesmo muito calmo. É como se diz, Diogo Álvares, depois da tempestade, vem a bonança.

– Pois é, meu senhor. Parece que vem mesmo. Daquela feita, porém, a tal bonança me deu foi raiva. Uma raiva de não caber em mim. Estava morrendo de sede e com um pouco de fome. Mas estava mesmo era com raiva. daquelas raivas de deixar um homem fora de si.

– E o que fizeste tu?

– O que eu fiz? Depois de rezar um pouco e praguejar um bocado, resolvi abrir a arquinha. A muda de roupa estava encharcada. O arcabuz pingava água. Mas o meu bom e velho polvorinho aqui, ó – e bateu no polvorinho de estanho, pendurado a tiracolo –, tinha mantido a pólvora seca. Enxuguei o arcabuz o melhor que pude, carreguei o pau de fogo e enfiei o bicho na cinta. De tanta raiva que sentia, estava disposto a matar o primeiro filho da puta que me aparecesse.

– E encontraste? – perguntou Dom Tomé, depois de pigarrear, dando mostras de desaprovação pelo linguajar de Caramuru.

– Ora se encontrei!... Caminhando a passo de perdiz cá para o rio, esconde aqui, esconde acolá, vi uma dúzia ou mais de gentios roubando as vestes e petrechos da marinhagem. Parti para cima deles. Cá eu penso que estavam entretidos demais com o saque. Peguei-os de surpresa. Mandei fogo e nem esperei a fumaça baixar. Recarreguei o arcabuz e mandei fogo novamente. Vosmecê nem imagina... Foi aquele alvoroço!

– E não acertaste nenhum?

– Oh, se acertei! Acertei sim. O ódio faz a gente ficar de mira boa, capitão. Acertei os dois tiros. Mandeí dois filhos da puta para os infernos!

– E os outros? – questionou o governador, esforçando-se para não levar mais em conta o baixo calão do palavreado.

– Os outros? Os outros ficaram foi descendo e levantando os costados, com os braços semiabertos, como se fazendo uma reverência para mim! Me aproximei, de arcabuz em punho, dizendo um monte de desaforos para eles. Xinguei os gajos de todos os nomes que eu conhecia e me deu vontade. De filho da puta para baixo, não ficou nada!

– E não te atacaram?

– Qual o quê! Me levaram foi para a aldeia. Me deram de beber... de comer... Mais tarde, o chefe até me deu a filhota dele para eu aliviar a pressão – gargalhou tão alto que assustou os cavalos. – Estou com ela até hoje: minha velha, a Paraguaçu. Ela contava uns catorze ou quinze anos na época. Tinha tido o primeiro mênstruo.

– Interessante – interrompeu o fidalgo, receando maiores comparações. – E essa alcunha tua, deram por quê?

– Caramuru é um peixe, meu senhor. O nome que eles dão para a moreia. Aquele peixe comprido, fino e venenoso. Eu cá devia estar mesmo magro – sorriu. – Comprido e venenoso, sempre fui.

– E quando foi isso? – perguntou Dom Tomé.

– Ah, faz tempo!... Foi em dez. Se bem me lembro, 20 de janeiro de 1510. Dia de São Gonçalo.

– Podias, então, ter batizado o rio aí como Rio de São Gonçalo, como é de costume.

– E eu sei lá essas histórias de santos, meu senhor! Só sei que era dia de São Gonçalo por causa da festa. Lá no Reino, comi muita rapariguinha na festa de São Gonçalo do Amarante. O rio aí eu chamo mesmo é de Rio Vermelho. Por causa do sangue daquela marinhagem. Mas Vosmecê é quem pode dar cá nome às coisas. Não eu.

– De modo nenhum – fez-se simpático o governador, um pouco tocado pela tragicômica história do velho. – Se tu batizaste como

Rio Vermelho, no que depender de mim, Rio Vermelho continuará sendo.



Capítulo 13

Lagoa do camarão

Daquela vez, saíram mais cedo que de costume. Diogo Álvares prometera um passeio especial, com direito a refeição do meio-dia. Cavalgaram para o norte um bom quarto de légua pela praia, e depois viraram para o oeste, seguindo o curso de um regato.

– Dá para ir pela costa – comentou Caramuru –, mas cá por dentro corta-se bom caminho. Assim, pelo menos o capitão-governador conhece um pouco mais a Terra.

À cabeceira de um pequeno lago, que Caramuru disse ser chamado pelos nativos de *Tororó*, em alusão à possante fonte de água que o abastecia, entraram numa picada. Prosseguiram por uma sucessão de vales sombreados e úmidos. A vegetação ali não se assemelhava à da beira-mar. Era de exuberância tal, de um verde tão intenso, que parecia obra de algum jardineiro delirante. Plantas de folhas enormes, algumas graciosamente recortadas, enlaçavam o tronco musgoso das árvores, misturando-se a outras trepadeiras que, apoiadas em cipós, galhos caídos ou no que mais servisse de encosto, se esgueiravam para o alto à cata de sol. A luminosidade era mesmo fraca no fundo do vale. Onde alguns poucos raios conseguiam infiltrar-se pela catedral de árvores, colônias de avencas disputavam o espaço com touceiras de fetos gigantes, afelandras, ba-naneiras silvestres e outras espécies extravagantes.

– Nunca vi tantas plantas esquisitas – admirou-se o fidalgo. – Penso que nem nas Índias!

– É a quentura, capitão. Água e calor, é o que mato mais gosta – assegurou o velho com um sorriso. – Em compensação, nunca vi cá uma macieira, uma pereira... Nem mesmo um simples choupo ou oliveira. Sabe Deus!... Parece que cada terra tem lá os seus tipos de plantas.

Às vezes, a cantoria dos pássaros produzia um barulho atordoante. Uma infinidade de gorjeios e trinados superpostos, como num coral em que o maestro houvesse perdido o juízo. Súbito, os cantores todos se calavam e instaurava-se na floresta um perfeito silêncio. De quando em quando, macacos saltavam de um para outro galho, veados e capivaras assustavam-se e embrenhavam-se na mata, vespas e outros insetos tentavam ferrear os intrusos ou passavam zunindo pelo ouvido deles. E então, se um bem-te-vi ou um sabiá iniciasse o seu canto chamando pela parceira, a sinfonia da passada inteira começava de novo, com redobrado vigor.

Clareiras imprevistas denunciavam a derrubada de grandes árvores.

– É o pau-de-tinta, meu senhor. Antigamente, tirou-se muito pau-de-tinta por aqui. Hoje, é raro. Para arranjar, tem-se que adentrar umas duas léguas sertão adentro.

– E voltam a brotar novamente? Digo, os paus-de-tinta derrubados?

– Acho que sim. Depende do jeito de cortar, penso eu.

– E cortam com o quê?

– Quando cá eu cheguei, os gentios usavam machados de pedra. Às vezes, fogo. Dava um trabalho dos diabos derrubar uma árvore. Depois que consegui machados de verdade, melhorou muito a vida deles.

Decorridas umas quatro horas de marcha, entrando e saindo de vales, atravessando a vau grande número de riachos e rios pouco profundos, foram desembocando em campos cada vez mais abertos.

– Chegamos. Estás vendo lá, capitão? Aquela, é a lagoa do *Pituaçu*.

– Como é que é?

– *Pituaçu*. É como os gentios chamam. De *pitu*, que quer dizer “camarão-de-água-doce”, e *açu*, de “grande, graúdo”. Lagoa do camarão graúdo, pois, pois.

– Camarão-de-água-doce! Interessante. Estamos, então, longe do mar?

– Não muito. Vem – convidou, incitando o próprio animal. – Dali, de cima daquele morrote, dá para ter uma ideia melhor.

Observada do alto, o pitoresco da paisagem era a riqueza de contrastes. Emoldurada em uma das cabeceiras pela floresta densa, estampava-se abaixo a grande lagoa escura, cercada, aqui e ali, por dunas de areia branca. Areias tão brancas, que pareciam o resultado de alguma nevada recente. Seguia-se, na outra extremidade, uma faixa de vegetação rala e, à frente, a praia de areias carameladas, lambidas pelo mar azul.

– Muito bonito – elogiou Tomé de Sousa. – Belo passeio este que me trouxeste, ó Diogo Álvares. E aquela fumaça atrás do outeiro? Vive gente cá?

– Vive sim. É para lá que vamos. O pescueiro tupinambá.

Às margens da lagoa do *Pituaçu*, os índios acampavam por algumas semanas a cada ano para a pesca do *pitu*. Camarões cascudos, de coloração esbranquiçada, abdome grosso e até um palmo de comprimento. Famílias inteiras dedicavam-se ao trabalho. Os homens pescando, as mulheres destripando, as crianças enfiando os camarões em espetos finos de pau, postos depois ao sol para secar.

– Eles antes não faziam isso – explicou o velho. – Só pescavam o que podiam comer no dia. Quando a safra acabava, só voltavam a comer camarão no ano seguinte. Agora não. Depois que os ensinei a fazer a secagem, quando está chovendo muito, quando dão azar na pesca ou na caça, podem comer camarão seco à vontade.

– Eh! Não é à toa que tu, cá, és tratado como um rei, ó Diogo Álvares – brincou Tomé de Sousa.

– Rei? Antes fosse! – exclamou Caramuru, sorrindo com gosto. – Não sou nem fidalgo... Mas já que Vosmecê falou de rei, venha. Vais comer o melhor camarão da tua vida. Um camarão que nem Dom Manuel, nem Dom João, nem mesmo o Papa, experimentaram igual!

De fato, simplesmente cozidos no vapor, depois de banhados em água do mar, os tais camarões tinham um sabor suave, ligeiramente adocicado, realmente magnífico ao paladar. E regados a cachaza então!...

– Eu chamo de camarão ao bafo – ensinou Caramuru.

– Eh, meu bom amigo – aprovou o governador ao final, arrotando e chupando os dedos, satisfeito. – Do jeito que tu me tratas, vou cá ganhar umas boas libras. Para ficar melhor, só mesmo uma soneca. Posso cá tirar a minha pestana, antes de voltarmos para a vila?

– Vosmecê é quem manda, capitão. Quando o sol esfriar, voltamos pela praia a galope. Numas duas ou três horas estaremos em casa. – E dirigindo-se a Garcia: – Tu aí, ó escudeiro, eu cá lembrei-me de trazer a *cachaza*. Tu não trouxeste a rede do senhor teu patrão?

– Trouxe sim – asseverou Garcia. – Fiz como Vosmecê mandou. Está no meu alforje. Vou armar agorinha mesmo.

– Esse teu genro... – gracejou o fidalgo. – Mas... Tu que sabes de tudo, ó Diogo Álvares, explica-me cá uma coisa. Por que a areia das dunas é branca, se a areia da praia é caramelada?

– He, he, he! Isso lá eu não sei, não, meu senhor. Se calhar, o que sei é que essas areias cantam.

– Areias que cantam! Só tu mesmo para inventar uma história dessas.

– Não é invencionice não, capitão. Se Vosmecê prestar atenção...

– Eu cá não estou ouvindo cantoria alguma.

– Primeiro, deita lá na rede e fecha os olhos – sugeriu Caramuru.

– Vamos lá, o Garcia já está armando. Depois, Vosmecê me diz se as areias cantam ou não cantam.

- Deixa-te de histórias, ó Diogo Álvares. Onde já se viu!
- Verdade. Os gentios até sabem explicar o porquê.
- Os gentios? Uma lenda, provavelmente.
- Se é lenda, eu cá não sei. Mas que a história é bonita, é.
- Conta-me, então.
- Deita-te lá na rede, que eu conto – e contou.

Consta que um velho guerreiro, de nome Curimbaba, cansado das constantes mudanças da aldeia, não podendo mais caçar nem guerrear, recusou-se a seguir adiante e preferiu quedar-se cá, neste sítio. A mais nova das suas filhas, Jururê, contra tudo e contra todos, resolveu ficar tomando conta do pai. Muitas luas se passaram. Um dia, em que o ancião estava sozinho na oca, apareceu um estranho guerreiro, vindo de muito longe, pedindo pousada. O velho deu-lhe de comer e beber, mas quando o moço elogiou-lhe o cantar da filha, que se banhava na lagoa, ficou com ciúmes. Ao voltar para a oca, Jururê pareceu encantada com o desconhecido. O ciúmes do pai cresceu. O velho já nem dormia mais, de tanto que espreitava os dois. Mas uma noite acabou caindo no sono. Quando despertou assustado, as outras redes estavam vazias. Foi então que ele ouviu o canto de Jururê. Desconfiado, armou-se com a sua borduna e seguiu a música. E lá estava a sua menina e o estranho guerreiro, deitados na duna, em tal rala-rala que a rapariga até cantava! O ódio tomou conta de Curimbaba. Devagarinho, achegou-se e, de uma bordunada só, abriu a cabeça do estranho. Jururê fugiu e se meteu pelas dunas. O velho morreu de tristura. Mas Jururê nunca mais quis sair daqui. Incontáveis luas passadas, ainda hoje ela canta nas dunas, chamando pelo único homem que teve dentro de si.

- Nem ouviu o fim da história – resmungou Caramuru.



Capítulo 14

Encrenca das grossas

Em outro dia, a sesta foi bem diferente. Tomé de Sousa dormiu nos braços de Yuruti e acordou com um tiro de canhão. Ao longe, porém perfeitamente reconhecível. Levantou-se assustado. Conhecia muito bem aquele som para alimentar dúvidas. Só não tinha certeza se era a troada de um *falcão*, o canhão de pequeno calibre, mais comumente usado para a guerra naval; ou o retumbar de um *berço*, a boca de fogo que cuspiam balas de ferro de um quilo e meio.

Garcia d'Ávila e Caramuru acercaram-se da rede quase ao mesmo tempo.

- Vosmecê ouviu?
- Ouvi, Diogo Álvares – assentiu, ajeitando o cabelo e as vestes.
- De onde veio?
- Acho que foi dos lados de Salvador – ajuntou Garcia.
- Que diabo está acontecendo? – inquiriu o fidalgo, na falta do que mais dizer. – Seriam os franceses?
- Penso que não – contrapôs Caramuru. – Deram apenas um tiro.
- E o que seria então? Algum sinal para mim?
- Quem sabe, meu senhor? Pode até ser.

Alguns gentios da aldeia vizinha, que matavam o tempo na vila, aproximaram-se, fazendo questionamentos em sua língua nativa.

- *Tupacinunga! Tupacinunga!...*

– O que estão a dizer? – quis saber o governador. – O quê, ó Diogo Álvares?

– É o nome que se dá para trovão. Para “céu roncando”, meu senhor. Querem saber o que fez aquele barulho.

– Homessa! Eu também quero saber. Vamos já para lá. Tu, ó Garcia, arrumas as minhas tralhas – ordenou, e virando-se para Caramuru: – Tu me levas a São Salvador, não levas, meu amigo?

– A essas horas, capitão, sem as brisas? Não seria nada fácil. Vosmecê não poderia deixar para mais tarde? Para a boquinha da noite?

– Se pudesse ser agora... Estou preocupado. Preciso saber o que aconteceu. Tu me entendes, não é, meu amigo?

– Naturalmente, meu senhor – assentiu.

E depois de trocar algumas palavras com uns índios:

– Tudo bem. Dá-se cá um jeito. Mande-i irem atrás do Gaspar, do Gabriel e do Jorge, e vou levar mais remadores comigo, também.

– Ótimo, Diogo Álvares. Muito agradeço.

Despedidas são desagradáveis. Às carreiras, tendem a se tornar constrangedoras. Por isso mesmo, se o que estava acontecendo em Salvador inquietava Tomé de Sousa, de momento, outras preocupações se sobrepujam.

Como agradecer a Dona Paraguaçu, a mais simples, mais discreta e melhor anfitriã que ele jamais conhecera? Como se despedir de Yuruti? Quando poderia prometer voltar a vê-la?

Quando brotam da alma, no mais das vezes, um gesto ou um simples modo de olhar, dizem mais que mil palavras. Foi o recurso que a Dom Tomé restou.

Entre a Vila do Pereira e a Ribeira das Naus, a distância era de pouco mais de uma légua. Mas vencer aquela légua, num pesado barinel, à força de remos, demandou bem mais de uma hora. Tempo de sobra para profundas lucubrações.

Se é que a consciência tem duas metades, uma delas insistia em trazer à mente do governador flagrantes dos melhores momentos dos últimos dias. A outra o acusava de irresponsabilidade,

deslealdade, insensatez. Lembrou-se até de um outra passagem, de *O Velho da Horta*, de Gil Vicente, seu autor preferido.

Ó roubado, da vaidade enganado, da vida e da Fazenda!

Ó velho, siso enleado!

Quem te meteu, desastrado, em tal contenda?

Tão logo acostaram o barinel na enseada, Dom Tomé desembarcou apressado, encharcando as botas na água. Descalço, como sempre, Caramuru o seguiu. Ao passar em frente à ermida de Nossa Senhora da Conceição da Praia, o fidalgo persignou-se mecanicamente e começou a subir a ladeira a passos largos. Ao primeiro operário das obras que encontrou pelo caminho, questionou impositivo:

– Sabes o que foi aquele tiro?

– O do *berço*, governador?

– Sim, naturalmente, homem – impacientou-se. – O tiro de canhão. Sabes o que foi aquilo?

– Foi um gentio, senhor.

– Como assim? Um gentio botou fogo no *berço*? Atirou por acidente?

– Não, meu senhor.

– O que então? Santos Evos!... Anda homem! Fala de uma vez.

– Não tenho certeza, Dom Tomé. Mas parece que o senhor ouvidor mandou amarrar um gentio na boca do *berço* e fazer fogo.

– Deus do céu! Pêro Borges fez isso?

– Foi o que ouvi dizer, meu senhor.

– E sabes por quê?

– O que sei... Digo, o que ouvi, meu senhor, foi que o gentio matou um dos nossos.

– Vamos ter encrenca – vaticinou Caramuru. – Encrenca das grossas!



Capítulo 15

A grande desfeita

Mandado chamar às pressas pelo governador, Pêro Borges entrou na tenda de campanha bufando e suando em bicas. Não veio sozinho. Trouxe um pequeno séquito, formado por um par de milicianos e o meirinho.

– Ora, ora, se não é que o capitão finalmente voltou da sua grande conferência! – comentou sarcástico, passando um lenço ensabado pela testa, coberta de suor. – E então, senhor governador, como foi por lá? A paz está assegurada nas Terras do Brasil?

– Tudo estava indo muito bem, Pêro Borges – fingia serenidade Tomé de Sousa, espumando de raiva. – Ao menos, até Vosmecê cometer essa atrocidade descabida.

– Não sei do que estás a falar, senhor capitão – volveu o outro, com um meio sorriso cínico. – Digo, governador.

– O tiro do *berço*.

– Ah! Refere-se àquele assassino que mandei executar?

– Exatamente, senhor ouvidor. Não conheço os detalhes da história – foi se exaltando. – Só sei que não é assim que se faz justiça. Ao menos, não em minha cidade. Não nas Terras do Brasil.

– Ora, ora, capitão. Quereis perdoar-me, meu senhor. Não sabia que a cidade era vossa – escarneceu. – Pensei que eram terras d’el-rei.

– Claro que são d’el-rei – irritou-se, encabulado com o equívoco. – Mas o que Vosmecê não pode, ou ao menos não deveria, é comprometer todo um trabalho que estamos cá a fazer com uma atitude impensada como essa.

– E quem disse ao senhor capitão que foi uma atitude impensada?

– Acha que não, ó Pêro Borges? Pois saiba que...

Foi interrompido.

– Ora, ora, capitão! O gentio matou um dos nossos. Eu mandei matar o gentio. Tão simples quanto isso. E mando executar qualquer outro que não andar na linha. Não te esqueças, senhor capitão, que nesta tua cidade – e enfatizou *tua cidade* em tom de chiste –, eu represento a Justiça. A justiça d’el-rei. Se Vosmecê tem reparos ao meu modo de agir, queixe-se a Sua Majestade.

O meirinho e os milicianos entreolharam-se. Dom Tomé cruzou os braços atrás das costas e, rodando a capa, andou alguns passos pela tenda, tentando aplacar a raiva.

– Quiçá não precisemos chegar a tanto – comentou com superioridade. – Pode-se saber a quem o gentio matou?

– Um degredado aí. Um João das couves qualquer. Não lhe sei o nome.

– E... sabe-se por quê?

– Isso não vem ao caso, capitão.

– Como não vem ao caso! – objetou, um tom acima.

– Está bem, ex-ce-lên-cia – soletrou com o irritante meio sorriso.

– Já que o senhor capitão-governador insiste... Parece-me que o gentio falou que o tal degredado tentou fazê-lo de mulher. Foi isso mesmo, ó meirinho?

Constrangido com a discussão entre os potentados, temeroso dos possíveis desdobramentos da querela para si, o oficial de justiça, um rapazote franzino e de cara bexiguenta, limitou-se a confirmar com a cabeça.

Até então parado discretamente a um canto, sem emitir qualquer palavra, Caramuru deu um passo à frente e interferiu.

– Se me permite, senhor ouvidor, Vosmecê obrou mal. Se o tal sujeito tentou fazer o gentio de mulher, era direito do gentio matar o tal indivíduo. Esta é a lei.

– O que estás a dizer, ó Diogo Álvares! Que sabes tu sobre leis? – ironizou Pêro Borges com desdém. – A conversa ainda não chegou às cozinhas.

– Perdoa, meu senhor. É fato que eu cá não entendo de leis, mas...

– Mantém-te no teu lugar. Ninguém cá pediu a tua opinião – repreendeu, completando entredentes: – Era só o que faltava! Um contrabandista de pau-de-tinta questionando o julgamento do ouvidor-geral d’el-rei...

O sangue do velho subiu-lhe à cara, fazendo inchar as veias das têmporas. Inspirou profundamente, emitindo um ruído rouco, como o de fera acuada. Ato contínuo, aproximou-se ofegante e, com os olhos faiscando, agarrou o ouvidor pelos ombros e deu-lhe umas sacudidelas.

– Faço mercê de ajudar vosmecês a pedido d’el-rei. Pedido por escrito. Ouviste? Agora... Se me pretendes insultar... Ao diabo que os carregue! Dane-se, senhor ouvidor! Se o que Vosmecê quer é uma guerra, vai ter uma. E tomara que lhe metam uma borduna nessa cabeça cheia de bosta!

– Prendam este homem – gritou histérico Pêro Borges para os milicianos. – Prendam-no!

Ninguém se atreveu.

– Prendam-no – continuou a gritar o ouvidor-geral, tremendo de raiva. – Prendam-no!

– Labrego! Papalvo de uma figa! – vociferou Caramuru, dando uma cuspidela de desprezo no chão e caminhando para a saída da tenda. – Ouvidorzinho de merda!

Tomé de Sousa seguiu-lhe as passadas largas.

– Pelo amor de Deus, Diogo Álvares. Não me fazes uma desfeita dessas, meu amigo. Em que diabo de encrenca tu te meteste e me meteu – exclamava, tentando retê-lo pelo braço. – Aonde é que Vosmecê está indo?

– Aonde estou indo? – Estancou o passo Caramuru, dando meia-volta e olhando bem dentro dos olhos do go-vernador. – Ora, aonde

estou indo!... Estou indo à guerra que esse teu ouvidorzinho de merda provocou.

– Que guerra, homem?

– Que guerra – estranhou. – O meu senhor pensa o quê? Por menos, Pereira Coutinho... Não te alembra?

– Benza-nos Deus!

– Carece mesmo. A menos que prefiras fugir.

– Eu não sou homem de fugir, ó Diogo Álvares.

– Preferes então um banho de sangue? Ver tudo isso cá em cinzas, em dois ou três dias?

– Para com isso, ó Diogo Álvares. Tu não és assim.

– O meu senhor pensa o quê?

– Eu não penso nem dispenso. O que sei, ou melhor, o que eu tenho certeza, é de ter em ti um amigo.

– Muita verdade. – Coçava a barba Caramuru, com gestos desordenados. – Mas eu cá não careço, nem tenho idade para ouvir desaforos de um bosta como aquele.

– Calma, meu amigo. Compreende. De um jeito ou de outro, Pêro Borges é o ouvidor.

– Ouvidorzinho de merda!

– Exatamente. Mas deixa isso cá comigo. Eu cuido dele.

– Cuidas?

– Cuido. Fui pego desprevenido. Percebes?

– Se cuidas dele – pareceu relaxar. – Está bem.

– Vais evitar a guerra? Tu achas que consegue, meu amigo? Consegues acalmar os gentios?

– Não sei, Dom Tomé. Não sei. Mas posso tentar. Por Vosmecê, meu amigo. E pela carta que el-rei me fez. De minha parte, a vontade que eu tinha era de enfiar um chuço no rabo daquele filho de uma égua. Uma vara bem grande e bem grossa, até a ponta sair pela goela daquele sacripanta de uma figa. Depois, assá-lo em fogo brando, para ver pingar a gordura! – E dando uma cusparada no chão: – Sujeitinho debochado. No-jen-to!...

– Te acalma, meu amigo. Te acalma.

– Não te preocupe, meu senhor. Já estou calmo. Por ora, convém que Vosmecê ordene aos teus homens para dispensarem os gentios

do trabalho e encaminhá-los ao porto. Eu os trouxe. Vou levá-los comigo. Agorinha mesmo! Se é que eles ainda não fugiram.

– Se pensas que é o melhor a fazer...

Caramuru coçou a cabeça. Depois cofiou a barba. Como cavalo bravio de rédea presa, cavoucou o chão com os dedos do pé. Voltou a coçar a barba. Depois a cabeça.

– Se calhar... Não. Só o diabo sabe o que eles fariam na aldeia. Melhor eu parlamentar antes com Morubixaba.

– Parece-me uma boa ideia.

– Melhor parlamentar. Negociar. Farei isso. Mas que não toquem num fio de cabelo dos gentios. Num único fio!

– Podes ficar tranquilo, meu caro e bom amigo. Cuidarei pessoalmente disso. Muito te agradeço.

– Não ainda. Vamos lá ver o que se arranja.



Capítulo 16

O melhor conselheiro

À hora da refeição daquela noite, o ambiente estava particularmente carregado no grande camarote da *Conceição*. Não bastasse a brutal execução do nativo e a sacudidela recebida por Pêro Borges, o ouvidor ainda mandara aplicar trinta chibatadas em cada um dos milicianos que não haviam cumprido sua ordem de prender Caramuru. Pior. Prestando-se um mínimo de atenção, podia-se perfeitamente escutar os resmungos de Dona Mariinha na cabina.

– Bem que eu te falei! Eu bem que te falei, senhor meu marido. Esse tal de Sousa é um grandíssimo lorpa. Um bastardo. Bastardo e filho de padre!... O que tu querias mais? Devias era queixar-te a el-rei, isso sim. E a tua auto-ridade, Pêro Borges, como é que fica? Quer dizer que tu mandaste prender o tal Caramuru e ninguém mexeu uma palha!... Mas, cá entre nós, que meirinho de merda esse que arranjaste, marido. Isso lá é oficial de justiça!...

– Que eu arranjei, não – retrucou Pêro Borges, alteando a voz. – Que tu arranjaste! Não te esqueças que ele é afilhado da tua mãe. Se está aqui, é por culpa tua, Mariinha.

– Ora – reticenciou, para prosseguir após alguns segundos de reflexão. – Estás certo. Mas também... Coitado do rapaz, não é. Quem cá tem coragem de enfrentar o tal Caramuru, com aqueles gentios todos no partido dele?

– Ele não perde por esperar. Tu vais ver!

Tomé de Souza saiu para o convés. O marejar das ondas, batendo ritmicamente no casco do navio, aliada à brisa fresca da noite, pelo menos transmitia alguma sensação de tranquilidade. Era isso o que ele precisava no momento. Não lhe saía da cabeça que, se os gentios declarassem guerra, seria obrigado a revidar, com as piores consequências pos-síveis. Uma carnificina, é o que seria. Era preciso evitar o confronto. Ou o preço a pagar seria terrível.

– Não consegues dormir, senhor capitão? – Era Manuel da Nóbrega, aproximando-se da amurada onde o fidalgo estava debruçado. Desde que o padre Lourenço se mudara para o quartinho atrás da ermida, por insistência do governador, o jesuíta se instalara na cabina vazia da *Conceição*.

– Ah, padre! É o senhor?

– Noite magnífica. Terra abençoada, esta do Brasil. Vosmecê já reparou que temos cá no céu até uma Santa Cruz formada por estrelas?

– Pois é, padre. Só espero que esta Santa Cruz realmente nos proteja. Esta é uma terra bonita demais, para ser empapada de sangue.

– Compreendo. Coisa terrível aquela que aconteceu.

– As consequências podem ser ainda piores.

– Queira o bom Deus que não – exprimiu seu desejo, persignando-se. – Soube que resultou numa altercação.

– Eh!... Uma coisa triste. Triste mesmo. Logo à frente do meu criado e dos subalternos do Pêro Borges.

– Perdoa o senhor ouvidor, Dom Tomé. A culpa foi minha. Eu é que não consegui convencê-lo da tolice que estava por fazer. Cena horrível, capitão! Não me sai da mente a expressão de terror do pobre gentio quando estava sendo amarrado à boca do *berço*.

– Eu imagino, padre. Imagino – exclamou, assumindo tom irritado. – Esse Pêro Borges é um irresponsável. Um néscio. Um louco. Como se não bastasse, ainda cuidou de ofender o Diogo Álvares. Logo quem! O único aliado de verdade que temos cá no Brasil.

O padre colocou uma das mãos sobre a boca, com ar de menino traquinas.

– Soube que ele recebeu o troco, não foi? – permitiu-se, para logo bater com os dedos três vezes nos lábios. – Peço desculpas, senhor capitão. Que Nosso Senhor Jesus me perdoe. Não tenho o direito de julgar ninguém.

Tomé de Souza relaxou os músculos da face num sorriso.

– Eu é que não queria ter tomado a sacudidelas que ele tomou! Vosmecê precisava de ver a cara de ódio do homem, padre. Os gritinhos nervosos dele, mandando prenderem Caramuru. – E com ternura, deu dois tapinhas camaradas no ombro do jesuíta. – Obrigado, padre. Só o senhor mesmo para me fazer sorrir numa noite triste como esta!

– Hum! Pois para mim, Deus seja louvado, milagre foi ele não ter querido se bater em duelo com o velho.

– Verdade. Só tenho dúvida se foi milagre ou covardia.

O padre Manuel da Nóbrega, ainda que bem mais novo, tocou paternalmente na mão do governador.

– Procura dormir, meu filho. Entrega os teus problemas ao Pai. Ele saberá resolver. Ele pode. Só ele vê e tem solução para tudo. E se precisares de um confessor, me procura. Estou sempre ao teu dispor.

– Obrigado, padre. Se precisar, procuro, sim. Muito boas noites. Eu vou cá ficar mais um pouco. A solidude é boa conselheira.

– Ore ao Nosso Senhor, meu filho. Ele é o melhor conselheiro. Ele é pai e te ama. Decerto, te dirá o que fazer.

– Vou fazer isso, padre. Boas noites.

– Boas noites, capitão. Orarei por ti.

Pouco depois apareceu Garcia.

– Coloquei a cadeira do meu senhor no castelo de popa. Um canjirão de vinho também. Se Vosmecê precisar de alguma coisa, estarei por aqui.

– Não preciso de nada, não, meu rapaz. Obrigado. Trata de ir dormir.

Uma pálida luz amarelada, para os lados da praia, dava conta da vigília do padre Manuel Lourenço em seu cômodo atrás da ermida. De uns tempos para cá, ficava horas relendo o Antigo e o Novo Testamento, na esperança de distrair-se. Por mais que tivesse visto, ainda não se acostumara à nudez das nativas. Imagens daquelas mulheres nuas, associadas às proezas com antigas paroquianas, povoavam-lhe a mente e despertavam-lhe os instintos. Buscava ajuda na Bíblia.



Capítulo 17

Hora de decisão

Nem a chuva fina, que insistiu em cair por boa parte da manhã, minou o propósito de Tomé de Sousa de passar suas pendências a limpo. Embora não recordasse detalhes, os sonhos da noite anterior tinham-lhe feito enorme bem. Acordou disposto. Encomendou a Boca de Hemorroidas uma refeição especial, e ordenou que fossem montadas mesas e assentos para duas dúzias de pessoas na tenda grande do acampamento. Ao primeiro oficial que encontrou, tratou de mandar convocar os mais graduados assalariados d'el-rei para uma reunião, na sede do canteiro de obras, ao meio-dia. A Garcia, havia dado outra missão.

– Pega aí um batel dos pequenos e vai à Vila do Pereira. Fala ao Diogo Álvares da minha aflição e que preciso de notícias antes do meio-dia. Dize-lhe que coloco à disposição quantos machados, foices, podões e tesouras ele precisar. Que ele convença Morubixaba a aceitá-las como prenda minha. É o meu pedido oficial de desculpas, e uma prova da confiança e respeito que tenho para com ele e suas gentes. Tu me entendeste, rapaz? Repete.

Garcia repetiu, quase palavra por palavra.

– Muito bem – elogiou. – Compreendes a importância da missão que te confio?

– Perfeitamente, meu senhor.

– Vai então. E trata de me trazer boas-novas. Antes do meio-dia. Antes do meio-dia, repito. Ah! Entre uma coisa e outra, assim, como

quem não quer nada, lembra a Diogo Álvares a carta que el-rei escreveu para ele.

– Bem pensando, meu senhor – sorriu Garcia. – Podes deixar comigo.

– Fala também, se fazes favor, que eu não me esqueci da promessa que fiz a ele sobre o Pêro Borges.

– Qual promessa, meu senhor?

– Ele sabe.

Debaixo de chuva, o governador passou a manhã inteira certificando-se de estarem a contento os preparativos.

– Nada de economias. Eu quero um verdadeiro banquete, ó Boca. Um jantar de primeira, como os do Paço Real.

– Perdoa, capitão, mas eu cá nunca pus os pés no Paço.

– É o jeito de falar, homem. Quero tudo do bom e do melhor. Percebes? E manda servir bastante vinho.

E para outro:

– Isso não está nada bem, meu rapaz. Hoje é dia festivo e quero esta tenda como igreja em dia de padroeiro. Trata de varrer o chão e de apanhar palmas e flores aí pela mata.

E para o padre Manuel da Nóbrega:

– Tuas preces foram ouvidas, meu padre. Nosso Senhor Jesus me deu a inspiração. Mas preciso do teu adjutório. Careço que Vosmecê leve o Pêro Borges a essa reunião. De um jeito ou de outro! Conto com o teu auxílio.

Antes mesmo do meio-dia as pessoas começaram a chegar. Desconfiadas, demonstrando certo ar inquisitivo. Garcia finalmente apareceu. Vinha de cara afogueada e com expressão de cansaço. Tomé de Sousa chamou-o de lado.

– E então?

– Tudo certo, meu senhor – cochichou, resfolegante, transpirando muito suor e contentamento. – O Caramuru já tinha adiantado o assunto. O chefe estava no vai não vai. Agora, com a promessa dos

presentes... Morubixaba fez lá os seus queixumes, mas aceitou as prendas do meu senhor. Diogo Álvares manda avisar que guerra não há de ter. Ao menos por enquanto. Palavras dele.

– Homessa! – alegrou-se. – Deus seja louvado! Bendito seja Ele, Maria Santíssima e Todos os Santos! Obrigado, meu rapaz. Obraste muito bem. Lembra-me que preciso cumprir uma promessa.

– Uma promessa, meu senhor?

– Construir na cidade uma bonita igreja para a Virgem Santíssima. Para Nossa Senhora... d’Ajuda – permitiu-se desabafar.

– Vai... Procura o teu amigo Boca e manda que te dê uma caneca ou duas de vinho. Bem que mereces.

– Agradeço, meu senhor. E já agora... Perdoa-me, mas Morubixaba fez uma exigência.

– Exigência! Que exigência?

– Ele... Bem... Peço desculpas, mas o chefe quer que o meu senhor se case com a Yuruti.

– O quê! Ficaste louco? – E arrastando o criado para mais longe:

– Ouve aqui, ó rapaz. Eu sou um fidalgo da casa de Dom João. O governador-geral das Terras do Brasil. Um pai de família. Não sou viúvo. Como me posso casar outra vez? E ainda mais com uma gentia!

– Caramuru garantiu para Morubixaba que Vosmecê casaria.

O padre Manuel da Nóbrega acenou para eles de longe. Vinha com outros dois padres, ladeando o ouvidor.

– Diabos! Queres dizer... – Atrapalhou-se. – Depois a gente vê isso. O sol está quase a pino. Preciso ir-me.



Capítulo 18

Palavras que movem moinhos

Grumetes enchiam pelas beiradas as canecas de vinho, enquanto outros passavam por entre os convidados escudelas de aves e peixe frito. À exceção de Pêro Borges, de cara amuada a um canto da mesa, as pessoas tomavam para si porções generosas de comida e bebiam às goladas. A conversa fiada fluía com gosto. Falavam da chuva da manhã e do sol de agora; dos rastros de onça que alguém havia visto na mata e da manemolência dos degredados. Este repisava uma anedota picante, aquele vangloriava-se de alguma conquista feminina. Havia no ar certo clima de contentamento.

Só quando estavam de estômago cheio e ligeiramente tocados pela bebida, o governador adentrou pela tenda e colocou-se de pé à cabeceira da mesa. Envergava suas melhores roupas, chapéu de plumas, e trazia em uma das mãos um grosso rolo de documentos.

– Muito bons dias, meus senhores. Obrigado por terem vindo – principiou, obtendo de pronto a atenção da audiência. – Hoje não é um dia como os outros. E fazer deste um dia especial depende desta brava gente lusitana cá presente. Mas, antes, quero lembrar-vos quão afortunados somos nós. Sim. Afortunados por havermos sido, entre tondos os portugueses, os escolhidos d’el-rei para esta nobre missão em Terras do Brasil.

As pessoas sabiam não ser bem assim. O governador talvez tivesse sido escolhido por Sua Majestade. Se bem que, a se acreditar no que falavam, seria primo do todo-poderoso conde de Castanheira. Já eles... Não fossem os compadrios, os pedidos de

mercê a membros do Conselho Real, ou a pessoas com acesso aos senhores conselheiros, ainda estariam amargando sua anônima insignificância no Reino. Um reino que tivera o seu esplendor nos bons tempos de Dom Manuel; mas onde, desde a morte do *Venturoso*, a vida mais se parecia à de um velho usurário, caminhando lentamente para a decrepitude. Conseguir libertar-se daquele rema-rema, só bem longe de Portugal. No além-mar. Onde estavam agora. E na condição de "escolhidos d'el-rei"... Muito agradável ouvir isso.

Até então de cabeça baixa, Pêro Borges levantou um pouco suas pesadas pálpebras de tartaruga. O governador percebeu o bom sinal e continuou com renovada ênfase.

– Todos sabemos o quanto el-rei confia em nós, e o quanto é importante para as nossas gentes os sucessos que obtenhamos aqui. Vejam vossas mercês. Castela enriquece com o ouro e a prata do Novo Mundo. – Para completar em tom de voz mais baixo, como de confidência: – Creio não ser preciso dizer o quanto isso pode ser temerário para o povo português. Flandres, o mais importante entreposto comercial da Europa, ameaça cortar o crédito dos nossos mercadores por falta de pagamento. Gentes morrem de fome até em Lisboa. Enquanto isso, Henrique de França, de forma canhestra, como é do feitio francês, parece em-penhado em levar para a sua Coroa as Terras do Brasil.

O orgulho pátrio ferido fez inflar os peitos lusos.

– A situação é delicada – continuou Dom Tomé. – Por isso estamos aqui. Para construir neste sítio, nesta bela Baía de Todos-os-Santos, uma cidade de tal grandeza e feição que mostre ao mundo quem é o verdadeiro dono do Brasil. Estamos aqui, meus senhores, para dar cabo dos corsários e traficantes de França. Cá estamos, para descobrir riquezas para o nosso reino, para trazer a verdadeira fé e a justiça d'el-rei a esta província de Santa Cruz.

Com palmas puxadas pelo padre Manuel da Nóbrega, uns tantos aplaudiram.

– Obrigado, meus senhores. Obrigado. Somos homens afortunados, disse eu, e vossas mercês hão de concordar com essa assertiva. Temos lá as nossas diferenças? Sem dúvida que temos. Até porque – mostrava a mão espalmada num gesto dramático –, uma boa mão tem cinco dedos, mas nenhum é igual aos outros. Nosso Senhor Deus os fez assim, meus senhores, para nos mostrar que precisamos aprender a respeitar as diferenças existentes entre nós mesmos e os nossos irmãos.

Satisfeito com aquela analogia, fez uma breve pausa para regar a garganta com um gole de vinho. Vagueando na corrente dos próprios pensamentos, decidiu se expor.

– Eu cá, vossas mercês talvez não saibam, já sofri muito por ser filho bastardo, e bastardo de um homem de batina. Um bom homem, verdade seja. Mas quem quer lá saber! Graças, contudo, aos meus próprios esforços; graças à magnanimidade de Sua Majestade; cheguei onde cheguei. Sou fidalgo e governador – enfatizou – das Terras do Brasil.

Testas franziram-se na audiência.

– Cada um dos senhores, por seu turno, tem lá as suas próprias histórias de vida. Respeitemo-las, é a minha proposta. Somos cristãos, não somos? Então. Não permitamos que as nossas pequenas diferenças individuais interfiram no bom serviço que devemos prestar à Coroa, à verdadeira fé e às gentes do nosso país.

Um silêncio de chumbo abatera-se sobre a tenda. Até os grumetes haviam parado de servir.

– O senhor nosso rei não é apenas *Piedoso*. É um homem sábio. Ao me confiar esta missão, entregou-me um regimento de quarenta e dois artigos. O regimento cá está, à disposição de quem o queira ler. – Mostrou o rolo de documentos. – Nele está escrito, entre outras ordens de Sua Majestade: “Em caso de ausência de consenso entre os fidalgos ou altos-comissários, deve prevalecer a opinião do governador”. Prevalecer sempre, repito, a opinião do governador.

As pessoas mantinham-se de olhos grudados em Tomé de Sousa. O ouvidor-geral inclusive.

– Vossas mercês sabem que Dom Pêro Borges e eu tivemos opinião divergente sobre certos episódios que cá ocorreram ontem à tarde – continuou o fidalgo, evitando olhar para o desafeto. – Como governador, como autoridade máxima cá no Brasil, penso que o nosso ilustre ouvidor talvez pudesse ter sido um pouco mais tolerante. Mais condescendente, por assim dizer. Mas águas passadas não movem moinhos. O que aconteceu, aconteceu. O que passou, passou. O mais importante, agora, é evitar uma guerra com os gentios. Sim. Revoltados que estão com aquela execução de um dos seus, os índios estão em pé de guerra. Precisamos evitar esse conflito, meus senhores. Guerra que só iria sacrificar gente inocente, atrasar o andamento das obras e não nos traria qualquer benefício. Benefício algum.

A maioria daqueles homens já havia experimentado os favores das índias. Favores fáceis, alegres, consentidos, em troca de uma miçanga, de um espelho, de um pente de chifre. Não tinham interesse em perder o privilégio. Muito menos por conta da insensatez do ouvidor. Não seriam os caprichos de Pêro Borges que os fariam trocar, de boa vontade, o amor das mulheres pela guerra com os gentios.

– Precisamos evitar essa guerra, repito – prosseguiu Dom Tomé.
– E cá só existe um homem, um único homem, que pode nos poupar de manchar nossas espadas com o sangue dos inocentes. É aquele mesmo homem que, tão gentilmente, nos recebeu quando chegamos a estas terras, e que, às suas próprias expensas, proporcionou comida e bebida à farta para mais de mil e quinhentas pessoas. Refiro-me ao Diogo Álvares, chamado pelos nativos de Caramuru. Só ele, com a experiência dele, com o prestígio que detém junto aos gentios, pode evitar o combate.

As pessoas balançaram a cabeça de leve, como a confirmar que o capitão-governador tinha razão.

– Ocorre que, no calor dos sucedidos ontem à tarde, houve uma alteração entre o nosso ilustre senhor ouvidor e Caramuru. Mas é em nome dele, em nome do Diogo Álvares, um nosso velho e sofrido conterrâneo, que perdeu o verniz de civilização em seus quase quarenta anos de convívio com os gentios, que quero pedir desculpas públicas a Pêro Borges pela ofensa.

Só então as pessoas se lembraram dos safanões que o ouvidor havia recebido de Caramuru.

– Perdoar é virtude dos espíritos nobres – prosseguiu, agora olhando diretamente para o ouvidor-geral. – Todavia, Dom Pêro Borges, se Vossa Mercê não conseguir perdoar e preferir lavar a honra batendo-se em duelo com o Diogo Álvares, como és fidalgo da casa de Dom João, como sou cá o representante-mor d’el-rei, dou-te o benefício de escolha do dia, local e armas da tua preferência.

Pêro Borges gelou. Corou. Todos os olhos estavam postos nele. Nunca lhe passara pela cabeça bater-se em duelo com quem quer que seja. Muito menos com aquele Diogo Álvares.

– E então, Pêro Borges? – questionou Tomé de Sousa, com expressão grave, ponderada; expressão que nem de longe transmitia o desdém que sentia. – Consegues perdoar esse pobre velho, que cometeu uma tolice impensada, ou preferes bater-te em duelo com ele?

As bochechas do ouvidor-geral tremiam. Tão gordo, tão suado, seus olhinhos pareciam querer se esconder por detrás das pálpebras de tartaruga. Era mais do seu feitio trabalhar nos bastidores, urdir conchavos ou pequenas intrigas, que se expor a confrontos. Por isso mesmo, estava começando a ficar arrependido de ter mandado executar o tal índio. Agira daquele modo por impulso de momento. Para reafirmar a sua autoridade e chamar a atenção sobre si. Afinal, nunca lhe fora dado o ensejo de estar na primeira linha de decisão. E naquele fim de mundo, com a ausência do governador, com plateia tão grande... Só não imaginara que os desdobramentos pudessem levá-lo ao extremo de ter de

empunhar um florete ou um bacamarte para bater-se em duelo. Gorducho desde sempre, nunca conseguira agilidade suficiente na esgrima. E quanto a armas de fogo... Hum!... Mal se lembrava da última vez em que dera um tiro.

– Então Pêro Borges? – insistiu o governador. – Dize-nos lá. Perdoas esse pobre velho, o Diogo Álvares, ou preferes bater-te em duelo com ele?

Duelo. Duelo. Duelo. Aquela palavra ressoava como uma bigorna na cabeça do ouvidor-geral. Já se via de camisa aberta ao peito, empunhando um bacamarte; ou pior ainda, um florete; costa a costa com aquele velho espertalhão e de boca suja, mestre catedrático em todos os truques e maldades do mundo.

– Pêro Borges... Reflete bem. Perdoar é próprio dos espíritos nobres – insistia Dom Tomé, com um desses olhares diplomáticos, tentando assumir fisionomia algo contristada. – Perdoas o Diogo Álvares ou queres bater-te em duelo com ele?

A audiência mantinha-se com o fôlego suspenso.

– Per... Per... Perdoo – tartamudeou o gorducho senhor ouvidor, arrancando aplausos entusiasmados na tenda.



Capítulo 19

Casamento de mentira

Com a harmonia restaurada nas próprias fileiras, Dom Tomé tratou de consolidar a paz com os gentios. Após reunir-se com os auxiliares mais próximos, partiu para a Vila do Pereira. Carecia negociar a paz, levando presentes para Diogo Álvares e os tupinambás. Garcia não foi junto daquela vez. O governador julgou mais prudente deixá-lo em São Salvador, para o caso de precisar ser chamado de volta com urgência.

Seu retorno à vila foi saudado com boa vontade. Nem parecia que os peró haviam cometido atrocidade com um dos nativos. “Se calhar, não era lá muito querido”, cogitou o recém-chegado com os seus botões.

Caramuru agradeceu o barrilzinho de vinho do porto, mas não deixou por menos.

- E a promessa que Vosmecê me fez? – quis saber.
- Promessa feita, promessa cumprida.
- Cuidaste do ouvidor?
- Cuidei, e bem cuidado! À frente de três padres e de uma dúzia ou mais dos principais da expedição, desafiei Pêro Borges para um duelo contigo.
- Um duelo? He, he, he! Dia, hora e local, se fazes favor.
- Ele te perdoou.
- Perdoou, a mim? Ah, que poltrão! Gostaria tanto de me bater em duelo com ele...

– Deixa disso, ó Diogo Álvares. O homem te perdoou. Agora, é hora de vosmecês fazerem as pazes. O ouvidor tem muitos conhecidos influentes na corte. Melhor termos a ele como amigo.

– E o meu senhor acha que vai conseguir? Hum!... Aquilo é um traste ruim, capitão. Chora azeite por um olho e vinagre pelo outro. Não vale o que o gato enterra!

– Não custa tentar, Diogo Álvares. Não custa tentar.

Tão logo descarregaram o batel e descansaram um pouco, os remadores foram mandados de volta para São Salvador, levando um grande cesto de frutas. Presente para Dom Pêro Borges, de parte de Caramuru.

– O meu senhor me obriga a cada cousa!... – reclamou o anfitrião. – No que dependesse cá de mim, dava de prenda para aquele ouvidorzinho era uma bordunada no cachaço.

– Dize-me cá – mudou de assunto Dom Tomé, para distrair o velho. – Que história é essa de tu teres prometido me casar com a Yuruti?

Caramuru sorriu com gosto. Embora jamais se permitisse reconhecer, sentia-se aliviado por não precisar se bater em duelo. Aos setenta e quatro anos! A vista já andava um tantinho esgazeada. Se pudesse escolher...

– Nos regateios da paz, Morubixaba exigiu. Ou o meu senhor pensa que pode ficar só de *rala-rala* com a menina o resto da vida – brincou. – Tens de casar, capitão!...

– Tu és louco, ó Diogo Álvares? Então já não sou casado... Como posso casar-me novamente... Queres que eu vá parar nas barras do Tribunal do Santo Ofício, ó meu amigo?

O velho deu dois tapinhas no ombro do governador.

– Te preocupes não, capitão. Casamento aqui não é como no Reino. É diferente. Basta levar a menina para a tua casa e fica tudo resolvido. Quando não quiser mais, manda ela de volta e pronto. O que Morubixaba pretende é prestar uma satisfação à tribo. Afinal, ele deu a filha a Vosmecê como mulher, e a menina continua

dormindo sozinha, na *oca* dele. Isso cá não é direito. O marido tem de levar a mulher embora. Portanto, é só levares a menina para a tua casa e fica tudo resolvido.

– Como levar a menina para a minha casa? Eu cá nem casa tenho! Vivo na *Conceição*... E ainda que tivesse... E os padres? E o meu pessoal? Pelo sangue de Cristo! Não quero nem pensar. Tu precisas encontrar uma saída, Diogo Álvares. Essa rapariga não pode aparecer em São Salvador. De jeito nenhum.

– Não te preocupe, capitão, eu cá dou um jeito. Mas no casamento Vosmecê vai ter de consentir. O capitão não vai querer ofender ainda mais os gentios, vai? Então. Confia cá no velho. Não é casamento na lei da Igreja. É só uma cerimôniazinha de nada. Uma bobageira. Vou lá e falo com Morubixaba. Mando ele arranjar tudo para hoje mesmo. Depois a gente dá um jeito de arrumar essa ingresia.

Como a consumação já havia acontecido, a cerimônia limitou-se à retirada ritual do cesto de palha com os pertences de Yuruti da *oca* paterna. A aldeia em peso estava lá, testemunhando a ida oficial da noiva para a casa do marido. Verdade seja dita, para a morada de Caramuru, que cedera sua cabana para a lua de mel do amigo.

Mais do que antes, Tomé de Sousa sentia-se dividido. Se, por um lado, aquilo tudo lhe parecia uma espécie de pesadelo, que gerava angústia e preocupações intermitentes; por outro, surpreendia-se às vezes sorrindo, inebriado com o estado de felicidade que vivenciava. Não havia como negar. Era muito bom tirar a máscara de homem adulto e respeitável, e deixar brotar uma faceta leviana que ele próprio desconhecia em si. Era gratificante não ter de se policiar com aquela menina; poder agir simplesmente por instinto. Às vezes, depois dos folguedos, parecia ouvir a voz do avô paterno, o velho Pedro de Sousa, recriminando-o por suas ações imprudentes. Mas logo uma outra voz surgia. A voz suave de Dona Mécia, a mãe, soprando-lhe ao ouvido que se Deus nos deu a vida foi para ela ser bem vivida. *A felicidade é a maior de todas as graças, meu filho. Desde que não prejudiques aos outros, não te reprimas.*

E assim se passaram três dias.

– Por mim, meu amigo, ficava cá na Vila do Pereira pelo resto da vida. Mas careço ir. O aniversário d’el-rei está bem próximo. Tenho obrigações. Deveres a cumprir.

– Vais porque quer. Cá, és sempre bem-vindo.

– Eu sei, Diogo Álvares, eu sei. E acredita: não existe lugar no mundo onde eu me sinta mais feliz. Mas enfim... Parto amanhã cedo. Tu me levas no teu barinel, pois não?

– Decerto que sim. Eu mesmo não vou. Não quero correr o risco de me encontrar com aquele teu ouvidorzinho. Mando levar Vosmecê, todavia. E a menina, meu senhor, como é que fica?

– Minha vontade era tê-la sempre comigo. Pena que não posso, meu amigo. Mas vou tomar providências. Andei cá a pensar um bocado. Tão logo chegue a São Salvador, mando construir uma casinha para o Garcia. Não no arruamento, para não dar muito na vista. Num lugar mais longe e dis-creto, onde possa instalar o Garcia e a Yuruti.

– Garcia e Yuruti? Bem engenhado. Vão pensar que ela é manceba do Garcia.

– Pois é. Meu problema são os padres. Como já estão entendendo um pouco a fala dos gentios, receio que algum dos nativos dê com a língua nos dentes. Ou até mesmo a própria Yuruti.

– Quanto a isso podes ficar sossegado, capitão. Eu... eu invento cá uma história. Uma história bem cabeluda. Vou invocar malefícios tão terríveis para quem tocar nesse assunto, que nem a menina nem ninguém vai ter coragem de abrir o bico.

– Tomara que dê certo, Diogo Álvares. Bem... Agora deixa-me ir. Boas noites, meu amigo.

– Boas noites, capitão. Vai lá. A menina deve estar esperando. Mal sabe ela que é a noite da despedida. Por falar nisso, já conseguem se entender?

– Falando? Não. Ainda não. Eu aprendi uma meia dúzia de palavras em tupinambá. Ela aprendeu umas tantas em português. Mas ainda não conseguimos nos entender, não. – Está muito certo. E lá precisa? He, he, he!



Capítulo 20

Pecado no paraíso

Daquela feita não o aguardava nenhuma surpresa desagradável. Não houve dissensões, nem disse que disse, entre os fidalgos e os assalariados da Coroa. As obras estavam em bom andamento, e até Dona Mariinha, mulher de Pêro Borges, graças à providencial cesta de frutas, parecia inspirar um pouco menos de antipatia.

– Vossa fala operou milagres, capitão. Realmente, uma peça de oratória muito eficiente. Não foste já o governador, poderias abraçar a carreira eclesiástica – brincou com ele o padre Manuel da Nóbrega. – Darias um excelente bispo.

– Bispo, eu? Imagina – exclamou envaidecido; e para retribuir a simpatia: – E os trabalhos de catequese, meu padre, como vão indo?

– Um tanto embaraçados. Depois daquele incidente, os gentios se afastaram. Estava até a pensar em ir fazer o meu serviço diretamente nas aldeias, ou na Vila do Pereira.

– Não faças isso, não, padre. Os ânimos por lá ainda estão um tanto exaltados. Deixa as cousas acontecerem naturalmente.

– Se é uma ordem do governador...

– Não é uma ordem, padre. É um pedido. Por especial mercê. Deixa o tempo curar as feridas. Os gentios ainda estão com as mágoas muito frescas.

– Entendo. Está bem. Se é um pedido... Por falar nisso, Deus me perdoe! – Bateu três vezes na boca. – Uma curiosidade. E aquele cesto de frutas? Foi o Diogo Álvares mesmo quem mandou?

– Foi.

– Tens certeza?

– Digamos que eu... bem... Digamos que eu forcei um tantinho.

– Eu sabia. O senhor capitão pensa em tudo. Darias mesmo um excelente bispo. Mas que a ideia funcionou, olha... Funcionou às maravilhas! O capitão precisava de ver a cara do senhor ouvidor. Ficou vermelho como uma cereja quando recebeu a prenda. Tão sem jeito...

– Eh!... Meus tempos em África, nas Índias... A vida ensina, padre. E eu cá aprendi que ponto fraco todos têm um. O do Pêro Borges, quero crer, é precisar se sentir importante. Fazendo com que ele se sinta importante, consegue-se um tudo dele.

– Talvez Vosmecê tenha razão. – Voltou a bater outra vez com os dedos na boca. – Deus me perdoe, mas penso que ele ficou mesmo foi com medo.

– É, pode ser. Os que afetam muita bazófia são covardes por excelência. Na hora agá, fogem com o rabo entre as pernas. Mas que o ponto fraco do Pêro Borges é querer se sentir importante, não tenho mais dúvida alguma.

– E o governador? Qual é o ponto fraco do governador?

– O meu? Isso cá eu não conto, padre – sorriu. – Nem eu mesmo sei... Se quiseres saber, vais ter de descobrir sozinho.

– Pois eu penso que já sei.

– Sabes?

– Penso que sim.

– E qual é, então?

– O capitão quer mesmo que eu diga?

– Se o senhor padre diz que sabe...

– Está bem. Penso que é a carne, meu filho.

Quem ficou vermelho como uma cereja, desta vez, foi Tomé de Sousa.

– Não te queres confessar, meu filho?

– Confessar? Não, padre. Não sinto que careça.

– Se quiseres... Quando quiseres...

– Podes deixar, padre. Se precisar, procuro Vosmecê.

Em certa medida, parecia-lhe um alívio que o padre Manuel da Nóbrega já desconfiasse da situação. De algum modo, isso tirava-lhe um peso da consciência. Não que pudesse agora propalar sua paixão aos quatro ventos. Quem desconfiasse que continuasse desconfiando. Ele é que não haveria de alimentar futricas. As aparências, evidentemente, precisavam continuar sendo mantidas. Mas que a desconfiança do padre constituía uma espécie de alívio, isso lá constituía. Era como se não precisasse mais carregar aquele peso sozinho.

No mesmo dia Garcia foi incumbido de procurar um local para construir uma casa para ele e a Yuruti. Uma casinha, num ponto não muito longe da cidade, mas o mais discreto possível.

– E quem vai cuidar do meu senhor?

– Ora quem vai cuidar de mim! Eu me cuido sozinho, rapaz. Ou arranjo alguém. Já te falei, preciso de ti bem longe de mim.

– E sem Vosmecê do que é que eu vou viver, meu senhor?

– Não te preocupes. Já pensei nisso. Vou falar com o Cardoso de Barros. No dia do aniversário d’el-rei, se tudo der certo, o provedor-mor vai-te nomear feitor e almoxarife da Alfândega.

– Bendito seja Deus!.. Que Nosso Senhor te abençoe e guarde, meu senhor.

– Tu sabes fazer as contas, não sabes?

– Sei um pouco, sim, senhor.

– Então... Ninguém melhor do que tu, que é da minha confiança.

– Para emendar em tom de falsa seriedade: – Só não te esqueças que, mesmo sendo feitor da Alfândega e o dono da casa, a Yuruti não é tua. Não toques na rapariga.

– Deus me livre, meu senhor! – E depois de pensar um pouco: – Será que eu não poderia trazer também a Jurucê para viver comigo?

– A menina do Diogo Álvares? – Deu de ombros. – Se o pai dela deixar... Talvez não fosse má ideia. Assim, ao menos eu fico cá mais

tranquilo. Se calhar, para todos os efeitos, Yuruti fica sendo a tua criada. Está bem assim?

– Perfeitamente, senhor.

– Só não me vás fazer ela trabalhar demais!

– De maneira alguma, meu senhor. Podes deixar. Tua menina será tratada como uma verdadeira rainha.

Garcia tratou de espalhar a notícia que ia se casar, e o governador pediu a Luís Dias, o mestre de obras, que designasse meia dúzia de operários para ajudá-lo na construção da moradia. E como todos sabiam da proximidade dele com Dom Tomé, não opuseram maiores resistências a seus pequenos caprichos.

– Nada de teto de palha, mestre. Quero logo uma casa de telhas. Telhas vermelhas, para me proteger dos maus espíritos. Lembra daquela quadra lá da Terrinha?

*As telhas do teu telhado
São vermelhas, têm virtude;
Passei por elas doente,
Logo me deram saúde.*

– Se Vosmecê quiser, falo com o governador – continuou.

– Tudo bem, Garcia. Não carece. Mas para um simples criado, e ainda mais de Póvoa de Varzim, tu me estás se saindo muito exigente. Não estás, não, ó Garcia?!

– É que me vou casar com a filha do homem, mestre. Caramuru é uma das gentes mais importantes daqui. Então tu não sabes que até o rei já escreveu uma vez para ele? Vosmecê não ouviu o que Dom Tomé falou aquele dia lá na tenda? Caramuru é o único aliado de verdade que temos cá no Brasil. E é com a filha dele que eu me vou casar, mestre.

– Está bem, Garcia. Está bem. Caramuru mora em casa de palha, mas tu queres dar para a filha dele uma casinha de telhas – balançava a cabeça com resignação. – Nisso aí tem coisa! Mas tudo bem. Eu cá dou um jeito. Agora, a lareira de pedras podes tratar de esquecer. Só com ordem expressa do governador. O que diabo é

que tu vais fazer com uma lareira? Ainda mais num calor do inferno como este, homem de Deus!

– Está certo. Está certo. Vosmecê tem razão. Mas o fogão e o forno o mestre concorda em fazer, pois não?

Por mais que o padre Manuel da Nóbrega tivesse insistido, Garcia não concordou em casar-se na lei da Igreja.

– Quando nascerem os meninos, eu deixo Vosmecê batizar, padre. Prometo. Agora, casamento na lei da Igreja... Posso não. Deus me livre! E se eu mudar de ideia? E se eu enjoar da Jurucê? Não, padre. Casamento é responsabilidade demais para um pobre coitado que nem eu.

– Mas como? Que coisa mais absurda, Garcia! Como podes tu querer viver em pecado, meu filho?

– Que pecado o quê, padre – sorria maroto. – Pecado é lá no Reino. No Brasil não tem pecado, não. O senhor já viu ter pecado no paraíso?



Capítulo 21

Escravos para o bem do Brasil

Na quinta-feira, 6 de junho de 1549, em meio mundo, os sinos das igrejas repicaram alegremente à *hora prima*. Os quarenta e sete anos de Sua Majestade, Dom João Terceiro, precisavam ser comemorados não apenas em Portugal, mas igualmente nas colônias do Reino. Um extenso colar de terras que se estendia ao longo de boa parte do litoral africano, Golfo Pérsico, costas da Índia e Sudeste Asiático, até o Mar da China. Que avançava pelas Ilhas Molucas¹ e chegava à Nova Guiné, na Oceania.

No Brasil também. Naquele dia foram celebradas três missas na capital da província de Santa Cruz. As habituais, pela manhã e à tarde, na ermida de Nossa Senhora da Conceição da Praia, e uma missa solene, concelebrada por cinco padres no terreiro em frente à Casa da Câmara. Este, um prédio de larga fachada, construído parte em tijolo, parte com paredes de taipa, ostentava ao centro um campanário e, à entrada, o brasão da cidade do São Salvador: uma pomba com um ramo de oliveira no bico, voltando ao barco na solidão do dilúvio.

Também naquele dia Garcia d'Ávila foi nomeado feitor e almoxarife da Alfândega. Recebeu as chaves dos armazéns levantados às pressas pelo mestre Luiz Dias, e a incumbência de lá bem guardar as ferramentas e todo tipo de mercadorias trazidas do Reino.

A cadeia foi igualmente inaugurada. No caso, por um par de degredados bêbados, que se haviam atracado na praça e que, uma

vez levados presos, trataram logo de urinar nas paredes da prisão para batizá-la.

– Pronto, meus senhores – comentou em tom sentencioso Dom Tomé com os fidalgos e dignitários, reunidos na Casa da Câmara. – Agora que já temos o embrião de uma cidade, é hora de enfunar as velas desta colônia. A exemplo do Duarte Coelho em sua Nova Lusitânia, quero plantar cana para fazer açúcar. Muito açúcar, para encher a Casa das Índias e o Tesouro d’el-rei.

– Eu cá já vinha engenhando isso há algum tempo, capitão – replicou Cardoso de Barros, o provedor-mor. – O diabo é a mão de obra. Os colonos que trouxemos conosco não dão conta. Esfalfam-se com o calor.

– Ironias do destino – escarneceu Dom Tomé. – El-rei dá terra para camponeses sem-terra, e eles cá se sentem encalorados, coitadinhos. Homessa! Preguiçosos, é o que são. É o mal dessas gentes: querem mais é parasitar.

– Pensei nos nativos – desconversou o provedor. – Mas esses também não são muito dados ao trabalho, capitão. Eu tenho cá observado nas obras. Botar fogo no mato, eles até botam. Agora, pegar no cabo de uma pá, de um enxadão...

– Verdade. O Diogo Álvares me comentou qualquer cousa. Parece que os índios acham esse tipo de trabalho uma atividade inferior. Quem cuida das roças são as mulheres.

Pêro Borges que, desde a ameaça de bater-se em duelo com Caramuru, andava um tanto de resguardo nas palavras, deu o ar da graça daquela vez.

– Onde já se viu essa história de gentio não gostar de trabalhar nisso ou naquilo!... E por que não os forçamos a fazer o que queremos? Umas boas chicotadas e garanto...

– Isso não – apressou-se em vetar o governador. – O regimento d’el-rei, tu bem sabes, ó Pêro Borges, pune com pena de morte quem escravizar os nativos.

– Depende do ponto de vista, capitão – replicou o gor-ducho ouvidor, com um sorriso cínico. – O bom da lei é que ela pode ser

interpretada de variadas maneiras. Sempre nos deixa uma saída. Se Vosmecê quiser...

De fato, o regimento entregue pelo rei a Tomé de Sousa permitia a escravização dos nativos. Contudo, apenas como presas de guerra, em caso de sublevação.

– Definitivamente, não, Pêro Borges. – Para emendar em tom entre confessional e bem-humorado: – Custou-nos muito restabelecer a paz com os gentios. Eu cá é que sei. Esquece-te deles, pelo amor de Nosso Senhor Jesus Cristo!

– E se trouxéssemos *peças de África*? – propôs o caolho Pêro de Góis, encarregado-geral dos navios de Sua Majestade. – Até onde sei, mostram-se muito laboriosos e de fácil lida.

– Não gosto da ideia de trabalho escravo – discordou Tomé de Sousa.

– Ora, governador – atalhou Pedro Ferreira, tesoureiro da Fazenda –, o regime de cativo existe desde que o mundo é mundo. A Pérsia, a Babilônia, o Egito, a Grécia... Até o Império Romano foi construído com mão de obra cativa. Nas Índias, Vosmecê esteve lá, não existem escravos? E no Reino? Se calhar, as raças inferiores foram postas no mundo por Nosso Senhor Deus para servir às superiores. Ou Vosmecê pensa que pode se comparar a um desses negros da Guiné ou a um gentio?

– Talvez tenhas lá razão, ó Pedro Ferreira – concordou o governador, anediando a barba ligeiramente matizada de fios brancos. – Mas não sei... A ideia não me parece tão natural assim.

– É a lei da vida – contrapôs Pêro de Góis. – Do mesmo modo que os burros puxam as nossas carroças, e não o contrário. Do mesmo modo que montamos os nossos ca-valos, e não eles a nós. É a lei da vida. Existe a água e o azeite. O dia e a noite. O vinho e o vinagre. Cada coisa no seu devido lugar, com a graça de Deus.

O fidalgo pareceu mergulhar em silenciosa meditação, que os altos-comissários do rei evitaram perturbar. Com expressão compenetrada e mãos entrecruzadas sobre a mesa, esperaram.

– Eh! – exclamou ele por fim. – Talvez seja o caso.

– Se Vosmecê concordar – continuou o caolho –, apresto um navio e rumo para a África. E podes apostar... Braços para plantar cana e fazer muito açúcar, nunca mais hão de faltar nestas Terras do Brasil.

– E os dinheiros para isso? – questionou Tomé de Sousa. – Pelo que sei, um negro da Guiné custa até três mil cruzados.

– No Reino – confirmou o tesoureiro. – Em África, é bem mais barato. Em São Jorge da Mina, se duvidar, saem pela metade do preço. Talvez menos. E sempre se pode trocar os pretos por pau-de-tinta!

– Essa é uma boa ideia – concordou o encarregado da esquadra. – Se bem arrumado, consigo levar aí umas... umas quinze mil toras de pau-brasil em minha nau. Uns cinco mil quintais. E isso deve dar para comprar bem umas dez dúzias de *peças* de África. Se calhar, até mais.

Tomé de Sousa permitiu-se refletir um pouco. Se os padres, que eram os ministros do próprio Deus na Terra, faziam apologia do trabalho escravo, fazia sentido ele contrariar os hábitos?

– Está bem, eu concordo – disse por fim. – Mas precisava de um serviço antes. Queria que tu, Pêro de Góis, mais o Pêro Borges e o Cardoso de Barros, descessem até São Vicente. Faz meses que estamos cá no Brasil e ainda não mantivemos contato com as capitâneas. Precisamos tornar públicos os éditos do governo-geral da colônia. Além disso, não temos fiscalizado a costa. Pode haver franceses por aí.

– E Nova Lusitânia? – questionou o ouvidor-geral.

– Eu posso passar por lá no regresso de São Vicente, quando estiver seguindo para a África – sugeriu Pêro de Góis. – Assim, faço uma visita ao Duarte Coelho. Quem sabe, descubro como ele conseguiu se sair tão bem na capitania dele, ao contrário de mim.

– Se for assim, preciso ir lá eu também – comentou Cardoso de Barros sorrindo. – Insucesso por insucesso... Nunca pus nem os pés em minha capitania!

– Teu parente famoso, o João de Barros, ao menos tentou, não é, ó Cardoso de Barros? – alfinetou Pêro de Góis. – Matou um bocado de potiguaras e caraíbas!

– E acabou pobre – completou o provedor. – Até hoje paga tença às famílias dos cento e treze mais graúdos que morreram na fracassada expedição.

Com um meio sorriso, Tomé de Sousa fez um gesto com as mãos pedindo que serenassem os ânimos. Aqueles seus auxiliares nem sempre se davam ares de altas patentes. A sós, não raro se comportavam como rapazotes, disputando tolices.

– Não é sempre que Dona Sorte entrega o que a gente encomenda – filosofou o governador; embora na mesma faixa etária dos demais, por força do cargo, sentia-se no dever de demonstrar sabedoria. – Agora, quanto a tu, Pêro de Góis, quando fores levar os éditos para o Duarte Coelho, apura o faro. Desconfio que o bom sucesso de Nova Lusitânia não se limita apenas ao açúcar.

– Quem sabe se o Duarte Coelho não tem lá a sua minazinha de ouro ou prata escondida? – maldou Pedro Ferreira, o tesoureiro da Fazenda.

¹-Em 2010, parte integrante da República da Indonésia.



Capítulo 22

Debite-se ao rei

A casa de Garcia d'Ávila ficou pronta em tempo recorde. Fora do arruamento, era a única com paredes caiadas e cobertura de telhas. Situava-se no alto de uma falésia, quase debruçada sobre o mar, entre a Ribeira das Naus e a entrada da baía. Sítio privilegiado, a cerca de um quarto de légua da cidade e com porto natural. O acesso não era fácil, mas isso vinha bem a propósito. O local havia sido escolhido de tal forma que, bem antes de se aproximar, qualquer visitante pudesse ser visto.

– Muito bom, meu rapaz. Excelente, mesmo – elogiou o governador. – Gostei do capricho.

– A casa é vossa, meu senhor. Vou apenas tomar conta para Vosmecê.

– Nada disso. A casa é tua, rapaz. – Ia inspecionando, aqui e ali.

– Mas... E essa enxerga! Onde arranjaste, ó Garcia?

– Trouxe da vila. A senhora Dona Paraguaçu me deu.

– Então, é aquela minha?

– Sim, senhor. Eu sei que o capitão não se acostumou a dormir em rede. Esta é a tua enxerga e o teu aposento. Olha aqui, olha. Tem até *quartinho e necessária*.

– Tu pensas em tudo, hein, ó Garcia. Benza-nos Deus, tem até água corrente!

– É do unhão. Uma mina que tem aqui perto. Botei umas canas de bambu e desviei um pouco para o *quartinho* e a cozinha.

– Muito engenhoso, meu rapaz. Muito engenhoso. Meus parabéns. A vista, então... Olha, realmente, magnífica! Privilegiada – admirava-se, olhando pela janela. – E aquela trapizonga ali, que diabo é aquilo, ó Garcia?

– Ah, é uma espécie de guindaste que eu inventei. O meu senhor não quer ir lá dar uma espiadela?

Tratava-se de uma armação robusta de madeira, cheia de polias, cordas e contrapesos, com uma cadeirinha pen-durada em uma das pontas.

– É para ficar mais fácil subir e descer lá para o portinho. O meu senhor não quer experimentar?

– Não, meu rapaz, muito obrigado. Gosto de ter os meus pés bem plantados no chão. Mas é bem interessante, viu! Dize-me, tu consegues operar isso sozinho?

– Sim... É só sentar na cadeirinha e pronto. Para subir, tem de fazer um tantinho de força. Mas para descer... Para descer, todo santo ajuda. É uma maravilha!

– Acredito. Tu, realmente, me estás saindo quase um engenheiro.

– O que me falta mesmo é um barco.

– Um barco! – estranhou o governador. – Para que diabo tu queres um barco, ó Garcia?

– Ficava mais fácil chegar aqui, meu senhor.

– Porque não pedes então ao Diogo Álvares. Não vais casar com a filha dele? – brincou o fidalgo. – O dote...

– Ele não tem, meu senhor. Tem só aquele barinel e umas canoas de pesca muito pesadonas, difíceis de manejar so-zinho. O que eu queria mesmo era um batel maneirinho, como aquele pequeno da *Conceição*.

– Um batel?

– É. Como aquele batelzinho que eu fui às carreiras até a Vila do Pereira, naquele dia para saber da guerra. Com ele, ficava bem mais fácil eu entrar e sair daqui, sem o povo ver de onde venho ou para onde estou indo.

Tomé de Sousa cruzou os braços atrás das costas e caminhou em volta da casa. O rapaz estava certo. De barco, seria bem fácil, também para ele, vir visitar a Yuruti mais discretamente. O Garcia poderia pegá-lo na *Conceição* ou no porto à noite, e trazê-lo de volta pela manhã bem cedinho. Realmente, bem mais prático.

– Está bem. Vou falar com o Pêro de Góis. Dar-te eu cá não posso. Não é meu. Mas posso sugerir ao Pêro que deixe o batelzinho a teu serviço. Afinal, tu és o feitor e almoxarife da Alfândega, não é? Precisas de facilidades de locomoção entre a Ribeira e os navios.

– Muito agradeço, meu senhor.

– Está bem, Garcia. Agora pega os animais e vamos embora. Está tudo visto e revisto. Creio que já podes trazer as raparigas. Quando pretendes ir buscar a tua noiva?

– No domingo, meu senhor. Desde que Vosmecê me arranjou esse emprego de almoxarife, ganhei um dia de folga aos domingos. Nos dias santos, também.

– E estás gostando? Digo, do serviço.

– Ah, sim! Gostando muito. O senhor provedor e o escrivão da provedoria são danados de exigentes, mas me tratam muito bem e têm paciência comigo. Vê que eu ainda estou começando... O meu senhor sabe, não é? Ainda me atrapalho um pouco com aquela porção de contas e escritos. É tanta papelada!...

– É natural. Depois tu te acostumas.

– Ah, me acostumo, sim! Estou gostando. O ganho é pouco, mas é divertido.

– Pouco?

– Sabes quanto me vão pagar? Quinhentos réis por mês. Quinze cruzados por ano.

– E não está bom?

– É... Se Vosmecê pensa que está bom, está, sim. Mas sabes, Dom Tomé, lá em Varzim tinha um ferreiro amigo meu que dizia fazer cento e cinquenta cruzados num ano. Dez vezes mais do que eu vou ganhar como almoxarife d'el-rei. Mas também... ele é

ferreiro, não é? Ferra cavalos, amola facas, conserta panelas furadas...

– Tenha paciência, rapaz. Não te esqueças que estás em início de carreira. Se trabalhares direito, decerto ganharás aumento ou serás promovido. Por falar nisso, não te preocupe com as despesas aí da casa. Aqui, quase não se gasta nada, mas, se precisares de alguma coisa, saca do almoxarifado e põe em minha conta.

– Ah, muito agradeço, meu senhor! Estava mesmo a pensar numas tralhas de cozinha.



Capítulo 23

El-rei banca tudo

Definidos os rumos econômicos, António Cardoso de Barros, o provedor-mor, convocou reunião com os colonos, na recém-inaugurada Casa da Câmara, e lhes deu a boa notícia: dali a uns poucos meses estariam chegando *peças de África*, para reforçar os braços na lavoura.

– Negros da Mina, mas só para plantar cana – foi avisando. – Cana para fazer açúcar. Vosmecês não vieram para cá fazer a vida? Então... Quem estiver interessado, que trate de escolher terras e as requeira ao capitão-governador. Ele vai distribuir cartas de sesmarias em nome d’el-rei.

– E o foro? – perguntou um dos colonos.

– Não será cobrado foro algum. Somente pagarão o dízimo à Ordem de Cristo.

Os padres presentes ao evento entreolharam-se com sorrisos de mofa. Teoricamente, a Ordem de Cristo era o braço religioso-militar da Igreja no Reino. Herdeira dos Cavaleiros Templários, fora criada nos idos de 1300 pelo rei Dom Dinis, como confraria poderosíssima. Nos últimos tempos, porém, perdera muito da sua importância e prestígio. Para arrancar do Tesouro os dízimos recolhidos, cujo montante a Ordem sequer fazia ideia, era um tormento. “Não há dinheiro...”, não se cansavam de repetir os encarregados, empurrando para o mês, para o trimestre, para o semestre, para o ano seguinte. “Para o dia de São Nunca”, diziam os ecônomos da Ordem.

– A proposta não me parece má – aprovou um dos colonos mais esclarecidos. – Porém, se Vosmecê me per-mite, eu cá gostaria de saber das demais condições.

O provedor-mor estabeleceu as premissas. Teriam que residir nas terras pelo menos por três anos e, durante esse período, não as poderiam alienar ou vender. Era exigido que construíssem na propriedade uma torre ou casa-forte, que lhes garantisse a segurança. Deveriam montar um pequeno arsenal, constituído ao menos por quatro *berços*, dez mosquetes ou arcabuzes, e a pólvora necessária. Adicionalmente, teriam de ter sempre à mão bestas, lanças e espadas, uma para cada morador da fazenda.

– Mas... nós cá viemos fazer a vida ou a guerra? – brincou um dos colonos, arrancando risadas entre os colegas.

– Fazer dinheiro – respondeu em tom amistoso o provedor-mor. – Contudo, como se costumava dizer na Roma Antiga, *si vis pacem, para bellum*.

E diante da expressão interrogativa da audiência:

– “Se queres a paz, prepara-te para a guerra.” O que el-rei deseja é que os senhores possam garantir a segurança das plantações e dos engenhos.

– Será, então, permitido fazer engenhos?

– Sem dúvida, ó Araújo. A ideia de Dom Tomé é fazer açúcar. Muito açúcar. Só que o senhorio do engenho será obrigado a moer as canas de outros lavradores também.

– De borla¹?

– Não. Recebendo pelo serviço a parte de açúcar que o governador definir.

Fez-se breve silêncio na audiência. Montar um engenho, todos sabiam, custava uma pequena fortuna. Uns vinte mil cruzados, segundo se dizia. Quem, entre eles ali, teria tanto dinheiro? Mentalmente passaram em revista as posses dos companheiros. Só conseguiram identificar dois ou três.

– E quanto aos pretos? – questionou Bento Araújo, um alentejano, tido como o mais abastado dos colonos.

– Poderão ser pagos com açúcar, também – respondeu Cardoso de Barros. – De preferência na primeira safra, e à razão de um negro para cada cem arrobas, no mínimo.

– Cem arrobas de açúcar por um preto! – reagiu Araújo, ligeiramente indignado.

– É o preço. Dom Pedro Ferreira, cá o nosso tesoureiro, já fez e refez as contas. É o mínimo que dá para cobrar. De todo modo, na hora do leilão a gente vê.

– Não daria, pelo menos, para esticar o pagamento a *prazo de fatiota*? – arguiu Manuel dos Santos, um jovem ambicioso de Mafra, metido a engraçado, que trouxera para o Brasil mal e mal a roupa do corpo.

A audiência caiu na gargalhada. *Prazo de fatiota* era o termo utilizado para períodos muito longos de pagamento. Prazos quase indefinidos.

– Não – contrapôs o provedor-mor. – O contrato de serviço do capitão-governador é de três anos. E, se eu bem conheço Dom Tomé, ele não há de querer deixar pendências para quem o vier substituir.

– Já que é assim, por que não três anos para pagar os pretos?

– Está bem, Araújo. Três anos, eu cá não garanto, porque um ano quase já se foi. Mas falarei com o capitão. Se calhar, ele lhes dá dois anos para fazerem o pagamento.

Os conflitos de interesses foram inevitáveis. Tivessem ou não recursos para montar um engenho, todos pretendiam para si as terras mais próximas da cidade, as de mata menos densa e as que fossem atravessadas por rios ou riachos. Além disso, queriam que o arsenal do rei lhes cedesse as armas, pediam mudas de cana e prazo mais longo para pagar os escravos.

Tomé de Sousa foi convocado para aplacar os ânimos.

– Muito bem, minha gente. A minha posição não me permite tomar partido a favor ou contra quem quer que seja – ponderou. –

Por isso, decidi o seguinte: os lotes de terra serão distribuídos por sorteio. Colocamos um papelucho com a descrição dos lotes cá neste bernal, e cada um vem e tira o seu quinhão. Está bem?

Com gestos afirmativos de cabeça, muitos na assembleia deram sinais de considerar aquela uma solução justa.

– As armas necessárias el-rei as empresta aos senhores. Até comprarem outras – continuou o governador. – O prazo de pagamento dos pretos fica em dois anos para toda a gente. Dois anos. E quem não pagar no prazo, anote aí Pêro Borges, perderá os negros.

A audiência impacientou-se, com os colonos trocando cochichos entre si. Tomé de Sousa pediu calma com um gesto de mãos.

– Ora! Nada mais justo – falou em tom conciliador. – É a única garantia que temos d’el-rei receber de volta o capital empatado. Ou vosmecês acham que dinheiro dá em árvore? Quem empresta, evidentemente, quer receber.

Sentado na primeira fila, Bento Araújo, que parecia exercer certa liderança, balançou de leve a cabeça dando a sua concordância. Pouco depois, bovinamente, os demais o seguiram na opinião.

– Agora, quanto às mudas de cana... Façam-me o favor! Não basta el-rei dar as terras sem cobrar foro, emprestar as armas para a própria segurança de vosmecês, vender os negros para pagar depois? Não basta a garantia de comprarmos todo o açúcar, a um preço definido desde já pelo Pedro Ferreira a doze cruzados por arroba? Façam lá as contas. Cada preto vai ser posto em leilão por mil e duzentos cruzados. Menos da metade do preço de Lisboa. Quem der mais, leva.

– E quanto às mudas de cana, meu senhor?

– Quanto às mudas – impacientou-se o fidalgo –, quem estiver interessado que trate de ir à Vila do Pereira negociar com o Diogo Álvares. Ele e as gentes dele têm mudas e entendem desse assunto. Eu não!

Nos dias seguintes, já de posse dos lotes sorteados, os colonos começaram a ir em levadas procurar Caramuru. O velho recebeu pacientemente um, dois, três. Lá pelo sexto ou sétimo, não aguentou mais.

– Arrenego!... Não vendo mais muda nenhuma.

– Mas o que é isso, Diogo Álvares!...

– O que é isso? O que é isso, é que eu fiquei cá nesta terra porque gostei do sossego. Sossego, entendeu, meu amigo? Se quisesse gentes consumindo a minha paciência, tinha voltado para o Reino – concluiu, dando o caso por encerrado. – Não vendo, não troco, nem dou mais muda nenhuma! E nem quero mais ver vosmecês cá na minha vila. Vamos... Escafedam-se. Sumam! Sumam-se daqui.

– Mas Diogo Álvares... – contemporizou a mulher de um dos colonos, uma baixinha de touca de pontas caídas pelas orelhas, troncada e decidida. – Nós carecemos das mudas. Só Vosmecê tem... Tem piedade, homem de Deus.

– Piedade? Ora, me deixa!

– Piedade, Diogo Álvares. Piedade, homem – continuou a baixinha, fazendo cara de cachorro pidão. – Viemos de longe... O que te custa, homem de Deus?

– O que me custa? O que me custa é o meu sossego. Essa arenga, essa esperteza saloia de vosmecês, que me dá nos nervos! `Cês mais parecem sanguessugas...

– Piedade – persistia a camponesa. – Temos filho para criar. E `tou prenhe, não vês?

– Hum!... – Caramuru coçou a cabeça, a barba, voltou a coçar a cabeça. – Está bem. Então se entendam lá com o meu genro, o Garcia. Vou mandar ele cuidar disso. Não quero mais saber dessa aporrinhação. Falem com o Garcia. Agora vão embora. Me deixem em paz. Sumam-se daqui!

¹-Em Portugal, o equivalente a "de graça".



Capítulo 24

Ménage à trois

Foi assim que Garcia d'Ávila, para além de almoxarife e feitor da Alfândega, passou a controlar a oferta das mudas de cana-de-açúcar naqueles primeiros anos de São Salvador. Laborioso, atendia a todos com muita paciência e presteza. Ladino, sempre encontrava uma maneira de contornar impedimentos. Se o colono não tivesse dinheiro vivo para pagar as mudas, não tinha problema. Ele aceitava galinhas, porcos, cabras, animais de carga, de montaria... "Para tudo dá-se sempre um jeito", gostava de dizer.

Nada mal para quem guardava como lembranças mais antigas um casebre de colmo pegando fogo; vizinhas chorosas apiedando-se dele, agora órfão; um frade mendicante levando-o pela mão aldeia afora; a vista das muralhas da cidade de Ávila, com suas inúmeras torres arredondadas, ficando para trás e cada vez mais longe. Contava, então, quatro ou cinco anos de idade e sabia chamar-se Garcia. E só. A partir daí as lembranças eram mais arejadas.

Metido no hábito negro, velho e desbotado da Ordem de Santo Agostinho, com cabeleira e barbas desgrenhadas, magro como um graveto, com uma cabaça de água sempre a tiracolo e apoiado num cajado, o peregrino era de poucas palavras. Ainda assim, ensinara-lhe muito.

Caminhando, caminhando e caminhando; cruzaram prados e bosques, rios e vales, serras e mesetas. Sob sol, chuva ou geadas, seguiam. Comiam quente, quando alguma boa alma dava; frio e

porcamente, a maior parte do tempo. Dormiam em mosteiros, albergarias e celeiros; às vezes, simplesmente sob o faiscante manto azulado das estrelas.

Finalmente, uma centena de léguas desde Ávila, foram se aproximando de Santiago de Compostela. Ali, naquelas terras da Galiza, onde, bem mais de mil anos antes, teria sido sepultado São Tiago, o apóstolo de Jesus, quedaram-se. Para lá acorriam muitos nobres e fidalgos, pródigos em esmolas. Por isso mesmo, a cidadezinha parecia reunir os desgraçados de todo o mundo. Cegos, mutilados, leprosos, aleijados – de verdade ou fingidos – faziam em Santiago farta colheita de caridade. Em contrapartida, variadas línguas eram faladas e havia por lá uma Universidade, fundada em 1495 – e ouvir os grandes mestres era o ideal secreto do agostiniano, que almejava se tornar pregador.

Passaram-se vários anos, até o frade considerar-se apto e decidir partir. Alguém comentara: não muito longe, o rei de Portugal estaria iniciando obras de um templo em honra ao Beato Gonçalo de Amarante, candidato a santo. Uma boa causa a abraçar. Desceram de Santiago pelo chamado *Caminho Português*. Não lograram, porém, chegar a Amarante. Na aldeia de São Pedro de Rates, o magro, bom e agora sábio agostiniano, em meio a terríveis ataques de tosse, vomitando sangue, entregara a alma a Deus.

Sozinho no mundo, o rebatizado Garcia de Ávila, ou d'Ávila, já era então um rapazote de talvez treze anos. Sabia ler e escrever, fazer algumas contas, também. Mais que tudo, aprendera a contentar os que lhe podiam dar abrigo e comida. Agora, não mais por mera caridade, mas em troca de trabalho. Qualquer trabalho. De carrear esterco a arar os campos; de colher olivas a extrair a casca de certa árvore chamada sobreiro e obter cortiça. E assim vivera naquela região, que tinha por sede Póvoa de Varzim, por um bom tempo. Engenhoso e prestativo, "letrado", os ventos da boa sorte, acabou por enfunar-lhe a vela. Resultado: em poucos meses de Brasil, tornara-se assalariado d'el-rei, tinha casa coberta de telhas, alguma

criação no quintal e até mulher. Mulher bonita. Parecia-lhe até um sonho.



O governador frequentava-lhe a morada de duas a três vezes por semana. Chegava à noite, no batel de Garcia, e retornava à *Conceição* bem cedo, na manhã seguinte. Por vezes, no entanto, quando a saudade apertava, saía da Câmara a pretexto de fiscalizar as obras e metia-se nas picadas da mata para visitar Yuruti.

Eram os melhores encontros. A menina adorava aquele tipo de surpresa, e o amor entre eles acontecia de forma ainda mais prazerosa. Criada à solta, sem pejo nem peias, a espontaneidade da indiazinha não conhecia limites. Entre mil demonstrações de afeto, guiou o fidalgo nos caminhos do *fellatio* e do *cunnilingus*, que o capitão nunca ousara experimentar; e queria porque queria fazer amor à moda grega, que ele relutava por considerar antinatural, quiçá, até prejudicial à saúde.

– Bom... bom... *Tebí* bom – insistia ela, misturando o vocabulário.
– *Tebiquara ybaê!*... *Abaeté* gostar.

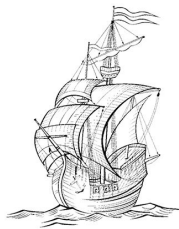
Abaeté, que na língua tupi significava “homem forte” ou “homem ilustre”, era como ela costumava chamá-lo. *Tebí*, ele sabia, era “o traseiro”. *Tebiquara*, “o furo do traseiro” e *ybaê*, “fruto doce”. A despeito das boas promessas, Tomé de Sousa resistia.

O que gostava mesmo, quando das visitas fora de hora, era perceber que Jurucê, a mulher de Garcia, ficava observando os dois às escondidas. Se, no princípio, isso o deixara envergonhado, com o tempo acabara por sentir excitação extra ao perceber a presença furtiva da rapariguinha. No calor dos folguedos, mais de uma vez, ensaiou convidar Jurucê para entrar no jogo. A coragem não vinha. Até o dia em que ela se achegou espontaneamente e Yuruti logo a envolveu na brincadeira.

Ela tinha olhar sonso e pele menos acobreada que a de Yuruti. Os contornos do corpo, porém, se mostravam mais adultos, mais bem

definidos, e o sorriso sugeria qualquer coisa de impudente. Um pouco embaraçado, Dom Tomé não sabia o que fazer. A desenvoltura das jovens cuidou de compensar os seus melindres. Os lábios e mãos das raparigas andavam por toda parte em seu corpo, ora se alternando no *fellatio*, ora acarinhando-lhe os bagos. E, enquanto uma guiava-o para dentro de si, a outra tratava de se oferecer para o *cunnilingus*.

Não havia como negar. Aquela era experiência deleitosa e de volúpia extrema. Pena a consciência o acusar tanto.



Capítulo 25

Santa Inquisição

Naquela tarde, quando retornou à Casa da Câmara, um capitão de navio o aguardava. De tão entretido na casinha da falésia, não vira o bergantim entrar no porto. Uma novidade daquelas! O primeiro emissário de Portugal em tantos meses... Fingiu ter visto. O capitão disse estar a caminho das Índias, mas recebera ordens para cruzar até a Bahia, para fazer reabastecimento de víveres e entregar mala de correio. Havia cartas oficiais e particulares para muitos do grupo. Uma, remetida por Dona Maria da Costa, a esposa do governador, era datada de quatro meses antes e dizia o seguinte:

Senhor meu marido,

Mais de seis meses fazem que tu partiste e ainda não recebi missiva tua. Cá, com a graça de Deus, tudo na mais santa harmonia. A nossa menina Helena, bem crescidota e com saudades do paizito, diz contar os dias que faltam para o fim do teu serviço no Brasil.

Estou preocupada é com a Lolita. Aquela vaca malhadinha que tu compraste daquele senhor de Balasar, lembra-te? Pois não é que a dita vaquinha me apareceu com uns bernes bem feios! Se o Garcia cá estivesse, já teria resolvido. Mas esse moço novo que tu botaste no lugar do dito Garcia não sabe nada dessas cousas. Vou-me ter que a ver com os vizinhos.

Conforme tu previste, os olivais deram boa safra este ano. Teremos muito azeite, com a graça de Deus. Mandeï tirar foi um pouco de cortiça. Mas daqueles sobreiros que descansavam desde o

nascimento da Heleninha. Estamos cá a precisar de dinheiro. Desde que tu partiste, nunca mais me mandaram da corte a parte combinada dos teus proventos.

Quem foi preso pelo Santo Ofício foi um moço de Varzim. Um tal André, oficial tanoeiro. Tu já compraste umas barricas dele, lembra-te? Pois o dito André foi preso e levado para o Tribunal de Évora. Tinha duas mulheres, o paroleiro. Bem feito que o tenham prendido, não achas tu também?

Penso que já te contei tudo. E aquelas tuas dificuldades de evacuar, saraste? Não te esqueças de tomar uma colher de azeite, em jejum, todo dia. Faz bem para as tripas, já dizia a minha santa mãezinha, que Nosso Senhor Deus a tenha.

Sou a tua esposa com saudades, Maria.

Dom Tomé não pôde deixar de sorrir. Lá estava ele, construindo uma cidade do outro lado do mundo, apazi-guando gentios, tomando uma série de providências importantes como governador, enquanto a mulher esta-va preocupada com os bernes de uma vaca e com o funcionamento dos seus intestinos.

Santa ignorância! – Pensava. – Pobre Maria!... Como reagiria se soubesse da Yuruti? E se sonhasse com o que fiz com as raparigas? Santos Evos! Seria capaz de se internar num mosteiro para pedir pela salvação da minha alma pelo resto dos dias. Ou... Será? Será que a Maria teria coragem de denunciar-me ao Santo Ofício? Não. A Maria, não. Não, o Garcia também não faria isso. Agora, o Pêro Borges...

Só então Dom Tomé se deu conta do risco potencial que corria. Os Tribunais do Santo Ofício não eram um instrumento novo. Já eram usados em Espanha há setenta anos. Mas fora muito difícil para Portugal obter o mesmo benefício. Precisara ser comprado a peso de ouro na Cúria Romana. Em compensação, pela bula *Meditatio Cordis*, de 16 de julho de 1547, o papa Paulo Terceiro havia concedido ao monarca português o poder que ele tanto queria. Um recurso extraordinário para desviar a atenção do povo dos graves problemas do Reino.

Os tribunais eclesiásticos, controlados pela Coroa na pessoa do arcebispo de Évora, irmão do rei, cuidavam de coibir, com mãos de ferro, o judaísmo, o islamismo e o luteranismo, mas também feitiçaria, blasfêmia, pederastia e bigamia, entre outras práticas consideradas heréticas. Como trabalhavam à base de denúncias, mesmo sem provas, bastava que alguém delatasse alguém para que o suspeito fosse rapidamente investigado e preso.

Lacravam-lhe então a casa. Nas barras do Tribunal do Santo Ofício, o infeliz era submetido a interrogatórios e, se necessário, a sessões de tortura, até que confessasse suas culpas. Absoluções eram raras. Ao final do processo, se não tivesse morrido, se suicidado ou escapado das masmorras da Inquisição, o réu era levado para o auto de fé. Uma procissão, seguida de missa solene, sermão especial e grande festa popular, em que os condenados ouviam suas sentenças. Aos reincidentes ou aqueles que insistiam em não se confessar culpados, morte na fogueira, “para que o fogo purificasse-lhes o espírito”. Nos demais casos, cárcere perpétuo ou degredo. Na melhor das hipóteses, açoites em praça pública e a obrigação de usar roupa de tecido grosseiro e discriminatório: o sambenito. De um jeito ou de outro, sob a alegação de que era preciso custear o processo, os bens do sentenciado quase sempre eram confiscados pela Coroa.

Preocupado e de consciência pesada, Tomé de Sousa pensou em confessar-se ao padre Nóbrega. Desistiu. Seus segredos não deveriam ser partilhados com mais ninguém. Alegando excesso de trabalho, ficou duas semanas sem aparecer na casa da falésia. E quando o fez novamente, por insistência de Garcia, sentiu-se terrivelmente constrangido na presença de Jurucê e Yuruti.

– O meu senhor anda com muita tristura – puxou conversa o antigo criado, quando estavam voltando para a *Conceição* na manhã seguinte. – Muito *cariry*, como dizem as meninas. Obrei alguma coisa que Vosmecê não gostou?

– Não, meu rapaz. Não fizeste nada. Está tudo bem.

– Já sei. Foi aquele *camury* da Jurucê.

- O quê! – apavorou-se o fidalgo.
- *Camury*, o peixe robalo – tranquilizou-o Garcia, inocentemente.
- Estava mesmo malfeito. Jurucê não sabe cozinhar. Não tem jeito.
- Para mim estava bem – mentiu Dom Tomé.
- Bondade de Vosmecê. Mas... e essa tristura, senhor?
- Não é tristura, meu rapaz. É cansaço. Preocupação. Quero inaugurar São Salvador no dia de Todos os Santos, e ainda há tanto por fazer...



Capítulo 26

A capital do Brasil

Fazia uma daquelas lindas manhãs de sol nos trópicos. Com o vigário Manuel Lourenço à frente, paramentado com alva, estola e casula bordada a fios de ouro; portando um grande crucifixo de prata; ladeado pelos outros padres e irmãos balançando turíbulos de incenso; a procissão ia percorrendo uma a uma as ruas da cidade. Acompanhava-a o governador, fidalgos e funcionários da Coroa. Era sexta-feira, 1º de novembro de 1549, dia de Todos os Santos. Sete meses depois do início das obras, São Salvador da Bahia estava sendo inaugurada oficialmente.

À frente, lá embaixo, o mar azul da baía. Nas laterais e aos fundos, a paliçada inicial havia-se transformado em muro de taipas. Duas portas davam acesso à cidade fortificada. A *Porta Norte* e a *Porta Sul*¹. Intramuros, protegida por torres a ameias, a capital da colônia portuguesa no Novo Mundo era dividida por sete ruas. Quatro paralelas ao mar e três transversais, desembocando em dois terreiros. O maior, a *Praça da Câmara*, com o pelourinho ao centro, símbolo do poder real; e o *Largo de Nossa Senhora d'Ajuda*, com a igreja ainda por terminar. Uma centena ou mais de moradias já estava ocupada, e dezenas de outras mostravam-se em diferentes estágios de construção. A casa do governador, no entanto, permanecia com as obras paralisadas. Por conveniência própria, mas alegando prioridade para os demais, Tomé de Sousa continuava residindo oficialmente no grande camarote da sua nau *Conceição*.

Era dia de festa. Todos vestiam suas melhores roupas e as janelas das casas estavam enfeitadas com ricas toalhas, como se usava em Portugal. Os padres entoavam o cantochão em latim, enquanto as pessoas batiam palmas ou juntavam as mãos em prece, quando da passagem da procissão.

Metido em vestes europeias um tanto gastas, Caramuru também estava lá. Mas se negara a participar do cortejo. Quedara-se numa esquina com as suas mulheres; cercado pelos filhos, filhas, noras, genros e netos. O velho não parecia à vontade. Além do incômodo das roupas, sentia-se algo desiludido. Pelos bons serviços prestados a Sua Majestade, alimentara secretamente a esperança de vir a ser armado cavaleiro da Ordem de Cristo. Contudo...

Numa ponta de rua, Tomé de Sousa percebeu Yuruti em meio aos fiéis que aguardavam a procissão. A india-zinha metera-se numa túnica larga de algodão cru e lá estava, desobedecendo às ordens do amante de nunca aparecer na cidade. O sangue subiu à cara do governador. De soslaio e cara fechada, olhou para ela à passagem do cortejo. A menina fez uma careta engraçada. Um trejeito que estampava na face o orgulho que sentia por conhecer na intimidade *Abaeté*, o "homem ilustre".

A missa campal foi celebrada no terreiro grande, e ao agitado jantar oficial do meio-dia, na Casa da Câmara, compareceu toda a melhor sociedade. Caramuru inclusive. Ao topar com ele, Tomé de Sousa levantou-lhe um brinde.

– À saúde do nosso bom amigo Diogo Álvares, sem a ajuda do qual dificilmente teríamos conseguido construir esta São Salvador!

– À sua saúde, meu senhor – retorquiu o velho, sem maior entusiasmo.

Quando tiveram oportunidade de ficar um pouco a sós, o governador enlaçou-o pelo ombro.

– Tenho notado o bom amigo um tantinho ressabiado. Tristonho mesmo. Estás aborrecido comigo?

– De maneira alguma, meu senhor – mentiu.

- Creio dever-te uma explicação.
- A mim, o senhor governador não deve coisa alguma.
- Devo-te sim, ó Diogo Álvares – assumiu. – E já agora, quero que saibas que meu maior prazer, no dia de hoje, seria tê-lo feito cavaleiro da Ordem de Cristo.
- Isso nunca me passou pela cabeça.
- Pois deveria ter passado, meu bom amigo – contrapôs com simpatia. – Tu foste, és e sempre serás muitíssimo importante para o sucesso do meu governo cá no Brasil. Devo-te muito.
- A mim, nada deves. – Armou-se em modesto, cofiando a barba branca. – Cumpro o serviço que el-rei me ordenou. Mas já que falaste... Por que fizeste cavaleiro ao mestre de obras Luís Dias, ao físico Jorge Valadares, ao boticário Diogo de Castro, e ao Diogo Álvares não?
- Não pude, meu bom amigo.
- Não pudeste, meu senhor! Por que, se fazes favor?
- Isso não vem ao caso.
- Como não vem ao caso...

Aquelas vestes tão incompatíveis com ele, a expressão de desapontamento do velho, a estranha fragilidade, os olhos azuis embaciados, sensibilizaram Tomé de Sousa.

– Está bem. Já que insistes... Bem, meu amigo, a verdade é que... A verdade é que o Pêro Borges rechaçou a minha proposta, apresentando ao Conselho uma oposição.

– Eu sabia! – encolerizou-se Caramuru. – Não disse a Vosmecê que aquilo era um traste ruim dos infernos! Pelo sangue de Jesus Cristo, mercê de Deus, não morro sem quebrar as fuças desse teu ouvidorzinho.

– Fala mais baixo, meu amigo – pediu, batendo-lhe no ombro. – Se calhar, Pêro Borges já está mais... maneiro.

– Maneiro... Hum! – escarneceu. – Pau que nasce torto não tem jeito... Morre torto. Dize-me: qual o argumento que o... que o senhor ouvidor usou para me deixar de parte?

– Esquece isso, ó Diogo Álvares.

- Como esquecer, meu senhor!
- Está bem. Está bem. Não carece ficares exaltado. Já que insistes... Ele... bem, ele ponderou que tu não és cristão.
- Não sou cristão? – alteou a voz.
- Psiu!... – voltou a pedir, colocando o dedo em riste nos lábios. – Fala baixo, meu amigo. As paredes cá têm ouvidos.
- Arrenego do diabo!... Danem-se as paredes! Quer dizer que para aquele borra-botas eu não sou cristão?
- Ele argumentou, meu amigo. O fato de... Bem, tu sabes. A Dona Paraguaçu, Dona Caoby, as outras... Tens mais de uma mulher... Coabitas com as nativas... Convenhamos... Perante a Igreja...
- Hum!... Percebo. Mas já agora, permita-me Vosmecê. Por acaso o capitão-governador é cristão?

Aquele tapa de mão de luva doeu como soco na boca do estômago. Ficou remoendo na consciência de Tomé de Sousa o resto do dia. Finda a festa, sentou-se em seu gabinete na Casa da Câmara, entornando sucessivas canecas de vinho. Quando os últimos criados saíram, alegou precisar ficar ainda mais um pouco. Não carecia de luz. Pudessem apagar as candeias. Ele estava bem. Não se preocupassem. Só queria ficar um pouco sozinho.

Precisava pôr fim àquela história, ponderou. Diogo Álvares tinha razão. Era muita hipocrisia da parte dele. Tinha que acabar com aquilo de uma vez por todas. Antes que alguém descobrisse e o denunciasse a algum padre menos compassivo, ao Pêro Borges, ou, pior ainda, diretamente ao Santo Ofício. O tanoeiro lá de Póvoa de Varzim não havia sido preso por bigamia? Por que ele não poderia? Bastava uma carta anônima, uma denúncia, e o seu *status quo* desmoronaria. Não fora assim com o Pêro do Campo Tourinho, que estava em vias de perder sua capitania de Porto Seguro!

Procurando controlar o corpo, que teimava em bambear um pouco, deu uma longa volta para evitar encontros indesejáveis e caminhou até a *Porta Sul* da cidade. O portão estava semiaberto e não havia sentinelas à vista.

Governador de merda – recriminou-se – é o que eu sou. Ninguém cumpre o que eu mando. Então construo um muro enorme destes, e os filhos das ervas deixam o portão escancarado! E se os franceses chegassem e nos atacassem de surpresa? Santos Evos! Ó sina desgraçada!... Não poderia a essas horas estar sossegado lá na minha quinta, com a Heleninha e a Maria, cuidando do que é meu? O que ganhei vindo para cá? Mil cruzados por ano... Hum, grande coisa! Martim Afonso ganhou cinquenta vezes mais nas Índias.

Tentando manter a dignidade das passadas, meteu-se a pé pela estradinha recém-aberta que dava acesso à agora chamada Vila Velha do Pereira, e depois pela picada na mata, que levava à casa da falésia. Estava decidido a acabar com o romance com a indiazinha de uma vez por todas. Naquela noite mesmo.

Garcia e Jurucê tinham ido acompanhar Caramuru e família no regresso à vila. A garota estava sozinha e assustou-se um pouco com a inesperada visita. Em todo o caso, logo correu para ele e pendurou-se-lhe ao pescoço, assanhando-lhe o cabelo, cobrindo-o de beijos e carinhos. O fidalgo cambaleou e sentou-se no degrau da entrada. Yuruti estava de peito nu e vestia apenas o *toconha-oba*, a tanga de algodão presa à cintura. Tentando livrar-se da saraivada de beijos e afagos, Dom Tomé colocou-a de bruços no colo e aplicou-lhe umas palmadas no traseiro, recriminando-a por haver desobedecido às suas ordens de nunca ir a São Salvador. A mocinha julgava ser brincadeira e divertia-se. Ria com gosto, esperneando infantilmente e fazendo convites.

– Bom... *Tebí* bom – dizia entre risinhos. – *Tebiquara ybaê!*... *Abaeté* gostar.

Um tantinho bêbedo, daquela vez o capitão não resistiu.

¹-Indícios históricos sugerem que o primitivo núcleo fortificado de Salvador limitava-se ao topo da colina compreendida, aproximadamente, entre as atuais Praça Castro Alves e o Terreiro de Jesus.



Capítulo 27

Ordem de Cristo

Logo depois da inauguração da cidade, Pêro Borges, António Cardoso de Barros e Pêro de Góis partiram para São Vicente. Com eles seguiram o padre Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jácome, para uma temporada de *desobriga* nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. O padre Nóbrega insistira muito. Era preciso batizar os pagãos, casar os amancebados e “amansar os gentios para a Fé de Jesus”.

A Gaspar, Gabriel e Jorge, filhos mestiços de Caramuru, forada, meses antes, a incumbência de conseguir cerca de mil e quinhentas *ibirapitanga*¹. As árvores centenárias deveriam ser cortadas na lua nova ou crescente, as mais recomendáveis. Uma vez postas ao chão e desgalhadas, precisariam ser transformadas em quinze mil toras de uma vara e meia², a medida ideal para facilitar o transporte no ombro até o porto, para posterior arrumação nos porões do navio. Seriam recompensados. Mas a carga deveria estar nos armazéns da Alfândega, no mais tardar, em fevereiro.

Entrementes, Caramuru não conseguira digerir aquela outra história. A acusação de não ser cristão o incomodara profundamente. Ruminou a ideia durante um bom tempo e decidiu. *Então eu não sou cristão? Pois os cabrões vão ver!* E começou a construir, no ponto mais alto do morro de Santo António, entre a Vila Velha do Pereira e a nova cidade, uma igreja. Dona Paraguaçu entusiasmou-se com a ideia. Junto com a outra mulher

do marido, filhas e netas, colheu varas, para os enxaiméis das paredes de taipa; cortou ripas e caibros na mata, para a estrutura do telhado; amassou barro, para fazer as paredes e telhas. Do fundo de uma canastra, sacou uma Madona que havia ganho em França, quando lá estiveram em 1526. Quis chamá-la simplesmente de Nossa Senhora. O marido não consentiu. Depois de muita polémica, concordaram em dar finalmente à santa o nome de Nossa Senhora da Graça – e dedicaram a ela a *tupanaroca*, a igrejinha.

Os padres ficaram encantados com a iniciativa. É certo que haviam admoestado, intimidado e gasto muito tempo e conversa na tentativa de trazer aquelas ovelhas desgarradas para o rebanho de Jesus. O resultado saíra melhor que a encomenda. Aproveitando os ventos favoráveis, tentaram por todos os meios convencer Caramuru a casar-se, para regularizar sua situação definitivamente.

– Com qual das minhas mulheres? – gracejou o velho.

Não podia confessar que já se havia casado com Dona Paraguaçu, vinte e poucos anos antes, quando estiveram em França com uns traficantes de pau-de-tinta. Aquele ouvidor-geral, o Pêro Borges, bem poderia acusá-lo agora de haver atraído o rei de Portugal. Não tinha mais idade nem paciência para envolver-se em querelas jurídicas. Em todo o caso, aquiesceu que Dona Paraguaçu fosse batizada de novo – já que havia sido batizada antes de se casar em França – e indicou-lhe o nome cristão.

– Um bonito nome... – elogiou o padre João Aspilcueta.

– Verdade seja, meu padre, é nome de rainha. Tem a Catarina de Áustria, rainha de Portugal; a Catarina de Médici, rainha de França; e a Catarina Paraguaçu, rainha do Brasil – e soltou sua risada escandalosa característica.

– Muito bem, senhor Diogo Álvares – falou o padre, alegremente amistoso. – Mas, dize, e quanto aos padrinhos, já escolheste?

– É verdade. Batizado tem que ter padrinhos. Deixa-me cá ver – reticenciou, coçando o pescoço. – Vamos fazer o seguinte. Não quero o capitão-governador não, iria parecer bajulação. O padrinho pode ser o senhor mesmo, padre. Ou o padre Nóbrega. Agora,

quanto à madrinha... Bem, quero que a madrinha seja a minha padroeira.

– Vossa padroeira?

– Nossa Senhora da Graça, padre!

A construção da igreja operara milagres no humor de Caramuru. Ele agora era novamente o centro das atenções, e se sentia muito envaidecido. O canteiro de obras acabou virando atração. Volta e meia o pessoal da cidade aparecia por lá, para acompanhar o andamento dos trabalhos e dar alguma pequena ajuda. O governador também. Não poupava elogios ao empreendimento do amigo.

– Isso é porque eu cá não sou cristão, capitão – alfinetou o velho com ironia.

– És sim, ó Diogo Álvares. Um cristão melhor que eu. Ao menos não vives em hipocrisia.

– Ih!... Vosmecê de novo com essas histórias... Deixa de tolices, meu senhor. Eu falei aquilo por falar...

– Pois não me sai da cabeça – retorquiu, tirando o chapéu e demorando-se em alisar-lhe as plumas. – Desde que falaste, a consciência me dói. Já tentei, não sei quantas vezes, romper com a gentiazinha.

– Mas romper por quê? Ora, meu senhor! Eu falei aquela burragem porque estava com raiva. Deus me livre de pensar que Vosmecê não seja bom cristão...

– Sou não, meu amigo. Isso o que ando cá a fazer não está nada direito.

– Não está direito!... E tem lá direito ou torto entre macho e fêmea, meu senhor? A não ser que Vosmecê já esteja enjoado e queira trocar de menina. Se for isso...

– Enjoado, eu... Antes estivesse! – Recolocou o chapéu na cabeça com um sorriso triste. – O diabo da rapariga parece até que me pôs feitiço...

– Então, meu senhor... Aproveita! Eu nunca fui homem de uma mulher só. Quando tinha a idade de Vosmecê... Ah, bons tempos, aqueles!... Costumava ficar aí com umas cinco ou seis gentias para

mim. E quando estava inspirado, dava conta logo de duas ou três de uma vez.

– Ao mesmo tempo, meu amigo? Juntas?

– Como não! As raparigas apreciam essa brincadeira, meu senhor. É coisa comum aqui.

– Tu estás a pilheriar comigo.

– Estou não. Gostam mesmo...

– Tu te referes às tuas mulheres, naturalmente – concluiu.

– Eh!... Se calhar, sim, mas às vezes não. Às vezes, botava no jogo uma rapariguinha donzela.

– Uma menina... virgem! Mas... Deflorava-a?

– Não, meu senhor. Por trás, ora essa, à moda grega!

– Tu... tu estás me saindo um danado de um libertino, ó Diogo Álvares!

O velho sorriu com gosto. E ainda sorrindo:

– Aqui não tem essas histórias não, capitão. Afora pai com filha e mãe com filho, pode tudo. Até irmão com irmã. Mas isso às escondidas e só por trás, que é para o futuro marido da menina não devolvê-la para o pai no dia do casamento.

– Irmão com irmã, por trás! Tu não estás a arreliar, ó Diogo Álvares?

– Estou não, meu senhor... *Tebiquara ybaê!*...

– Como é que é?

– *Tebiquara ybaê.*

– Hum!... Já ouvi essa conversa.

– Vosmecê também, é?... – Gargalhou, dando tapinhas amigáveis no ombro do fidalgo. – Aproveita, meu senhor. Eu cá já estou com os meus setenta e tal, mercê de Deus, e não passo sem um *tebiquara* de quando em vez. Faz o *taconha* do velho ficar todo espevitado... Alegrinho, alegrinho, como nos bons tempos.

– Tu... tu não prestas, ó Diogo Álvares.

– Eu, é?!... Está bom – e ainda sorrindo. – Aprenda essa, capitão. Três coisas ninguém segura: água de morro abaixo, fogo de morro acima e mulher. Mulher quando quer dar, meu senhor, ninguém segura. He, he, he!

– Tu... Se tu estivesses no Reino, ainda irias acabar numa fogueira no Rocio – recriminou divertido. – Nunca vi sair tanta heresia de uma boca só!

– Heresia o quê, capitão! É como eu sempre digo. Se Deus deu, é porque é bom e para ser usufruído. A *tambarerê* e o *tebiquara* não são das meninas? Então, elas que façam lá bom uso, ora pois!

No dia da consagração da igreja, Caramuru atingiu o objetivo que a tanto tempo queria. Sem Pêro Borges por perto, com o aval de Pedro Ferreira, tesoureiro da Fazenda, e inclusive dos padres, foi armado pelo governador cavaleiro da Ordem de Cristo.



Criada em 1319 pelo rei Dom Dinis, essa ordem substituíra em Portugal a dos Cavaleiros Templários, extinta oito anos antes por vingança pessoal de Felipe, *o Belo*, rei de França. O objetivo maior, em princípio, era retomar Jerusalém aos sarracenos, devolvendo a Terra Santa aos cristãos. Por conta disso, herdara boa parte do patrimônio dos Templários, ganhara privilégios e doações, tornando-se instituição muitíssimo influente e rica. Nunca, todavia, se aventuraram na Palestina. Adia hoje, adia amanhã, fora com recursos da Ordem que o Infante Dom Henrique financiara a Escola de Sagres, dando início às viagens através do Mar Tenebroso e à Era dos Descobrimentos.

Receber o manto branco com a vermelha cruz de malta, ser feito cavaleiro da Ordem de Cristo, era extremamente dignificante para qualquer português. Não raro, um passo no caminho da fidalguia.

¹- O nome pelo qual os indígenas chamavam o pau-brasil ou pau-de-tinta.

²-Aproximadamente, um metro e sessenta e cinco centímetros.



Capítulo 28

Bem-vindo ao Brasil

Tão logo retornou de São Vicente, a capitania mais ao sul, e carregou o navio com pau-brasil, Pêro de Góis seguiu para a África. Quatro meses depois, num fim de tarde, a caravela estava de volta à Baía de Todos-os-Santos. O governador, que descia à praia a caminho da sua nau *Conceição*, para a refeição vespertina e o descanso noturno, aguardou o desembarque do capitão-mor da costa.

– Bons olhos o vejam – exclamou de forma impensada, cumprimentando amavelmente o caolho. – Bem-disposto? Como foi a travessia?

– Veleira, Dom Tomé. Correu tudo a contento. Missão cumprida. Trouxe aí bem uma grossa¹ de pretos da Mina.

– Ótimo. Muitos parabéns. Viste por lá o João de Barros, o parente ilustre do nosso amigo Cardoso de Barros?

– Não, governador. O antigo capitão da *Fortaleza de São Jorge da Mina* agora vive em Lisboa.

– Onde ando com a cabeça! Havia-me esquecido. Perdeu muito dinheiro com a expedição do Aires da Cunha. Mas penso que ainda há de ser um historiógrafo à grande.

– Dele, eu só li *Conquistas* – contrapôs o outro –, mas apreciei muito. Por assim dizer, faz os nossos peitos lusos inflarem-se de orgulho.

– Tens razão. Li também. Mas... Dize-me: e a Nova Lusitânia, passaste sempre por lá?

– Passei, sim. Na ida.

– E... Que tal?

– Olinda pareceu-me uma cidade...

– Cidade não. Vila – corrigiu o governador-geral. – No Brasil, cidade, só São Salvador.

– Evidente. Evidente, Dom Tomé. Então... Olinda é uma vilazinha mal-amanhada, cheia de ladeiras e ruelas tortas, mas progressista. O Duarte Coelho é que pareceu-me um tantinho gasto. Se calhar, não anda lá muito bem de saúde. Sofreu um ataque de tosse terrível, quando comentei que estava seguindo para a África, para buscar os pretos. Arengou um bocado. Disse-me que há anos pede essa mercê a el-rei, e nunca recebeu nem resposta.

– Bem imagino. Agora fica mais fácil. Eu cá tenho essa prerrogativa. Na primeira oportunidade, mando uma permissão para ele ter lá a escravatura que quiser. Mas... Dize-me: pareceu-te afortunado, o Duarte Coelho?

– Penso que sim. E pelo que entendi, construiu tudo a ferro e fogo, sem ajuda alguma da Coroa.

– Eh! O Ataíde, digo, o conde de Castanheira, falou-me muito bem dele. Ora, ora! Vê lá quem está chegando...

Com seus passos pesados, mais de preguiça que de corpulência, o provedor-mor acercou-se.

– Viva, ó Pêro de Góis! E então, homem, temos braços para a lavoura?

– Bem uma grossa, ó Cardoso de Barros.

– Ótimo. Ótimo. Tratemos de desembarcá-los.

– Se calhar, seria bom mandar chamar antes o físico Jorge Valadares. Alguns, lá, estão a me parecer doentes.

– A peste? – assustou-se o provedor.

– Creio que não. Mas sabes como é... Trinta e nove dias trancados num porão de navio... Tentei tratá-los o melhor que pude. Tive até de mandar executar três marujos que, às escondidas, fornicavam à força com uma negrinha. Mas aquele porão lá... Fede como cloaca de caserna!

– Podes deixar. Tu já fizeste a tua parte, Pêro de Góis. Descansa, homem. Daqui para a frente, esse assunto é cá comigo. Vou

mandar chamar o Valadares. Medicados, lavados e de bucho cheio, vão ficar em bom proveito.

– Bom que fiquem – interferiu Dom Tomé. – Se os colonos os virem em mal estado, vão arengar, pedindo para reduzir o preço.

Os outros dois sorriram.

– Mas vou logo avisando: mil e duzentos cruzados por *peça*. Nada a menos. Estou por aqui, ó – e o governador fez um gesto, passando a mão pela garganta –, com a esperteza saloia dessas gentes. Trabalhar que é bom... E ainda reclamam. Uns parasitas, é o que são!

Garcia d'Ávila, feitor e almoxarife da Alfândega, foi encarregado de cuidar dos negros e prepará-los para o leilão. Abraçou a missão, chegando mesmo a repreender o miliciano que maltratava um dos cativos.

– Eia! Que estás a fazer? Assim não, ó maninho. Isso é propriedade d'el-rei e eu sou o encarregado aqui. Não me estragues o que não é teu.

– O desgraçado não quer levantar-se, ó Garcia. Queres o quê, que o carregue nos braços?

– Deixa-me ver. – E encarou o negro, preto como carvão e mais ou menos da idade dele, que fuzilava o miliciano com olhos injetados. – Vamos, meu amigo, vamos. Como diz a Jurucê, tu fedes mais que peido de gambá! Precisas lavar-te. Vamos. Banho... Comida... Vamos lá! Sejas camarada...

A despeito de não entender qualquer palavra, o olhar, o sorriso, os gestos daquele branco inspiravam confiança. O rapaz levantou-se, contrafeito. Só então, Garcia pode perceber fezes escorrendo pelas pernas do cativo.

– Pobre diabo... Estás todo cagado! – exclamou com expressão contristada. – Venha... Para tudo dá-se sempre um jeito. Nosso Senhor que te ajude. Bem-vindo ao Brasil.

Logo cedo, depois da missa do domingo, os colonos amontoaram-se na praia, às portas do trapiche. Bem conhecido de todos por

causa das mudas de cana que havia vendido, Garcia conversava animadamente com um e com outro, perguntando por isso ou aquilo. O provedor chegou mais tarde e mandou que fosse aberto o armazém.

– E o governador, Dom António – questionou Garcia, baixinho –, não vem?

– Não – garantiu António Cardoso de Barros, para acrescentar com uma pontinha de ironia: – Dom Tomé diz que não quer assistir a leilão de gente!

Garcia sorriu amarelo e abriu o pesado portão. Os negros estavam sentados ao longo das paredes, com expressão bem mais relaxada, tanga nova e cheirando a limpo.

– Ora, ora! – cochichou o provedor. – Fizeste um belo serviço, ó Garcia.

– Bondade vossa. Obrigado, meu senhor. Para tudo dá-se sempre um jeito!

– E essas vestes deles?... Todas iguais!

– Tomei a liberdade de requisitar umas sacas vazias do almoxarifado d’el-rei.

– Obraste bem, meu rapaz. Estão com outra aparência!

E virando-se para os colonos, o provedor-mor cruzou os braços atrás das costas e falou com solenidade.

– Cá estão as *peças de África*, meus senhores. Deem uma olhadela e façam as vossas escolhas. Logo mais vou mandar começar o leilão. Conforme combinado, o preço mínimo é de cem arrobas de açúcar por *peça*. As mulheres também. Mas não se esqueçam que apenas elas podem procriar e aumentar o plantel de vosmecês.

Ligeiramente tímidos a princípio, mas logo recobrando o senso de proteção dos próprios interesses, afetando pose de mercador, os colonos passaram em revista a escravatura. Apalpavam os bíceps de um, para lhe avaliar a força; levantavam os lábios de outro, para verificar se não havia sinais de escorbuto, o temível *mal de luanda*;

faziam com que dessem dois ou três pulinhos, para se certificar de não estarem *quebrados das virilhas*, herniados pelo excesso de esforço físico.

– Tudo *peça* boa – ia apregoando António dos Reis, o escrivão da provedoria, fazendo-se de leiloeiro. – Bem acostumados nas lidas da lavoura. Já eram cativos lá na terra deles.

Podia ser verdade. Era tradição, em muitos reinos negros da África, manter escravos para os trabalhos mais pesados.

Ora os vencidos nos campos de batalha, ora indivíduos comuns, capturados nas aldeias das nações vizinhas. Era igualmente certo existirem os chamados capitães do mato, negros especializados em embrenhar-se nas estepes do centro do continente para aprisionar nativos. De lá, traziam homens e mulheres que, à beira-mar, eram trocados por cavalos, armas, munição, fumo e aguardente. São Jorge da Mina, Luanda e Benguela eram os entrepostos de tráfico mais frequentados na orla do Atlântico. Um agitado mercado de escravos, que abastecia navios negreiros de boa parte da Europa, sobretudo de Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda.

Verdade que, de cada cem africanos arrancados de suas aldeias nativas, uns setenta morriam antes de chegar ao destino. Mesmo assim, o lucro que proporcionavam era magnífico. Inclusive para quem comprava no porto final. Afinal de contas, além de trabalhar de graça, um negro podia ser objeto de arrendamento, empréstimo, doação, transmissão por herança e até de penhor. E sua única participação no negócio era redobrar esforços, em troca da própria sobrevivência.

¹-Doze dúzias, ou 144.



Capítulo 29

Açúcar da Bahia

A chegada dos braços africanos deu enorme impulso à lavoura. Ao contrário dos índios, os negros realmente pareciam ter certo pendor para a agricultura. Uma vez que a mata já havia sido derrubada, as terras foram capinadas, revolvidas e as socas de cana devidamente plantadas. O regime de chuvas favorecia e o canavial começou a tomar forma. A grande preocupação, no presente, era o fabrico do açúcar, aquela quase alquimia, guardada a sete chaves por alguns judeus da Sicília e cristãos-novos da Ilha da Madeira.

– Não posso dizer que seja um mestre de açúcar, mas o processo eu cá conheço. Vi na Madeira – asseverava António Cardoso de Barros, numa reunião com os seus pares e o governador na Casa da Câmara. – Difícil vai ser fabricar os engenhos.

– Estive pensando nisso – expôs Tomé de Sousa. – Com um pouco de sorte, talvez tenhamos o homem certo para o serviço.

– De quem estás a falar, governador? Se é do mestre carpinteiro Diogo, esquece. Já o consultei. Ele é bom até para fazer barcos. Engenho de açúcar... nunca viu na vida.

– Não. Não me refiro ao mestre Diogo – retorquiu Tomé de Sousa, coçando o ouvido com o dedo. – Estava cá a pensar era no teu almoxarife, o Garcia.

– Garcia? Não!... É um ótimo rapaz, mas não acredito que seja capaz. Nunca soube que ele mexesse com isso.

– Pois penso que o Garcia, quem sabe, poderia dar conta do recado. Estive certa feita em casa dele, e vi uma... uma trapizonga

inventada por ele que me deixou bem admirado pela engenhosidade.

– Creio que Vosmecê tem em conta por demais alta esse vosso criado – contrapôs o ouvidor-geral. – E o tal Garcia está cá a ficar de pescoço grosso! O trapiche da Alfândega é com ele. Mudam de cana, só ele arranja. Chegam os negros, é ele quem cuida... Assim, daqui a uns dias...

– O Garcia não é mais meu criado, ó Pêro Borges. É o feitor e almoxarife da Alfândega. Assalariado d’el-rei. Mas tudo bem. Se tens outro parecer... Quem tu indicas para fabricar os tais engenhos de moer cana e fazer açúcar?

– Eu não indico ninguém – eximiu-se o outro. – Esse tipo de assunto não é cá comigo.

– E os senhores? – questionou o governador. – Alguém tem alguma sugestão? Será que algum dos senhores sabe fabricar engenhos de açúcar, ou conhece alguém por aqui que possa fazer o serviço?

Ninguém se manifestou. Tomé de Sousa arqueou as sobrelhas, com aquela expressão que costumava ser tomada por soberba.

– A decisão é tua, Cardoso de Barros.

– Eu cá não tenho nada contra o Garcia – defendeu-se o provedor. – Muito pelo contrário. Se Vosmecê julga que ele é capaz, conto ao moço os segredos do processo e ele que invente os tais engenhos. Mas concordo um pouco com o Pêro Borges. Parece-me que estamos dando corda demais a esse moço. Mais dia, menos dia, ele mete os pés pelas mãos.

– Tu é que sabes, ó Cardoso de Barros. És o responsável. A decisão é tua – pontificou o governador. – O que não podemos nos permitir é nadar, nadar e morrer na praia. Logo mais as canas vão ficar maduras e precisamos tratar de fazer açúcar. Se depois de tantos sacrifícios perdermos a safra, melhor meter o rabo entre as pernas e voltar para o Reino. Vencidos.

– E se mandássemos buscar aquele holandês em São Vicente? – tratou de propor o ouvidor-geral. – Quando estivemos lá, causou-

nos boa impressão, o tal holandês.

– Pode ser uma boa ideia – retrucou Pedro Ferreira, tesoureiro da Fazenda. – Mas como convencer o homem a vir para cá? Tu mesmo não me disseste ser ele lugar-tenente e associado ao Martim Afonso de Sousa?

– O Martim Afonso é primo meu – assumiu incomodado o governador –, mas não creio que nos faça tal mercê. A troco de que faria?

– E por que não caçarmos um mestre de açúcar em Nova Lusitânia? – interpôs o provedor-mor.

– Esquece – retrucou o caolho Pêro de Góis. – Pelo que pude perceber, Duarte Coelho está a morder-se de ciúmes. No entendimento dele, a capital do Brasil deveria ser Olinda. Se calhar, com ele à cabeça.

Todos sorriram. O mal-estar cedeu. Um consenso acabou se formando em torno da solução caseira. Garcia d'Ávila foi chamado pelo provedor-mor e colocado a par da questão. “Para tudo dá-se sempre um jeito!” Foi a resposta dele. Em todo o caso, pediu explicações as mais detalhadas sobre o processo de preparação do açúcar, um tempo de afastamento do almoxarifado e carta-branca para usar os recursos que o trabalho viesse a exigir.

– Se conseguires, dou-te um belo aumento – incentivou o chefe.
– Dobro-te o ordenado.

– Fico muito grato, meu senhor. Está mesmo difícil viver com quinhentos réis por mês. E já agora, não sei se o meu senhor sabe, mas faz três meses que não recebo os meus dinheiros. Dom Pedro Ferreira me manda vir na semana que vem, na seguinte, na outra...

– É verdade, meu rapaz. É verdade. Essa viagem de África, obter os paus-de-tinta... nos deixou com poucos recursos. Mas tu não te preocupas. Assim que fizermos o primeiro embarque de açúcar, a Metrópole enche o nosso cofre outra vez – para completar desconcertado: – Por ora, sempre que precisares de algo, sacas aí no almoxarifado. Só não te esqueças de anotar, hein! Confio em ti.

Garcia aceitou a missão e foi aconselhar-se com o sogro. Pelo que havia entendido das explicações do Cardoso de Barros, não parecia haver grande diferença entre fazer açúcar ou *cachaza*. Fazer a bebida talvez fosse até mais difícil, por envolver um processo extra: a destilação.

Juntando às informações do chefe às de Caramuru, concluiu que *não era nada do outro mundo*. Inicialmente, a cana precisava ser moída para se extrair o suco. Este era então coado, numa peneira de pano, para livrá-lo das sujidades. Depois, misturava-se o caldo de cana com cal hidratada numa tina. As impurezas restantes iam para o fundo. Transferia-se o suco purificado para vasilhas, levadas a fogo brando, e mexia-se bastante, para que ocorresse a evaporação da água. O resultado era uma massa de cor castanha. Na sequência, era só colocar o preparado em formas cônicas de cerâmica, com um orifício na ponta, e deixar descansar de cabeça para baixo, até escorrer todo o líquido, provocando a cristalização. Passados alguns dias e desenformados, tinha-se o chamado pão de açúcar. Daí, era só quebrar, e pronto.

Algumas semanas e muitas experiências depois, Garcia já estava de posse de um pouco do produto, fabricado às escondidas na casa da falésia. De todo modo, não podia dar mostras de ter sido assim tão fácil. Era preciso valorizar-se.

– E então, meu rapaz – questionou o provedor, que o mandara chamar um mês depois. – Conseguiste?

– Ainda não, meu senhor. É muito complicado.

– Mas... nada...?!

– Talvez fosse melhor Vosmecê entregar esse serviço a outro. Tenho dormido pouco e me alimentado mal. Estou cá me sentindo um tantinho cansado e aborrecido.

– Como entregar a alguém, ó Garcia? – irritou-se o provedor. – Se tu não consegues, quem mais vai conseguir!

– É complicado. Sinto-me até sem ânimo. Também... a mulher está prenhe, e não me sai da cabeça como vou sustentar mulher e filho ganhando um mil réis por mês.

– Se o problema é esse, está resolvido. Pronto! Fabrica esse maldito açúcar e eu intercedo por ti. Vou tentar conseguir-te um ordenado de cinco mil réis. Dez vezes mais do que tu ganhavas antes! Que tal?

– Assim eu fico mais animado, meu senhor. Vou-me esforçar dez vezes mais e dar o melhor de mim.

– Ótimo, ótimo. O que precisamos é dos engenhos. As canas estão quase maduras. Queres voltar para o Reino com o rabo entre as pernas, como diz Dom Tomé?

– Nosso Senhor Deus me livre! Hei de conseguir.

Três semanas depois, numa tarde em que ele sabia estar o Conselho reunido na Casa da Câmara, Garcia foi até lá e pediu para ser recebido.

– Com licença, meus senhores – falou humildemente ao entrar no recinto, trazendo um pequeno saco de couro em uma das mãos. – Posso dar uma palavrinha, Dom António?

– O que foi assim, meu rapaz? – questionou o provedor, um tanto surpreso. – Conseguiste?

– Penso que consegui, meu senhor. Trouxe cá umas amostras, para Vosmecê ver se era isso o que querias.

O bernal foi aberto e entregue a Cardoso de Barros.

– Excelente, meu rapaz. Magnífico! – entusiasmou-se o provedor-mor, depois de provar uma pedrinha. – Eu sempre soube que tu irias conseguir.

Garcia conteve o próprio orgulho e fez cara de humilde.

– Senhor governador... Meus senhores... – exaltou o provedor, com pompa e cerimônia. – Tenho a honra de passar à apreciação de vossas mercês a primeira partida de açúcar fabricado em São Salvador.

Os fidalgos e altos-comissários foram pegando aqueles cristais castanhos e experimentando a substância. Logo, balançavam a cabeça em sinal de aprovação. Sem dúvida era açúcar. Açúcar da

Bahia. Produto que custava tão caro na Europa, que já fizera parte até do dote de princesas e candidatas a rainha.



Capítulo 30

Tambarerê amby

A promessa feita a si mesmo de não mais voltar a procurar Yuriti, estava corroendo o estado de espírito de Tomé de Sousa. De uns tempos para cá, já acordava de mau humor e passava a maior parte do dia irascível. Por mais de uma vez se surpreendera fazendo grosserias com subalternos, atitude que sempre condenara nos outros e que não era, verdadeiramente, do seu feitio. Chegara a ter ganas de estrangular um miliciano, surpreendido por ele a cochilar em serviço. De outra feita, dissera palavras tão rudes para um grumete que lhe molhara acidentalmente as botas, que o pobre moço fungara e avermelhara os olhos para não cair em prantos. Por último mandara para os infernos um colono que viera queixar-se da manemolência dos negros. Ultimamente, na percepção do fidalgo, todas as pessoas à sua volta podiam ser classificadas em apenas três tipos: os incompetentes, os inoperantes e os indistintos.

Nada lhe parecia suficientemente bom a ponto de ser digno de elogio. Nada tão mediano que não merecesse censura. Em resumo, via defeito em tudo. Se a cidade que fizera construir, antes, era motivo de seu maior orgulho, nela só enxergava agora o lado ruim. Ora uma parede fora de prumo; aqui um telhado empenado; ali uma rua mal nivelada, onde a água empoçava quando chovia. Mas que não viessem reclamar dessas coisas com ele. O governador se sentiria pessoalmente atacado e, decerto, revidaria.

Irritava-o, particularmente, o mau hábito das pessoas de jogar o lixo e esvaziar seus penicos na rua – como, de resto, fazia-se em Lisboa, Londres ou Paris, mas não nas melhores cidades italianas

ou da Flandres. Mais ainda, o andamento das obras que, após o corre-corre para a inauguração oficial, parecia se arrastar agora numa pachorra de convento.

– Esta é a tua casa, não é, Luís Dias?

– Perfeitamente, capitão – respondeu o mestre de obras, todo orgulhoso. Como fora feito cavaleiro da Ordem de Cristo, estava construindo para si uma casa à altura.

– Vê-se pelo capricho. E a casa do governador, pode-se saber quanto pretendes aprontar?

– Vosmecê é que mandou parar, capitão.

– Sim, eu sei. Mas isso foi antes. Quando existiam outras prioridades.

– Muita verdade, meu senhor – penitenciou-se Luís Dias, temeroso de alguma patada. – Se Vosmecê assim desejar, mando cá suspender estas obras, e recomeço as da tua morada amanhã mesmo.

– Pois... Faça-me o favor.

À noite, quando colocava a cabeça no travesseiro e o sono teimava em não vir, arrependia-se do modo como andava agindo. Precisava ser mais indulgente, menos exigente, mais compreensivo, prometia-se. De pouco adiantavam os juramentos. No dia seguinte, a intolerância voltava, e ele só se dava conta das próprias tolices quando já estavam feitas e só havia tempo para o arrependimento. Observando as escudelas de comida que retornavam do grande camarote, até o cozinheiro percebeu que o fidalgo não estava bem. A cada dia o homem comia menos. Pouquíssimo. Vivia tão acabrunhado que Boca de Hemorroidas comentou com Garcia:

– Teu senhor anda com saudades tuas, menino. Diabo de tristura!... Nunca vi o capitão assim!

Garcia foi procurá-lo num final de tarde. Tomé de Sousa estava recostado na amurada do castelo de proa do navio, com uma caneca de vinho na mão e o olhar perdido num ponto qualquer da baía.

– Estão todos desassossegados com Vosmecê, meu senhor – comentou, depois de uns tantos preâmbulos. – A Yuruti, Jurucê e eu, mais preocupados ainda.

– Ninguém tem nada de ficar preocupado comigo, ó rapaz – respondeu irritadiço. – Por que isso agora? Estou perfeitamente bem.

– Mas... Vosmecê nem nunca mais foi lá em casa...

– Excesso de trabalho. Estou cercado de preguiçosos e incompetentes. Esse é o problema.

– Mas logo agora que a cidade já foi inaugurada, que os pretos estão no batente, que começa-se a fazer açúcar, que está indo tudo tão bem?...

– Para tu veres, meu rapaz... A responsabilidade tem o seu peso. Vai. Vai cuidar da tua vida. Vai tratar dos teus engenhos. Não te preocupe comigo.

Garcia ficou um pouco em silêncio e depois continuou.

– A Jurucê está prenhe.

– Eu soube. O Cardoso de Barros me contou. Então, vais mesmo ser pai... – reticenciou em tom protocolar. – Aceita os meus cumprimentos.

– Pois é. Agradeço. E prometi ao padre Nóbrega deixar batizar o menino. Queria que Vosmecê fosse o padrinho.

– Com muito gosto. É só me avisar o dia.

Novo silêncio. A conversa não evoluía. O fidalgo nem mesmo tirava a vista do mar. Depois de cismar um pouco, Garcia resolveu lançar mão de uma cartada perigosa. A última que tinha.

– Jurucê me contou.

– Contou... Contou-te o quê?

– A brincadeira dela com o meu senhor e com a Yuruti.

O rosto do fidalgo congelou. Depois foi esquentando e ganhando tons vermelhos. Tentando aparentar calma, tomou um gole de vinho.

– Não sei do que estás a falar – desconversou, passando a mão nos bigodes molhados de vinho. – Que brincadeira?

– Vosmecê sabe.

– Eu não sei de nada, ó Garcia – alteou a voz, encarando o antigo criado com expressão ameaçadora. – Que história é essa? Eu cá sou homem de brincadeiras!... Olha como falas comigo, ó rapaz. Não te esqueças que...

– Não te aborreças não, meu senhor – quase suplicou Garcia, arremedando um sorriso. – Eu cá não me importo mais. Esses gentios não têm peias nem siso. Nenhum senso de vergonha. Na ideia deles, pode-se fazer de um tudo.

– Podem fazer... tudo?

– Tudo, meu senhor.

– Tu então...

– Não te preocupas, meu senhor. Eu compreendo.

– Compreendes?

– Compreendo, sim. Verdade seja, quando soube, fiquei amolado. Dei até uns tabefes na menina – sorriu. – Mas enfim... fizemos as pazes. Já passou. Agora está tudo bem. Está tudo bem com ela e comigo.

– Tu então... tu compreendes que...

– Perfeitamente, meu senhor. Está tudo bem. Tudo bem mesmo!

– Eu... Olha... Eu não queria. Juro por Deus que não queria. Mas... tu sabes. Como disseste, essas gentias não... Não são cristãs... É isso.

– Não te preocupas, não, meu senhor – repetiu, para continuar com ar brincalhão: – Está certo que, quando os cornos apontaram cá na minha testa, doeu um tantinho. Mas agora está tudo bem. Já me acostumei. Para tudo dá-se sempre um jeito!

O governador deu duas taponas camaradas no ombro do antigo empregado da sua quinta. O mesmo que, quando no Reino, ele mal sabia o nome.

– Olha, Garcia... Tu... nem imaginas o peso que tiraste dos meus costados. Não existe dor pior. Tu nem imaginas o bem que me fizeste.

– Que bom, meu senhor. Fico feliz.

– Essa história estava... estava a me consumir, percebes? Acabando comigo. Tu me entendes?

– Perfeitamente, meu senhor. Entendo perfeitamente. Mas, se era isso que afligia Vosmecê, que estava deixando o meu senhor naquela tristura, podes tratar de esquecer. Enterra bem fundo e põe uma pedra em cima. Para mim, é caso encerrado. O que passou, passou – ponderou, dando de ombros. – Afinal de contas, como diz Caramuru, água de morro abaixo, fogo de morro acima e mulher quando quer dar... ninguém segura.

– Mas... tu não contaste ao Diogo Álvares, pois não?

– Conteí. Fui lá levar a filha dele de volta e conteí.

– Tu és louco. Falaste de mim? Quer dizer... que fui eu...

– Evidente...

– Pelo sangue de Cristo, ó Garcia!... Tu fizeste isso?

– Peço desculpas, meu senhor, fiz sim. Mas não carece Vosmecê se preocupar. O velho deu foi risada. Riu de fazer gosto!... Contou-me uma porção daquelas histórias. Umás histórias, que fizeram eu cá me sentir até um pouco tolo. Convenceu-me que a *tambarerê* é das meninas, que elas têm todo o direito de fazer lá o uso que bem entendam. Disse-me até uma coisa que eu nunca mais vou esquecer. Perdoa Vosmecê o palavreado, mas o que o velho disse foi o seguinte: *Cona* e *piça*¹, é só lavar e ficam novos. Mancha de caráter é que não sai, nem com sabão e lixívia. Resultado: trouxe a Jurucê de volta pra casa comigo.

– Se calhar, Diogo Álvares tem razão. Digo, com essa história aí de mau-caráter – assentiu, para segurar depois no ombro do antigo criado. – Conta-me cá uma cousa: O filho... o filho que a Jurucê está esperando é teu, pois não?

– Ela jura que é, meu senhor. Disse-me que, lá na... brincadeira, Vosmecê não chegou a...

– É verdade – interrompeu constrangido. – Esquece.

– Por mim já está esquecido, meu senhor. E olha, pode ficar sossegado. Eu não... não fiz desforra com Vosmecê, não. Não trisquei nem num fio de cabelo da Yuruti!...

– Agradeço, meu rapaz. Obrigado – suspirou, para continuar, forçando-se ao bom humor. – E tu não me convidas mais para ir à tua vivenda, ó Garcia?

O sorriso estampado na cara dos dois foi a senha para o relaxamento dos ânimos. Sequer foi preciso palavras. As meninas logo atinaram que tudo estava bem, como antigamente. Jurucê correu para a cozinha para preparar uma ceia especial. Garcia serviu o vinho que haviam trazido da *Conceição* e saiu, dizendo que ia trocar a água dos cochos e tomar um banho na mina. Yuruti tratou logo de se agarrar ao pescoço do amante, cobrindo-o de beijos e carinhos.

– *Tupí* escutar Yuruti. *Toryba!*... *Tutoya!* *Abaeté puyra!* *Toryba!*... (O Pai Supremo a ouvira. Como estava feliz!... Oh, que beleza! Ele se arrependera! Como ela estava feliz!...).

E fazendo caretinhas marotas, tirando-lhe o chapéu, mordiscando-lhe a orelha, brincando com os bigodes e a barba do fidalgo, tirou-lhe o talabarte, abriu-lhe o gibão, a camisa suada e puxou-o pela mão para fora de casa.

Com ela recostada ao tronco de uma árvore, trocaram um longo beijo. Um beijo apaixonado e cheio de volúpia. Um *jurupité*, como ela dizia.

– *Tambarerê amby* – insinuou a indiazinha, dizendo das saudades que o seu corpo sentia, apalpando-o por entre as pernas. – *Taconha antã!*...

Fizeram amor ali mesmo. À beira da falésia, envolvidos pelo cheiro da maresia e iluminados por um fiapo de lua. Um amor arrebatado e urgente, para aplacar os queixumes da *tambarerê* da menina e aliviar a rigidez do *taconha* do senhor governador, que há várias semanas sofria com a abstinência.

¹- Vulgarismos portugueses para os genitais feminino e masculino.



Capítulo 31

Melhorias para as gentes

Nos bons líderes, manifestações de contentamento costumam deixar os subalternos felizes. Por isso mesmo, naquela manhã, do cozinheiro, que recebeu de volta a escudela do desjejum do capitão vazia, ao grumete que transportou o governador da *Conceição* para a praia, ninguém se preocupou em tentar adivinhar o que havia acontecido. Dom Tomé ser como antes era o suficiente. Choutando no seu cavalo, na subida da longa ladeira até a cidade, a chamada *Ladeira da Preguiça*, foi distribuindo sorrisos e cumprimentos. Lá no alto, tirou até o chapéu para Dona Anastácia e Dona Mariinha, gentileza como não se via há tempos. A meio caminho para a Casa da Câmara, virou à esquerda e foi visitar as obras da sua moradia. Luís Dias estava lá, se esforçando para imprimir algum ritmo à lardeza dos pedreiros e serventes.

– Bons dias, mestre – cumprimentou apeando. – Que bom que recomeçaste. Como andam as cousas por aqui?

O mestre de obras surpreendeu-se com a amabilidade, mas atribuiu a si próprio o passado mau humor de Sua Excelência. Iniciar as obras da própria casa, deixando a morada do governador para trás?... Fora muita petulância! Tratou, pois, de acompanhá-lo por entre a masseira e os andaimes, todo prestimoso e feliz.

– Será que é preciso tanta gente assim? Por que tu não divides um pouco? – questionou cordial. – Vamos, manda a metade dos oficiais para a tua casa, homem, e deixa a outra metade cá na minha.

– Mas... Vosmecê não disse que tinha pressa?

– Sim, tenho, mas não é nenhuma sangria desatada. Dá perfeitamente para tu tocares as obras em simultâneo. Assim, quando ficar pronto, inauguramos logo mais duas boas moradas de uma vez.

Na Casa da Câmara, a reunião daquele dia foi das mais produtivas. Começaram com o governador propondo um édito, que proibia as pessoas de jogarem lixo e esvaziarem penicos na rua. Cada moradia iria receber uma pipa grande de madeira, e nela deveriam ser depositados os dejetos e detritos. Um degredado passaria de carroção recolhendo a imundice.

– E o que fazer com a mer... com a sujeira? – redarguiu intrigado António dos Reis, escrivão da provedoria.

– Ora, o que fazer!... Que as pipas desçam à praia e lancem o lixo ao mar, homessa!

– Mas... a *Enseada da Preguiça*... digo, a Ribeira das Naus, vai virar uma cloaca! O mar leva, o mar traz...

– Muito bem lembrado, ó António – elogiou Tomé de Sousa. – O Pêro de Góis te orienta depois sobre as correntes marítimas. Que lancem a merda, de jeito a ir parar bem longe da cidade. Cá, já temos merda suficiente.

Os comissários sorriram amarelo e entreolharam-se. Era a primeira vez que ouviam da boca do governador uma palavra de baixo calão.

– Só falta então definir a multa para quem desrespeitar o édito – cobrou o tesoureiro das rendas. – Que tal vinte réis?

– Um vintém? É pouco – recusou Dom Tomé. – Cem réis, deixarão as gentes mais respeitadoras das leis.

Decidiu-se também pela construção de uma galeota, para entrar pela foz do São Francisco adentro, subindo o rio até onde fosse possível, em busca de indícios de ouro ou prata. Foram feitas estimativas da safra de cana, definiu-se que precisavam começar a fazer caixas de madeira, para transportar o açúcar para Portugal, e que o capitão-mor da esquadra comandaria o primeiro navio.

– Lugar de mareante é no mar – gracejou o senhor governador. – É ou não é, Pêro de Góis?

– Perfeitamente, capitão. É onde eu cá me sinto melhor. E de volta para casa, então!...

– De volta coisa nenhuma! Vais por pouco tempo. É só uma visitinha rápida, como a parente pobre. – Tamborilou com os dedos no tampo da mesa. – Tenho cá umas ideias para discutir com vossas mercês.

Os altos-comissários voltaram a se entreolhar. O homem parecia ter sido picado por algum daqueles insetos estranhos das Terras do Brasil. Estava mesmo diferente. Ouriçado. Decidido.

– Estive observando – começou. – Não é nada fácil girar as rodas dos tais engenhos. Trabalho danado de pesado!

– Ora, capitão – considerou o provedor. – E para que temos cá os pretos? Eles dão conta...

– Sim, claro. Mas... por quanto tempo, ó Cardoso de Barros? Além disso, não temos tantos negros assim. Ou eles bem cortam e transportam a cana, ou fazem girar os engenhos. E aquilo lá... benza-nos Deus!... acaba com um homem!

– O que se há de fazer? Preto não é gente, capitão. Preto, se não for bicho, é parecido! Parente do macaco, penso eu.

Todos sorriram do argumento do ouvidor-geral.

– É o que tu pensas, ó Pêro Borges? – admoestou, sorrindo também. – Ainda bem que tu nasceste branco, não é mesmo? Já pensou, passares o dia inteiro atado àquela geringonça, girando, girando e girando! E no dia seguinte, tome-lhe a girar, girar e girar...

O sisudo ouvidor deu mostras de não ter gostado da comparação.

– Perdoa, Pêro Borges – desculpou-se. – Foi só uma pilhéria. Tu jamais poderias ter nascido negro, ora! E ainda mais com uma barriga dessas... Não aguentavas nem até o meio-dia, meu amigo!

Dessa feita, até Pêro Borges sorriu da brincadeira.

– Mas... dize, capitão – indagou o outro Pêro, o caolho, capitão-mor da flotilha. – Qual era a ideia que Vosmecê queria trocar cá com a gente?

– Então... Estava pensando em trazer uns bois para cá.

– Bois? Mas no Brasil não há bois!...

– É por isso que eu penso trazer. Na volta do Reino, com o dinheiro do açúcar, queria que tu passasses em Cabo Verde e nos trouxesse umas tantas rezes.

– Já agora... – interpôs o tesoureiro. – Vosmecê vai gastar o dinheiro do açúcar comprando gado! E os colonos?

– Estou falando da parte que eles nos devem, por conta dos negros.

– Percebo. Mas... e os ordenados que estão atrasados?

– É verdade, me havia esquecido – admitiu, enrolando a ponta de um dos bigodes com olhar meditativo. – Por falar nisso, como andam aí os dinheiros, Pedro Ferreira?

– Complicado. Dá só para mais um mês, capitão. O que sobrar, penso guardar para uma emergência. Uma rebelião da soldadesca, por exemplo. Faz quase meio ano que não recebem um vintém!

– Mas... tu não me tens entregue a parte dos meus proventos todo fim de mês?

– Naturalmente, capitão. Pago, religiosamente, Vosmecê, nós aqui e mais o físico Jorge Valadares, o boticário Diogo de Castro e o mestre Luís Dias. Agora, os outros...

– E tu achas que isso é direito? – censurou, em tom condescendente. – Por que tu não deixas o nosso ordenado, que é mais pesado, para depois, e paga os outros primeiro?

– Peço desculpas – atalhou o ouvidor-geral –, mas eu não abro mão de receber os meus ordenados todo mês, não.

– Por que, homem de Deus? Que é que tu fazes com o dinheiro, ó Pêro Borges?... Guardas no colchão!

Com a exceção do próprio ouvidor, todos sorriram.

– O que eu faço com os meus dinheiros – resmungou o ouvidor-geral – é cá comigo. O acerto que fiz lá no Reino era de receber os meus ordenados todo mês. Quero receber.

– Está bem, perdoa-me. Longe de mim meter-me na tua vida. Foi só uma pilhéria. Tudo bem, Pêro Borges. Tu deves ter lá as tuas razões – reconheceu, lembrando-se do que lhe escrevera Dona Maria, a esposa. – Continua pagando a quem quiser, ó Pedro Ferreira. A mim não carece. Vou até devolver o que já me entregaste. Anote e me dê tudo de uma vez, quando acabar o meu contrato e eu for embora do Brasil. Aqui, com a graça de Deus, não gasto dinheiro.

– Este é o problema, capitão – interveio o escrivão da provedoria, braço direito do provedor-mor. – Como cá não se gasta dinheiro, não se recolhe impostos. E como não se recolhem impostos, sempre falta dinheiro.

– Eia! Meio confusa essa tua história, não é não? Mas dize-me: o que é que tu sugeres, ó António dos Reis?

– Venho pensando nisso há muito tempo – orgulhou-se o ecônomo. – O que eu sugiro, senhor governador, é que se faça uma ordenação fiscal.

– Uma o quê?!

– Não existem as Ordenações Manuelinas, para reger as leis? Pois... O que sugiro é que se faça cá o embrião das Ordenações Joaninas. Uma ordenação geral das receitas e despesas. Só se gastar o que for arrecadado.

– E quem já ouviu falar disso! Se não arrecadamos nada, vamos gastar o quê? Então não sabes que só de ordenados se gasta uma fortuna!

– E não temos cá nem um açougue – atalhou o jovem escrivão. – Muito menos uma tenda, um comércio, onde se vendam cousas. Como basta pedir no almoxarifado do rei, e anotar para pagar depois, o dinheiro não circula. Ninguém gasta nada cá na colônia. E como ninguém gasta, não se cobram impostos. E como não se cobram impostos...

– Tu me estás deixando confuso, ó António. Homessa! Não é assim que funciona em toda a parte?

– Não, meu senhor. O dinheiro precisa circular.

– E como fazer isso? Como seria o certo?

– Minha ideia era que se pagassem bons ordenados, para que as gentes tivessem dinheiro para comprar as cousas que precisam. E sobre o valor de venda das cousas, o rei cobraria um dízimo. Dízimo que seria gasto depois em estradas, sanatórios, escolas... Melhorias para as gentes. E também em ordenados ainda melhores, para que as pessoas tivessem mais dinheiro para comprar mais cousas. É assim que a roda da fortuna giraria.

– Estás reclamando do ordenado, ó António? – brincou o governador.

– Não, meu senhor. Foi o que me ofereceram lá no Reino e eu aceitei. Não pleiteio aumento. Mas Vosmecê há de convir que cá ninguém paga nada. Logo, os dinheiros não circulam. Daí, não se recolhem impostos. E como só sai dinheiro do Tesouro e nunca entra, o poço vai ficando a cada dia mais vazio. Resultado: estamos atrasando os ordenados das gentes.

– Eh, pode ser! – concordou por mera gentileza Dom Tomé. – Mas creio que tu andas a ter sonhos, ó António. Tu pensas que el-rei vai deixar de construir um palácio novo, vai deixar de dar uma joia rara para a rainha, vai parar de favorecer aos parentes, aderentes e amigos, vai deixar de cortejar a Igreja para gastar em... em melhorias para o povo? Hum!... Esquece. E olha, ainda bem que tu estás longe da corte e entre amigos! Não sei, não, mas se adivinhassem uma história dessas lá no Paço, tu corrias o risco de parecer cristão-novo. *Persona non grata*, se é que me entendes.

– É verdade, governador – assentiu o escrivão, um pouco enrubescido. – Perdoa-me. É só uma ideia que tenho cá comigo. Tolices. Bobagem. Perdoa-me. Como diz Vosmecê, nunca vai ser assim.

– Vamos deixar essa história para lá – interveio o provedor-mor, para tirar as atenções de cima do seu protegido. – Então... Se calhar, trazer gado pode ser uma boa ideia. Creio que os colonos hão de gostar. Além de ajudar na moagem, com o tempo o rebanho cresce e, assim, além de pau-de-tinta, peles, papagaios e açúcar, poderemos mandar para a Metrópole carne salgada, couro, utensílios de chifre...

– Utensílios não. Dom João não quer. Fabricar, cá no Brasil, só açúcar. Tudo tem de vir do Reino.

– É verdade – assentiu o provedor. – Havia-me esquecido.

– Ficamos assim então – concluiu o governador. – O Pedro Ferreira faz as contas e nos diz o quanto sobra para comprar bois. Quem sabe... Isso!... Vou fazer uma missiva a el-rei. Sua Majestade há de entender. Tendo gado cá na Bahia, é capaz que dê para dobrar ou até multiplicar por três ou quatro a produção de açúcar. E assim entra mais dinheiro na canastra d'el-rei. Mais dinheiro para construir palácios, comprar joias, baixelas, cavalos de raça, carruagens... Percebes, ó António?... Levantar uma igreja aqui, um mosteiro acolá... Uma festança de quando em quando, que ninguém é de ferro!

Os membros do Conselho sorriram. Participar de uma reunião com o governador, naquele bom estado de espírito, era até agradável.



Capítulo 32

Escravos para a Igreja

Chovia a cântaros, quando o padre Manuel da Nóbrega, sem se fazer anunciar, irrompeu como um furacão no gabinete do governador. Estava encharcado até os ossos, mas os olhos faiscavam e estampava na cara um sorriso contagiante.

– Paga as minhas alvíssaras, capitão – foi dizendo, enquanto tirava o chapéu molhado e passava a mão pelos cabelos. – Boas-novas!

– Ora, ora, senhor padre. Pago as alvíssaras com prazer. O que me trazes de tão bom assim? Os gentios se converteram todos à verdadeira fé, finalmente?

– Não tão bom quanto, mas bom, igualmente – sorriu, para logo assumir um tom solene. – Tenho o prazer de comunicar a Vossa Excelência que acaba de vir à luz o primeiro menino branco, de pais cristãos, gerado e nascido em São Salvador da Bahia.

– Ora, ora, mas não digas!... A mulher daquele Freitas descansou, então?

– E passa a contento – completou o jesuíta. – O menino também. Chorou com gosto.

– Deus os guarde! Fico satisfeito. Não é que temos o nosso primeiro são-salvadoreta!

– O primeiro o quê?

– São-salvadoreta.

– É um bonito nome... Menino Jesus o sabe!... Mas será que não é um tanto... um tantinho forte para um inocente?

– Como assim, padre. Qual outro? – estranhou Tomé de Sousa. – Quem nasce em Lisboa não é lisboeta? Se lá é a capital do Reino, e aqui é a capital da colônia, quem nasce em São Salvador tem de ser são-salvadoreta.

– Eh!... Muita verdade – admitiu a contragosto, fazendo um gesto com a mão. – Posso sentar-me?

– Evidente. Por favor. Desculpa a indelicadeza. Queiras sentar-te, se fazes favor. Mas continua... Onde era mesmo que nós estávamos?

– O senhor dizia que quem nasce na capital do Reino é lisboeta. Portanto...

– Isso. Se quem nasce na capital do Reino, que é Lisboa, é lisboeta; quem nasce na capital do Brasil, que é São Salvador, há de ser são-salvadoreta.

– Se fosse assim, governador, não te parece que quem nasce em Madrid teria de ser madrieta, e quem nasce em Roma, romaseta? Não te soa um tanto... Um tantinho estranho?

– Eh! Se calhar... – Deu de ombros. – O que o reverendo sugere, então?

– Bem... Estive pensando sobre isso no caminho para cá, e lembrei-me das minhas aulas de grego em Coimbra.

– Ora, ora!... Estudaste então em Coimbra, meu padre?

– Graduei-me lá em 41¹, antes de fazer os votos.

– Não me digas, padre! E estudaste o quê?

– Direito Canônico e Filosofia.

– Santo breve da marca!... Com essa simplicidade do senhor... Quem diria!

– Esquece, se faz favor – enrubesceu o padre. – Vosmecê me constrange. Já agora, voltando ao nosso assunto, se recorrermos aos clássicos, veremos que, em grego, a cidade do Salvador deveria se chamar Soterópolis.

– Como é que é?

– Soterópolis. De *soter*, "salvador" em grego; e *polis*, "cidade".

– Soterópolis? Percebo. Muito bonito. Pena que Dom João não haveria de concordar. Não resta dúvidas, porém, ser um nome

imponente. Bom para uma capital.

– Eu também penso assim. Mas como el-rei talvez resista em mudar o nome da cidade, ocorreu-me, então, que quem nasce cá, nesta cidade do São Salvador, bem poderia ser chamado de soteropolitano. O que vos parece, governador?

– Sotero...

– Soteropolitano.

– Soteropolitano?

– Exato. Cidadão de Soterópolis.

– Interessante, padre. Gostei. Quanto a isso, penso que Sua Majestade não vai lá se opor. Vamos, então, chamar ao menino do Freitas de soteropolitano. Ele e a todas as crianças que nascerem cá, em São Salvador.

Manuel da Nóbrega sorriu satisfeito. Tratou de aproveitar os bons ventos para pleitear mercês.

– Tem uma outra cousa que eu queria falar, governador.

– Às ordens, meu padre.

– É sobre... Peço desculpas... A nossa subsistência. Dos meus irmãos e dos meninos órfãos que trouxeste de Lisboa.

Tomé de Sousa arqueou as sobrancelhas, franziu a testa e cofiou a barba. Boas notícias tinham sempre um preço.

– Bem... O senhor sabe – continuou Nóbrega, um tanto embaraçado por ter de lidar com problemas leigos. – Em nossa ordem fazemos votos de pobreza, mas aquela esmola de um cruzado, por padre e por mês, que a Coroa nos concede... Além de pouco generosa, não estamos a receber.

– Compreendo. Peço mil desculpas. Estou cá a cuidar de regularizar os atrasados. Contudo, não fornecemos a vosmecês arroz, farinha e o que mais peçam? Não ajudamos na construção do colégio, da capela, do conventinho?

– Sim, e somos muito agradecidos. Todo santo dia o recomendamos a Nosso Senhor Deus. Mas essa situação nos deixa... como dizer... muito dependentes, Dom Tomé. Ou bem

cuidamos dos fiéis, ou caçamos, pescamos e plantamos, para sobreviver.

– Percebo – anuiu o fidalgo, coçando o ouvido com o dedo. – Que posso eu cá fazer para minorar o problema?

– O que eu gostaria, mesmo, é que o senhor governador nos concedesse uma pequena sesmaria e alguns negros para trabalharem a terra.

– Terra e escravos, padre?

– Não gosto da palavra escravo. Mas enfim... Com isso, conseguiríamos prover melhor aos meninos órfãos e aos pequerruchos gentios que estamos amansando para Jesus.

Tomé de Sousa arremedou um sorriso. A consciência lhe doera, quando tivera de decidir trazer escravos negros para o Brasil. Não obstante, um ministro de Deus, um representante da Igreja que estudara Direito Canônico e Filosofia, pedia-lhe negros cativos. Aquela parecia uma boa oportunidade para lançar luzes sobre o seu dilema.

– Percebo, padre. Mas já agora, tenho cá uns... uns dramas de consciência...

– Quereis vos confessar – questionou Nóbrega. – Cá não é o melhor sítio, mas posso cerrar a porta e...

– Não, padre. Não sinto que careça de confissão – afastou a proposta o governador. – Gostaria, mesmo, era de ouvir o reverendo sobre uns... uns escrúpulos de consciência que carrego cá comigo.

– Escrúpulos de consciência? A indiazinha?

– Não, padre – surpreendeu-se. – A questão dos negros. Não são seres humanos iguais a nós?

– Ah, governador – exclamou o jesuíta, como se aquela fosse uma dúvida que também já fora dele. – Esse assunto foi motivo de profunda reflexão, muito discutido e debatido no seio da nossa Santa Madre Igreja. E veja Vosmecê. A questão vem de muito longe. Desde os tempos de Adão e Eva. O senhor governador conhece a história, pois não?

– A da expulsão do Paraíso... Sei, sim.

– Pois então. Diz a Bíblia: “O homem conheceu Eva, sua mulher; ela concebeu e deu à luz Caim”. Caim, portanto, foi o primeiro homem concebido em pecado, por fornicação. E que fez ele? Já crescido, atendendo aos seus maus instintos, por ciúmes, inveja, ou seja lá o quê, matou Abel, o irmão. Descoberto o crime, levando consigo a esposa, fugiu para Node, a oeste do Éden, onde é hoje as Áfricas.

– Interessante. Eu cá desconhecia esse pormenor.

– Quiçá, desconheças igualmente que, para distingui-los dos demais homens, os descendentes de Caim foram pintados de escuro por Deus. São seres humanos, sim, mas alistados à parte. E a única forma de se regenerarem é abraçando o cristianismo e se submetendo, de bom grado; de bom grado, repito; à servidão. Só aos que assim procederem, serão abertas as portas do Reino do Céu.

– Eh! Em sendo assim... – conformou-se. – E já agora, suponho que o reverendo tenha escolhido as terras.

– Verdade seja, escolhi – confessou o jesuíta. – Estava pensando naquela baixada ao norte, que as gentes estão chamando de *Água dos Meninos*.

– *Água dos Meninos*... – Cofiou a barba. – Onde os senhores reverendos levam os órfãos para um recreio vez ou outra, não é?

– Exato. Pela praia, fica a menos de meia légua da ermida da Conceição.

– Que seja. Se não já tiver dono, não vejo problema algum. El-rei me deu essa prerrogativa. Posso conceder a sesmaria ao reverendo.

– A mim, não. Ao Colégio da Bahia, se fazes favor.

– Perfeitamente. Agora, os pretos... – Aquela revelação fizera ele se sentir mais à vontade. – No leilão sobraram três que ninguém quis comprar por estarem um tantinho *quebrados das virilhas*. Se o reverendo quiser, vendo os três.

– Vender? – choramingou o padre. – Para pagarmos como? Com o quê, santo homem?

– Agora, compreendo que vosmecês estarão até fazendo um bem aos pretos. Só que doar, eu não posso. Não são meus, percebes?

Mas vendo a *prazo de fatiota*. Quando puder, Vosmecê paga a el-rei.

– Eu não, governador. O Colégio da Bahia.

– Claro, claro. Vou mandar o Pedro Ferreira ver o preço menor que dá para fazer pelos pretos, e pedir ao Pêro Borges que providencie a papelada em nome do Colégio. Os... descendentes de Caim... – sorriu – estão no trapiche da Alfândega. É só Vosmecê falar com o Garcia e levar embora. Quanto a *Água dos Meninos*, se é que não já tem dono, fica descansado. Será do Colégio da Bahia.

[1](#)-O ano de 1541.



Capítulo 33

Branca para casar, negra...

O segundo soteropolitano a vir à luz foi o filho de Garcia d'Ávila. Verdade seja, para desapontamento geral, a filha. De nada adiantou mergulharem o bebê em água fria, ou pintá-lo de vermelho com urucú, de modo a espantar os maus espíritos. A menina pareceu compreender não ser bem-vinda. Partiu antes de completar sete dias. Jurucê ficou triste por uma semana ou pouco mais. O marido, secretamente aliviado, receoso de que a filha pudesse ter sido fruto da brincadeira da mulher com o antigo patrão, dizia aos que lastimavam-lhe a má sorte: "Deus sabe o que faz. Para tudo, dá-se sempre um jeito". Ademais, não tinha tempo para lamentações. O sucesso na fabricação do açúcar fizera dele figura requisitadíssima. Volta e meia estava recebendo visitas na Alfândega. Ora com pedidos para que consertasse um engenho avariado, ora em busca de novas orientações sobre o preparo da tal substância.

Não fazia dois anos que chegara ao Brasil e já conseguira juntar um pé-de-meia apreciável. Tinha uma boa casa, um barquinho de uso exclusivo, duas dúzias de galinhas, nove porcos, oito cabras, três burros de carga e um animal de montaria. Sem falar dos quase cem cruzados em moedas, guardados num pote enterrado embaixo de uma árvore, e dos ordenados atrasados, a receber da Fazenda.

Tomé de Sousa continuava frequentando-lhe a casa uma ou duas vezes por semana. Mas é certo que o ardor inicial por Yuruti havia amainado. O caso entre eles estava naquele chove não molha, que

se segue ao fogo quase extinto das paixões. É verdade que a indiazinha continuava tão carinhosa e meiga quanto antes. Contudo, tornara-se mais madura, mais comedida, mais previsível. E a previsibilidade, toda a gente sabe, tira o sabor de qualquer paixão.

E que não confundam amor com paixão. Paixão é como essas ervas do campo, que explodem em flor em épocas de clima propício. Pela exuberância e variação de cores, tornam-se inebriantes. Pena que definhem e morrem à primeira estiagem. Amor não. Amor é árvore frondosa, de semente difícil de vingar. Cresce aos poucos, mas com raízes profundas. E tão fundo vão as raízes que, ainda que a parte visível seja abatida, costuma voltar a brotar. Não é o caso de dizer que o amor seja bom e a paixão seja má. No jardim do bem-querer, ambos são igualmente desejáveis. Não raro, conseguem até se complementar. A diferença é que o amor, a exemplo da árvore frondosa, é muitíssimo mais forte. Dura muito mais.

Dom Tomé começava a enfadar-se. De último, visitava Yuruti mais por hábito que por vontade. Se quisesse, poderia perfeitamente mandá-la de volta para a aldeia dos pais. Ninguém estranharia o desenlace. Porém, sempre que ensaiava essa atitude, a menina caía em prantos e ele se apiedava. As lágrimas silenciosas, quase implorantes, amoleciam-lhe a determinação. E o amante tratava logo de encontrar boas razões para voltar atrás. Mandá-la embora por quê? Então Yuruti não era uma mocinha bonita, carinhosa e uma perita nas artes de amar? Mesmo sendo quase criança, não lhe guiara por caminhos que ele nunca antes trilhara? Não estava sempre pronta a recebê-lo, feliz e sorridente, quando ele tivesse vontade? Não era tão desprendida e tola a ponto de nunca lhe ter pedido nada? Não fazia, enfim, ele se sentir como rei, e rei de uma súdita disposta a se curvar a todas as suas vontades? É certo que os dois tinham lá dificuldades de comunicação. Que a relação funcionava muito mais à base de gestos que de palavras. Mas... será que isso tinha alguma

importância? O que um fidalgo de quarenta e oito anos e uma indiazinha de dezesseis poderiam ter para conversar?

E a relação continuava assim. Recentemente, ele havia deixado o grande camarote da *Conceição* e se mudado para a cidade. A morada do governador, finalmente, fora inaugurada. Havia sido construída segundo o bom e velho modelo português: imponente como estrutura, inadequada, todavia, ao clima tropical. Para piorar, não existia córrego de água nas proximidades, e o mestre de obras não via como pudesse instalar um *quartinho e necessária* – aquele item de conforto ao qual ele se havia habituado. O resultado é que a antiga prisão de ventre de Dom Tomé voltara a se manifestar. Causava-lhe enorme desconforto ter de fazer as necessidades num penico, a ser esvaziado na manhã seguinte por um dos grumetes que serviam na casa. Pior ainda o cheiro que impregnava tudo. Incomodado, deixou o orgulho de lado e pediu ajuda ao antigo criado.

Garcia correu a casa por dentro e por fora. Olhou de um lado, olhou do outro, bateu com o nó dos dedos nas paredes, observou a posição do sol e a direção dos ventos. Um quarto de hora depois já tinha o que falar.

– A quentura nos vossos aposentos, meu senhor, é porque a aragem entra pela janela, mas não tem por onde sair. Seria preciso fazer umas gelosias aqui, ó, ou alguma coisa que deixasse o ar circular. Como está, é como num forno de coser pão. O ar entra, mas não sai, e só esquenta.

– Construí casas a minha vida inteira e nunca ouvi falar disso – ponderou o mestre de obras, melindrado. – Mas se Vosmecê achar que é direito, governador, mando fazer os tais buracos.

– Penso que quero, Luís. Esse calor me sufoca. Não custa tentar. E quanto ao *quartinho e necessária*, ó Garcia?

– Bem, aí o mestre Luís tem razão. Já que não tem córrego para levar a sujeira, fica difícil. Mas estava cá a pensar... Talvez pudéssemos dar um outro jeito. Por que não cavar um buraco no

chão? Uma cloaca bem grande e bem funda, que pudesse estocar a merda por bastante tempo?

– Como assim? – quis saber o governador, um pouco constrangido com a crueza da palavra. – Não percebo.

– Aqui, no corpo da casa, talvez não dê mais. Agora, lá no fundo do quintal, mestre Luís poderia mandar cavar o tal buraco que falei, cobrir com umas tábuas e construir em volta uma casinha. Terias lá então, meu senhor, teu *quartinho e necessária*.

– Será que daria certo? O que tu achas, ó Luís Dias?

– Continuo achando invenção demais para uma casa só, capitão. Mas se Vosmecê ordenar...

As sugestões de Garcia melhoraram muito o nível de conforto do solar. Ainda assim, cuidado por Boca de Hemorroidas e dois ou três grumetes, faltava qualquer coisa para ter ares de verdadeira morada.

– Mão de mulher – considerou Garcia, numa de suas visitas. – É isso o que está cá a faltar, meu senhor. Por que Vosmecê não traz a Yuruti?

– Tu és louco! E tu achas que eu posso lá botar mulher dentro de casa? A língua do povo até engrossava, de tanto que iam falar mal de mim – gracejou. – Eram até capazes de me denunciar ao Santo Ofício.

– Eh! O meu senhor tem razão. Ia mesmo dar o que falar. Esse povo é de uma falsidade dos diabos! Todo mundo tem lá a sua manceba, mas...

– Como assim?

– Hum!... Vosmecê não sabe de nada... O único de quem não ouvi falar até agora foi do senhor ouvidor. Dom Pêro Borges parece não ter manceba gentia. Agora, os outros!...

– Luís Dias... António dos Reis... Pêro de Góis... Cardoso de Barros... Todos têm manceba?

– Todos eles, meu senhor.

– O Pedro Ferreira, que está com mulher aqui, também?

– Hum, hum!... O físico Jorge Valadares e o boticário Diogo de Castro, idem. Já ouvi falar até de um padre!

– Estás a pilheriar... O padre Nóbrega?!

– Não. Deste nunca ouvi falar. Mas do Aspilcueta...

– Mas quê!... O que me estás a dizer, ó rapaz. Então, até os padres!... – Balançava a cabeça, com um sorriso irônico. – Se calhar... Hum!... Deve ser por isso que o Nóbrega mandou o padre Aspilcueta naquela entrada pelo Rio São Francisco com o Espinosa!... Mas... Dize-me: quem é que te conta essas cousas, ó Garcia?

– A Jurucê, meu senhor. Aquela ali sabe de um tudo! Quando vai à Vila do Pereira, volta cheia de novidades.

– Eh!... Se é como tu dizes – sorriu –, o Santo Ofício cá não pode vir. Não sobraria ninguém para cuidar da colônia.

– Sabe uma ideia que me ocorreu, meu senhor?

– O que, Garcia?

– Estava cá a pensar. Já que Vosmecê não pode trazer a Yuruti para a vossa casa, porque não arranjas uma preta para cuidar de tudo?

– Uma negra? Uma cativa, dentro da minha casa...

– Tolices, meu senhor. Olha, as gentes já inventaram até um ditado: *Branca para casar, negra para trabalhar, índia para foder!* – E percebendo o franzir de sobrancelhas do antigo patrão: – Peço desculpas pelo palavreado. É como o povo aí da rua fala...

O governador até deixava escapar um ou outro, mas continuava não gostando de ouvir baixo calão da boca de subalternos. Soava-lhe como desrespeito. Cruzou os braços atrás das costas e assumiu seu ar fidalgo.

– Vou pensar no caso. Por enquanto é só. Podes ir.

– Perdoa – insistiu Garcia, arrependido. – Se o meu senhor resolver, o Jorge Pedrosa está pensando em vender uma preta. Dona Chiquinha morre de ciúmes, e o padre Nóbrega aconselhou ao Pedrosa se desfazer da preta.



Capítulo 34

Pretos da Mina

Como não lhe sabiam o nome, chamavam-na Tristeza. Segundo o proprietário, ela nunca sorria ou falava. Raramente levantava a vista. Contudo, cuidava do que lhe era mandado com presteza e zelo. Havia sido arrematada no leilão de escravos por cento e trinta arrobas de açúcar. Se o governador cancelasse esse débito na Provedoria, o negócio estava feito. Tinha pena de se desfazer. Mas Dona Chiquinha se roía de ciúmes. Tratava muito mal a pobre negra e, por último, estava ameaçando voltar para o Reino no primeiro barco. Ele não podia perder a mulher e mãe dos seus filhos por causa de uma cativa.

– Tu achas então, ó Pedrosa – quis se certificar Dom Tomé –, que a rapariga dá conta lá da minha morada?

– Tenho certeza, capitão. Falar, ela não fala. Se calhar, é muda. Mas é danada de trabalhadeira. E olha, tem um tempero muito do bom! Sei direitinho quando foi ela ou a Chiquinha quem fez o passadio.

A chegada de Tristeza despertou ciúmeiras em Boca de Hemorroidas. Não se passaram muitos dias, ele pediu para ser dispensado do serviço em casa do governador. Queria alistar-se no “navio do açúcar” que ia partir para o Reino. Os grumetes também solicitaram dispensa. Tomé de Sousa ficou um pouco desapontado, mas acabou consentindo.

Ingratos. Que se danem! A negra dá conta do serviço.

E deu. De mais daria, se mais houvesse. A última coisa que Tristeza queria era ter tempo para pensar. Da hora que acordava à de dormir, não parava de trabalhar. Quando não tinha o que fazer, inventava. Ora um bolo ou um doce, dos que aprendera a fazer com Dona Chiquinha, ora um jeito diferente de preparar alguma iguaria. Até uma horta plantou no quintal, e também um arremedo de jardim. Lavava e passava as roupas do senhor, cerzia-lhe as ceroulas e nunca se esquecia de levar-lhe ao quarto, aos sábados à tarde, jarros de água morna e a tina para o banho.

– E a preta, meu senhor – quis saber semanas mais tarde Garcia.
– Bem-disposta? Saindo-se bem?

– Muito bem. Nunca ouvi foi a voz da cativa. Mas cozinha que é uma beleza! Estou cá até a ganhar umas libras.

– E é bem-apeçoada, a danada da preta – observou o antigo criado. – Como diz a Jurucê, tem um *tebí!*...

– Isso lá, nunca notei.

Mentira. O que mais chamara a atenção do fidalgo, tão logo batera os olhos em Tristeza, fora exatamente o traseiro. Aquele ali não tinha sequer semelhança com o *derrière* desenxabido das portuguesas, com a ausência de volume das mulheres do Oriente e muito menos com o *tebí* meio caído das índias. O traseiro da negra era rechonchudo, em-pinado, durinho... Como se esculpido em pedra.

Tristeza era da tribo dos *bundos*, um povo *banto* do sudoeste da África, que tinha como característica especial a generosidade glútea. Na sua aldeia de origem era chamada de *Zuba*, em alusão à cor azul que mostrara nos olhos ao nascer. Filha do chefe *Gana Zona*, sempre fora tratada com deferência especial, paparicada por todos e, mais tarde, muito disputada pelos rapazes da tribo.

Da infância só tinha recordações boas. Uma vida despreocupada e divertida, de banhos de rio e brincadeiras próprias de meninas. Naquela época aprendeu a amassar o barro, e a moldá-lo para fazer todo tipo de vasilhas. A catar uma borla de pelos alvos e macios de certo arbusto, que eram depois penteados, torcidos e

transformados em longos fios, usados mais tarde para tecer panos. Aprendeu que as cinzas da fogueira podiam tornar mais agradável o sabor dos peixes e carnes assadas, e que algumas ervas, se bem dosadas, emprestavam à comida gostinho especial. Ensinaram-lhe também que homens e mulheres eram seres diferentes, embora se completassem. Que os homens deveriam ser fortes, espertos e brigões, para se habilitarem a caçar e lutar contra os inimigos. Que as mulheres, ao contrário, precisavam ser dóceis, humildes e dedicadas. Existiam para cuidar dos homens, e para servir de forma onde eles depositavam as sementes de onde surgiam os meninos e meninas.

Na ocasião em que os seios lhe começaram a crescer, encarou o fato com naturalidade. Mas quando, um dia, percebeu sangue escorrendo-lhe por entre as pernas, correu apavorada para casa. Explicaram-lhe tratar-se de coisas da Mãe Natureza. Sinal de que a forma de *Zuba* estava pronta para receber um homem. *Quando a lua enche, as mulheres sangram*, dissera-lhe a mãe. Que cuidasse, a partir dali, de fazer marcas em um ossinho, para evitar servir de forma em certas épocas de crescimento ou encolhimento da lua. Ao menos, enquanto não quisesse que a semente dos homens crescesse em sua barriga.

Dos rapazes da tribo que começaram a lhe fazer a corte, sentia-se especialmente atraída por *Andiqondi*. Um moço trazido prisioneiro há muito tempo, em uma das guerras que *Gana Zona* comandara contra os *Xhosa*. No princípio do cativeiro, sempre que lhe perguntavam alguma coisa, o prisioneiro respondia *andiqondi* – ou “não entendo”, na língua *xhosa*. E por *Andiqondi* ficou conhecido. Dele, *Zuba* ganhou uma concha pendurada num fio, raridade que as mulheres da aldeia invejaram. Foi de *Andiqondi* que recebeu o primeiro beijo, com quem trocou os primeiros carinhos, e foi ele o primeiro a brincar na sua forma de fazer menino.

Era umas tantas luas mais velho do que ela, e sempre a protegeu. Quando a aldeia sofreu o ataque dos caçadores de escravos, *Andiqondi* matou a pauladas o *akan* que tentara agarrá-

la. Morreu por conta disso. *Zuba* bem que tentou socorrê-lo, mas foi derrubada com uma pancada na nuca. Se sonhos sonhou, não se lembrava. Quando finalmente recobrou os sentidos, viu-se no terreiro da aldeia, amarrada a uma estaca.

Começara ali o seu suplício. Primeiro, assistir à execução do pai, da mãe, dos velhos, das crianças, e de todos os que não pareciam de bom proveito para o intento dos *akan*. Maldita gente, aqueles negros de língua *fanti*! Em seguida, a longa caminhada, amarrada pelas mãos e pelo pescoço a outros jovens da aldeia. Uma comprida fila na qual, quando alguém caía de cansaço, recebia golpes e chibatadas, até que se levantasse ou ficasse prostrado para sempre. Depois, a fome, a sede, o calor durante o dia, o frio à noite, a fadiga. Pior que tudo, a humilhação de ter de esvaziar as tripas à vista de toda a gente, como os animais.

Foram dias e dias de caminhada, até chegarem a uma aldeia grande, chamada São Jorge da Mina. Ali, a descoberta de que existiam homens e mulheres de pele sem cor, e a ansiedade ao se ver trancafiada numa paliçada à beira-mar. Uma paliçada alta, cortada por um regato, vigiada por uns *akan* que tinham sempre à mão a sua taboca brilhante que fazia estrondo, como o do trovão, e matava à distância de vários passos. Por último, depois de muita confabulação com os companheiros de infortúnio, a certeza de que seria feita escrava.

O que fariam com ela? Na aldeia *bundo*, os cativos eram tratados praticamente como gente da família. *Andiqondi* por acaso não era escravo? E no entanto... Se não tivesse acontecido aquilo, talvez até conseguissem a permissão de *Gana Zona* para viverem na mesma choça. Ainda assim tinha medo de ser feita escrava. Principalmente daquela gente descorada, que se vestia de forma tão esquisita, e os olhava de cima para baixo, como se olha aos bichos. Precisava recobrar a liberdade. Sua aldeia havia sido incendiada, mas decerto seria acolhida em qualquer outra das proximidades. Se conseguisse um jeito de escapar...

O velho descorado, que parecia ser o chefe ali, decerto desconfiara de alguma coisa. Levou-a para outra paliçada. Naquela, falava-se um dialeto diferente, as pessoas eram desconhecidas, tinham suas próprias preocupações e a ignoraram. Foi quando aprendera a manter-se de vista baixa e a chorar para dentro, sem derramar lágrimas. Verdade que o velho chefe branco, vez em quando, vinha buscá-la e servia-se dela. Mas ao menos não a maltratava. Dava-lhe uns nacos de carne e até mesmo uma bebida, com gosto de água estragada, que descia pela garganta queimando, deixando-a depois meio zozna e de coração menos amargo.

Duas luas se passaram sem que coisa alguma abalasse a enfadonha rotina. Acordava com a claridade do sol, tomava um meio banho no regato e aguardava a refeição. Os empurra-empurras da disputa pelas melhores porções eram vexatórios demais para uma filha de *Gana Zona*. Contentava-se com o que sobrava, quando sobrava. Tinha então um tempo interminável para ficar acorçada junto à paliçada, olhando pelas frestas aquela imensidão de água sem-fim. Quando o sol esquentava muito, tentava encontrar lugar à sombra de uma árvore. Quando o calor abrandava, voltava para junto da paliçada e entretinha-se em observar as travessuras de alguma ave marinha, ou simplesmente a espuma das ondas que quebravam na areia. Pouco antes do sol se pôr, os guardas traziam mais comida. Ficava então aguardando que o velho viesse buscá-la. Se não viesse até a hora em que as estrelas começavam a brilhar, não viria mais. Acomodava-se o melhor que podia, tratava de esvaziar a mente das lembranças do passado, e procurava dormir. Ah, como era bom quando conseguia!

Um dia surgiram uns brancos diferentes, comandados por um homem alto, bem-apeesoado, cego de um olho. Ele, que parecia ser o chefe, deu uma espiadela no grupo e voltou dias depois. Examinou mais atentamente. Reunido a um canto com o chefe velho, discutiram, gesticulando muito. Em todo o caso, logo mais estavam se apertando as mãos. Na manhã seguinte começaram a ser levados de barco para uma choça que flutuava na água e

acomodados no porão. Havia alguns estrados de madeira e a maioria conseguiu se ajeitar. *Zuba* não. Como viera na última viagem e se sentia uma estranha no grupo, acocorou-se num canto, à parte. Tão logo a choça flutuante partiu, sacolejava tanto que as pessoas começaram a vomitar. Não demorou muito e o cheiro de vômito, misturado ao de urina e de excremento, tornaram o ar quase irrespirável. Mas *Zuba* acabou se acostumando. E também se acostumou ao sacolejar, ao gosto horrível da água, e ao de uma papa esquisita que era servida a título de refeição.

Uma noite, seus belos sonhos foram interrompidos com alguém tapando-lhe a boca. Esperneou, tentou gritar, mas não conseguiu evitar ser usada. Eram três rapazes brancos. Enquanto dois a mantinham imobilizada, o outro metia-se-lhe por entre as pernas. Depois se revezavam. O mesmo aconteceu em outras noites, até a vez que um quarto homem surgiu de repente com uma luz na mão. Era aquele branco caolho, alto e bem-apessoado, que parecia ser o chefe. Aos gritos dele, os rapazes a soltaram. Foram chutados e esbofeteados. Cambaleando, subiram a escada que dava para o convés. Pouco depois ouviu-se o barulho de alguma coisa pesada caindo na água. Nunca mais *Zuba* foi incomodada.

O episódio fez com que os demais cativos passassem a encará-la com deferência. Mulheres até se achegaram e puxaram conversa. Era difícil perceber exatamente o que diziam, mas algumas palavras tinham som familiar e dava para entender o sentido. Eram *iorubas* e, a exemplo dela, tinham sido assaltados por caçadores de escravos. Já ouvira falar dos *iorubas*? Decerto que já. Era um dos reinos mais antigos da região!... Mas no grupo havia muitos que não eram *iorubas*. Dava para perceber, não dava? Eram escravos *ibos*, que trabalhavam para os *iorubas* nos campos. Uma gente inferior, que só servia mesmo para ser escravo. E ela, de onde vinha? Qual era a sua tribo? Filha de *Gana Zona*? Oh!... Um chefe é sempre alguém especial. Fora morto? Que covardes! Os *akan* eram um povo terrível! Cruel. Sanguessugas que se juntaram à gente descorada. Mas também!... Com aquelas tabocas brilhantes que trovejavam e matavam à distância, quem poderia enfrentá-los?

Trinta e nove dias depois, a choça flutuante aos poucos foi parando. O corre-corre, o vozerio que se ouvia, o entra e sai de homens nos porões, tudo dava a entender que haviam chegado. Logo não haveria mais *iorubas*, *ibos* ou *bundo*. Não haveria mais filhos de chefes, senhores ou escravos. Eram todos cativos. *Pretos da Mina. Negros da Guiné. Peças de África*, trazidas para trabalhar no Brasil.



Capítulo 35

Contrabando de raparigas

Em casa dos primeiros donos Tristeza se dera mal. Afora as censuras ásperas e os safanões de Dona Chiquinha, sentia-se constrangida, perturbada mesmo, com os olhares lascivos do senhor branco. Porém, o que mais a exasperava era a conduta do par de escravos ibos, arrematados junto com ela no leilão. Zuba agora era cativa. Tinha consciência disso. Longe como estava da sua aldeia, não alimentava esperanças de reconquistar a liberdade. Daí, procurava carregar o seu infortúnio com a dignidade possível. Os ibos não. Eram uns poltrões. Uns lambe-botas, capazes de se lançar à lama para o homem branco pisar em cima. Não obstante, às costas do senhor, faziam corpo mole, pragejavam, maldiziam a má sorte, resmungavam como velhas ranhetas. Agiam pior. Esforçavam-se para estragar tudo o que não desse muito na vista e, quando apanhados em algum malfeito, tratavam de pôr a culpa nela.

Trocar de casa foi quase um prêmio para *Zuba*. Além do trabalho ser mais leve, o fato de se ver livre daqueles tormentos, de não haver ninguém para fiscalizá-la, era uma bênção. Pouco via o novo senhor, e ele quase não falava, embora ela já tivesse alguma noção do modo esquisito daquela gente se expressar. Aprendera os hábitos da casa com os antigos criados. De manhã cedo, quando o senhor voltava do *quartinho*, a camisa, a calça de malha, os calções e o gibão já estavam devidamente esticados na cama, com as botas escovadas ao lado. Na hora que saía do dormitório, o desjejum estava servido na sala. Pouco depois, ouvia-se ao longe

um sino e o senhor ia trabalhar. Só voltava uma hora antes do meio-dia. Mal tirava o cha-péu e afrouxava os cordões do gibão, o jantar era posto à mesa. Ele tomava então uma ou duas canecas de vinho e tratava de comer. Comia muito. De vez em quando, fazia até gestos que pareciam de elogio. No final da tarde, tão logo ele chegava, a ceia era servida. Daí a mais um pouco saía novamente e, às vezes, só voltava nas primeiras horas do dia seguinte. Os mantimentos da casa eram trazidos por Garcia. Aquele branco de olhar guloso, mas tão simpático e amável que, de brincadeira em brincadeira, conseguira fazer *Zuba* balbuciar algumas palavras e até sorrir.

Habituou-se facilmente à nova rotina. Em certa medida, sentia-se livre outra vez. A pretexto de lavar a roupa de cama e mesa no riacho, fazia passeios pela cidade e até fora da paliçada. O seu senhor branco, acabou intuindo, era o chefe dos chefes. O homem mais importante daquela grande tribo. E isso não deixava de despertar em *Zuba* uma pontinha de orgulho. Até identificava nele alguns traços de *Gana Zona*. O pai, e chefe *bundo*, também era um pouco assim. Tratava as mulheres com indiferente respeito. Contudo, embora sério, objetivo e de poucas palavras, era homem incapaz de grosserias. Exatamente por isso, estranhou muito o comportamento do senhor branco naquele dia.

A mensagem recebida em casa, à hora da refeição do meio do dia, era tão inusitada que Tomé de Sousa quase engasgou com uma espinha do peixe que estava comendo. Caramuru pedia que fosse vê-lo. Naquela hora mesmo.

– E que diabos quer o teu pai comigo, ó menino?

– Sei não, meu senhor – falou o garoto, com o olhar preso ao chão. – Ele só mandou dizer isso. Pede que Vosmecê vá lá na *tupanaroca* de Nossa Senhora da Graça o quanto antes. Agorinha mesmo.

– Está bem. O recado está dado. Podes ir.

– Ah, o pai pediu também para Vosmecê ir sozinho.

Então agora era assim? – Pensou indignado. – *Recebo ordens de Caramuru!*... Afastou o prato com gestos bruscos e levantou-se de mau humor, derrubando a cadeira onde estivera sentado. Irritou-se ainda mais e chutou a cadeira. Detestava ser interrompido à mesa, e mais ainda que lhe faltassem com a consideração. Era o governador-geral do Brasil, ora essa! Exigia respeito.

Ajustou os cordões do gibão com puxões enérgicos, colocou o chapéu de plumas na cabeça sem os cuidados de praxe, e saiu. Como já era quase meio-dia, não havia viva alma nas ruas de São Salvador. Em horas como aquela, ou as pessoas estavam acabando de comer, ou tirando calmamente em casa as suas sestas. Até os cães dormitavam à sombra. E pensar que ele tinha de montar e trotar, uma légua ou mais, sob aquele sol de deixar miolos fervendo!

O velho estava acororado embaixo de uma árvore. Chamou-o e fez sinal com o dedo em riste diante dos lábios, pedindo silêncio. Dom Tomé suava em bicas. Acercou-se.

– Que queres tu comigo, ó Diogo Álvares? – questionou, apeando do cavalo. – Não serias tu quem deverias ir à casa do governador? Então, agora é o cavaleiro que manda chamar o fidalgo! Onde já se viu isso?

– Perdoa, meu senhor – desculpou-se, repetindo o sinal de silêncio e falando baixo. – Carecia de ter Vosmecê aqui. Deixa eu contar. Um amigo teu me procurou hoje cedo.

– Amigo meu! Que amigo? E eu lá tenho amigos!

– Ele diz que é. Um amigo lá do Reino.

– Um amigo meu do Reino, aqui! De quem se trata?

– É um tal de... Fernando Cordeiro. Conheces?

– Fernando Cordeiro? Conheço um, mas lá em Varzim.

– Se calhar, é o mesmo.

– O Cordeiro, aqui! Que diabo está ele a fazer no Brasil?

– Não sei, meu senhor. Mas vem. Pus o homem para descansar um pouco acolá, onde faço a minha *cachaza*. Lá, vosmecês podem cavaquear sossegados.

Fernando Cordeiro era mercador em Póvoa de Varzim. Não dos grandes, que a cidade não comportava, mas tinha lá o seu naviozinho e clientes também em Vila do Conde e cercanias. Era cristão-novo, como o Cordeiro denunciava, mas um sujeito simpático e afável, desses que a gente fala bem e raramente ouve alguém falar mal. Marido de Dona Sarita, tinham três filhos. As duas moças já estavam casadas e vivendo em Antuérpia. Só o rapaz morava em Varzim e ajudava ao pai. Um moço educado, trabalhador, atencioso... Não fosse descendente de judeus, poderia até ser um pretendente para Heleninha, quando a filha de Dom Tomé estivesse em idade de encontrar marido.

Se o governador ainda permanecia irritado, conseguiu disfarçar muito bem.

– Ora, ora, mas que surpresa! Que foi assim? – Sorriu simpático.
– Não já paguei aqueles dinheiros que te devia, ó Cordeiro? Esqueci eu cá alguma coisa, para vires buscar tão longe, do outro lado do Mar Oceano?

Depois dos gracejos, Tomé de Sousa foi posto a par das novidades. A situação estava se complicando no Reino. A cada dia, mais e mais cristãos-novos eram denunciados ao Santo Ofício. O próprio Fernando, um bom cristão de longa data, “conforme Dom Tomé bem sabia”, sentia-se ameaçado. Desde que André, o oficial tanoeiro, fora levado preso para o tribunal de Évora, nunca mais conseguira dormir sossegado. E se, sob tortura ou falta do que falar, o tal tanoeiro o acusasse de práticas judaizantes? Era fato tão comum ultimamente!... Tanta gente já havia sido acusada a qualquer pretexto!... Sarita aconselhara-o a fugir. Inicialmente, pensaram em se juntar às filhas na Flandres. Porém, conforme era de conhecimento de Dom Tomé, ele não morria de amores pelos genros, “aqueles judeuzinhos enfatuados!”

– A culpa é tua, ó Cordeiro. Ao invés de melhorares o sangue, casas as tuas filhas com judeus, homessa!...

– Vosmecê tem razão. É verdade. Nunca deveria ter deixado as meninas irem visitar minha irmã em Antuérpia. Mas enfim, o mal

está feito.

– Já agora, dize-me: como chegaste? Por que esse mistério todo? Onde estão Dona Sarita e o teu rapaz? – questionou o governador.

– Não vi nenhum barco novo na baía. Como vieste parar aqui?...

– Tomei cá as minhas precauções. A senhora Dona Maria... Santa senhora... Contou-me da tua amizade pelo Diogo Álvares. Ia já esquecendo! Ela mandou-te uma carta. Deixa-me ver. – Procurou dentro do gibão. – Cá está, ó! Então. Como a senhora Dona Maria falou-me tão bem do Diogo Álvares, preferi procurar ele primeiro.

– Fizeste bem.

– Vim buscar a vossa proteção – admitiu, com a voz ligeiramente embargada. – Mudar de vida, Dom Tomé. Mudar até de nome. Não suporto mais essa pecha de judeu. Eu não sou judeu. Vosmecê sabe que não sou. Nasci no cristianismo. Frequento a igreja desde menino. Mal sei quem foi esse tal Moisés, de quem falam tanto. O diabo é que a cidade inteira sabe que os meus pais eram judeus, que só foram batizados quando Dom Manuel decretou a conversão. Naquele tempo, eu não era nem nascido! Só que as pessoas não esquecem. Depois desses tais tribunais, quando nego algum crédito a alguém, jogam-me isso na cara. Fazem ameaças veladas... Gracejos... Falam das minhas filhas... Não sei se Vosmecê está a par, mas el-rei proibiu a saída de Portugal de qualquer cristão-novo sem autorização da Coroa. Depois de tudo o que tenho ouvido, fiquei apavorado. Com medo. Foi isso o que aconteceu.

– Calma, homem. – Bateu-lhe de leve no ombro. – Aqui estás seguro. Não te preocupes. Mas... e o teu barco? Como chegaste? Onde estão os teus familiares, homem de Deus?

– Contatei um piloto que já havia estado na Bahia. Um francês. Ele conhece o Diogo Álvares. Achou melhor deixar o patacho escondido antes da barra. Fundeou atrás de um morro, a umas duas léguas daqui. Viemos de barco até a praia, e depois a pé até a vila. O Francis conhece bem os caminhos e a língua dos gentios.

– O *maír* é de confiança – ajuntou Caramuru, que se postara a certa distância, mas que ouvia tudo. – Podes ficar tranquilo, meu senhor.

– Eu não confio em francês nenhum, ó Diogo Álvares.

- Nesse podes confiar. Garanto por ele. É meu amigo.
- Sei... Mas continua, ó Cordeiro.
- Vendi ao Francis aquele meu patacho – continuou o recém-chegado, com o sorriso triste das pessoas curvadas à fatalidade –, a preço de chuva, por conta dele me deixar em segurança cá na Bahia. Meu desejo, Dom Tomé, é que Vosmecê permita que eu me estabeleça cá nas vossas terras.
- As terras não são minhas, ó Cordeiro. São d’el-rei. Mas no que puder ajudar-te, ajudo com muito gosto.
- Eu vos ficarei eternamente grato.
- Deixa disso, ó meu amigo – falou com ar simpático o governador. – Se calhar, fizeste bem em vir para o Brasil. Isso cá é a terra da promessa.
- Bem imagino. É tudo o que eu almejo.
- Hás de ver a capital que construí. – Orgulhou-se, batendo com a mão na coxa. – Oportunidade, para gente trabalhadora e de honradez, cá é o que não falta. E agora então, com os engenhos de açúcar... Trouxeste muita mercadoria? Olha que sedas e brocados são proibidos.
- Eu sei. Dona Maria contou-me. – Passava a mão pela calva. – Uma santa, a vossa senhora, Dom Tomé. Só ela sabe que vim cá para o Brasil. Em Varzim, certamente pensam que fugi para Flandres.
- Melhor assim – aquiesceu o fidalgo. – Podes cá começar vida nova. Ninguém te conhece... Quer dizer... Minto. Na verdade, tem um que te conhece. O Garcia, aquele meu criado. Lembras dele?
- Aquele moço campônio que sabia ler?
- Ele mesmo. Está muito bem cá no Brasil. Já nem é mais meu criado. Mandei nomear a ele feitor e almoxarife da Alfândega.
- Feitor e almoxarife da Alfândega – admirou-se o outro. – Sim senhor, isso é que é progredir na vida!...
- Pois é! E é casado com uma das filhas aí do nosso amigo Diogo Álvares. Mas não te preocupes. O Garcia é de confiança. Falo com ele, e será como se nunca te tivesse visto na vida. E já agora, tu não respondeste. Trouxeste muita mercadoria?

– Um pouco. Um tantinho de tudo. Se calhar, dá para começar uma tendinha de comércio. Ah! Mas quero que Vosmecê saiba logo. Trouxemos também umas raparigas.

– Umas o quê? Trouxeste raparigas para cá, ó Cordeiro!

O cristão-novo, baixinho, magrinho, narigudo, de olhos vivos e cara de menino sabido, voltou a passar a mão pelo cocuruto suado, onde há muito não lhe nasciam cabelos.

– O Francis disse ser um ato de caridade. Que as moças precisavam encontrar marido. Trouxemos meia dúzia.

– Meia dúzia? Pelo sangue de Cristo! – censurou em tom de blague. – Não sabia que tu mexias com esse artigo.

– Não fui eu, não, Dom Tomé. Foi o Francis. São umas raparigas até bem graciosas. O António, meu filho, parece arrastar a asa por uma. Mas já avisei a ele: António, nem pense, nem sonhe, nem imagine que vou permitir que tu namores uma dessas raparigas... – E abrindo um sorriso na boca miúda: – O Francis diz que estou enganado, mas cá eu penso... Deus me perdoe!...Serem rameiras arrependidas, querendo caçar marido.

– Rameiras cá no Brasil? Era só o que me faltava! Mas enfim... Que a soldadesca vai gostar, isso lá não tenho dúvida. E se elas se comportarem, os padres também irão ficar contentes. Não param de reclamar da mancebia das nossas gentes com as índias. Se o que as raparigas querem é casar, vieram para o lugar certo. Mulher branca, cá, é raro, meu amigo! Artigo de luxo. Decerto, hão de encontrar marido.



Capítulo 36

Judeu não assiste missa

Conforme combinado, o patacho entrou na Baía de Todos-os-Santos na manhã seguinte. Com o escudo de Portugal tremulando no alto do mastro, e precedido do barinel de Caramuru, lançou âncoras na Ribeira das Naus, sob olhares curiosos. Desembarcados, e uma vez na praia, o capitão e seus passageiros entraram na ermida de Nossa Senhora da Conceição. Persignaram-se e fizeram orações em agradecimento pela boa viagem. O padre Manuel Loureço, que viera dar uma espiadela naquelas novidades, com cara de cachorro pidão, enviou seguidas vezes os olhos em direção à caixinha de óbolo. Magnânimo, o bom cristão baixinho, magrinho, narigudo e careca, depositou na esmoleira uma moeda graúda.

Antes mesmo de palmilharem um terço da *Ladeira da Preguiça*, as raparigas já causavam sensação. Ainda que acompanhadas por três homens e mais uma senhora de ar respeitável, os rapazes da cidade, há mais de dois anos sem ver mulher branca solteira, arregalavam os olhos e faziam caras e bocas. À entrada na Casa da Câmara, o miliciano de sentinela empertigou-se e apresentou armas. O meirinho que os recebeu, inebriado com a visão das jovens, tornou-se repentinamente humilde e gaguejou. *Uma au-audiência com o sen-senhor go-governador? Po-po-po-is não. Só-só um minutinho.* Na sala do Conselho o impacto não foi menor. Os fidalgos e altos-comissários levantaram-se todos, num gesto de cortesia pouco comum.

– Sou Tomé de Sousa. O governador, fidalgo da Casa de Dom João, às vossas ordens – falou com uma pontinha de empáfia forçada. – Perdoem-nos as senhoras não podermos convidá-las a sentarem-se. Não estamos cá preparados para receber tantas visitas.

– Nós é que pedimos desculpas pelo incômodo, Excelência. Sou o Fernando de Brito – apresentou-se o Fernando Cordeiro. – Dos Brito de Montalegre. Uma família muito antiga em Trás-os-Montes.

– Montalegre? Já ouvi falar. Uma bela freguesia.

– Verdade seja, um tantinho decadente, meu senhor.

– Uma pena. Compreendo – assentiu, com expressão afetadamente cortês. – E a que devemos o prazer desta simpática visita, da ilustre gente de Montalegre, à Bahia?

– Minha família e eu – apontou com um gesto –, já ouvimos muito falar destas vossas terras. Temos algum dinheiro, herança do senhor meu pai, que Deus o tenha! Gostaríamos de nos estabelecer aqui. O capitão Francis, este bom homem da Flandres, teve a bondade de se aventurar a nos trazer.

– Sei. Então, senhor...

– Fernando de Brito, Vossa Excelência. Dos Brito de Montalegre. Uma família muito antiga.

– Percebo. Terias pedido autorização da Coroa para vires ao Brasil?

– Autorização!... Não, Excelência. E cá precisa?

– Receio que sim!... Embarcaste em Lisboa?

– Não, Excelência. Em Viana do Castelo.

– Viana? Sei... E se bem percebi, tua intenção é estabelecer-te cá no Brasil?

– Perfeitamente, meu senhor. Se não cá, em Olinda.

O governador cruzou os braços atrás das costas e deu alguns passos pelo salão, como se estivesse refletindo. A ideia de incluir Olinda na conversa viera bem a propósito.

– E em que ramo de atividade, se mo permites?

– Bem... Em Trás-os-Montes, nossa família sempre foi de mercadores. Pequenos mercadores de secos e molhados, meu

senhor. Tenho alguma experiência no assunto. Pensei em cá montar uma tenda de comércio.

– Sei... senhor...

– Fernando de Brito, Vossa Excelência. Dos Brito de Trás-os-Montes.

– Uma família muito antiga – gracejou, parando frente ao amigo.

– Bem, senhor Brito, isso não são cousas que se resolvam assim, como quem sacode o capote. Carecemos estudar o assunto. Infelizmente, não temos cá albergaria ou casas de pasto. Mas, se quiserem bater pernas pela cidade, sintam-se à vontade. Recolham-se depois ao vosso barco, se fazeis favor, e aguardem notícias minhas. Mandaremos dizer-vos alguma coisa.

– Perfeitamente, meu senhor governador. Mas... posso... posso pedir uma mercê?

Dom Tomé limitou-se a fazer um gesto de aquiescência.

– Estamos há dois meses no mar. Mal vemos a hora de assistir a uma missa. Vossa Excelência nos permitiria?

– Ouvir a missa? – Consultou os pares com olhos algo travessos.

– Como bons cristãos, não podemos negar a vosmecês o Ofício Divino. Igrejas, cá, têm duas e estamos construindo uma terceira. Agora, missa, só no finalzinho da tarde, na ermida da Conceição. Aquela na praia.

– Perfeitamente, senhor governador. Muito agradeço, excelências.

– Fez um gesto largo e uma mesura. – Fico então no aguardo. Muito bons dias, meus senhores. Que o Nosso Senhor Jesus Cristo os ilumine e proteja.

Ao se retirarem, deixaram o Conselho em polvorosa. António dos Reis, o escrivão da provedoria, via naquilo a oportunidade para fazer circular dinheiro. Pedro Ferreira, o tesoureiro da Fazenda, anteviu a chance de, finalmente, arrecadarem impostos.

– Se desembarcarem mercadoria – apressou-se em pensar alto –, podemos cobrar os trinta por cem, que cobra a Casa das Índias, mais o dízimo da Ordem de Cristo.

– E se eu fosse eles – atalhou o provedor-mor –, seguia para Olinda, como o tal sujeito insinuou. E seria muito bem recebido pelo Duarte Coelho. Ora, Ferreira! As gentes querem meter dinheiro cá nessas lonjuras, e tu queres meter mão grande na bolsa deles? Metamos, mas sem gulodice. Quem vai vender a mercadoria são eles e não a Casa das Índias. O dízimo parece-me mais que suficiente.

O físico Jorge Valadares, convocado ao Conselho naquele dia para fazer uma exposição sobre a saúde das gentes da cidade, saiu-se com algo mais provocante.

– Seis de uma vez? Portuguesas de boa cepa!... Carecemos dessas raparigas para povoar esse Brasil, governador!

Sorriram todos. Apenas o ouvidor-geral se mostrava algo reticente.

– E se forem criminosos foragidos? Ou, pior ainda, judeus tentando escapar ao Santo Ofício?

– A mim, não parece que as raparigas tenham cara de cortabolsas ou assassinas de aluguel – gracejou António Cardoso de Barros. – São de muito bom parecer.

– E nunca soube de judeu que ouve a missa – completou o tesoureiro da Fazenda.

– Eia, meus senhores! – interveio o governador. – Pêro Borges tem razão. Precaução e caldo de galinha nunca fize-ram mal a ninguém. Melhor tomarmos cuidado.

O ouvidor-geral encheu-se de vaidoso orgulho. Quase chegava ao orgasmo, quando lhe reconheciam o bom-senso.

– Muita verdade, senhor capitão. *Data venia* – fraquejou, tentando parecer condescendente –, também não devemos comprometer o progresso da colônia, por conta de meras suspeitas. Como se diz em Coimbra, *in dubio, pro reu*.

– Como é que é? – questionou o provedor-mor, com um meio sorriso.

– *In dubio, pro reu.* É uma máxima do Direito Romano, ó Cardoso de Barros. Significa que, havendo incerteza, o bom juiz deve favorecer o suspeito.

– Belíssima citação, ó Pêro Borges – reforçou-lhe a vaidade Dom Tomé. – Muito sábio, esse preceito jurídico.

– Talvez – reticenciou o ouvidor-geral. – Isso. Despacho uma petição para o *Desembargo do Paço*¹ dando o nome das gentes e inquirindo se existe algo que os desabone.

– Acho uma ótima ideia, Pêro Borges – cumprimentou Tomé de Sousa com entusiasmo. – Excelente mesmo. O capitão do navio deve estar de regresso. Por certo, fará escala em Lisboa. Podes mandar o correio para o Paço por ele. Quando chegar a resposta, tu tomas a decisão.

– E enquanto isso?...

– Enquanto isso o que, ó António dos Reis?

– O que fazemos com as gentes, governador?

– O que fazemos?...

– Ora, governador, que se estabeleçam – concluiu o tesoureiro. – Até lá, alguma contribuição para a Fazenda haverão de dar.

– E já agora, que temos raparigas casadoiras – emendou o provedor-mor –, em janeiro, até poderemos comemorar a festa de São Gonçalo do Amarante.

– Bem lembrado, Cardoso de Barros – concordou Pedro Ferreira, com uma pontinha de esperança de ainda vir a deleitar-se com uma daquelas moçoilas. – Nunca tivemos uma festa dessas cá no Brasil.

– E como poderíamos – retorquiu António dos Reis, o jovem escrivão, único daqueles homens efetivamente solteiro. – Não havia cá raparigas cristãs!...

– Agora temos, António – exclamou bem-humorado o governador, divertindo-se intimamente com o efeito que os rabos de saia haviam provocado. – E daí a pouco, até poderemos ter uma nova safra de soteropolitanos. Boa gente de sangue luso, para povoar estas Terras do Brasil.

– Com a graça de Deus! – bendisseram alguns, sorrindo.

¹-À época, Supremo Tribunal do Reino de Portugal.



Capítulo 37

A relíquia sagrada

O sucesso do pequeno embuste, impingido aos fidalgos e altos-comissários, deixou o governador de muito bom humor. Livrar um amigo das garras da Inquisição talvez não fosse sensato nem direito, mas também não lhe acrescentava nenhum peso na consciência. Que diferença, de verdade, poderia fazer se o Fernando nascera Cordeiro ou de Brito? Se as raparigas eram rameiras ou estavam apenas buscando marido? Se o tal piloto era francês ou flamengo? As pessoas devem valer pelo que são, e não pelos distintivos que se lhes pregam nas fronteiras, sentenciou para si mesmo. Receava, porém, que um segredo, partilhado por tantos, pudesse realmente permanecer em segredo. Decidiu usar os bons préstimos do Garcia, para um encontro a sós com o cristão-novo.

– Atuação magnífica, ó Cordeiro – cumprimentou.

– Cordeiro não, de Brito. Fernando Cordeiro está na Flandres, governador. Cá, este teu criado, é o Fernando de Brito. Família muito antiga de Trás-os-Montes.

– Verdade – sorriu com gosto. – E as raparigas? Não receias que possam dar com a língua nos dentes.

– Duvido que façam isso. Já cuidei do assunto – assegurou o baixinho careca, com jeito de menino sabido. – Depois do comunicado, dizendo que éramos bem-vindos cá ao Brasil, tivemos uma pequena reuniõzinha lá em nosso patacho. O capitão Francis abriu o jogo com as raparigas. Disse-lhes que tratassem de se acostumar o quanto antes com a nos-sa nova identidade. Que, para

todos os efeitos, éramos, inclusive elas, de Brito, uma família muito antiga de Trás-os-Montes. Nunca esquecessem daquilo, ou eu trataria de espalhar a notícia de em qual bordel elas viviam, antes de embarcarmos cá para o Brasil.

– São mesmo rameiras, então?

– Se calhar, arrependidas. Mas rameiras. O António, meu filho, foi quem mais sofreu. Estava mesmo enamorado de uma. Melhor assim. Já pensaste, Dom Tomé? Ter uma puta como nora e um par de judeus como genros!...

– Tu... tu és um pândego, ó Cordeiro!

– Cordeiro não! De Brito – emendou. – Não vás, logo o senhor governador, esquecer-se.

– Não esqueço não. Podes ficar descansado. Mas ainda me preocupam as raparigas. Mulher conversa demais...

– Te preocupas não. Tomei cá os meus cuidados. Fiz cada uma assinar uma confissão. Uma confissão de que eram useiras e vezeiras na magia negra. Que sabiam atrair raios, ler a sorte, invocar o Príncipe das Trevas... Essas cousas.

– Pelo sangue de Cristo!... Esse tipo de pecado é fogueira na certa. Até cá no Brasil.

– Por isso mesmo, meu senhor. Como se diz lá na Terrinha: para ovos frigar, temos de os partir!

– Verdade. E o teu filho, a Dona Sarita, o tal piloto?...

– Esses cá não me preocupam. Quem tem sangue judeu correndo nas veias sabe cuidar de si.

– O piloto então...

– Paciência! Mas vive na Flandres. Lá não é pecado ser judeu. Foi mais por isso, que se dispôs a me ajudar a fugir.

– Tu és judeu, então? – questionou, franzindo a testa.

– Não, Dom Tomé. Sou cristão. Nasci cristão. Frequento a igreja. Um bom cristão diga lá o que disserem! Mas não posso trocar de sangue, não é mesmo? Por falar nisso, a quem devo cá me dirigir para fazer uma prenda à Igreja?

– Uma prenda?

– Uma relíquia. Veio-me da Terra Santa. Um fragmento do Madeiro da Santa Cruz.

- Tu conseguiste um desses fragmentos – admirou-se.
- Consegui, meu senhor. Custou-me uma fortuna, mas consegui! Pensei oferecer à Igreja cá do Brasil, como penhor da minha devoção.
- E é... autêntico?
- Autenticíssimo – enfatizou, alisando a careca. – Só comprei, porque me foi apresentado um... uma espécie de diploma. Um certificado, com a chancela de Sua Santidade.
- Dom Paulo Terceiro?
- Dom Paulo já entregou a alma a Deus, governador.
- Não me digas!
- Descalçou as sandálias de São Pedro em 49 – asseverou o cristão-novo. – O papa, agora, chama-se Júlio Terceiro.
- Homessa! Ninguém cá sabe disso – lastimou-se. – E foi ele quem assinou o tal certificado?
- Não, meu senhor. O meu certificado é raridade bem antiga. Quem subscreve é o papa Calisto Terceiro.
- De quando é esse papa?
- Oh, faz tempo! Foi ele quem estabeleceu o Padroado¹.
- Ora, que tu sabes é de coisa!
- Sou um bom cristão, Dom Tomé – gracejou. – Queres saber outra boa desse papa que assinou o meu certificado? Pois então! Foi ele quem fez a Igreja reconhecer a inocência de Joana d’Arc, a *Donzela de Orleans*. Sabes de quem estou cá a falar, pois não? Pena que a pobre rapariga já havia sido queimada nas fogueiras da Inquisição.
- Eh! – Desconversou Sua Excelência o governador, com aquela sensação incômoda de se sentir um tantinho ignorante. – Mas já agora, se tens um certificado da tua relíquia sagrada assinado por esse papa... Olha, os padres cá vão ficar boquiabertos! E felicíssimos com a tua prenda, ó Cordeiro. Quer dizer... Brito. Fernando de Brito, ora pois!

¹-Concessão do papa aos reis de Portugal e Espanha, datada de 1456, dando-lhes o poder de gerir e, em contrapartida, manter a Igreja em seus domínios. Os monarcas podiam, por exemplo, nomear, transferir ou promover padres e bispos; e, inclusive, “coroar” os arcebispos. Roma referendava depois.



Capítulo 38

Desagradável surpresa

Quando a caravela *Galega* chegou, trazendo o dinheiro do açúcar e o gado de Cabo Verde, trouxe também uma notícia auspiciosa. As cartas de Manuel da Nóbrega ao padre-mestre dos jesuítas em Portugal haviam surtido efeito. El-rei decidira criar um bispado no Brasil. A Santa Sé ainda precisava fazer as confirmações devidas, em todo o caso, já se sabia quem seria o bispo: Dom Pêro Fernandes Sardinha. Um homem muito culto – dizia-se –, mestre em teologia nas universidades de Paris e Salamanca; e, mais recentemente, vigário-geral em Goa, nas Índias.

Tomé de Sousa exultou com essa boa-nova, mas ficou seriamente aborrecido com a seguinte. Sua Majestade mandava-lhe dizer estar bem satisfeito com o serviço dele, mas ordenava não interferir em Nova Lusitânia. Em carta particular, António de Ataíde, o conde de Castanheira, explicava melhor ao primo.

Vossos éditos, principalmente aquele em que suprimis aos capitães donatários a autoridade em assuntos da Real Fazenda, foram mal recebidos por Duarte Coelho. Bem sei não ter sido iniciativa vossa. Ordens d'el-rei. Não obstante, o muito açúcar de Nova Lusitânia, este ano, parece ter adoçado as cousas cá no Paço da Ribeira. Se vos posso dar um parecer, evitais conflitos com Duarte Coelho. O Duarte tem amigos influentes no Conselho e vós um Brasil inteiro para governar. Não é pouca cousa!

A despeito do orgulho ferido, Tomé de Sousa tinha de reconhecer. O tempo inteiro estivera concentrado em construir e desenvolver

São Salvador. Com exceção daquela viagem dos seus auxiliares diretos até São Vicente, não fi-zera nada pelo restante da colônia. Limitara-se a expedir éditos das novas ordenações. Acabara até esquecendo de autorizar Duarte Coelho a trazer *peças de África*.

Arre! Dane-se Nova Lusitânia! Dane-se Duarte Coelho!

Só para marcar posição, decidiu escrever a Castanheira, juntando uma carta para el-rei. Pedia ao primo mercê de entregar, ou não, a tal missiva a Sua Majestade, a juízo dele. Ao rei, fazia elogios a Duarte Coelho, mas dizia que ser proibido de interferir em Nova Lusitânia poderia vir a ser um "grande desserviço de Deus e danificamento de Vossas rendas". Aquela sentença custara-lhe muito esforço mental até ser posta no papel. Mas foi a forma que encontrou para eximir-se de responsabilidades futuras. Afinal de contas, el-rei era o rei. Bem poderia mudar de pensamento e vir a acusá-lo mais tarde de omissão.

Para tentar esfriar a cabeça, foi passar a noite com Yuruti. Garcia d'Ávila mostrou-se ainda mais gentil que de hábito. Recebeu o governador cheio de mesuras, parabenizando-o pela criação do bispado na Bahia.

- Carecia mesmo dar uma palavrinha com o meu senhor.
- Dize lá, ó rapaz – tratou de apressar. – O que te aflige.
- São aquelas vacas, chegadas na *Galega*, capitão. Não me saem da cabeça.
- Estás apaixonado, ó Garcia? – ironizou. – E logo por vacas!
- Veja Vosmecê! Gostaria de comprar ao menos duas.
- E tu lá tens dinheiro para comprar vacas!... – zombou o fidalgo.
- Pedro Ferreira já fez as contas. Não dá para vender por menos de dois mil réis, cada uma.
- Vaquinha danada de cara! – admirou-se Garcia, coçando a cabeça. – Mas não tem nada não. Vosmecê pode mandar descontar dos meus ordenados atrasados.
- Teus ordenados... E tens lá isso tudo para receber?
- Tenho não, Dom Tomé. Vai faltar bem uns quinhentos réis. Mas para tudo dá-se sempre um jeito. Vendo umas galinhas... uma

criação... e pago. Pago de pronto.

– Está bem. Vou falar com o Cardoso de Barros.

– Já agora, apreciaria muito uma outra mercê.

– Tu!... Tu me estás saindo um danado de um pidão, ó Garcia – impacientou-se. – O que é que tu queres mais?

– Perdoa, meu senhor. Queria só... Queria que Vosmecê deixasse eu fazer a minha escolha antes dos colonos.

– Aí também é demais, ó Garcia! Vão dizer que estou cá a te proteger. Eu não posso fazer isso, rapaz. Se quiseres, fala tu com o provedor. De último, ele te tem em muito boa conta. Melhor até falares tudo com ele. Da compra das vacas, do desconto nos ordenados, e dessa história aí, de escolher as tuas rezes primeiro. Se o Cardoso de Barros me consultar, eu digo que não tenho nada a opor. Está bem?

O silêncio e a expressão de Garcia eram quase um atestado vivo de desapontamento.

– Não me leves a mal – tentou minimizar o antigo patrão, lembrando-se dos segredos que Garcia guardava. – Eu sou o governador aqui, ó rapaz! Não me posso ficar expondo a futricas. Percebes?

– Percebo, meu senhor. Perdoa. Foi só uma...

– Tudo bem, Garcia. Tudo bem. Fala lá com o Cardoso de Barros. E agora... Eu vim cá foi para ver a Yuruti.

A indiazinha o recebeu tão meiga como de costume, exceto por um sorriso maroto, como se tivesse cometido alguma travessura. E, enquanto descansavam daquele amor especialmente arrebatado, com gestos e misturando os idiomas, acabou confessando: estava prenhe.

O amante virou uma fera. Que safardana! Então era isso? Era assim que ela planejava fisgá-lo? Pois estava muito enganada! Como poderia ele, o governador-geral do Brasil, ter um filho bastardo? Como seria possível a um fidalgo, da casa de Dom João, ser pai de uma criança com uma gentia?

Vestindo-se de maneira desajeitada, chamou Garcia aos berros. Colocou o antigo criado a par da novidade, e exigiu que resolvesse a questão. Foi taxativo. Aquela criança não poderia nascer. Com gestos bruscos ajeitou o gibão, enfiou o chapéu de plumas na cabeça e saiu a passos de mata-mouros, deixando Yuruti aos prantos e Garcia, pego de surpresa, sem ação.



Capítulo 39

Novidades mexem com as pessoas

Dormindo sono leve ao pé da cozinha, no alpendre, a entrada abrupta do senhor, rangendo botas e batendo portas, acordou Tristeza. Estranho. Ele nunca chegava em casa àquela hora. Alguma coisa teria acontecido! Estaria bêbado? Dom Tomé nem fora ao quartinho, como de hábito. Sequer bebera o seu caneco de água, que costumava pegar toda noite na bilha de barro do avarandado. O que deveria fazer? Levantar-se e ver se ele precisava de algo, ou fingir que continuava dormindo? O senso do dever foi mais forte. Saiu da enxerga, enrolou-se no pano que usava como vestido, e foi até os aposentos do senhor branco. A porta, batida desajeitadamente, encontrava-se semiaberta.

Dom Tomé estava jogado de bruços na cama. Pela fungação e respiração ofegante, parecia estar chorando. O que teria acontecido – questionou-se a negra. Nunca havia visto um homem chorar. Homens eram fortes e brigões. Não podiam derramar lágrimas. E, no entanto, o chefe dos chefes daquela tribo branca, um homem velho, com a idade talvez de *Gana Zona*, chorava como uma criança! Era de partir o coração. Teve pena dele. Num impulso, esqueceu-se da sua condição de cativa, acercou-se da cama e passou-lhe a mão pelos cabelos. O homem soluçou mais ainda. Sentou-se na ponta do colchão e ficou alisando-lhe e desembaraçando os cabelos. Uns cabelos macios, agradáveis ao tato, como o pano daquele gibão de veludo que ele usava em dias santos. O senhor branco continuava na sua dor, mas aos poucos o

solução foi amainando. Só quando a respiração deu mos-tras de ter voltado ao normal, Tristeza resolveu que era hora de sair.

Na manhã seguinte tudo voltou a ser como sempre. Ele levantou-se e foi para o *quartinho*. Retornou ao dormitório, vestiu-se, tomou o desjejum, e saiu ao badalar dos sinos.

Tomé de Sousa sentia-se envergonhado. Se chorar já era para ele motivo de desonra, ter sido surpreendido cho-rando pela própria escrava fazia-o sentir-se humilhado. Onde já se vira um homem, um soldado, um fidalgo, um governador, chorar!... O que fizera ele descontrolar-se daquela maneira? Teria sido o pranto dolorido da Yuruti? Não. Não fazia sentido. O choro da menina sempre lhe amolecia o coração, mas não daquele jeito.

E a negra? Que diabo dera naquela preta para se atrever ir ao quarto dele? Que ousada!... Será que não sabia que, como dono, ele poderia tê-la enxotado, espancado... Poderia até tê-la matado, se assim lhe aprouvesse? E no entanto... Não. Pensando bem, a vontade que tinha era de ter a negra nos braços. Ser carinhoso com ela. Tão carinhoso quanto ela fora com ele. Como lhe fizera bem aquele gesto! Quando fora a última vez que alguém lhe passara a mão pelos cabelos daquele jeito? Só mesmo a mãe. Eh, só Dona Mécia! E apenas naquela noite terrível que se seguira à morte do avô Pedro de Sousa. Tomé ainda era menino, enregelara-se de medo ao ver o cadáver no quarto ao lado, correr para a cama e chorara convulsivamente. A mãe chegara-se, dissera-lhe palavras doces, ficara alisando-lhe os cabelos até ele dormir. Na manhã seguinte, à luz do sol, o medo fugira. Tal como agora. Será que fora medo o que sentira na noite anterior? Medo de quê!



O sermão de Manuel da Nóbrega, naquela manhã, foi talvez o pior dos muitos que ele já havia feito. O jesuíta também não passara bem a noite. Desde que soubera da nomeação do bispo Sardinha, lutava desesperadamente contra si mesmo. Seu amor-próprio sangrava. A decepção, mesclada com raiva, provocaram-lhe

reações que supunha definitivamente sepultadas bem fundo no seu ser. Em busca de conforto para o espírito conturbado, lera mais de uma vez o capítulo 5, versículo 3, do Evangelho de São Mateus, sobre a importância da humildade. Aquele em que Jesus dizia: *Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus.*

Nas aulas em Coimbra, haviam discutido à exaustão aquele versículo. Ficava claro que, como “pobres de espírito”, Jesus não quisera se referir aos desprovidos de inteligência, mas sim às pessoas bem-dotadas de senso de humildade. E era de humildade que Nóbrega carecia. O orgulho ferido, no entanto, parecia mais forte e a inquietação de espírito não dava mostras de ceder. Então ele não se sacrificara, não passara medos e privações, em busca de procurar ser o melhor sacerdote possível? Apesar de todas as dificuldades, não estava *amansando os gentios para Jesus*? Não fora, talvez, o único daqueles homens que conseguira controlar os instintos em meio a tantas mulheres fáceis e nuas? Não se havia preparado a vida inteira, mantendo, no íntimo, o desejo de assumir algum posto de relevância? Não insistira com o padre-mestre na necessidade de um bispo para o Brasil, na certeza de que isso jamais se realizaria, mas acabariam por fazer dele o vigário-geral ou algo do gênero? Ora! Não era mais merecedor que um Sardinha qualquer, vindo do bem-bom das Índias?



Garcia estava preocupado mesmo era com as vacas. Ainda assim, quando Diogo Álvares saiu de dentro de casa ao acordar, ele já estava do lado de fora esperando. Precisava ouvir a opinião do sogro sobre a missão que o governador lhe confiara.

– O capitão quer se ver livre do menino – admirou-se Caramuru, bocejando preguiçosamente. – Hum! Esses fidalgos... Pois não vai tirar menino coisíssima nenhuma.

– Mas... e eu, ó Diogo Álvares! Como é que eu fico nessa história com o governador?

– Tu? Ora, rapaz!... Vai lá e fala para o capitão que eu mandei dizer que a gentiazinha vai ter o menino.

– Eu? Complicado. Nem sei mais...

– Não tem mais nem quais! Se tens medo, vou eu lá e digo. Ora, onde já se viu matar um inocente! Vai, vai. Vai-te embora para o teu serviço – decretou. – Tu te cagas de medo do capitão... Deixa o assunto cá comigo. Eu resolvo.



Capítulo 40

Sardinha é peixe

Num primeiro momento, o pedido de Manuel da Nóbrega deixou o governador um tantinho desconfiado. Teria o jesuíta sabido da contraordem d'el-rei e estava querendo testá-lo?

– Mas... por que isso agora, meu padre?

– Nossa missão abrange o Brasil inteiro – justificou o clérigo, esforçando-se para parecer convincente. – O padre Leonardo e o irmão Diogo foram para Ilhéus e Porto Seguro. O padre Aspilcueta está no sertão com aquele... Espinosa. O vigário Manuel Lourenço e o padre António podem cuidar das almas cá de São Salvador, enquanto o irmão Vicente e eu vamos ver como andam as cousas em Nova Lusitânia. Somos poucos. Precisamos multiplicar esforços.

Recostando-se mais confortavelmente ao espaldar do cadeirão, o governador não pôde deixar de sorrir. A proposta vinha bem a calhar. Já que el-rei lhe proibira interferir na capitania de Duarte Coelho, mandar para lá o padre Manuel da Nóbrega não deixava de ser uma maneira de espicaçar um pouco o donatário de Pernambuco.

– Está bem, meu padre. – Tamborilava com os dedos no braço da cadeira. – Penso que deves ir. Mas já agora, e se o senhor bispo chegar nesse meio-tempo?

– Não creio que chegue. Não poderá partir antes da bula do Santo Padre. E essas cousas levam algum tempo.

– Por mim, então, tudo a favor. Quando passar algum navio para o norte, o senhor pode embarcar. – Coçou a cabeça. – Eu cá

também estava a pensar em descer a costa até São Vicente.

– Verdade? Por especial mercê, governador – interpôs o jesuíta. – Espere eu voltar de Nova Lusitânia. Gostaria muito de ir com Vosmecê.

– Está bem. Mas... por que isso agora? – questionou, adivinhando que Manuel da Nóbrega também não ficara lá muito contente com as novidades. – Digo... Essa história de viajar tanto assim?

– É a minha missão, governador.

– Sei. Compreendo. Está bem, meu padre. Tenho mesmo de aguardar o bispo chegar. Depois vamos. Só espero que o açúcar do Duarte Coelho não te adormeça os propósitos, e o reverendo demore-se demais em Pernambuco.

– Pernambuco?

– É como eles agora chamam Nova Lusitânia – sorriu irônico. – Um nome indígena, suponho. Até nisso, Duarte Coelho quer ser diferente.

– Não me demoro não. Prometo. No final do ano ou início do próximo, estarei de volta. E assim que o... que o senhor bispo chegar, embarcamos para São Vicente.

– Combinado, então. Ah, ia já me esquecendo. Ainda hoje cedo conversei com o mestre de obras Luís Dias. Pedi que ele construísse, a toda pressa, uma Casa Episcopal. Morada para o senhor bispo. Vosmecê tem alguma sugestão ou orientação que queira fazer?

– Creio que não – respondeu o jovem padre, negando também com um gesto de cabeça. – Antes de tudo, o senhor bispo é um sacerdote. Deve ter feito votos de pobreza. Qual-quer coisa que o governador fizer decerto estará a contento. Mas se fosse próximo da igreja d’Ajuda...

– Ao pé do Colégio da Bahia, não?... – Provocou com um sorriso.

– Onde o capitão-governador preferir – devolveu o padre, ruborizando. – Muito bons dias, com licença.

A possibilidade de incomodar Duarte Coelho devolveu um pouco de bom humor a Tomé de Sousa. O pedido de Manuel da Nóbrega caíra literalmente do céu. Como se tratava de uma missão pastoral,

nem mesmo el-rei poderia censurá-lo. Ainda mais que a ideia não partira dele – ia refletindo o governador, saltando aqui e ali uma poça que a chuvarada da madrugada deixara na rua. Quando chegou em casa, Caramuru já o esperava. Estava sentado nos degraus do vestíbulo, entre a porta principal, mantida sempre aberta, e a alta grade de madeira trabalhada que preservava a privacidade interior.

– Bendito seja Deus!... Mas que surpresa, ó Diogo Álvares – cumprimentou animado. – Finalmente vieste à minha morada! Apertemos cá os ossos. Levanta-te homem.

O velho não parecia tão afável, como de costume.

– Carecia falar com Vosmecê. Podemos parlamentar cá mesmo, ou o meu senhor prefere em outro sítio?

– Dentro de casa, não é, ó Diogo Álvares! Vem. – E abrindo a grade e falando alto: – Tristeza, bota mais um prato na mesa. Temos convidado para o jantar.

– Não quero comer, não, meu senhor. Só vim mesmo para falar com Vosmecê.

– Homessa!... Não me faças desfeita. Vem. Experimenta cá deste vinho que o Pêro de Góis me trouxe do Reino. Aposto que faz tempo que não tomas um desses – insistiu, bebendo ele próprio um gole. – E então, que tal?

– Já tinha até esquecido. – Estalou a língua. – Vinho verde de Braga. Pois não?

– Como sabes?

– Que é verde de Braga?... – Certificou-se com outro gole e um meio sorriso. – Ora, meu senhor, de outra coisa não, mas de vinhos e mulheres, já fui muito bem entendido!

Nem bem começaram a sorver a segunda caneca, a refeição estava servida.

– Passadio bom, o de Vosmecê – elogiou o convidado.

– Eh, a preta faz uma galinha divinal! Estou cá a ganhar umas tantas libras – brincou. – Mas me conta, homem. O que querias tu conversar comigo?

- É sobre a gentiazinha. A Yuruti.
- Bem imaginava – sussurrou. – Tu soubeste, não foi?
- O meu genro me contou.
- Garcia fala demais – censurou, afetando zanga. – Mas enfim...

Tu não achas que tenho razão?

- Não. Acho que não.
- Como não achas! Achas então que eu posso...

O velho suspendeu o movimento de levar a asa de galinha à boca.

– Não me cabe achar ou deixar de achar, meu senhor. Mas penso cá comigo que o menino deveria nascer.

– Pelo sangue de Cristo, ó Diogo Álvares!... Eu sou o governador. Tu pensas que eu posso...

– Vosmecê já lutou na guerra, não já?

– Claro que lutei.

– Já mataste um homem?

– Evidente. Mais de um.

– Eh! Matar não é coisa boa, não. Mas na guerra...

– Exatamente. No meu caso, era matar ou morrer.

– Então. Se calhar, Vosmecê não teria coragem de matar um inocente desarmado, teria?...

– Evidente que não – disse e percebeu onde o velho queria chegar. – Olha cá, ó Diogo Álvares, tu és meu amigo e te respeito muito. Mas não leves a cousa para esse lado...

– Digo-te o mesmo, Dom Tomé. Vosmecê é meu amigo. És o capitão-governador aqui, e eu respeito e gosto muito de Vosmecê.

– Bebeu um gole de vinho. – Devo-te ter sido armado cavaleiro da Ordem de Cristo. Por isso mesmo, não posso deixar o meu senhor fazer uma asnice, da qual pode se arrepender.

Tomé de Sousa empurrou o prato com irritação.

– E tu queres que eu faça o quê, homem de Deus?!

O velho acabou de morder a asa de galinha. Depois, passou as costas de uma das mãos pelos lábios engordurados. Olhou bem dentro dos olhos do governador.

– Só quero que Vosmecê leve a gentiazinha para a aldeia, para ser cuidada. Deves isso a Morubixaba – lembrou, com uma pontinha de censura. – Depois que o menino nascer, Vosmecê dá uma passadinha por lá. Aí, se não gostar, pode deixar que eu estrangulo o *curumim*.

– Tu és louco, ó Diogo Álvares – exclamou o governador com cara de enjoo, sacudindo a cabeça de leve. – Não te compreendo. Por Deus que não compreendo! Pelo que me contas, já fizeste as maiores barbaridades com as mulheres, engabelaste Deus e o mundo, e numa coisa tola dessas...

– Para Vosmecê ver, meu senhor!... Cada um, com o seu cada um.

Tomé de Sousa serviu-se, e a Caramuru, de mais vinho. Bebeu um grande gole.

– Vamos fazer uma cousa. Me deixe cá pensar até domingo. Vou assistir à missa lá na tua igreja. Careço mesmo visitar Dona Paraguaçu. Depois falamos. Está bem?

– Como queira, meu senhor – concordou, e continuou a roer tranquilamente a sua asa de galinha, como se nada tivesse acontecido.

– Tu já soubeste sobre o bispo? – Mudou de assunto o anfitrião, para tentar quebrar o mal-estar do silêncio.

– Bispo! Que bispo?

– Vamos ter bispo no Brasil – asseverou com algum entusiasmo. – Já foi nomeado por el-rei. Um homem muito preparado. Dom Pêro Fernandes Sardinha.

– Outro Pêro! E Sardinha?... Melhor tomares cuidado, meu senhor. Sardinha é peixe de pobre. Nem se passam três dias, fede – e caiu na risada com a própria brincadeira.

– Tu... tu não prestas, ó Diogo Álvares – gracejou Dom Tomé, rindo-se também. – E ainda ficas aí, me querendo dar lição de bom cristão!



Capítulo 41

Nada de sexo

Cardoso de Barros sentiu-se mais à vontade à hora do leilão. As rezes pré-escolhidas por Garcia não eram as mais vistosas. Por isso mesmo, ninguém protestou. Só meses depois, quando nasceram os bezerros, ficou claro o plano do rapaz. Aquelas novilhas já estavam enxertadas. Ele havia adquirido quatro cabeças de gado pelo preço de duas. As vacas, diga-se de passagem, mais bem cuidadas de todo o Brasil. Tratadas a pão-de-ló, como o dono costumava dizer. Os bezerros então!... À bezerrinha ele deu o nome de Guanamby, “beija-flor” na língua tupi. Ao macho chamou Guaraguá, ou “comilão”. E Guaraguá comia de verdade! A ele eram oferecidas as melhores iguarias que um bovino poderia sonhar. Até melão de cana Garcia ia buscar nos engenhos, para reforçar a ração do gado. Sal também, que fabricava em casa fervendo água do mar.

– Tu tens de ser o touro mais fodião dessa freguesia, rapaz – costumava falar sorrindo, enquanto escovava o pelo e massageava os testículos do bezerro. – Só quero é ver quando vais comer a *Guanamby*. Ela está ficando cheia de formosura, não está, não? E a tua tia, rapaz, já viste como ela vira a cabeça para te olhar? Ah, deixa de tolices *Guaraguá*! No céu dos bois não tem essa não... Podes comer a tua tia, sim. Podes comer até a tua mãe. Mas olha lá! Não convém, que é para não degenerar o sangue.

Quando um colono viu-se em dificuldades, precisando mandar dinheiro para uma emergência familiar no Reino, Garcia comprou-lhe os quatro bois. E quando outro foi preso por dívidas de jogo, ele

pagou-lhe as dívidas e ficou com duas rezes como garantia. Agora já tinha dez cabeças de gado e, não tardaria muito, *Guaraguá* estaria pronto para aumentar-lhe o rebanho.

Jurucê levara Yuruti para a morada de Caramuru e, de lá, Tomé de Sousa acompanhara a indiazinha prenhe até a oca do pai. Fazia visitas sempre que possível. Um domingo ou outro, ia ouvir missa na igreja de Nossa Senhora da Graça e inventava um pretexto qualquer para desembaraçar-se de companhias. Choutando no seu cavalo, descendo o morro, cruzando riachos, atravessando veredas na mata, chegava à aldeia. Perguntava se a garota estava se sentindo bem e se precisava de alguma coisa. Trocava cumprimentos com Morubixaba, dizia palavras amáveis de despedida e partia. Em uma das vezes, o antigo criado se ofereceu para acompanhá-lo. Conversa vai, conversa vem, foi surpreendido com uma decisão intempestiva do rapaz.

– Já pensei, sim, meu senhor – afiançou o moço. – Pensei muito. E é isso o que eu quero.

– Ficaste louco? Abandonar tão bom emprego para ir cuidar de vacas! Pensa melhor, Garcia. Se mudares de ideia depois, não vou conseguir outra colocação para ti.

– Te preocupas não, meu senhor. Já pensei e repensei. Ou bem cuido das minhas vacas, ou lá do meu emprego. O rebanho está crescendo, e eu cá tenho pouco tempo para cuidar das rezes – justificou. – Por falar nisso, precisava de mais um adjutório de Vosmecê.

– Eu sabia!... – ironizou o governador. – Dize lá, ó Garcia. O que tu queres desta vez?

– O meu senhor fala de um jeito... Fico cá encabulado. Parece até que eu sou pidão...

– Pidão, tu? Imagina! – Sorriu irônico. – Fala, ó Garcia. O que tu queres desta vez?

– Nada de mais, meu senhor. Careço de umas terras. Queria que Vosmecê me desse uma carta de sesmaria.

– Não me digas que vais plantar cana!

– Não. Quer dizer... Um pouco, vou, sim. Mas o que eu gosto mesmo é de gado. Lembra daquele homem gordo de Balasar, de quem o meu senhor comprou a *Lolita*?

– Lembro um pouco. O que tem ele?

– Sabes o que ele me disse uma vez? Disse que o que bota homem para a frente é bicho que mija para trás. Gado!

– Hum! – Cofiou a barba. – Eu cá sempre preferi oliva e cortiça. Mas, se calhar, no Brasil não dá para ter nem uma cousa nem outra. Se tu resolveres largar mesmo o emprego, concedo-te a sesmaria. Antes não. Não ficaria bem.

– Então, pode mandar preparar a papelada, meu senhor. Amanhã mesmo falo com o senhor provedor. Sábado será o meu último dia de almoxarife.

– Pensa direito, rapaz – falou em tom paternal. – Olha que tu não vais poder voltar atrás!...

– Te preocupas não, meu senhor. Estou de caso pensado. E nem vou dar trabalho a Vosmecê com as minhas terras. Onde eu quero, ninguém quer.

– E onde é que tu queres?

– Sabe a foz daquele rio, onde o Diogo Álvares levou o meu senhor uma vez, para mostrar onde ele naufragou?

– O que ele batizou de Rio Vermelho?

– Esse mesmo. Então... queria que Vosmecê me desse a minha sesmaria ali. Da margem esquerda do Rio Vermelho, até onde o meu senhor puder conceder.

– E a casa-forte... as armas... os gentios?

– Não carece se preocupar, meu senhor. Para tudo dá-se sempre um jeito. Não vai haver guerra. E eu cá me dou bem com os gentios.

O dia 5 de dezembro de 1551 foi o último de Garcia d'Ávila na Alfândega. Por recomendação do governador, e para evitar disse não disse, fez um inventário dos estoques junto com o escrivão da provedoria. Só esqueceu-se mesmo foi de devolver o batelzinho da *Conceição*, um carro de boi e algumas ferramentas, que havia

pegado no almoxarifado do rei, quando estava a inventar os tais engenhos de açúcar.



A barriga de Yuruti já estava quase estourando, quando Tomé de Sousa lhe foi fazer mais uma visita. Levou de presente para ela uma correntinha de ouro, com um camafeu de marfim, que havia ganho do Fernando de Brito. A me-nina não cabia em si de felicidade. Era o primeiro presente que ganhava na vida. Tentou agradecer ao amante do jeito que sabia. O fidalgo refutou cortesmente. Aquele corpo estufado não lhe inspirava excitação. Pelo contrário. Só de imaginar-se dentro dela, junto com um bebê, sentia enjoo. Sexo e prenhez, decididamente, não conjuminavam na cabeça dele. Ademais, no momento, seus desejos tinham outro endereço.



Capítulo 42

Dúvida atroz

Num sábado, final de tarde, quando Tristeza trouxe-lhe a tina e as jarras de água para o banho semanal, Dom Tomé inventou uma desculpa para mantê-la por perto. Pediu que lhe cortasse as unhas. As da mão esquerda, justificou-se, conseguia aparar. Já as da outra, ficavam sempre mal cortadas, por ele ter pouca habilidade com a canhota.

Sentou-se à beira da cama e ela num banquinho em frente. O jeito como a moça segurava-lhe os dedos era muito suave, quase uma carícia. De vez em quando, ao remexer-se no lugar, roçava-lhe de leve nas pernas ou nos joelhos. Quando abaixava um pouco a cabeça para concentrar-se em algum detalhe, deixava entrever o regato entre os seios. O coração do fidalgo começou a bater em cadência diferente.

Santo breve da marca! Como me dá ganas, essa preta! Desde aquela noite... Acho que ela está a querer-me. E se eu cá estiver enganado? Será? E essa cousa que vem dela para mim!... Essa emanção invisível. Ela deve estar a querer-me, sim. Ou será só porque me tem apreço e admiração? Como não a maltrato, sente-se bem cá comigo e confia em mim. Deve ser isso. E se não for? E se estiver mesmo aí, cheia de desejos? Sabe-se lá o que se passa pela cabeça de uma mulher. Será que sentem as mesmas ânsias que um homem? Será que sentem nas entranhas o mesmo calor que estou cá a sentir?

Tristeza não parecia ter pressa. Fazia o seu trabalho com calma e zelo, como sempre. O vestido havia subido um pouco e deixava agora à mostra os joelhos. No espaço entre eles, o fidalgo conseguia entrever meio palmo das bem tor-neadas coxas. Imaginou-se percorrendo com a ponta dos dedos a entrada daquele vale escuro que levava à gruta.

Terminadas as unhas, a negra ia se retirando, mas o senhor branco encontrou rapidamente outra desculpa. Pediu que ela lhe aparasse a barba e os bigodes. Deu graças aos céus pela pronta iniciativa. Principalmente porque, agora, Tristeza precisava debruçava-se e ficar com o rosto bem próximo ao dele. Podia sentir-lhe melhor o cheiro. Não era cheiro de *água de rosas*, que ela não usava, nem nunca tivera. Cheiro de corpo. Cheiro de gente.

E esses olhos desconfiados? Esse sorriso mal disfarçado? Esses lábios enfunados, que parecem me pedirem um beijo? Não, não posso fazer isso. Não sou mais um rapazote incon-sequente. Sou fidalgo, governador... O senhor aqui. Se não for o que estou cá a pensar, ela bem me pode achar um depra-vado. Um herege. Se não me aceitar de boa vontade, se vier a se ofender... Não lhe quero cair no conceito. Não. O que pensaria ela de mim? Talvez até me censure. Não quero nem pensar! Se fizesse isso, com que cara olharia para ela depois e nos dias seguintes? Teria que vendê-la, provavelmente.

Nem bem a negra havia começado e o serviço já estava no fim. Ele cuidava bem dos bigodes e da barba. Havia poucos fios a aparar. O fidalgo passou a mão pelo rosto e agradeceu. Pronto. Tristeza agora iria embora. Não teria mais a proximidade daquele corpo que deixava o dele tão em chamas. Daquela qualquer coisa que exalava dela, que lhe despertava os instintos, fazendo-lhe o coração bater fora de ritmo. Diabos! As desculpas que inventara para mantê-la por perto haviam sido em vão. A oportunidade estava perdida. A menos... Com voz embaciada, pediu que a cativa aproveitasse e lhe aparasse também o cabelo. Ela aquiesceu com

um gesto de cabeça e um sorriso mecânico. Todavia, com ele sentado na cama ficava um tanto difícil. Indicou-lhe o banquinho.

Havia sido tão mais fácil com a Yuruti! A menina já o esperara deitada e tomara a iniciativa. Ele deixara-se guiar, simplesmente. Agora, a situação era bem outra. Há anos não se exercitava nas artes da conquista. Não sabia mais o que deveria fazer. Como começar. O que dizer. Quando fora a última vez? Em Cochim? É, fora nas Índias. Mas isso já fazia quinze anos!... E mesmo assim... Ele era um jovem capitão, vencedor de batalhas. A rapariga lhe havia sido mandada como prenda. Presente do novo rajá que ele ajudara a colocar no trono. Uma virgem, bem mais tímida que a Yuruti. Em todo o caso, não fora preciso palavras. Ela logo se rendera ao sorriso confiante do jovem guerreiro e se achegara a ele. Com a Jurucê, o primeiro passo também não partira dele. Já agora... Agora, se quisesse tentar satisfazer àquele desejo que o consumia, precisava correr o risco de tomar a iniciativa. Correr o risco de estar enganado. Correr o risco de ser rejeitado e, de mais a mais, magoar a negra.

O que se lhe passa pela cabeça neste momento? Será que também não está a me querer? Se calhar, também receia ser rejeitada ou cair cá no meu conceito. Mas, se também me quer, por que não me dá um sinal claro, uma pista? Oh, santos evos! Algo está a roçar-me nas costas. Seriam os seios da preta? E pensar que só dois finos panos... Santo breve da marca!... O que é que eu faço? E se foi só um acidente? Se ela roçou-se em mim sem querer?

Cada mecha de cabelo era levantada, alisada quase da raiz até as pontas e só então aparada. Como era agradável aquele contato. E na nuca, então!... Ah, como era gostoso quando ela penteava-lhe os cabelos com as unhas, para certificar-se de estarem cortados a contento.

O Criador fez muitas cousas boas, mas esqueceu-se de uma. Por que aos animais deu o cio e às mulheres, não? Deveria ter previsto uma qualquer cousa do gênero. Algo que deixasse bem claro para um homem quando uma fêmea o queria para si. Um cheiro. Um

sinal. Alguma coisa que nos poupasse palavras ou gestos que pudessem ser mal compreendidos. Quiçá uma luz. Isso! Seria tão mais fácil! Uma luz em alguma parte, que brilhasse como para dizer: sim, te quero como homem, vem.

Tristeza voltou a roçar-lhe com os seios nas costas. Pouco depois, a pretexto de aparar os cabelos por sobre uma das orelhas, encostou-se-lhe no braço. O coração do fidalgo aumentou o compasso das batidas. A excitação cresceu-lhe dentro das ceroulas. Sentia-se com a boca seca. Febril.

O sol quase se escondera. Iluminavam o quarto, apenas poucos fachos de luz, carregados de poeira, filtrando-se pelas frestas do telhado sem forro. Só se ouvia o trape-zape da tesoura, vez em quando. O silêncio tornara-se opressivo. Aquelas fagulhas brilhantes que flutuavam pareciam a um passo de incendiarem-se. Olhou de esguelha. A ponta do ombro dele roçava a virilha da negra.

Santo breve da marca!... Parece-me até aqueles instantes antes do início de cada batalha. Sigo em frente ou recuo? Ataco ou aguardo? Dou curso a este meu desejo ou reprimi-o? E se eu cá estiver interpretado mal? E se for só uma casualidade, um descuido da preta? E se ela... Se ela quiser apenas uma maior aproximação comigo, sem outra intenção? Não, não pode ser. Quiçá, as mulheres sintam desejo, também. Do contrário, porque Yuruti, e também Jurucê, aplicavam-se tanto nas brincadeiras? Seriam só as índias, por não serem cristãs? Se assim fosse, essa filha de Caim também não é cristã, ora! Ela deve estar a me querer como homem. E eu aqui, ardendo de desejo, e cheio de dedos.

Quando Tristeza fez o próximo movimento, para ter acesso às madeixas da frente, o governador não resistiu. Enlaçou-a com um dos braços. Frouxamente, a princípio, mas logo apertando-a contra si. A cativa ficou estática, como se apanhada de surpresa. Ele a fez sentar-se-lhe sobre as pernas. Beijou-a nos ombros, no pescoço, na nuca. Acariciou-lhe o rosto e passou-lhe um dedo por entre os lábios. Correu-lhe a mão suavemente pelas costas. Desceu para o traseiro e para as coxas. Subiu para o ventre. Tocou-lhe levemente

um seio. Sentiu o mamilo enrijecer-se. Repetiu o gesto, agora fazendo círculos com a ponta do dedo. Com mais vigor, empalmou o outro, acarinhando-o, massageando-o. Imóvel e rija, só não diria ter ao colo uma estátua de ébano, porque o busto da negra se dilatava e a respiração ganhava intensidade. Voltou a beijá-la no ombro, no pescoço, na nuca. Depois, deixou a mão escorregar lentamente, procurando a ponta do tecido que ela usava enrolado ao corpo à guisa de vestido. Tocou-lhe de leve um dos joelhos. Percebeu-lhe um estremecimento. Hesitou por um instante. Recobrou a coragem e voltou a insistir, passando dedos errantes de um para o outro joelho. As pernas da cativa se desgrudaram. Agora, a mão esquerda do senhor massageava-lhe um seio, enquanto a outra subia sem pressa por entre as coxas da escrava. Um toque áspero deu-lhe a certeza de que ela não usava nada por baixo. Ato contínuo, as pernas se afastaram um tantinho mais. Espalmou a mão naqueles pelos crespos, sentindo a ardente umidade que se insinuava. Tristeza emitiu um profundo suspiro. Pegando-a pelo queixo, virou o rosto de negra para beijá-la nos lábios. Ela levantou um pouco a vista e Dom Tomé pareceu ver-lhe nos olhos uma luz que dizia: *sim, te quero como homem, vem.*



Capítulo 43

O senhor bispo

Manuel da Nóbrega regressou de Nova Lusitânia nos primeiros dias de janeiro. Apressara-se em voltar à Bahia por conta da festa de São Gonçalo. Não havia mais clima. A causa consumira-se. Cansadas do borboletear indeciso de António dos Reis, de longe o melhor partido, as raparigas chegadas do Reino com o Fernando de Brito agarraram-se às possibilidades concretas que iam surgindo. Todas já estavam casadas. Duas, até de barriga.

O padre Nóbrega sentia-se bem mais confiante. Uma vez que Duarte Coelho estava em Lisboa, ele fora recebido em Olinda pela *capitão*, Dona Brites. Senhora devotíssima, rica e generosa, fizera uma gorda contribuição para a obra de *amansar gentios para Jesus*. Jerônimo de Albuquerque, irmão da *capitão* e lugar-tenente do cunhado, excedera-se em gentilezas. Só depois de confessar o padeco da vila, o jesuíta percebera a razão de tantos paparicos. O que o Albuquerque receava era chegar aos ouvidos do Santo Ofício a vida desregrada que assumira. Não era à toa que o chamavam de *Adão pernambucano*. Só de bastardos, a prole do Jerônimo já somava vinte e dois filhos vivos. Nóbrega prometera discrição. Ajudar a construir uma cidade em meio à floresta tropical, ensinara-lhe a ser bem mais tolerante. Limitara-se a ouvir o irmão de Dona Brites em confissão, e a pedir ao Pai Eterno clemência para aquele fornicador compulsivo. No mais, a viagem a Pernambuco lhe fizera enorme bem. Ser tratado com tanta deferência e distinção, elevara-lhe o sentimento de dignidade pessoal. Verdade que precisava se policiar um tanto. Aquela espécie de orgulho bem poderia se

transformar em soberba, um dos Sete Pecados Capitais. Não podia fraquejar. Seu grande objetivo, no momento, era encontrar a paz pela humildade.

Se, no Reino, as comemorações duraram uma semana inteira, na Bahia, os cinquenta anos d'el-rei mereceram apenas uma missa solene e um rega-bofe na Câmara. Por mais que se esforçasse em aparentar o contrário, a verdade é que Tomé de Sousa desiludira-se com Dom João Terceiro. Desde que recebera ordens de não interferir em Nova Lusitânia, percebera que ser um servidor fiel, conciliador, honesto e o melhor defensor possível dos interesses da Coroa, não era de modo algum suficiente. O que contava mesmo eram as amizades na corte e, mais que tudo, o quanto se carregava de ouro para o Tesouro d'el-rei. Ainda bem que o seu contrato de serviço estava em vias de vencer!

Duas semanas depois do aniversário d'el-rei, uma caravela fundeu na Baía de Todos-os-Santos. Havia se adiantado para dar a notícia: no dia seguinte, Dom Pêro Fernandes Sardinha e seus acólitos deveriam chegar à Bahia. O corre-corre dos últimos preparativos varou a noite. Mas na manhã seguinte, a cidade em peso desceu à praia para receber o bispo. Dos fidalgos aos degredados, todos estavam lá para dar-lhe as boas-vindas.

À proa do escaler de desembarque, com a capa episcopal flutuando ao vento, Dom Pêro Fernandes Sardinha fazia boa figura. Gordo e de cara afoqueada, báculo dourado de castão encaracolado na mão, paramentado com uma murça de veludo carmim capeando a sobrepeliz, usava grande cruz peitoral de ouro e, como a coroa-lo, alto chapéu pontudo e sem abas que lhe emprestava pose de emissário de Deus, ou algo bem parecido.

À medida que o seu barco se aproximava da praia, os sinos das igrejas badalavam mais alegremente. À porta da ermida de Nossa Senhora da Conceição, o coro dos meninos órfãos saudava o recém-chegado com tal canto de júbilo, que arrancou lágrimas de alguns devotos. Dom Tomé enfiou as botas na água, para ser o primeiro a beijar o anel do bispo e ajudá-lo a pôr os pés em terras do Brasil.

Operação facilitada pelo banco de degraus que um dos acólitos cuidou de pousar na areia. E assim, apoiado pelo grande cajado numa mão e o governador na outra, o Reverendíssimo desembarcou com a dignidade que o seu alto cargo exigia. Seguiram-se as apresentações. O clero, os fidalgos, os principais da cidade. O senhor bispo ia dizendo:

– És então o padre Nóbrega? – Estranhou, naquele tom de bondade forçada, que tantos religiosos se empenham em adestrar.
– Não sabia que eras tão jovem!

– Parente do João de Barros? Conheço bem – prosseguia na apresentação dos fidalgos. – Pobre homem. Tão culto, tão bom cristão... e numa penúria de Jó!

– Ah, Dom Tomé! – Cochichou, estendendo para um escrivão seus dedos gordos, onde repousava o anel episcopal, que recebera no rito da Ordenação. – Vosso primo, o conde de Castanheira, abandonou a corte.

Isso lá é cousa que se diga assim! – Cogitou o governador com os seus botões. – *Más notícias. Péssimas.* Prosseguiu todavia no ritual de beija-mão, como se nada de tão perturbador pudesse ter ouvido.

Concluídas as apresentações, o Reverendíssimo deu uma entrada protocolar na ermida, para agradecer à Virgem pela boa viagem, e iniciou a subida da longa ladeira que dava acesso à cidade. Ia montado de lado, como as mulheres, sob o rico pálio carregado por seus acólitos, para protegê-lo do sol. Seguiam-lhe o governador e fidalgos, em seus cavalos; o clero e principais da cidade, a pé. Um bonito cortejo. O povaréu acorrera à *Ladeira da Preguiça*, formando uma espécie de cordão de ambos os lados, para ver de perto Sua Excelência Reverendíssima. Caramuru inclusive, que chegara de barinel à praia com suas mulheres, filhos, filhas, noras, genros e netos. Nunca vira um bispo. Tinha curiosidade de ver.

Uma vez na cidade, o cortejo foi encaminhado para a chamada Casa Episcopal. O Reverendíssimo carecia descansar um pouco. Logo mais, à Hora do Angelus¹, iria celebrar a missa solene de consagração da igreja de Nossa Senhora d’Ajuda, onde seria lida a

bula papal que o oficializara como bispo do Brasil. Pisando no banco de degraus, apeou sem dificuldade, fazendo um gesto largo de bênção para as gentes em volta. Contudo, nem bem adentrou à morada, voltou a surpreender.

– Pelos Santos Óleos! – exclamou, tossindo. – Este cheiro me dá nos brônquios!

– Perdoai-me – desculpou-se Dom Tomé. – Mea-culpa. Mandei dar mais uma mãozinha de cal ainda ontem, para que Vossa Excelência Reverendíssima encontrasse tudo branquinho. Mil desculpas. Pensei estar obrando bem.

– Claro, claro – forçava-se a tossir. – Mas... não haveria um outro sítio, senhor governador, onde eu cá pudesse me alojar, até esse fedor evaporar-se?

– Perfeitamente, senhor bispo. Se cá não vos sentis bem, ofereço-vos a minha morada. Vivo cá ao pé e sozinho. Podei ficar em minha casa.

– Agradeço-te, governador, esse cheiro... – Voltou a tossir, dirigindo-se aos acólitos. – Arranjem-se por aqui, meus filhos. Eu cá vou para a casa do capitão-governador. Tratem de se certificar dos petrechos da cerimônia estarem a contento... Atenção aos detalhes! O senhor vigário há de ajudá-los. Cuidem de tudo e busquem-me a horas. Vamos, governador, vamos.

Dom Tomé puxou o padre Nóbrega de lado e intimou-o a acompanhá-los. Estava ansioso para saber detalhes da-quela história do Castanheira haver abandonado a corte, mas ainda não se sentia à vontade a sós com o dignitário.

– Minha morada fica na rua logo cá atrás – explicou ao bispo. – Uns poucos passos. Se não vos importardes, melhor sairmos pelo quintal, para evitar as gentes aí à porta.

– Como queiras, governador – assentiu. – Desde que mo tire daqui... Este fedor... Sinto a minha glote fechar-se.

Minutos depois, o senhor bispo estava refestelado na preguiçosa² do governador, tendo à mão uma caneca de vinho. Vestido agora apenas de batina – ainda que com os trinta e três botões

encarnados, os seis primeiros dos quais já abertos – inspirava menos majestade. O padre Nóbrega cuidara de segurar-lhe o báculo, o chapéu, a capa, a murça, a sobrepeliz, que o Sardinha fora se desfazendo tão logo entrara na casa.

– Bom vinho, este, Dom Tomé – elogiou. – Tua morada é fresca. Um tantinho singela para um governador, não te parece? Precisavas de ver o palácio do governador de Goa...

– Imagino! – Abespinhou-se um pouco. – Servi em Cochim. O luxo por lá também era grande. Já cá, os recursos são parcos, Reverendíssimo. Tive de começar do zero.

– Compreendo. Mas... E esse cheiro que paira no ar?...

– Perdoai-me – preocupou-se o dono da casa. – Não podia imaginar que teríamos tão ilustre visita. Deve ser o passadio que a negra está a preparar.

– Agradável. – Fungava. – Sinto cheirar a coentros.

– Se calhar, a negra está a cozer peixe.

– Ah! Sê um bom cristão, governador. Manda servir-me um tantinho – pediu, afetando humildade. – Aquela comida do navio... Que mal fiz eu a Deus!... Creio que perdi umas tantas libras...

– É passadio trivial. Modesto. Mas, se é o vosso desejo... Mandarei pôr à mesa. Com a vossa licença. Ah, padre Nóbrega! Deita esses atavios do senhor bispo na minha cama e achega-te. Serve-te de um pouco de vinho, também. Faze companhia a Sua Excelência, se fazes favor. Já volto.

Tristeza não fazia a menor ideia do que seria um bispo. Contudo, o fato é que ficara sem refeição naquele meio de dia. Do robalo assado, recheado com farofa de toucinho, só voltara da mesa as espinhas.

1-Corresponde às 6, 12 e 18 horas, quando os católicos devem orar, relembrando a Anunciação feita pelo anjo Gabriel à Virgem Maria.

2-Espreguiceadeira. Cadeira com estrutura de madeira, e forro de couro, que se amolda ao corpo.



Capítulo 44

Hóspede inconveniente

Tristeza não gostou do senhor bispo. Deixou isso claro para Dom Tomé, trancada com ele no *quartinho*. Aquele lugar desconfortável e malcheiroso, no fundo do quintal, era o único, agora, onde podiam se encontrar intimamente. Mesmo assim, só tarde da noite, depois que o Reverendíssimo recolhia-se. Ao *quartinho* ele nunca ia. Trouxera a sua própria *mátula*; uma espécie de escabelo de madeira, com um *penicão* de louça adaptado embaixo. Era ali que fazia as suas reverendas necessidades. Cabia a Tristeza recolher e lavar o vaso todos os dias. Aquilo a agastava. Fazia com que se sentisse mais humilhada do que nunca. O fidalgo pedia calma. Prometia dias melhores.

– Logo Dom Pêro se vai para a casa dele, minha preta, e voltamos à nossa vidinha outra vez. Tem paciência...

Entrementes, Sardinha não parecia ter pressa. Pelo visto, apreciara muito a hospitalidade do governador e o tempero da negra. E ia ficando. Ficando, e deitando sobre Tristeza olhares cada vez mais lascivos.

– Estás enganada, minha preta – contemporizava. – É o jeito dele... Mas não te preocupe. O cheiro da cal já sumiu. Logo ele se muda para a Casa Episcopal.

Tristeza não era a única a se sentir incomodada desde a chegada do bispo. Manuel da Nóbrega exasperava-se. Sardinha não parecia disposto a transigir. Logo ordenou que os nativos tratassem de

andar vestidos; os jesuítas que encontrassem os meios. Na sequência, proibiu o uso de crianças índias como intérpretes, nas confissões de outros gentios. Não demorou muito, exigiu que os tupinambás tivessem apenas uma mulher e abandonassem o hábito de consultar o pajé da tribo. Não admitiria mais – deixou claro para os missionários – que os índios guerreassem sem aprovação prévia do governador, e muito menos que comessem a carne dos guerreiros vencidos. Queria, porque queria, que os gentios se comportassem como europeus. E colocava a culpa da incivilidade dos índios nos jesuítas, por não terem demonstrado pulso forte desde o início.

– Não aguento mais, Dom Tomé – desabafou um dia Manuel da Nóbrega, sem maiores rodeios. – Ou Vosmecê me tira daqui, ou acabo cometendo uma asnice.

– Calma, meu padre. Calma. Os aprestamentos estão quase prontos. Logo desceremos para São Vicente.

– E Vosmecê já falou com ele?

– Falei. Conversamos sobre esse assunto ainda ontem, quando o Reverendíssimo estava um tantinho tocado pelo vinho – sorriu. – Sua Excelência relutou, mas eu o convenci. Concordou com a tua ida.

– Bendito seja Deus!

– Cá só preciso dar um jeito é de tirar ele da minha casa, antes de embarcarmos. Tristeza não aguenta mais. Nosso Senhor Deus me perdoe, padre, mas o senhor bispo deita uns olhares compridos sobre a preta, que me fazem ficar vermelho!

– Vosmecê acha que ele?... Não, isso não. Não acredito!

– Pois podes tratar de acreditar. – Coçava as brotoejas do pescoço. – Como Vosmecê sabe, Tristeza quase não fala. Mas veio queixar-se comigo.

– Queixar-se? Queixar-se do senhor bispo!

– Hum, hum!... Ao senhor eu posso dizer. – Tamborilava os dedos no braço do cadeirão. – Acredita em mim, padre. Uma vez, eu o surpreendi beliscando o... o traseiro da negra.

– Virgem Santíssima! – Persignou-se. – Vosmecê tem certeza? Quero dizer... Viste, mesmo?

– Vi, padre. Com estes olhos aqui, que a terra um dia há de comer! Vi, sim – garantiu com um meio sorriso desalentado. – Não sei mais o que fazer.



Dom Tomé tinha outras razões para ser condescendente com o bispo. Estava sem padrinho no Reino. Depois de mais de trinta anos de bons serviços prestados à Coroa, o primo Castanheira abandonara a corte e mudara-se para a sua quinta em Alenquer. Desentendera-se com el-rei, por conta da escolha da noiva para o príncipe João Emanuel. É que surgira uma rara oportunidade de casar Sua Alteza com a princesa Margarida, irmã do rei de França. Tal aliança seria muito oportuna. Entre outras vantagens, re-duziria muito a quase subserviência de Portugal ao imperador Carlos Quinto, rei de Espanha e senhor do Sacro Império Romano-Germânico. Dom João, porém, deixara-se guiar pela esposa, Dona Catarina de Áustria. E a irmã de Carlos Quinto batera o pé. Aquele seu último filho estava prometido a Dona Joana de Áustria, sobrinha dela e infanta de Espanha, desde o berço. Ora, uma falecida filha dos reis de Portugal fora casada com Dom Felipe, regente e herdeiro do trono espanhol, a quem deixara um filho. Unir, agora, o príncipe João Emanuel, fraquito como era, com a prima espanhola, irmã de Dom Felipe e filha de Carlos Quinto, bem poderia vir a deixar a Casa Real portuguesa totalmente à mercê de Espanha. Em decorrência, para não ser conivente com o desastre anunciado, António de Ataíde, o todo-poderoso conde de Castanheira, demitira-se do Conselho e abandonara a corte; deixando, entre outros, Tomé de Sousa sem protetor.



– Esse gesto do senhor bispo é muito... muito grave, governador – continuava o padre Nóbrega. – Nem sei o que posso dizer.

– Imagina eu! Lá de casa ele não sai. Eu cá preciso viajar. Não posso deixar o Sardinha sozinho com a negra.

– Leva-a conosco para São Vicente, capitão – sugeriu impulsivamente o jesuíta.

– A Tristeza? O senhor acha!... Pensas que seria oportuno?

– Se não podes deixá-la sozinha com o senhor bispo, parece-me o único jeito.

– Eh, Vosmecê tem razão – assentiu, disfarçando o contentamento. – Acho que farei isso. Se calhar, quem sabe, assim o Reverendíssimo muda-se de vez para a morada dele. Custou-me tanto construir a Casa Episcopal...



Capítulo 45

Enterro na Bahia

Foi Garcia quem trouxe a notícia. Yuruti havia morrido. A criança, também. Enforcara-se no cordão umbilical e levava a mãe consigo. Tomé de Sousa foi tomado de um sentimento estranho. Uma emoção mista de pesar e alívio. Pesar, porque a jovem índia tinha-lhe sido muito querida, mas de uma forma que deixara marcas menos profundas do que ele supunha possível. Desde há alguns meses, era pouco mais para ele que uma lembrança. Reminiscência agradável, como aquelas que às vezes a gente tem de alguns episódios da vida. Alívio, porque a fatalidade, por triste que fosse, resolvia-lhe aquela pendência. Com o desaparecimento de Yuruti, os rastros do seu amor gentio estavam sendo definitivamente apagados. Se ainda se viesse a falar sobre aquilo, seria a título de lenda. Uma história difícil de comprovar na prática, que bem poderia ser dada como fruto da imaginação de alguém.

– Aceita os meus sentimentos – ajuntou Garcia com ar tristonho.
– Vais ao funeral, pois não, meu senhor?

– Creio que sim – retorquiu o fidalgo, carregando no rosto uma expressão serena; notícias de morte não chegavam a lhe transtornar mais o espírito; já vira tantas! – Irei. Muito mais para prestar minhas homenagens a Morubixaba. De Yuruti, prefiro guardar as lembranças que tenho.

– A gentiazinha era boa menina, senhor – recriminou veladamente, um tantinho desapontado com a apatia do antigo patrão. – E se o capitão-governador comparecer, Morubixaba há de ficar bem contente.

- Verdade. Já disse que irei. É hoje mesmo, não é?
- Ao final da tarde.
- Estarei lá. Alguém cá na cidade já sabe?
- Creio que não.
- Então, não comentes. Se calhar, poderíamos ir juntos.

Espalhafatosamente pranteada e lastimada pelos amigos e parentes, quando o sol se pôs, Yuruti foi sepultada no chão da oca da família. Enrolada na última rede onde dormira, com ela foram enterrados os *toconha-oba* e camisolões de algodão, seus cestos, cestinhos e vasilhas. Todos os seus pertences, inclusive a correntinha de ouro com o camafeu de marfim, presente do marido branco. Levou também para a cova um pouco de milho, de inhame e uma cabaça com água, para poder sustentar-se durante a longa jornada pelo mundo dos espíritos.

– Fizeste bem em teres vindo, meu senhor – cochichou Caramuru ao ouvido de Dom Tomé. – Ganhaste para sempre a afeição desses gentios.

– Era minha obrigação, ó Diogo Álvares – devolveu no mesmo tom. – Tu me ensinaste.

– Pobre de mim, pecador! Quem sou eu para ensinar alguma coisa a Vosmecê?

– Cala a boca – murmurou o outro. – Tem gente olhando.

– Depois, vamos dar uma passadinha lá em casa, então.

Caramuru não era homem de dar o braço a torcer, mas estava curioso para saber sobre o tal bispo.

– Olha que eu já vi foi coisa – matutava o velho. – Agora, aquele Sardinha lá, não é peixe de pobre não, meu senhor!

– Já agora, por que não foste com o teu manto de cava-leiro da Ordem de Cristo? Eu te teria apresentado...

– Fiquei com vergonha, meu senhor. Não me acostumei àqueles atavios. E ainda mais com aquela pompa toda!

– Viste só! O bispo é mesmo cheio de pompa. Mas numa coisa tu tinhas razão – sorriu, lembrando-se da chalaça de Diogo Álvares à sua mesa. – Depois de três dias... fede.

- He, he, he! Eu cá estava certo então, é?
- Estavas. O senhor bispo se aboletou em minha casa, e não mostra a menor vontade de sair.
- Também, com um passadio daquele!... Aquela preta que o meu senhor comprou... Olha! Vosmecê está fortinho e de cara boa. Comes só a comidinha dela ou já...
- Mais respeito, ó Diogo Álvares – repreendeu com um sorriso travesso. – Sou lá homem de...
- De jeito algum. Nem pensar! – Sorriu irônico. – Mas, me conta: e essa conversa que tenho ouvido por aí de que o senhor bispo está a querer se meter cá na vida dos gentios?
- Nem me fales! Até o padre Nóbrega não aguenta mais.
- Melhor Vosmecê dar uns conselhos lá para o Sardinha, meu senhor – comentou com aquela mansidão autoritária, tão própria dele. – Não me vás agora arranjar guerras...
- Tens razão, ó Diogo Álvares – ponderou o governador que, de tão em paz com os gentios, esquecera-se da ameaça que podiam representar. – Vou falar a sério com o senhor bispo. Ele precisa ser mais complacente. Ainda mais que, daqui a uns dias, eu, o Pêro de Góis e o padre Nóbrega estaremos partindo para visitar as *capitanias de baixo*.
- Se aportares em Ilhéus, não esqueças que tenho lá filhas, genros e netos. Dá as minhas lembranças a eles.
- Não queres ir comigo? Na volta, te apanho.
- Agradeço, meu senhor. Quero não.
- Se mudares de ideia...
- Mudo não – enfatizou. – Acho que estou cá ficando um tantinho velho. Quero mais é sossego. E uma menininha nova, vez em quando, que ninguém é de ferro! He, he, he!

A despeito de ter participado de um funeral, Dom Tomé sentia-se bem. Era sempre proveitoso conversar com Diogo Álvares. Garcia, que ouvira parte da conversa, tinha a mesma opinião do sogro: Carecia lembrar ao senhor bispo que ele estava no Brasil, e não no Reino ou nas Índias.

– Nas Índias, não é tão fácil quanto tu imaginas, ó Garcia. Lá, também tem muita guerra, meu rapaz.

– Acredito, meu senhor. Já tive muita vontade de conhecer. Não tenho mais. Isso cá é o meu paraíso.

Difícil foi fazer o caminho de volta, entre a casa de Garcia e a cidade, sozinho pela estrada escura. A expressão de dor que Yuruti levava para sempre no rosto, o tom cor de cera que a pele adquirira, a frialdade daquele corpo que fora obrigado a tocar e que lhe dera tanto prazer quando em vida, agora não lhe saíam da mente. Fragmentos da história dos dois insistiam em frequentar seus pensamentos. O sorriso brejeiro da menina, sua imoralidade inocente, o cândido impudor... Nunca haveria de esquecer os nomes que Yuruti lhe ensinara para as partes do corpo feminino. Seio era *saruê*. *Piruá*, o umbigo. Ao clitóris chamava *tambaquí*. E às *vergonhas* como um todo, *tapy*. Parecia ainda ouvir ela insistindo: Bom, *tebí* bom! *Tebiquara ybaê*. *Abaeté* gostar!...

O quarto de légua parecia-lhe dessa feita muito mais longo que o habitual. A catedral de árvores, que estendia sua ogiva por sobre a estrada, infinitamente mais soturna. Os pequenos ruídos, provocados pelos animais da mata, ganhavam amplificação lúgubre. E a uma coruja, que bateu asas no seu voo desajeitado, o capitão-governador quase tirou a vida.

Súbito, o cavalo eriçou as orelhas, relinchou e estancou o passo. O coração de Dom Tomé bateu desordenado e um frio estranho arrepiou-lhe os cabelos da nuca até o cocuruto. Esporeou a montaria. O animal cabeceou, sem obedecer. A espinha do fidalgo contraiu-se. A mão, que empunhava a espada, e que minutos antes quase trespassou a coruja, não atendia mais ao seu comando. Um peso inexplicável oprimia-lhe. No silêncio de chumbo, pareceu sentir algo como uma brisa acariciando-lhe a barba, os bigodes, o rosto. Um calafrio enregelou-lhe os músculos. O sorriso brejeiro da indiazinha inundou-lhe o pensamento. Não mais a imagem sofrida e cor de cera de horas atrás. O que via agora era a Yuruti de sempre, na melhor forma do seu feitiço sedutor.

Sem armas para combater, sem meios para fugir, só restou-lhe recorrer à força do pensamento.

– *Perdoa-me, Yuruti. Me perdoa, gentiazinha. Tu foste tão doce, tão meiga e gentil comigo... E só te dei dissabores. Fui cruel contigo.*

– *Não tenho nada a perdoar – pareceu ouvir. – Foste o melhor que me aconteceu. Fui feliz contigo.*

– *Não, não podes ter sido feliz. Eu nunca te dei nada. Só usufruí de ti.*

– *Tu te enganas. Me deste tudo o que eu queria, Abaeté. Fui muito feliz.*

– *Então, não me queres mal?*

– *Querer-te mal? Querer-te mal por quê! Tivemos momentos de gozo e alegria. Me deste uma casa de telhas. Meu cordãozinho de ouro, que levo cá comigo. Fizeste de mim a mulher mais feliz e invejada da aldeia. Por que haveria de malquerer a ti?*

– *Mas... e a criança que eu... que eu não queria?*

– *Tu és homem. Era teu direito, Abaeté. Se eu te tivesse ouvido... Viste o que o curumim fez comigo!*

– *Matou-te?*

– *Cá me disseram que foi vingança. Fiz mal a ele numa outra vida. Vingou-se de mim. Agora está em paz.*

– *Então, não me queres mesmo mal?*

– *Não, Abaeté. Queria só me despedir. Adeus. Preciso continuar meu caminho. Adeus, amoá. Sê feliz.*

– *Adeus, Yuruti. Deus te guie, minha gentiazinha.*

O cavalo retomou o passo e as sensações desagradáveis desapareceram como por encanto. Dom Tomé expeliu o ar dos pulmões. Os músculos relaxaram. Curiosamente, estava aliviado. Sentia-se até um pouco contente. Fora tudo tão rápido!... Teria mesmo acontecido?... Não seria uma espécie de sonho, desses que às vezes a gente tem pouco antes de mergulhar em sono profundo?... Não. O sentido do olfato não lhe deixava nenhuma margem para dúvidas. Conseguia perceber no ar, perfeitamente bem, o *tambaquaré* – o cheiro almíscar da *tambarerê* de Yuruti.



Capítulo 46

São Jorge dos Ilhéus

Com os bons ventos de outubro, embarcaram na nau *Conceição* e tomaram o rumo sul. Afora um pelotão de milicianos e a marinhagem, iam apenas o governador, o capitão-mor da costa, o padre Nóbrega e Tristeza. Havia uma cabina de sobra no grande camarote. Tomé de Sousa mandou a negra se acomodar lá.

– Consideras adequado, capitão? – questionou o jesuíta discretamente, surpreso com a liberalidade do governador.

– Fazer o quê, padre! Não vou tirar a preta das garras do bispo para lançá-la na dos mareantes. Cá conosco ela estará mais segura.

– Isso lá é verdade – concordou divertido. – Ao menos, no que diz respeito a mim.

Dom Tomé olhou para o religioso com ar entre maroto e cúmplice. Manuel da Nóbrega deu-lhe dois tapinhas camaradas no ombro.

– Ah, a carne!... – E afastou-se sorrindo, balançando de leve a cabeça. Não era à toa, lembrou-se, que pouco depois de haver chegado ao Brasil, ele havia escrito uma carta para o seu superior em Portugal que começava assim: *Nesta terra há um grande pecado, que é terem os homens, quase todos, suas criadas por mancebas.*

Tristeza era felicidade pura. Alegria. Não fazia quinze luas chegara àquele porto em andrajos, no porão de um navio, suja e cheirando mal. Tratada como bicho, fora vendida e sofrera como

uma condenada em mãos de Dona Chiquinha e dos escravos *ibos*. Agora, os ventos da sorte haviam virado. Era “a preta” do chefe dos chefes, invejada, e saía daquele mesmo porto com uma cabina no navio exclusiva para si. E tendo ao lado, como vizinho, o mesmo bem-apegoado caolho que a defendera dos violadores na outra viagem. Bom homem, aquele. Melhor ainda, só o Dom Tomé, que a livrara dos maus, tratava-a como gente, devolvera-lhe o orgulho perdido. Na intimidade, conseguira até fazê-la sentir novamente aquela sensação agradável, aquelas contrações, seguidas de relaxamento e alívio, que imaginava haver perdido para sempre quando da morte de *Andiqondi* na sua aldeia nativa. Até o sangue, que supunha haver secado, voltara a escorrer-lhe por entre as pernas a cada lua cheia. Aquele branco lhe fizera muito bem. Não lhe devolvera a liberdade. Mas... para que ela queria liberdade? Ele nunca lhe forçava a nada... Precisava encontrar um jeito de recompensá-lo.

Em Ilhéus, nem toda a bajulação de Sebastião Martins, o alcaide-mor, conseguiu esconder a barafunda em que ele havia transformado a gestão da capitania. Tanto o padre Leonardo Nunes, como Paulo Dias Adorno, o genro de Caramuru, teceram severas críticas ao alcaide. Afirmaram que a justiça d’el-rei era tão pouco respeitada, a ponto de o ouvidor, nomeado por Sebastião Martins para fazer justiça, não saber ler ou escrever. Depois de se inteirar dos fatos, o governador convidou o genro de Diogo Álvares a assumir o posto. O moço recusou, um tantinho envergonhado. Ele também não conhecia as letras, desculpou-se. Em todo o caso, sugeria o nome de João Gonçalves Dormundo.

– Um jovem fidalgo português, meu senhor.

– Verdade? – estranhou Dom Tomé. – E o que faz por essas bandas um fidalgo desses, que eu cá não conheço?

– Faz pouco tempo que ele chegou, capitão. Veio de África, trazendo mudas de uma certa árvore. Um tal de *cacao* ou cacaueiro – comentou Adorno, um genovês de boa catadura, recrutado nas vielas de Lisboa, ainda rapazote, para a expedição de Martim Afonso de Sousa. – O capitão conhece essa planta?

– Creio que não. Não me lembro de ter ouvido falar.

– Pois é. O Dormundo estava mesmo querendo ir a São Salvador, para pedir uma sesmaria a Vosmecê. Quer plantar uma roça de *cacao*.

– E onde anda esse tal Dormundo – questionou em tom amigável –, que cá estou há dois dias e ele ainda não me veio cumprimentar?

– Está no sertão, meu senhor. Procurando terra preta.

– Terra preta?

– Eh, terra preta! De tanto que me fazia perguntas, lembrei-me de um sítio que os gentios chamam de *Itabuna*. O nome é assim exatamente por causa da terra preta. O moço ficou aflito. Queria, porque queria, que eu fosse mostrar onde ficava. Ainda bem que não fui!... Se fosse, quando o capitão chegasse, eu cá não estaria. Mas mandei um nativo levá-lo. Devem andar lá por *Itabuna*.

– E é longe?

– Não muito. Umas cinco ou seis léguas sertão adentro.

– Pois faze-me um favor, ó Adorno – pediu. – Manda encontrar o tal fidalgo, e que ele venha para cá o quanto antes. Careço parlamentar com esse moço.

João Gonçalves Dormundo chegou três dias depois e causou excelente impressão a Tomé de Sousa e comitiva. Era um estudioso de plantas e, por conta disso, viajava muito. Já visitara até mesmo o Vice-Reinado de Nova Espanha.

– Foi lá que conheci o *cacao*, meus senhores.

E contou que os nativos daquelas terras d’el-rei de Espanha, os astecas-mexicas, transformavam as bagas da fruta em um pó, que servia como ingrediente para uma porção de doces e bebidas. Chamavam ao pó de *xocolate*.

– Está agradando em Castela – garantiu Dormundo.

– Não conheço.

– É muito bom – falou com entusiasmo o rapaz. – Penso que essa nova especiaria bem pode cair no gosto das gentes ricas de toda a Europa.

– Foi por isso que vieste para o Brasil?

– Verdade seja, a ideia de trazer o *cacao* para cá só me ocorreu em África. Estava na Costa do Ouro, quando vi por lá, por acaso, o tal cacauero. Como planejava ir para Nova Lusitânia, resolvi trazer umas mudas e ver se a planta se dava bem. Por erro ou má-fé do capitão do navio, vim parar aqui. Experimentei plantar. E não é que deu! Queria plantar uma roça. Se Vossa Mercê permitir.

– Por ora, só concedi sesmarias para plantar cana e criar gado – pontificou Dom Tomé. – Mas se calhar... As cinquenta léguas de costa, que Dom João cedeu ao Jorge de Figueiredo, têm tido pouco uso. Figueiredo nunca cá veio. Mandou como lugar-tenente Francisco Romero, um galego que, ao que me consta, afóra edificar esta vila, tentou plantar cana e fazer açúcar. Mas pelo visto...

– Não sabia que estas terras eram dos Figueiredo. Jorge de Figueiredo não foi escrivão da Real Fazenda?

– Não sei. É possível. Mas sei que as terras não são mais da família. Os herdeiros venderam para um certo Lucas Giraldes que, aparentemente, cá também nunca apareceu. Portanto, se vais mesmo cultivar a terra, creio que posso retomar a posse para a Coroa e te conceder uma sesmaria.

– Eu a ti ficarei muito agradecido – manifestou-se o jovem fidalgo. – É difícil encontrar tanta boa vontade...

– Calma lá! – exclamou Tomé de Sousa. – Tem um preço. Barato. O preço é que Vosmecê assuma a intendência cá da vila, a provedoria, ouvidoria... Cuide disso aqui.

– Ser alcaide? Mandar soltar, mandar prender, cuidar da Alfândega, mandar em tudo? Agradeço. Iria atrapalhar cá os meus planos.

– Não creio. Pensa bem. São Jorge dos Ilhéus é vila pequena. Dá para conciliar os dois interesses – incentivou em tom amistoso. – Preciso de ti, ó Dormundo. Não posso pagar pelos teus serviços, mas posso te conceder a sesmaria. O que não posso é deixar as cousas cá no pé em que estão.

– Nunca pensei em ser alcaide, mas também nunca pensei em plantar roça. Se é um pedido do governador... Que seja! Conta comigo. Ao menos – e sorriu –, enquanto não me voltar aquela comichão de correr mundo.

Pêro de Góis lembrou a Dom Tomé. Quando Cardoso de Barros, Pêro Borges e ele haviam voltado da visita às *capitanias de baixo*, tinham comentado sobre a situação de desordem governativa em São Jorge dos Ilhéus.

– Muita verdade, meu amigo – admitiu. – Lembro-me. Se calhar, não havia nada que eu pudesse fazer àquela altura. Agora posso. E vou fazer. Invoco a ti e ao padre Nóbrega como minhas testemunhas. Depois, o Pêro Borges que se entenda lá no *Desembargo do Paço*.

Sebastião Martins, o alcaide-mor, não se conformava em perder as suas prerrogativas. Dom Tomé tentou ser gentil com o velho. Acabou por precisar ser taxativo.

– Dize-me. Quantas vezes já viste esse teu patrão?

– Nunca vi, não, meu senhor.

– Se nunca o viste, como vieste a ser alcaide-mor?

– Foi o Romero, Excelência.

– O antigo lugar-tenente do Jorge de Figueiredo?

– Ele mesmo. É meu compadre. Um bom homem. Antes de voltar pro Reino, nomeou-me para o lugar dele.

– Pois saibas que isso aqui, agora – enfatizou –, são terras d’el-rei de Portugal. E em nome d’el-rei, digo-te: Se colaborares, de boa vontade, com o Gonçalves Dormundo, o novo alcaide-mor nomeado por mim, no regresso das *capitanias de baixo* te darei uma carta de sesmaria. Terra tua, doada pelo rei de Portugal, para fazeres bom proveito.

Finalmente, quando partiram de São Jorge dos Ilhéus, Dom Tomé levava a agradável sensação do dever bem cumprido. O padre Leonardo Nunes seguiu viagem com eles. Não obstante, Tristeza cuidava de tudo com tanto gosto, fazia comidinhas tão “divinais”, que o padre Nóbrega era capaz de muita coisa para não perder as boas graças da negra. Dividiu a sua cabina com o outro jesuíta.



Capítulo 47

Morro do Conselho

Como bom homem das leis, Dom Pêro Borges atrasou, tanto quanto pode, a papelada. Como bom mestre das artes burocráticas, não cansava de repetir para o ajudante de ordens: “Para que essa pressa toda, ó rapaz? Sê minucioso. Se perceberem que é fácil, acabarão por não precisar de ti”.

Tão logo se viu com a sua carta de sesmaria em mãos, Garcia d’Ávila arregaçou as mangas. Com a promessa de conseguir para eles o mais novo e desejado bacamarte, comprou a colaboração dos cunhados. E lá se foram Gaspar, Gabriel e Jorge, os filhos de Caramuru, ajudá-lo a construir benfeitorias na propriedade.

– Ouve o meu conselho – advertiu-lhe Diogo Álvares, quando soube da intenção do genro de se instalar às margens do rio. – Faze a tua sede em cima do morro. Lá, ficas muito mais protegido. Não esqueças que aquele morro já me salvou a vida uma vez. Pode muito bem salvar a tua.

Garcia, que considerava Caramuru uma espécie de oráculo, não lhe discutiu a sugestão. Botou abaixo as árvores do cocuruto do morro, cavou um poço d’água e começou a construir as cercas, a casa, o galinheiro, os currais.

Dali, olhando bem à frente, o horizonte de mar era tão amplo que, não fosse a esfericidade da Terra e a limitação natural do órgão da visão, conseguiria enxergar até mesmo Benguela, na África. Olhando à direita, a paisagem mostrava aquela sucessão de

praias bem conhecidas dele, seu caminho de acesso habitual. À esquerda, descortinava toda a extensão litorânea das suas terras, que se estendiam por três léguas de praia, até uma pequena enseada, dominada por uns penedos, chamados *Itapuã* pelos nativos. Só aos fundos seu campo de visão não tinha grande amplitude. Ficava prejudicada pela mata alta e pelos relevos que moldavam o vale do Rio Vermelho, limite norte da sesmaria.

Uma flâmula, hasteada no mastaréu da gávea, surgiu na linha do horizonte. O velame branco foi crescendo sem pressa, à medida que se aproximava. Algum navio da *Carreira das Índias*, decerto, que agora costumava fazer escala em São Salvador, para trazer a mala postal e se reabastecer de água e víveres.

Lugarzinho danado de bom!, pensou Garcia com os seus botões, voltando a trabalhar com a enxó na feitura de um cocho para o gado. *Cá, fico sabendo da chegada de qualquer embarcação que venha do Reino ou de África, bem antes das gentes da cidade. E divertindo-se com uma ideia astuciosa que lhe ocorrera: Se bem combinado, posso até trazer e mandar pro além-mar o que quiser e tiver vontade, sem passar pelo porto. Acho que aquele Fernando de Brito haveria de gostar. Quando eu cá servia na Alfândega, quantas vezes ele não me disse que pagar o dízimo ao rei lhe arrancava um pedaço da alma!*

Ao contrário da vez anterior, quando estava em vias de casar-se, a morada agora não era o centro das atenções do rapaz. Garcia parecia muito mais preocupado com o conforto do gado que com o próprio bem-estar. De sorte que, entregue aos cuidados de Gabriel e seus ajudantes índios, a casa acabou assumindo a feição de uma cabaninha coberta de palha, com as paredes de taipa fora de prumo e na cor natural do barro. Levada para conhecer a nova propriedade, nem bem chegou, Jurucê já arqueava os supercílios, à moda do governador. Pelo muxoxo que segurava nos lábios, podia-se ler-lhe na cara que não apreciara o novo empreendimento do marido.

– E *entonces*? – perguntou Garcia que, na sua exaltação criadora, já conseguia enxergar tudo aquilo ali cheio de gado e funcionando às mil maravilhas.

– *Quá!* Estás pensando o quê? – Quebrou o encanto a jovem. – Eu cá é que não vou trocar a minha casinha de telhas, caiada e tão perto da cidade, com forno, fogão e água na cozinha, por esta tapera em riba deste morro.

Como! Estranhou o marido. Não queria ela, então, ajudá-lo a construir a Quinta São Pedro de Rates? Será que não percebia ser aquela a maior oportunidade que poderiam ter na vida! Estava vendo aquela praia ali? Aquelas terras todas até *Itapuã* e em volta? Pois tudo aquilo ali era dele. Três léguas de beira-mar, por seis léguas de fundo. E tudo dele. Dele!

– Ora terra... E para que eu quero terra – desafiou a cabocla em tom ácido. – Sou lá tatu para gostar de terra!

– Para que terras? Ó Jurucê! Para criar gado. Para plantar. Para ser senhor, ora pois!

Não. Não adiantava insistir. Ela era nova e bonita. Não iria gastar sua mocidade num fim de mundo daqueles, cuidando de bichos.

Pois era ali que ele iria viver. Se ela não quisesse, que voltasse para a casa do pai. Já estava mesmo ficando farto daquele geniozinho de cobra e daquela preguiça!

– Já que é assim... – Colocou uma das mãos na cintura, com o queixinho empinado e olhos faiscando. – Se tu agora só pensas em terras e bichos, se nem *rala-rala* quer fazer mais, o melhor mesmo é eu te largar.

– Ah, para de histórias, ó Jurucê!

– Para de histórias coisa nenhuma!... Tu te lembras, por acaso, da última vez que brincamos de *rala-rala*? Claro que não te lembras – ironizou a moça. – Pois eu me lembro. Faz mais de uma lua. Mais de uma lua!... Pensas o quê? Sou moça e bonita. Tenho cá muito fogo na *tambarerê*. E saibas tu que existem muitos gentis-homens, em São Salvador, que dariam muita coisa boa para fazer *rala-rala* cá comigo.

Garcia deu um passo à frente e ensaiou uma bofetada. Diante da expressão desafiadora da mesticinha, reteve o gesto. Mordeu a mão e balançou de leve a cabeça. Já estava enfadado daquela filha mimada de Caramuru. Enfadado só, não. Às vezes, tinha até raiva. No fundo, nunca lhe perdoara as *brincadeiras* com Dom Tomé e Yuruti. E, de mais a mais, agora que era um senhor de terras, tinha coisas mais importantes com que se preocupar. *Rala-rala. Ora,rala-rala!* Será que aquela menina só pensava em foder!...

Olho nos olhos, o casal se enfrentava. Faiscavam de raiva. O rapaz foi o primeiro a baixar a vista.

– Hum!... Pois que te arranjes!...

– Vou-me arranjar, sim – garantiu a cabocla. – Como não! Fico cá com a casa da falésia.

– O quê? Ficar com a minha casa! – Riu-se. – Ó menina! Ficaste louca? A casa é minha. Minha, ora pois!

Jurucê ameaçou contar para as amigas a *brincadeira* com Tomé de Sousa. São Salvador inteira iria ficar sabendo da história. Ela só queria ver com que cara iria ficar o governador.. E a dele então!... Todos iriam saber que Garcia era corno. Corno, e corno conformado.

– Azar teu!

– Azar meu coisa nenhuma – sorria irônica. – Mulher de corno, saibas tu, é sempre muito requisitada, ó mocinho!

– É melhor tu parares com isso. Para. Agora. Antes que eu te dê uns tapas.

– Experimenta... – Desafiou a baixinha. – Tu pensas o quê, ó *peró*? Eu cá tenho pai, sabias? Tenho irmãos. Eles te arrebetam! E se eles não te arrebetarem, arrebetos eu. Mando te dar uma sova que tu nunca mais irás esquecer!

– Jurucê, Jurucê... – Esforçava-se em aparentar calma o Garcia. – Não me provoques. Para com essas histórias...

Não. Ela não iria parar. De jeito algum! O governador era padrinho dele. Não dela. Se o marido queria que ela ficasse de boca fechada, que lhe desse a casa da falésia. O que é que custava? Fora

o governador mesmo quem havia dado... Era um preço, mais que justo, pelo esquecimento.

– Que a casa seja a tua paga. – Deu-se por vencido. – Mas saibas que, criação, não deixarei nenhuma. Nem boi, nem burro, nem porco, nem cabra... Nem mesmo uma galinha!

– Enfia as tuas criações no cu. Quero lá saber de bichos!

E foi assim que Jurucê e Garcia d'Ávila se separaram. De comum acordo, ao jeito deles. O que preocupava o rapaz, agora, era como Diogo Álvares iria encarar aquele desfecho. Tomou coragem. Foi entrevistar-se com o sogro.

– É o que eu sempre digo, seu moço – falou Caramuru, ostentando pose de sábio. – No mundo, três coisas ninguém segura. Água de morro abaixo, fogo de morro acima e mulher quando quer dar! Se tu não és homem que baste para a menina, melhor, mesmo, ela tratar de arranjar outro.

– A questão não é essa, ó Diogo Álvares – justificou-se Garcia, ferido em seu orgulho de macho. – A questão é que não me sai da cabeça as... *brincadeiras* com o governador.

– Hum!... Eu cá bem que desconfiava. Mas não tem nada não. – Envolveu o rapaz pelo ombro de forma paternal, caminhando lentamente com ele pela praia. – Esquece Jurucê. Não deste a casa para ela? Pronto. Ela que se cuide! Já tens outra menina em vista?

– Não – assegurou Garcia, de expressão tristonha e cabeça baixa. – Nem estou preocupado com isso.

– Pois deverias estar. E ouve cá o meu conselho, rapaz. Desta vez, carece escolheres com cuidado. Não te preocupe com a feição da rapariga. – Deu uma longa baforada no cachimbo. – Mulher bonita e *jacê*¹ é raro alguém comer sozinho. Já mulher feia... Mulher feia não põe corno em homem, pouco reclama e trabalha que é uma beleza! E é isso que tu precisas: quem te ajude lá na tua quinta. Isso de *rala-rala*, de um jeito ou de outro, sempre se arranja.

¹-Melancia, em tupi.



Capítulo 48

Porto Seguro

Singrando as mesmas águas por onde, cinquenta e dois anos antes, Cabral chegara àquelas novas terras d'el-rei de Portugal, a nau Conceição, de Tomé de Sousa, lançou âncoras na foz de um rio, bonito e sinuoso, chamado pelos locais de Bunharém. Perto, no alto de uma colina, podia-se ver o campanário meio desconjuntado de uma igrejinha e as malconservadas casas da vila. Cotovelos apoiados na amurada do navio, enquanto aguardava que arriassem os batéis que os levariam à praia, o governador refletia. De todas as quinze, a Capitania de Porto Seguro fora uma das mais promissoras. Estivera bem próxima do bom êxito. E no entanto...

Até poucos anos atrás, tudo correra bem na donataria de Pêro do Campo Tourinho. Nascido e criado em Viana do Castelo, região famosa em todo o Reino por seus estaleiros e pescadores de alto-mar, Tourinho descendia de tradicional família dona de barcos pesqueiros. Em todo o caso, o maior orgulho da família nem era propriamente os barcos que, de resto, com um arranjo aqui, outro acolá, iam passando de pai para filho, geração após geração. O elevado conceito da família vinha do fato de, desde o reinado de Dom Duarte, serem os fornecedores oficiais de pescado para a cozinha real.

Há quase um século, onde quer que a corte estivesse instalada, lá aparecia um Tourinho com o seu carroção e as barricas para fazer as entregas. Dependendo da região e da época do ano, o privilégio custava-lhes bem caro. Às vezes, era preciso mobilizar até

corredores, para trazer neve dos picos da Serra da Estrela, única maneira dos frutos do mar chegarem à corte com aparência adequada. O prestígio daí advindo compensava. Afinal, embora os poderosos padeçam de aflições que o povo não consegue aquilatar, a tendência dos burgueses é invejar e imitar os notáveis. A diferença é que a burguesia, quase sempre, costuma pagar por seus caprichos com mais facilidade. A nobreza, não. Os Tourinho, por exemplo, já não viam a cor do dinheiro do rei há mais de quarenta semanas. E qual não foi a surpresa do chefe da família quando, ao fazer as entregas e tentar pela enésima vez receber as contas atrasadas, fora mandado chamar por Fernão Álvares de Andrade.

– Tenho excelente notícia, ó Tourinho – dissera-lhe o tesoureiro, com um sorriso de promessa nos lábios. – O conde de Castanheira há dias está a querer falar contigo. Aguarda aí. Verei se ele pode atender-te.

Tourinho sentiu o rosto afogear. A perspectiva de receber as contas atrasadas era bem alvissareira. Contudo, nunca lhe passara pela cabeça ter de entrevistar-se com alguém tão importante quanto o vedor da Fazenda Real. Não estava mentalmente preparado, nem adequadamente trajado, para tal circunstância. O cheiro de pescado, que ajudava a carregar e a descarregar, parecia ter impregnado seu corpo, grandalhão e desajeitado, para todo e sempre. Sofreu ansiedades mil, e até soltura de ventre, enquanto aguardava.

– És tu, então, o felizardo rei do bacalhau? – brincou com ele o conde de Castanheira, três horas depois, quando finalmente o recebeu.

– Pêro do Campo Tourinho – falou com olhos de cão fiel o peixeiro, fazendo uma reverência. – Um criado a serviço de Vossa Graça.

– Senta, ó Tourinho. Senta-te. Creio ter excelentes boas novas para ti. – O jovem conde rolava entre os dedos a pena de ganso que usava para escrever. – Já ouviste falar de Santa Cruz, aquela terra dos *brasis*?

– A província nova, a caminho das Índias? – procurou certificar-se, sentando-se acanhado na ponta da cadeira.

– Exato.

– Ah! Tenho ouvido falar muito, Excelência – confirmou, observando de esguelha a suntuosidade daquele gabinete.

– Pois então... A boa-nova, homem, é que el-rei decidiu fazer-te mercê de um bocado daquela província.

Tourinho, que não primava pela rapidez de raciocínio, demorou algum tempo para digerir as palavras do conde e extrair delas a informação que lhe fora passada.

– Perdoai-me, Vossa Graça – conseguiu finalmente se expressar –, mas creio não ter percebido bem.

– Claro que compreendeste, ó Tourinho. – Fitou-o com expressão simpática o todo-poderoso amigo de infância d’el-rei, infundindo confiança no entrevistado. – É como te disse, homem. El-rei resolveu doar-te uma fatia do Brasil.

– Doar, cá a mim, uma fatia do Brasil – admirou-se o fornecedor, pondo no olhar matiz de surpresa. – Por que, Vossa Graça?

– Ora, porque tens sido um súdito fiel e, com tal, caíste nas boas graças de Sua Majestade. Porque és muito experimentado nas cousas do mar, ó Tourinho. Porque existe muito pescado no Brasil, e tu entendes de peixes. Ou será que alguém cá no Reino entende mais do que tu?

Um quarto de hora depois, o peixeiro saía quase saltitante do palácio dos duques de Bragança, onde a corte se instalara naquela temporada de caça. Com um sorriso abobalhado, sentia a cabeça fervendo, tal a velocidade das ideias que transitavam-lhe na mente. Na primeira esquina sombreada, com o coração batendo fora de compasso e cheio de cuidados, abriu o documento que recebera do conde de Castanheira. Não, não estava sofrendo alucinações. Era uma promessa de doação.

... pelo que havendo eu respeito aos muitos serviços que tenho recebido e ao diante espero receber de Pêro do Campo Tourinho (...) faço mercê e irrevogável doação entre vivos, valedora deste dia

para todo o sempre, de juro e herdade, para ele e todos os seus filhos, netos e herdeiros e sucessores que após ele vierem, de cinquenta léguas de terra na dita Costa do Brasil.

A dúzia de léguas, entre Guimarães e Viana do Castelo, nunca parecera tão longa. Tourinho tomou as rédeas ao condutor do carroção e fez as mulas suarem e esfalfarem-se com a correria. Chegou em casa altas horas da noite. Aos berros, acordou a família. Uma vez reunidos em torno de uma lamparina, deu a notícia aos trambolhões.

– Tu achas mesmo, senhor meu marido, que não se trata de uma pilhéria? – questionou Dona Inês Pinto, a esposa, ainda meio zozna. – Olha que essa gente é dada a chalaças...

– Qual o quê, mulher! Não vêes a carta. – Apontava entusiasmado com o dedo. – Está aqui, ó, é o selo d’el-rei! E de hoje a oito dias, o senhor conde mandou-me ir lá em palácio buscar os forais da capitania. As instruções, em pormenor, do que devo fazer.

– E as contas atrasadas, senhor meu pai. – Perguntou Fernão, o filho do meio, que ajudava Tourinho no controle dos dinheiros da família. – Nada?

– Não sejas estúpido, ó mano! – interveio André, o filho mais velho. – O que são dois mil e tal cruzados, quando ganhamos cinquenta léguas de beira-mar... É bem como daqui a Lisboa!

– Teu irmão está certo, ó Fernão – ponderou o pai, com um sorriso tolo pendurado na boca. – Podes rasgar as notas. Não tenho cá coragem de cobrar a quem me faz tanta mercê.

– Muita verdade, senhor meu pai. Eu cá já me vejo é como um príncipe – devaneou André, do alto da sua vaidadezinha burguesa. – Tenho ouvido tantas histórias!...

No dia seguinte, Viana do Castelo inteira, e redondezas, já sabia da novidade. Pêro Tourinho fora agraciado por Sua Majestade e estava de mudança para o Brasil. Os parentes, aderentes, amigos e conhecidos trataram logo de se encostar ao afortunado. E assim, em finais de dezembro de 1534¹, acompanhado pela mulher, pelos

filhos rapazes, uma filha menina e por umas seiscentas pessoas, Tourinho deixou o porto de sua cidade ancestral em quatro veleiros.

A travessia foi sofrida. A pouca experiência daqueles pilotos em mares tropicais atrasou a viagem. Fundearam em portos errados, viram-se na iminência de ficar sem água, mas finalmente chegaram ao destino em julho do ano seguinte. Sete meses de viagem! O sonho de fazer fortuna nas novas terras era mais forte que os contratempos. Desembarcaram imbuídos dos mais nobres propósitos.

Para surpresa geral, junto com os nativos índios que os receberam na praia, havia um homem branco. Um português de idade indefinida, bêbado como uma rolha, de vestes esfarrapadas, chamado João Tiba. As histórias que contava – entre naufrágios, motins e abandonos por parte dos companheiros –, logo deixaram claro que as engrenagens da mente de Tiba andavam um tantinho avariadas. De todo modo, a intermediação que promoveu entre os nativos e os recém-chegados foi decisiva para a boa convivência.

A vila foi edificada em tempo recorde, aí incluídas uma igreja, a forja e a ferraria. Em troca de bugigangas, os gentios cuidavam de abastecer a mesa dos colonos com caças, raízes e frutas. A fartura de peixes era extraordinária. Trataram logo de criar excedentes que pudessem mandar para fora. E impulsionados pela pesca da garoupa, os negócios deslancharam. Afeitos como eram aos frutos do mar e ao comércio, em pouco tempo peixe de Porto Seguro, seco e salgado, começou a chegar até mesmo ao Reino. Pau-brasil também não faltava. Em todo o caso, lucro fácil, mesmo, era o obtido com búzios. A foz do Rio Caravelas era coalhada dessas pequenas conchas de moluscos marinhos, que circulavam como moeda em Angola. Ao descobrir tal novidade, o donatário tratou logo de negociar conchas com aventureiros capitães de navios, que as trocavam em África por escravos a serem mandados depois para as colônias espanholas do Caribe.

Nos primeiros anos tudo correu bem. Tourinho ergueu outros seis povoados em sua capitania e, em cada um deles, construiu uma

capelinha e um pelourinho – símbolo do poder real que ele representava. Propondo-se a pagar do próprio bolso os ordenados, mandou vir do Reino padres e até escrivães. Não os melhores, que ele não se dispunha a gastar muito, mas, ainda assim, gentes do ofício. Tão limitado de inteligência e cultura quanto rico, o crescente êxito subiu-lhe à cabeça. Quando bebia, e de último bebia muito, implicava com os dias santos, pelo fato da Igreja proibir os colonos de trabalhar. E protestava:

- *Não podem trabalhar amanhã? Dia santo!...*
- *Bonitos, esses santinhos! Só me atrapalham a vida.*
- *Ora Santo António!... O homem já morreu há trezentos anos, e vosmecês ainda querem ficar festejando...*
- *Papa? E eu cá tenho medo de papa!... O papa aqui sou eu. Posso mandar prender e enforcar quem eu queira.*

E quando um temporal de verão fez graves estragos nas suas lavouras, Pêro Tourinho perdeu de vez a compostura.

- *Eu ainda mostro quem tem mais força: se Deus ou eu!*

O vigário Bernard e os outros quatro padres de Porto Seguro, embora assalariados do donatário, indignavam-se com as provocações. Começaram a enxergar nas blasfêmias obra do diabo. Com aquele jeito untuoso e sub-reptício que eclesiásticos usam para evocar os pecados dos poderosos, entre uma confissão e outra, uma visitinha e outra, foram minando as resistências e engendrando uma conspiração. Um conluio que lançou contra Tourinho até mesmo o seu filho André, o cunhado e o noivo da filha.

Todas as pessoas de alguma importância na vila acabaram aderindo. E na manhã de 24 de novembro de 1546, de acordo com o combinado numa reunião secreta na noite anterior, o donatário da capitania de Porto Seguro foi preso em casa. Nos dias subsequentes, um tribunal improvisado, presidido pelo vigário Bernard, decidiu que Tourinho era acusado de heresia e deveria ser levado para julgamento no Tribunal do Santo Ofício. Posto a ferros em um dos seus próprios navios, seguiu para o Reino junto com a

família, o vigário e várias testemunhas. O filho André ficou na direção da capitania.

O processo em Lisboa durou três anos. Graças à boa vontade de Castanheira, d'el-rei e ao fato da Inquisição estar apenas começando em Portugal, Pêro Tourinho recebeu humilhantes penitências, pagou enormes multas e foi absolvido. Ainda assim, proibido de voltar ao Brasil.

– E o tal André? – questionou Tomé de Sousa ao jesuíta Diogo Jácome, mandado para Porto Seguro meses antes, e que lhe contava a versão local da história.

– Um grã-ribaldo, governador. Um infame. Não houve violência, crueldade ou indecência que ele cá não tenha praticado. Por caminhos canhestros, os gentios fizeram o serviço de Deus em destruir-lhes as benfeitorias da capitania. Não se sabe onde anda. Meteu-se sertão adentro em guerra contra os gentios. Capaz até de já haver morrido.

¹-Um ano antes de Duarte Coelho chegar à sua Nova Lusitânia.



Capítulo 49

A dama do rio

Às voltas com a arrumação para mudar-se da casa da falésia, Garcia convenceu-se de que carecia, mesmo, de uma mulher para ajudá-lo. Sozinho não daria conta de cuidar da quinta, e não se sentia confiante em empenhar as economias para comprar um negro. Caramuru prometeu procurar uma parceira adequada para ele. Poucos dias depois, já mandava chamá-lo à Vila Velha do Pereira.

– Encontrei a rapariga – foi dizendo Diogo Álvares, oferecendo-lhe uma *cachaza*. – Pareceu-me a ideal.

– Quede? – excitou-se Garcia. – Estou de mudança. Preciso de alguém para ajudar com a criação e as tralhas. Jurucê mal e mal me faz a comida.

– Calma aí. Deixa eu cá te falar primeiro – interpôs o velho, com ares de mercador astuto. – A mulher que te arrumei é uma rapariga das melhores. Forte como um touro e de ancas anchas. Tem jeito de parideira.

– Mas... E a feição – impacientou-se. – É... bonita?

– É não – negou o velho com um gesto de cabeça. – Um tanto prejudicada, coitadinha, mas uma mocetona e tanto! E do pai, se calhar, acho que dá para arrancares algum dote.

– É gentia? Conheço o pai?

– O pai conhece – confirmou Caramuru, balançando afirmativamente a cabeça, entornando a *cachaza*. – Mas a rapariga é *cariboca*¹. O pai é um *peró* de Viana. Um tal de Diogo Álvares. He, he, he!

Das seis filhas de Diogo Álvares com Dona Paraguaçu, em cinco a mistura de sangue branco e índio resultara em moças muito atraentes. Tanto que Genebra, Isabel, Felipa, Madalena e Apolônia – como foram batizadas pelo padre que viera com o donatário Pereira Coutinho – logo se juntaram com europeus recém-chegados à Bahia. A sexta filha, no entanto, nascera igualmente bonita, mas sofrera um rude golpe do destino. Atacada por uma jaguatirica quando menina, as garras da onça lhe haviam deixado marcas pelo corpo. Cicatrizes tão feias que a mocinha, com vergonha de si, se autoexilara em casa de uma tia velha e meio amalucada, no outro extremo da baía. A tia morrera há alguns anos, mas Uyara, “a dama do rio” – como era chamada em família –, acabara ficando por lá. Estava agora com pouco mais de trinta anos e, afora as cada vez menos frequentes visitas dos pais, eram raros os que ainda lembravam que ela existia.

– Não sei... – hesitou Garcia, depois de ser colocado a par do infortúnio da filha do amigo.

– A decisão é tua – eximiu-se de responsabilidade Caramuru. – Mas é como te falei ainda outro dia: o que tu precisas, rapaz, é de uma mulher que te auxilie de verdade. Uyara não é bonita, coitadinha, mas é a melhor alma que já conheci. Não sabes a Paraguaçu? Então... Uyara é aquilo ali! Puxou à mãe. Aquele jeito, aquela doçura...

Garcia entornou a segunda cumbuca de *cachaza*. Se Diogo Álvares, que era o pai e maior interessado, dizia que a tal Uyara era feia, é porque a moça deveria ser mesmo uma assombração, pensou. Por outro lado, se era uma criatura boa, forte e trabalhadeira... Beleza por beleza, Jurucê era uma formosura e no entanto... De mais a mais, quando tivesse vontade e dinheiro sobrando, rapariga bonita para fazer *rala-rala* decerto não lhe faltaria.

– Se aceites, compro-te dez rezes – propôs Caramuru, tentando o rapaz no seu ponto mais vulnerável.

– Vinte – retrucou Garcia de chofre. – Dá-me cá vinte vacas e fico com a tua filha. Nem uma a menos!

– Tu és louco... Como vou conseguir comprar-te vinte rezes? E eu cá tenho essa dinheirama toda!

– Ah, tens, sim, ó Diogo Álvares!... E se não tiveres, tu dás um jeito. Vinte vacas é o meu preço. Nem uma a menos.

Caramuru arreganhou seu sorriso murcho e desdentado.

– Negócio fechado – concordou, selando o acordo com um aperto de mão; e dando uma taponada camarada no ombro do rapaz: – Foste burro de novo. Tens muito o que aprender, ó menino! Eu cá estava disposto a chegar a duas dúzias de rezes. Mas agora é tarde. O negócio está fechado. Vou avisar à minha velha. Paraguaçu há de ficar bem feliz. E amanhã mesmo vou buscar a Uyara. Queres ir comigo?

Garcia disse que não com a cabeça. Temia encarar a assombração de frente. Quanto mais pudesse retardar o encontro, tanto melhor.

– Prefiro que leves a moça lá para o Morro do Conselho.

– Morro do Conselho!... Tu batizaste assim, é?

– Vosmecê não me aconselhou – deu de ombros – a fazer a sede lá em riba? Chamo agora assim.

– É um bom nome – elogiou Caramuru.

Desde quando fora armado cavalheiro da Ordem de Cristo, Diogo Álvares não sentia contentamento tão grande. Arranjar um bom marido, um amparo para aquela filha desgarrada, era o que mais almejava ultimamente. Com setenta e muitos anos, não sabia até quando conseguiria driblar aquele esqueleto amortalhado e armado de foice que, mais dia, menos dia, viria ceifar-lhe a vida.

– Combinado, meu rapaz – continuou. – Ah! E não te preocupe com a mudança. Mando os meus meninos para dar-te uma ajuda. Quando estiver tudo arrumado lá no Morro do Conselho, vou buscar a Uyara para ti. Uma rapariga excelente e danada de trabalhadeira. Tu vais ver!

1-Em tupi, mestiço de branco com índio.



Capítulo 50

Espírito Santo

Ao partir de Porto Seguro, Tomé de Sousa levava um pesado incômodo: o sentimento de impotência. Além de mandar consertar o campanário da igreja e reforçar as paliçadas, não havia mais nada que pudesse ter feito. Cogitara nomear um alcaide e deixar alguns milicianos. Desistira. A maioria dos moradores havia voltado para o Reino ou se mudado, sabe-se lá para onde. E dar poderes a alguém daquela escória residente, pondo soldados d'el-rei sob suas ordens, seria como chocar ovos de serpente: a certeza de gerar problemas.

Pêro de Góis havia prevenido. Ainda assim, a impressão do governador ao desembarcar no Espírito Santo foi a pior possível. Vasco Fernandes Coutinho, o donatário da capitania, recebeu Dom Tomé em andrajos, visivelmente embriagado e soltando grandes baforadas de *cogoêra*, como os nativos chamavam às folhas de tabaco enroladas à guisa de charuto. Uma reverência espalhafatosa quase o leva ao chão. Dom Tomé adiantou-se e segurou-o pela axila.

– Como tens passado, Dom Vasco?

Fernandes Coutinho encarou o governador com um sorriso aparvalhado e olhos vermelhos, remelentos.

– Como vês, Excelência – replicou, dando uma cuspidela nojenta na areia – Riquinho como Jó. Mesa sem pão, exército sem munição!

E pensar que aquele homem, de sessenta e dois anos, tão alquebrado que parecia contar oitenta, fora um grande herói do Reino!



A exemplo da maioria dos rapazes de boa família do seu tempo, Vasco Fernandes Coutinho também fizera carreira nas Índias. Lá, um dia, num ímpeto de bravura juvenil, investira contra uma assustadora hoste inimiga montada em elefantes, e a vencera. Contribuição decisiva na conquista do estreito de Málaca, portão de entrada para os portugueses no Mar da China. Por conta disso, aos vinte e dois anos já era governador da fortaleza de Ormuz, no Golfo Pérsico, outro dos pontos estratégicos controlados pelos portugueses no Oriente. Mais tarde, nas costas do Marrocos, voltara a sobressair-se no combate aos mouros e, depois, novamente, no Mar da China. Cansado de guerras, pediu baixa quando do quadragésimo aniversário. Fora premiado por el-rei com fidalguia, direito a brasão, uma quinta em Alenquer e pensão anual de setecentos cruzados. Um bom dinheiro. Setenta por cento do que ganhava Tomé de Sousa como governador-geral do Brasil. Tinha condição de viver com dignidade e conforto pelo resto da vida.

Não obstante, se o *dolce far niente* da aposentadoria é sonho cobijado por quem vive em batalhas, pendurar para sempre a armadura pode gerar enfado. Depois que são lidos uns tantos livros, depois que são feitos os passeios sonhados, depois que os amigos começam a demonstrar certo incômodo com a demora e a frequência das visitas, a ociosidade, a falta de preocupações e objetivos, torna-se um fardo difícil de carregar sozinho. E fora esse o caso de Dom Vasco.

Apaixonado na juventude por uma nobre senhora casada chamada Glória, de quem ganhara uns tantos beijos furtivos e promessas não realizadas, Dom Vasco mantinha-se celibatário. Desde que deitara os olhos naquela mulher, nenhuma outra lhe bastara, ao menos para fins de matrimônio. Enquanto tivera

inimigos a combater, soldados a comandar, cidadelas a sitiar e pôr abaixo, conseguira distrair-se. Mas agora, no recesso de uma aposentadoria precoce, com Glória, morta de *doença do peito*, não fazia muito tempo, a dor da paixão não satisfeita escarafunchava-lhe a mente. Em decorrência, quando o conde de Castanheira, seu vizinho de quinta em Alenquer, contou-lhe que Dom João estava dividindo as Terras do Brasil em quinze donatarias, o guerreiro aposentado não pensou duas vezes: candidatou-se a uma capitania.

Feitos os acertos devidos, vendeu tudo o que tinha em Portugal, inclusive os direitos sob a pensão vitalícia que recebia da Coroa, comprou uma nau à qual batizou de *Glória*, e começou a preparar a mudança para o Brasil. Só havia um senão: el-rei pedia-lhe para levar consigo uma leva de prisioneiros degredados.

– Dois são fidalgos – tranquilizou Castanheira. – Dom Jorge de Meneses, que foi governador das Ilhas Molucas e descobridor da Nova Guiné, e Dom Simão de Castelo Branco, que conquistou Azamor, no Marrocos, onde fez grande fortuna. Talvez os conheça.

– Só de nome. Mas, dize-me, Vossa Graça, por que foram condenados a degredo?

– O *Desembargo do Paço* não é da minha alçada. Não tenho ciência e não me interessei em saber. Mas há quem diga tratar-se de enriquecimento ilícito – revelou. – Quiçá, intrigas. Essas cousas da corte... Vossa Mercê sabe.

Vasco Coutinho sabia. O próprio Castanheira tivera o irmão mais velho decapitado em Setúbal, e o pai se vira obrigado a fugir para Castela, por conta de uma suposta conspiração contra Dom João Segundo. E, no entanto, dois reis mais tarde, António de Ataíde recebera de volta o título de conde de Castanheira, as propriedades da família que haviam sido confiscadas, e era, na atualidade, talvez o homem mais influente do Reino.

A nau *Glória* levantou âncoras em finais de dezembro de 1534. Saídos do calabouço da prisão do Limoeiro, em Lisboa, para a boa acolhida de Dom Vasco, os fidalgos degredados empenhavam-se

em gentilezas. Os outros também. Por serem apenas falsários, ladrões, proxenetas e delinquentes sem sangue nas mãos, o alvará d'el-rei fazia deles homens livres, tão logo botassem os pés no Brasil. Três meses depois, sem incidentes dignos de nota, a nau bordejou entre as verdejantes ilhas de uma belíssima baía. Foi amor à primeira vista. Dom Vasco encantou-se. E passeando com a sua *Glória* naquele jardim do éden, já que era Domingo de Pentecostes¹, resolveu batizar a baía e a capitania como Espírito Santo.

Talvez por conta do passado das gentes que estavam chegando, a homenagem ao Espírito Santo não sensibilizou os santos espíritos. Desembarcaram sob uma chuva de flechas, atiradas da praia pelos nativos. E os manetas, de-sorelhados e degredados em geral que acompanhavam o donatário puderam, finalmente, dar vazão à sede de violência, longamente acalentada nas masmorras do Limoeiro. O sangue lavou aquelas terras, onde tribos goi-tacás, aimorés e tupiniquins já disputavam espaço entre si.

Ainda assim, a ferro e fogo, matando e escravizando índios, conseguiram construir uma vila e plantar cana. Não obtiveram êxito, no entanto, no fabrico de açúcar, muito menos em se imporem aos gentios. De sorte que, dezessete anos mais tarde, a capitania ainda não havia rendido coisa alguma e Vasco Coutinho estava literalmente falido.



– E os outros dois fidalgos? – quis saber Tomé de Sousa, depois de ouvir a história pela boca do protagonista. – Que é feito deles?

– Morreram como São Sebastião, crivados de flechas. Sobraram poucos – Riu-se, apontando Pêro de Góis. – Até o meu vizinho cá me abandonou. E só perdeu um olho!

– Gostaria de poder ajudar-vos – ofereceu o governador, genuinamente comovido. – Que posso cá fazer por Vossa Mercê, Dom Vasco?

– Comida e bebida, não fariam mal – gracejou o velho com um sorriso triste. – Pólvora é o que mais careço. Se puderes emprestar algum dinheiro, melhor ainda. Agora, se quiseres mesmo me fazer mercê, manda teus milicianos para o mato comigo, para matar gentios.

– Comida e munição, te posso ceder – assegurou o capitão-governador. – Mas não muita, que temos uma longa jornada pela frente. Dinheiros, não há. E também não posso pôr os milicianos à caça de gentios. Iria contra o regimento que recebi d’el-rei.

– Bolsa leve, coração de chumbo – irritou-se o antigo herói do Reino, levantando-se cambaleante da soleira da entrada da sua cabana. – Que maçada! Mandas então descarregar a comida e munição e vai-te embora.

– Não queres ir conosco?

– Ir com Vossa Mercê? Hum! – ironizou. – Ir para onde?

– Para São Vicente... Para São Salvador... Para o Reino...

– Do Reino eu já vim. Vou voltar lá para quê? Para pedir esmolas à porta da Sé? E quanto a esses santos aí... Fizeram todos ouvidos moucos às minhas preces. Eu quero mais é que se fodam! Todos. – E riu-se como um demente. – Dá as minhas lembranças a el-rei, o *Piedoso* filho da puta! Adeus governador. Bons ventos o levem. E não o tragam de volta tão cedo!

A risada insana e trágica do pobre velho, as imprecções, a desgraça daquele herói português povoaram as lembranças de Tomé de Sousa por vários dias.

– Fazer o que, capitão – tentava consolá-lo Manuel da Nóbrega. – O Senhor Nosso Deus dá a cada um, segundo as suas obras. Junta-te aos bons e serás como eles, junta-te aos maus e serás pior que eles!

– Bem fiz eu em ir-me embora – lembrava Pêro de Góis, outro dos donatários fracassados, agora capitão-mor da costa. – Se tivesse insistido, como o pobre Dom Vasco, só Deus sabe o fim que me aguardaria!...

1- Cinquenta dias depois da Páscoa. Quando a Igreja celebra a descida da terceira pessoa da Santíssima Trindade sobre os apóstolos de Jesus.



Capítulo 51

Gozo do Reverendíssimo

Entrementes, o bispo Sardinha padecia. Privado fazia anos dos prazeres da carne, os da mesa eram, para ele, o deleite supremo. Ver-se obrigado a trocar a boa e rica comida de Tristeza por aquele passadio inosso que lhe serviam comprometia-lhe seriamente o prazer de viver. Se, antes, o aroma que escapava da cozinha fazia suas papilas fabricarem água na boca, sentar-se à mesa, agora, limitava-se a um dever. Dever bem triste, ao qual se submetia de má vontade e péssimo humor. De nada adiantavam suas censuras ásperas, gestos irados e ameaças de todo tipo. O passadio parecia-lhe sempre sem gosto, fazendo-o sentir-se como um porco comendo lavagem, ou um desses cães vadios que sobrevivem fuçando monturos. Resultado: as reverendíssimas tripas não funcionavam mais como de costume, o ventre despencava em pregas frouxas sobre a cintura, e sua disposição de espírito tornara-se corrosiva.

Do alto do púlpito, em um dos seus concorridos sermões de domingo, chegou mesmo a invocar os versículos 1 a 4, do capítulo 16, do Livro de Jeremias, um dos quatro profetas maiores do cristianismo:

E veio a mim a palavra do Senhor, dizendo: Não tomarás a ti mulher, nem terás filhos nem filhas neste lugar. Pois assim diz o Senhor acerca dos filhos e das filhas que nascerem neste lugar, acerca de suas mães, que os tiverem, e de seus pais que os gerarem nesta terra: Morrerão de enfermidades dolorosas, e não serão pranteados nem sepultados; serão como esterco sobre a face

da terra; pela espada e pela fome serão consumidos, e os seus cadáveres servirão de pasto para as aves do céu e para os animais da terra.

Que alvoroço! Um espanto assustado tomou conta da congregação. Entreolhavam-se hesitantes, uns fazendo questionamentos surdos, outros levantando os ombros em gestos de impotência. Poucas missas foram finalizadas com tão pouco recolhimento. As pessoas mal podiam esperar a hora de saída da igreja para se reunir em grupelhos e discutir a questão.

Que estaria querendo dizer o senhor bispo com aquelas palavras? Teria por acaso chegado algum emissário secreto do Reino? Acontecera algo que não sabiam? Tivera o Reverendíssimo uma revelação do Alto? Uma visão beatífica? Algum presságio lúgubre sobre o futuro do Brasil?

– Pois, para mim – comentou Garcia com o ex-colega da provedoria –, o homem está é com fome.

– Tolices – refutou o escrivão. – Quando já se viu bispo passar fome!

– Pois cá eu acho que esse aí está – asseverou. – Tu talvez não repara, ó meu amigo, porque vês o bispo quase todo dia. Eu, como agora só venho cá de vez em quando, percebo direitinho as bochechas do homem caindo e virando pelanca.

– Se calhar... Mas por quê? Ele não tem lá a casa dele, e recebe do trapiche d'el-rei tudo do bom e do melhor para o seu passadio?

– Eh, isso lá é verdade! – admitiu, para logo sair-se com outra suposição. – Vai ver, anda com saudades da Tristeza.

– Saudades de quê?

– Tristeza. A preta do capitão-governador. Ah, cozinha divinamente, a negra!

– Sim, eu sei. Jantei lá uma vez, e ainda guardo direitinho o gosto de um ensopado de borrego que comi.

– Então. Imagina quem ficou aboletado lá aquele tempo todo – riu-se. – Haja fartura que a fome... bispo não a atura!

António dos Reis comentou com o provedor-mor, que comentou com o ouvidor-geral, que comentou com o tesoureiro das rendas. Na reunião seguinte na Casa da Câmara, o assunto entrou na pauta dos altos-comissários do Reino.

Depois de umas tantas discussões, decidiram averiguar discretamente na Casa Episcopal. Conversa daqui, conversa dali, por caminhos tortuosos, concluíram que o senhor bispo andava mesmo mal-humorado e reclamando muito da comida. Dona Mariinha e Dona Anastácia foram convocadas a colaborar. Era preciso encontrar uma negra quituteira para atender o Sardinha.

– As minhas cá, não – apressou-se em negar Dona Mariinha, entroxada em seu vestido de sarja, com o suor escorrendo-lhe pelo rosto gordo. – Eu cá é que sei o que me custou meter alguma cousa na cabeça daquelas pretas!

E afetando ares de vaidade:

– Verdade seja, temos a melhor mesa de São Salvador. Portanto, se for para o bem do Reino e da Santa Madre Igreja, Dom Pêro Sardinha pode passar a ir comer lá em casa conosco. – Para completar com um sorriso, afetando perspicácia: – Onde come um Pêro, comem dois.

– Ora, Mariinha – recriminou Pêro Borges, o marido, temeroso dos gastos extras. – Homessa! O bispo tem lá a casa dele. Que lá se arranje!

Dona Anastácia não se sentia à vontade para oferecer a negra que tinha a seu serviço.

– É burra como uma porta! – garantiu. – Ainda bem que não somos muito exigentes com essas cousas de passadio. Temos cá outros deleites, não é mesmo Pedro Ferreira?

– A minha, igualmente, não é lá grande cousa – admitiu Cardoso de Barros, o provedor-mor. – Mas já agora, e a Dona Chiquinha, mulher do Jorge Pedrosa... Não era dela a negra que Dom Tomé comprou?

– Cruz-credo! – exclamou Dona Mariinha. – Aquilo é uma cobra! Seria capaz até de envenenar o bispo.

– Sabem de quem estava eu a lembrar-me? – ponderou Dona Anastácia, esposa do tesoureiro. – De Dona Sarita...

– A senhora do Fernando de Brito – quis certificar-se o provedor, sorrindo –, dos Brito de Montalegre?

– Família muito antiga de Trás-os-Montes – aderiu à brincadeira Pedro Ferreira. – Que tem ela, minha querida?

– Lembram-se daquele jantar que nos ofereceram na Epifania – continuou a esposa do tesoureiro –, quando abriram a tenda de comércio deles?

– Muito bem lembrado – orgulhou-se o marido, que recentemente descobrira poder ter prazeres com a esposa, quase tão bons como os proporcionados pela amante gentia.

Ao final do dia, o meirinho foi mandado convocar Fernando de Brito para uma audiência na Casa da Câmara.

– Do que se trata, meu rapaz? – questionou aflito.

– Sei não, meu senhor. O que mandaram foi Vosmecê comparecer lá amanhã, na primeira hora.

– Ah! Toma cá um golinho de vinho do porto – ofereceu às pressas, com ares de suborno. – Não ouviste nada?

– Muito agradeço – manifestou-se o rapaz de cara bexiguenta, agarrando o copo com avidez e entornando de um gole só. – Arre! Pudera eu ter mais disso vez ou outra...

– Passa cá de quando em quando. Oferta da casa. Mas dize-me: não ouviste nada?

– Muito agradeço, Seu Fernando. Se não ouvi? Ouvi só falarem qualquer cousa sobre o gozo do senhor bispo.

O foragido de Póvoa de Varzim gelou. Por certo, alguma das raparigas dera com a língua nos dentes. No confessionário, talvez. Teriam descoberto o embuste? E logo agora, com Dom Tomé em viagens! Vezes sem conta, vagueou ao longo do balcão. Já se via agrilhado, sendo despachado para o Reino. Perdendo tudo, inclusive aquela solarenga casa que construía do outro lado do

mundo. Ao rés do chão, o armazém; no andar de cima, a morada; no sótão, o depósito. Fechou o estabelecimento. Subiu a escada com passadas de condenado indo para o cadafalso e convocou a família. Nenhum dos três dormiu aquela noite.

Na manhã seguinte, tudo se esclareceu. Assim, enquanto a Igreja em Portugal perseguia os cristãos-novos por conta de supostas práticas judaizantes, uma boa mãe judia, possessiva e quituteira de mão-cheia, fora convocada pelas autoridades para dar gozo ao bispo do Brasil.

Cônsua da necessidade de bem servir aos detentores do poder, todos os dias, de segunda a domingo, depois de servir o desjejum e deixar o jantar e a ceia de filho e marido devidamente prontos, Dona Sarita saía de casa bem cedo. Passava no trapiche d'el-rei, fazia as melhores escolhas e saía com um cesto de mantimentos. Com seu passo miúdo e decidido, subia a *Ladeira da Preguiça*. Assistia à missa na igreja d'Ajuda e comungava. Metia-se então na cozinha da Casa Episcopal, para preparar os deleites gastronômicos do Reverendíssimo, sob o olhar atento dos acólitos, aprendizes de cozinheiro.

Os resultados não demoraram a se fazer notar. Três domingos mais tarde, do alto do púlpito, com as bochechas novamente rosadas, o ventre estufado e uma sensação de felicidade no peito, para regozijo da congregação, Sardinha recitou os versículos 38 e 39, do capítulo 78, do Livro dos Salmos:

Mas ele, sendo compassivo, perdoou a sua iniquidade, e não os destruiu; antes muitas vezes desviou deles a sua cólera, e não acendeu todo o seu furor. Porque se lembrou de que eram carne, um vento que passa e não volta.

Fez mais. Dignou-se, finalmente, a reconhecer o penhor da devoção de Fernando de Brito. Deu como válido o certificado de autenticidade do Madeiro da Santa Cruz, a preciosa relíquia oferecida à Igreja pelo cristão-novo Fernando Cordeiro, conhecido no Brasil por Fernando de Brito. Cristão-velho, "dos Brito de Montalegre, uma família muita antiga de Trás-os-Montes".



Capítulo 52

O novo lar

Asubida do Morro do Conselho nunca parecera tão ligeira para Garcia. Ainda que o guinchar do carro de bois denunciasse um esforço extraordinário do par de mulas que o puxavam ladeira acima – já que ele se recusava a pôr seu gado para fazer serviço pesado –, chegou ao topo bem mais rapidamente do que gostaria. Nos dias anteriores os cunhados haviam trazido as rezes e a criação. Garcia agora vinha com suas ferramentas, dornas, pipas, polias, cordas, mudas de roupa e um engradado atulhado de patos e galinhas.

Diogo Álvares, Dona Paraguaçu e os três filhos homens do casal, acercaram-se cheios de sorrisos. Uma outra mulher também cruzou o terreiro, mas não veio na mesma direção. Cabelos ao vento foi caminhando lentamente para a beira do penhasco, como se interessada em contemplar a vista do mar.

Observada de costas, Uyara seria bem capaz de atrair olhares. O camisolão de tecido fino que usava deixava entrever a silhueta de pernas longas bem torneadas, coxas grossas, ancas espaçosas, traseiro bem fornido. Quase inteiramente coberto por uma cascata de cabelos lisos que chegavam à cintura, o dorso aprumado era marcado por espáduas largas e fortes, que, coroadas por uma cabeça bem conformada, compunham a figura de uma mulher dotada de carnes rijas e boa postura.

– E então, meu rapaz – perguntou Caramuru, cheio de gentilezas –, alguma dificuldade para passares aí com o carro pelos ribeiros do

caminho? Eu te vi cá de cima, atravessando o Rio Vermelho. Não me pareceu que tenha sido tão difícil assim.

– Até que não foi, não, Diogo Álvares – respondeu o rapaz, ligeiramente embaraçado. – Fiz como tu mandaste. Correu tudo bem.

Sempre sorridente, Dona Paraguaçu deu dois tapinhas no peito de Garcia e foi cuidar de descarregar o engradado dos patos e galinhas. Estas, amontoadas umas sobre as outras, já metiam o pescoço para fora das varas e, tremelicando a cabeça, perscrutavam em volta com olhar curioso.

Garcia pegou sua trouxa de roupas e levou para dentro de casa. Dois bancos toscos, de madeira lavrada, eram os únicos móveis da sala. Mesmo assim, dava para perceber que mãos caprichosas haviam feito um bom trabalho ali. O chão de terra batida tinha sido varrido com esmero. Pelo odor característico que exalava, notava-se que fora borrifado com água recentemente. Os potes, montados sobre forquilhas fincadas no chão, cheiravam a argila molhada e tinham as bocas cobertas por paninhos debruados com delicado trabalho de agulha. Galhos de pitangueira, pendurados à estrutura do telhado de palha, aliados às folhas da mesma planta espalhadas pelo chão, emprestavam ao ambiente certo aconchego. Armadas lado a lado, duas redes, muito brancas e cheirando a limpo, compunham o dormitório do casal. Garcia passou por baixo do encordoamento de uma das redes e colocou sua trouxa de roupas numa das pontas do estrado de varas, montado à feição de prateleira. Na outra extremidade do jirau, já havia um balaio de cipó trançado, cuidadosamente coberto por um pano de algodão bem branquinho.

Olhando para o cesto com ar de curiosidade, Garcia passou os dedos em garfo pelos cabelos e comentou com os seus botões: *Agora não tem mais jeito, seu moço. É hora de encarar a assombração. São Pedro de Rates que me ajude!...*

Batendo as mãos, uma contra a outra, para livrá-las do pó, Caramuru veio com passo decidido ao encontro do genro na porta

da casa. Parecia ter remoçado um par de anos, tão bem-disposto se mostrava nos dias mais recentes.

– Tudo arrumado, meu rapaz – foi dizendo, com inflexão de voz entre cortês e apressado. – As tralhas que tu trouxeste já estão no lugar e as vacas que te prometi, no curral. Agora, deixa eu ir-me embora, que careço apanhar as brisas do finalzinho da tarde. Paraguaçu e os meninos já estão se despedindo de Uyara. Queres que te apresente à tua mulher, ou tu mesmo cuidas disso?

Garcia emitiu meio sorriso, pelo inusitado da situação.

– Podes deixar que eu mesmo cuido, ó Diogo Álvares.

– *Entonces...* Até mais ver. Cuida bem da minha menina. Se precisares cá de alguma cousa, conta comigo.

E depois de dois tapas camaradas no ombro do genro, deu-lhe as costas e saiu apressado, chamando a altos brados Dona Paraguaçu e os filhos homens.

O tardio pôr do sol de janeiro derramava tons encarnados sobre as terras de Santa Cruz. A passarada voltava aos ninhos, fazendo farfalhar com sua algazarra as folhas das árvores mais próximas. Um mugido longo e rouco do touro *Guaraguá* transmitiu segurança às vacas recém-chegadas, e também aos patos e galinhas, que subiram em seus poleiros novos com a certeza de estarem em boas mãos. Imóvel sobre as próprias patas, *Cricaré*¹, o cavalo de Garcia, abriu seu olho imenso e remelento e afetou ares nostálgicos.

A vela branca do barinel de Diogo Álvares já não era mais vista no horizonte. Uma lua imensa, tirante à amarelo, emergiu das águas do oceano e subiu ligeira para o seu lugar no firmamento. Com os braços cruzados sobre o peito, Uyara continuava imóvel à beira do penhasco, sem se dar conta de que a pele eriçava-se com o frescor da brisa. Seu espírito vagava longe. Fora difícil, para os pais, persuadi-la a deixar seu velho e seguro refúgio para viver com aquele desconhecido.

– Faça isso por mim, minha filha – dissera-lhe Caramuru, segurando-a pelos ombros e olhando-a nos olhos. – Estou cá para

morrer, e não vou sossegado sem te deixar um amparo nesta vida.

Acostumada à solidão, Uyara, que fizera de si mesma a melhor companhia, resistira o quanto pôde. Pedira uns dias para pensar melhor. A mãe interferira e o pai aquiescera. No íntimo, no entanto, a moça sabia ter poucas escolhas. Quando o homem arroga-se nos seus direitos de superioridade, ao sexo frágil só resta mesmo cumprir. E agora estava ali, naquele lugar bonito, mas estranho, com um homem que nunca vira antes, a quem precisava alimentar e servir.

– Boas noites – ouviu atrás de si, com o coração angustiado, como sendo comprimido pelas tenazes dos temores que a assaltavam. – Sou cá o Garcia. Tu és a Uyara, pois não?

Por um instante, teve ímpetos de se lançar ao abismo e acabar com o sofrimento de uma vez. Lembrou-se, todavia, que a sua “mãe-velha”, a tia, certa feita, prevendo tentações daquela ordem inspiradas por maus espíritos, fizera-a prometer que nunca se submeteria. Do contrário, seu *anga*² ficaria vagando pelo mundo, sem jamais chegar a *Guajupιά*, o lugar de delícias situado para além das altas montanhas, onde só entravam os melhores guerreiros e as mulheres realmente dignas.

A moça girou o corpo devagar e Garcia, esforçando-se para demonstrar serenidade, pode finalmente conhecer o rosto da filha reclusa de Caramuru, a nova companheira que lhe haviam arranjado. Os cabelos longos e escorridos, partidos ao meio, formavam quase um véu, deixando pouca coisa à mostra no rosto de Uyara. As sobrancelhas eram baixas, espessas, e quase se encontravam na base do nariz afilado. A boca parecia graúda, bem desenhada, e o queixo tinha aquele arrebitemento típico das pessoas voluntariosas. Porém, o que mais chamava a atenção de Garcia era o provocante par de seios, que a filha de Caramuru lhe permitia adivinhar através do generoso decote do camisolão frouxo que usava.

– Sou Uyara – falou a mocetona, tão reservadamente quanto um lamento arrancado do fundo da garganta, com as vistas postas ao chão.

– Olha, Dona Moça – contrapôs o rapaz, que passara um bom quarto de hora ensaiando o que dizer, para finalmente acabar se confundindo e se esquecer das frases tantas vezes exercitadas. – Para tudo dá-se sempre um jeito!

1-Dorminhoco, em tupi.

2-Espírito, em tupi.



Capítulo 53

Porto dos Escravos

Apartir do Espírito Santo, com ventos de través¹ e a ameaça de tempestade, a nau *Conceição* foi obrigada a afastar-se da costa percorrendo longo arco mar adentro. *Há males que vêm para bem*, considerou Pêro de Góis, que não se sentia nem um pouco animado em visitar São Tomé, sua fracassada capitania, que o governador insistia em conhecer. Ali havia empregado quinze anos da sua vida. Quinze anos! E para quê? Para ver tudo destruído na guerra dos desordeiros do vizinho Espírito Santo contra os índios goitacás. Os seus canaviais e o arremedo de engenho haviam sido incendiados, os colonos foram mortos, e da Vila da Rainha, sede da capitania, só sobrara escombros. Ele perdera tudo. Até um olho. Não fosse Martim Afonso, que se empenhara em incluí-lo naquela expedição do primo Dom Tomé, decerto estaria passando privações no Reino.

Os ventos de través continuavam e a tempestade caiu. Abandonou-se, assim, também a ideia de adentrar naquela grande baía que, a 1º de janeiro de 1502, imaginando tratar-se da foz de um grande rio, Américo Vespúcio havia batizado como Rio de Janeiro. Só uma semana depois o vento virou. Feitas as correções de rota, a *Conceição* pode finalmente aproximar-se da costa e penetrar no grande golfo, ao fundo do qual situava-se o chamado Porto dos Escravos.



Na sua viagem de reconhecimento, Américo Vespúcio havia batizado o local como São Vicente, já que ali chegara a 22 de janeiro, dia consagrado ao padroeiro de Portugal. Em todo o caso, trinta anos depois, quando Martim Afonso e Pêro Lopes de Sousa ali desembarcaram à frente de quatrocentos homens, para conduzir o primeiro plano de colonização do Brasil, por trás das centenas de nativos perfilados na praia surgiu um homenzarrão de cabelos negros, cortados à moda índia, falando português.

– João Ramalho – apresentou-se o homenzarrão nu, com o corpo pintado para a guerra, à feição dos gentios.

– Ora, não é que temos cá um patrício! – admirou-se Martim Afonso, agradavelmente surpreendido, retirando a mão do punho da espada e relaxando um pouco a expectativa de combate. – De onde és tu, homem, que fazes cá nas Terras de Santa Cruz?

João Ramalho era da aldeia de Vouzela, distrito de Viseu, na Beira Alta portuguesa. Filho de gente muito pobre, fora preso aos quinze para dezesseis anos ao tentar furtar a moedeira de um fidalgo. Transferido de uma cadeia para outra, por conta das sucessivas tentativas de fuga, acabou sendo condenado à pena de degredo nas Índias. Espírito indomável e irrequieto, mas cativante pela disposição de gracejar em meio ao drama, tantas traquinadas aprontou a bordo da caravela que, à altura das costas do sul do Brasil, o capitão mandou lançá-lo ao mar. Um grupo de garotas índias, que catava conchas na praia, encontrou-o desacordado e divertiu-se com ele. Levado em meio a algazaras para a aldeia, acabou seduzindo a todos com o seu jeito prazenteiro de punguista de coração terno. Não demorou muito, tomou como mulher Bartira, “a flor da árvore”, uma das filhas de Tibiriçá, o chefe tupiniquim.

Veza ou outra, navios a caminho das possessões espanholas do Rio da Prata fundeavam ali, para se reabastecer de água. Ambicioso, o carteirista degredado anteviu o ensejo de ganhar dinheiro. Montou com o sogro um rendoso negócio: venda de escravos, recrutados entre os prisioneiros de guerra carijós.

Agora, aos quarenta e dois anos, com mulheres, filhos e até netos espalhados pelas aldeias da região, João Ramalho era o efetivo senhor daquelas terras. Sua liderança era indiscutível e acatada por nada menos que vinte e cinco mil nativos. E ele tratou logo de deixar isso bem claro para os recém-chegados.

Pêro Lopes de Sousa, tão vigoroso de músculos quanto carente da faculdade de adaptar-se a situações novas, era homem de princípios rígidos, daqueles que se obstinam em cumprir as ordens recebidas a qualquer custo. Martim Afonso, não. Embora só um ano mais velho que o irmão, era pouco dado a escrúpulos. Para justificar-se, gostava de dizer que os bons nunca são sempre bons, nem os maus inteiramente maus. Tratou logo de aliar-se a Ramalho.

Fez bem. O degredado intermediou a tomada de posse das terras pelos emissários de Sua Majestade, e até ajudou a erguer a torre de pedra e cal que assinalava a existência de São Vicente, a primeira vila do Brasil. Fez mais. Convenceu o sogro a mudar-se para o alto da serra e, em troca de munição e armas, vendeu alguns prisioneiros carijós aos patrícios portugueses, para os trabalhos mais pesados.

As primeiras experiências plantando cana-de-açúcar se mostraram animadoras. Tão promissoras que, poucos meses depois, Martim Afonso despachou o irmão de volta a Portugal. Notificava ao rei: fazer açúcar nas Terras de Santa Cruz era viável. Todavia, dedicação e boa vontade só não bastavam. Para gerar riqueza naquelas terras longínquas, era preciso que a Coroa se dispusesse a abrir os cordões da bolsa. Sobretudo para construir engenhos, que só os mestres de açúcar da Ilha da Madeira sabiam fazer.

O dinheiro não veio. O que chegou, muitos meses depois, foi uma carta de Dom João Terceiro, dizendo haver mudado de ideia. Face ao terremoto que sacudira Lisboa, não dispunha de recursos para colonizar o Brasil. Decidira, então, dividir a Província em quinze lotes de terra, de cinquenta léguas de beira-mar cada um. Seriam

entregues a pessoas que pudessem, com os seus próprios meios, desenvolver e povoar Santa Cruz. Para ele, Martim Afonso, e para o irmão – que, aliás, criara problemas diplomáticos no retorno do Brasil, ao dar combate a navios corsários franceses do poderoso Jean Angot, o visconde de Dieppe –, Sua Majestade mandara reservar cento e cinquenta léguas de costa. Que ele escolhesse, para si e para o irmão, os lotes que lhe parecessem os melhores e os mais promissores.

Martim Afonso irritou-se com a mudança de planos. Colonizar aquelas terras era o seu objetivo, mas não com recursos próprios. Ademais, decorridos quase três anos desde que saíra do Reino, sentia falta da proximidade do poder. Decidiu voltar para Portugal. Não obstante, para não abandonar tudo o que havia começado naquelas terras, que desde já considerava como suas, autorizou a permanência de uma centena e meia de homens, sob a liderança de um jovem e promissor militar de nome Pêro de Góis.



Martim Afonso nunca mais voltou a São Vicente. A despeito da generosidade d'el-rei em conceder-lhe as terras, não se sentia disposto a empenhar o que tinha numa empresa aventureira como aquela. Depois de entrevistar-se com o seu companheiro de infância, que agora era o rei, e entender-se com o todo-poderoso primo, o conde de Castanheira, preferiu candidatar-se ao cargo recém-criado e ainda vago: capitão-mor do mar das Índias.

– Está bem – aquiesceu o jovem António de Ataíde, o conde Castanheira, com aquele sorriso vaidoso que os poderosos sabem tão bem ostentar. – Mas ouve cá o que te digo, ó Martim: as Índias não são o Brasil. Os gentios de lá não obedecem a nenhum João Ramalho. São encarniçados e lutam de verdade. Em todo o caso, se conseguires con-quistar Diu e Damão, portos estratégicos para nós no Oriente, penso poder convencer Sua Majestade a te fazer vice-rei das partes das Índias.

– E o Nuno da Cunha? – quis saber Martim Afonso, excitado com a perspectiva de vir a ganhar os cinquenta mil cruzados por ano, que a Coroa pagava ao vice-rei.

– Ah o Nuno! – confidenciou Castanheira, orgulhoso em mostrar sua proximidade com el-rei. – Pesam sobre ele graves acusações. Corrupção, felonias... Fiasco, enfim.

– E as minhas donatarias lá em Santa Cruz?

– Não te preocupe. Continuarão sendo tuas – confirmou o conde. – Tanto a de São Vicente quanto a do Rio de Janeiro. E para o Pêro Lopes, também já consegui outras duas. Desse modo, da foz do Rio Macaé, no Rio de Janeiro, até a Ilha de Santa Catarina, fica tudo cá em família.

Martim Afonso sorriu. Estava com trinta e quatro anos, o irmão com trinta e três, e já eram senhores de terras maiores do que Portugal inteiro.

– E já agora, por que não nomeias Dona Ana Pimentel tua procuradora? – sugeriu Castanheira, para não dar margem a acusações de abandono pelos primos, das terras doadas pelo rei. – Como dama de companhia de Dona Catarina²...

– Tens razão. Boa ideia. Minha esposa bem pode ser cá minha procuradora. Farei isso. – Coflava a bem cuidada barba em leque, que lhe emprestava, desde sempre, certo ar de potentado oriental. – Mas te queria pedir um adjutório.

– Outro? – gracejou condescendente o conde. – Dize lá.

– É para o Pêro de Góis. Aquele moço de armas que levei para São Vicente e que deixei lá como meu lugar-tenente.

– Sei... E que mercê queres tu para o tal sujeito?

– Queria que tu desses uma dessas capitanias aí para ele.

– As terras não são minhas, ó Martim – teve de admitir o todopoderoso. – E queres que eu faça Dom João doar uma capitania para alguém que eu sequer conheço?

– Faze isso. Por mim – pediu, com a segurança que lhe conferia a intimidade com o primo. – É um moço às direitas. Ficar-te-á eternamente grato. E eu também.

Martim Afonso partiu para a Índia no comando de dois mil homens. Em Goa, tratou logo de granjear a simpatia dos fidalgos portugueses lá residentes, como forma de neutralizar alguma intriga que Nuno da Cunha, o melindrado vice-rei, pudesse tramocar contra ele. Aliando-se ao sultão de Cambaia, mesmo ao custo de saquear aldeias desarmadas e cometer todo tipo de atrocidades, conquistou Diu e Damão. Uma vitória e tanto! Principalmente, porque Nuno da Cunha já havia tentado o mesmo feito e sofrido derrota. De volta ao Reino, Martim Afonso foi nomeado vice-rei das partes das Índias. A maior glória que poderia almejar. Por enquanto. Aquilo só não lhe bastava. No íntimo, sonhava era com uma posição, na qual pudesse competir com a influência do primo sobre el-rei.

Antes de partir de volta para assumir o posto, dessa feita levando o jesuíta mais tarde canonizado como São Francisco Xavier, causou furor na corte ao comprar o castelo de Alcoentre, nos arredores de Lisboa. E cobrado por Castanheira para que aplicasse algum dinheiro em suas terras do Brasil, associou-se a um holandês – que aprendera as artes de fazer açúcar na Sicília –, para a construção de um engenho em São Vicente.

A produção do engenho no Brasil rendia alguma coisa. Nada, contudo, que enchesse os olhos de Martim Afonso. Era como vice-rei, temido e bajulado pelos potentados orientais, que se sentia no seu ambiente. Arrancava deles o que podia, e também o que não devia. Inclusive vultosos empréstimos, que jamais teve intenção de pagar. A notícia de suas falcatruas acabou chegando a Lisboa. O primo Castanheira conseguiu aplacar a ira real, mas não a ponto de evitar sua destituição. E em 1545, um novo vice-rei chegou a Goa para substituí-lo. Resultado: Martim Afonso voltou para Portugal efetivamente rico. Muito rico, mas gozando da antipatia de Dom João Terceiro.



Agora, quem visitava sua capitania era o “primo pobre”, Tomé de Sousa, a quem o “primo todo-poderoso”, o conde de Castanheira, fizera governador-geral do Brasil. E era João Ramalho quem recebia o novo tenente de Sua Majestade. Não estava ali por acaso. Morava no alto da serra, mas seus olheiros em *Paranapiacaba*³ sempre lhe avisavam da aproximação de algum navio, a tempo dele poder receber os recém-chegados.

– É um grande prazer, meu senhor – saudou o homenzarrão de barba grisalha, ainda muito esguio e forte para os seus sessenta e três anos. Não andava mais nu; traficando escravos índios com os capitães de navios espanhóis, adquirira roupas europeias e se dera falsos ares fidalgos. – Mas quem vejo, homessa! Ora se não é o tenente do Martim Afonso!

Pêro de Góis sorriu e adiantou-se para cumprimentar o velho traficante.

Dom Tomé encantou-se com o João Ramalho. Seu jeito brincalhão lembrava o de Diogo Álvares. Ah, se houvesse mais homens como aqueles no Brasil!, cogitou. E pensar que ambos só estavam ali por mero acaso. Dois safardanas, que bem podiam estar mofando num calabouço no Reino, mas que haviam logrado mudarem o próprio destino.

¹-Vento de direção perpendicular ao eixo de comprimento do barco.

²-Dona Catarina de Áustria, esposa de Dom João Terceiro e rainha de Portugal.

³- Em tupi, “lugar de onde se vê o mar”.



Capítulo 54

Mulher nova

O mar assumira uma tonalidade cor de ardósia. As ondas, que faziam marola antes de arrebentar nos penedos, lembravam espuma de prata. No céu, já parecia quase inteiramente debelado o incêndio do pôr do sol. A passarada e os animais da criação estavam no primeiro sono. A luz do luar envolvia o casal postado frente a frente e em silêncio, à beira do penhasco.

Garcia tomou uma vez mais a iniciativa. Com modos gentis, levou o polegar e o indicador ao queixo da moça. Ela resistiu um pouco em levantar o rosto e apertou os olhos. O marido descerrou-lhe cuidadosamente uma das abas do véu de cabelos. Nada anormal. Experimentou a outra face. Três cicatrizes paralelas, três vincos rasos, nasciam na parte mais saliente do rosto de Uyara, desciam pelo pescoço e mergulhavam decote abaixo. *Cá está o estrago feito* – pensou ele, com piedosa ternura.

– Com a vossa licença – pediu encabulado, depois de outro angustiante minuto de silêncio.

E fez escorregar suavemente pelo ombro de Uyara uma das alças do camisolão. Já vira tantas mulheres nuas naquela terra, tantos peitos e traseiros, tantas *ratas* rapadas, que praticamente perdera o sentimento de pudor que lhe haviam impingido no Reino. Em todo o caso, talvez pelo contato do dedo com a pele macia, talvez pelo simples fato de estar desnudando uma mulher desconhecida, a excitação cresceu-lhe dentro das calças.

As marcas, deixadas pelas garras da jaguatirica, paravam pouco acima do mamilo eriçado daquele seio generoso, rijo, coroado por uma aréola intumescida e bem proporcionada. Garcia tocou sutilmente com o dedo na cicatriz e caminhou um pouco por ela.

– És bonita – sentenciou com voz embargada, enquanto decidia se recolocava a alça do camisolão no lugar. – Não carece preocupação com isso aí. Vamos para casa.

Os tendões e músculos de Uyara relaxaram, fazendo os ombros cederem um pouco. Aquilo estaria acontecendo, mesmo? Bonita, ela! Não, não podia ser verdade. O moço estava zombando. Mas ele não lhe vira o *cambuta*¹ e até correria o dedo pela ferida! O arremedo de um sorriso subiu-lhe pela garganta. Seria verdade? Será que caçar jaguatirica, para apor-lhes as carnes na chaga, dera resultado? Estaria ela bonita outra vez? Não. Aquilo deveria ser perversidade de *Ipupiara*, o gênio mau das águas. Ou coisa de *Anhanga*, o diabo. Quiçá, no lusco-fusco, o moço não enxergara direito. Mas... A lua não estava tão clara no céu? A mãe também não lhe havia dito, inclusive ainda há pouco, que a ferida era coisa do passado, que ela agora não deveria ter mais vergonha de se mostrar! Um fiapo de esperança grudou-se-lhe ao espírito, e a filha mestiça de Diogo Álvares recitou mentalmente, misturando as orações, a prece de agradecimento que o pai lhe havia ensinado quando menina.

*Ave Maria, graça recê tyricembaê (Ave Maria, cheia de graça);
Tour orêbe ndê reino (Venha a nós o vosso reino);
Tonhemonhang ndê remimotára (Seja feita a vossa vontade);
Yby pe, ybak pe onhemonhanga yaba (Assim na terra como no céu).*

– Vamos – insistiu Garcia, tomando-a delicadamente pela mão e tentando parecer simpático. – Ainda não tive comida hoje. Estou cá morto de fome.

Foi só o tempo de esquentar. A refeição, especialmente preparada sob a orientação de Dona Paraguaçu, já estava pronta

desde a tarde. Um guisado de carne de veado, cozido com chuchu, abóbora, batata-doce, banana-da-terra e umas folhas que ele não comhecia. O que sabia é que parecia muitíssimo apetitoso. E escanchado no banco tosco da sala, Garcia misturou a porção com a farinha de mandioca escaldada em caldo de peixe, servido à parte, sacou a faca da cinta, a colher da algibeira, e comeu com gosto.

– Uma delícia! – elogiou de boca cheia, às primeiras colheradas.
– Não terias aí por acaso um pouco de *cauim*?

A moça arremedou um sorriso que não lhe chegou aos lábios. Com passadas decididas, foi a um dos potes, montados sobre forquilhas fincadas no chão, e retirou uma pequena cuia da beberagem.

O *cauim* era bebida nativa, feita exclusivamente por mulheres. O processo consistia em cozer milho ou um tipo especial de mandioca e mastigar demoradamente, sem engolir, desencadeando, por intermédio da saliva, o processo de fermentação. Depois de novamente devolvida à água do cozimento, decantada e filtrada, o que restava era uma bebida levemente alcoólica, que não podia faltar às refeições de nenhum bom guerreiro que se prezasse. Garcia conhecera o *cauim* por intermédio de Jurucê. Mas é fato que o servido agora pela meia-irmã da sua ex-mulher parecia-lhe bem mais apetecível e suave.

– Excelente – elogiou, depois de um sonoro arrote, oferecendo à moça a sua cuia da bebida. – Toma. Experimenta tu também.

Uyara fez que não com um gesto de cabeça e retirou-se para a cozinha, nos fundos da casa. Tinham sido emoções demais. Não se sentia predisposta a beber ou comer nada. Preferia inebriar-se com os próprios pensamentos.

Via-se mocinha, feliz e sorridente, brincando com as irmãs e com a oncinha de cinco palmos e pernas curtas, que o pai trouxera para casa ainda filhote. *Chipiú*, ou “tico-tico”, como chamavam a jaguatirica, era muito querida na família. Sumia às vezes por uns tempos, mas sempre acabava voltando. Um dia, retornou prenhe.

Cercada dos maiores cuidados, escondera-se outra vez já pesadona pela gravidez. Apareceu com duas crias. Foi *Uyara* quem viu primeiro. Enternecida com a graciosidade dos bebês-onça, aproximou-se com palavras de elogio à mãe e tentou pegar um dos filhotes ao colo. *Chipiú* eriçou o pelo e grunhiu. A garota não deu crédito à ameaça e ralhou de brincadeira com a onça. Quando percebeu, a jaguatirica já saltava em cima dela, de boca arreganhada, garras e presas prontas para o ataque.

Atraído pelos gritos, o pai matou *Chipiú* e os filhotes a pontapés e pauladas. Mas o desastre estava consumado. As beberagens e unguentos que lhe aplicavam não faziam efeito. A carne dilacerada infeccionou e sobreveio os delírios da febre. Esteve entre a vida e a morte por tanto tempo, que nem se lembrava quanto. E quando finalmente se restabeleceu e conseguiu olhar-se ao espelho, o que viu deixou-a tão chocada, tão envergonhada com a própria feiura, que não permitia que ninguém mais se aproximasse. Vivia de cabeça baixa, se escondendo, virando o rosto, e nem mesmo a autoridade de Caramuru fora suficiente para persuadi-la a mudar a ideia que engendrara.

De tanto que insistiu, deixaram-na finalmente ir morar com Ariá, a "mãe-velha", uma irmã de Paraguaçu, que vivia sozinha do outro lado da baía. Dela diziam, na vila, ter perdido o juízo por falta de homem e pelo tanto de feitiços que sempre praticara. E Ariá tinha mesmo uns comportamentos estranhos. Andava sempre nua, mas nunca rapava os pelos do corpo ou se enfeitava. Os poucos dentes que lhe restavam eram quase negros, do tanto de folhas de *betim* que mascava. Costumava falar com as plantas, com os bichos e até mesmo com os espíritos, que garantia estarem sempre a seu lado. E à noite, antes de dormir, deixava que lhe entrasse por entre as pernas um bom palmo de *boiobí*, a cobra-cipó que criava. Ainda assim, uma mulher encantadora. Um ser humano muito especial, que rapidamente afeiçoara-se a ela e conquistara-lhe a confiança. Uma segunda mãe, que a punha no colo e pensava-lhe as feridas, dizendo palavras carinhosas. Com Ariá aprendera muita coisa que só os homens faziam. Caçar, pescar, fazer flechas e arcos. Mas

também a invocar os espíritos da floresta, cuidar de animais doentes e colher, no mato, certas plantas que serviam para todos os males, e também emprestavam à comida um sabor completamente diferente do habitual.

Contudo, muitas e muitas luas depois, um belo dia Ariá acordou mais alegre que de costume. Enquanto faziam o desjejum, confessou-lhe a razão de tanta felicidade. Seu dia finalmente chegara, disse. Estava indo para *Guajupιά*, o paraíso para além das altas montanhas. Mas que Uyara não ficasse triste nem se preocupasse. Ela estaria sempre pronta a ajudá-la. Bastava chamar. Dito isso, pediu auxílio para cavar uma cova funda, e levou para dentro sua rede e os seus cestos. Depois banhou-se, penteou os cabelos, sentou-se ao fundo da cova, fechou os olhos e morreu.

– Não vens dormir? – cortou-lhe o pensamento Garcia, que há muito a apreciava do vão da porta, sem que ela tivesse notado.

¹-Seios grandes, em tupi.

²-Tabaco, em tupi.



Capítulo 55

Paranapiacaba

Adespeito da ausência do donatário, aquilo, sim, era uma capitania que inspirava esperança, cogitou Dom Tomé. Além de São Vicente, quatro outros povoados já se haviam estabelecido. O governador foi visitá-los. Primeiro, *Engaguaçu*, ou “baía grande”, aos fundos do golfo, onde um sesmeiro, de nome Brás Cubas, erigira capela e uma espécie de hospital, chamado por ele de *Santa Casa de Misericórdia de Todos os Santos*¹. Tomé de Sousa elogiou bastante a iniciativa e nomeou-o capitão-mor e provedor da baixada. No litoral, umas nove léguas ao sul, conheceu Itanhaém, ou “bacia de pedra”, na língua tupi. Também gostou do que viu e elevou Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém à condição de vila. Depois, no alto da serra, iriam visitar Santo André, onde vivia João Ramalho, e Piratininga.

Tristeza que, desde a saída de São Salvador, não mais acompanhava o governador nem na cama, bateu o pé daquela vez. Queria, porque queria, ir conhecer os sítios no alto daquela serra, tão majestosa e bonita. Não suportava mais ficar internada no navio. Ademais, momentos há em que a gentileza dos homens chega às raias do inoportuno. Era bem o caso de Raposo, o piloto da *Conceição*. O moço mostrava-se solícito demais. Antecipava-se aos menores gestos da preta, sempre risonho. Temia que ele pudesse tentar alguma coisa se ficassem muito tempo sozinhos. Dom Tomé, que já surpreendera o jovem piloto de olhos dependurados em sua negra, acabou concordando.

A bordo de um par de batéis, o grupo seguiu pelo canal de água salgada, e depois, através de manguezais, até um ancoradouro. Dali, por áreas alagadiças, caminharam até o pé da serra que os nativos chamavam de *Paranapiacaba*, onde montarias os aguardavam. Mesmo que a picada na floresta fosse bem transitada, a subida era extenuante. Os animais esfalfavam-se e era preciso dividir as nove léguas em duas jornadas.

Do acampamento que armaram ao final da tarde, no alto de uma cachoeira, a paisagem era deslumbrante. Aos pés, o longo cordão de areia branca lambido pela imensidão azul do mar, envolvido em bruma suave, evocava qualquer coisa de sonho. Por toda parte, mata fechada de verde intenso, coroada das flores amarelas do pau-brasil e assemelhados; e de outras flores brancas, azuis e lilases, que desabrochavam de uma mesma árvore.

– É o *manacá* – explicou João Ramalho, que guiava a expedição.
– Ou “ramalhete ereto”, no falar dos gentios.

– Quanta beleza! – Enterneceu-se Manuel da Nóbrega, com a mão posta em viseira, impressionado com aquela árvore. – Três flores diferentes numa mesma planta!

– Verdade seja, meu padre, são diferentes não – corrigiu João Ramalho. – São uma mesma flor. Nascem brancas, no dia seguinte ficam azuladas, no outro roxas, e então caem. Mas como são muitas, e em diferentes fases de amadurecimento, dão esse matizado aí.

– Melhor ainda! – devolveu o jesuíta. – Nosso Senhor Deus é um criador incansável, não é mesmo? Bendito seja!

Tiraram os arreios dos animais e os amarraram com cabrestos longos, para que pudessem pastar e beber à vontade. Numa clareira de terra batida, pouso habitual dos que subiam a serra, estenderam mantas e acenderam uma fogueira. Os bornais, os odres de vinho e hidromel, foram abertos e fizeram uma refeição leve, mas divertida. João Ramalho ia contando aventuras e passagens engraçadas da sua vivência com os nativos. Sorriram

bastante, se deram boas-noites e trataram de acomodar-se para dormir.

Tristeza também, mas não conseguia conciliar o sono. Como parecia diferente aquele acampamento dos que vivenciara entre sua aldeia nativa e a chegada à beira-mar. Como era imensa e bonita aquela nação, que há tanto tempo percorriam e nunca que se acabava. Como era agradável sentir-se merecedora de atenções, protegida e respeitada, inclusive por aqueles homens de saias, que as pessoas reverenciavam e até beijavam a mão. E tudo por causa daquele grande chefe branco, que roncava a dois passos dela, encolhido em sua manta, tão desamparado e inofensivo quanto um menino. *Andiqondi* já nem fazia falta. Ainda lembrava-se do primeiro amor, às vezes, mas com o sentimento daquelas coisas boas que simplesmente passaram. Por onde andaria ele? Em casa, haviam ensinado a ela que a vida nunca se acaba. Que a morte, por triste que fosse, era passageira. Sonho. Um dia, acordava-se e tudo continuava. Numa boa tribo, se a pessoa fosse boa. Numa tribo má, se fosse ruim. *Andiqondi* era um homem bom. Decerto acordara do sonho e estaria em boa tribo.

Já não se ouvia mais o arquejo ofegante das montarias. Só se escutava o roncar dos homens, o pio lúgubre das corujas, e o murmurejar incessante da cachoeira. A negra passou a mão entre as pernas e levou-a ao nariz. Não era nada agradável o odor que vinha dali. Levantou o braço e procurou aspirar a impressão que o olfato captava. Fedor horrível! Desde que saíra de São Salvador, não sabia o que era um banho de verdade, e lá se iam umas tantas luas. O rumorejar daquela cachoeira e o belo rio de seixos que visitaram há pouco, era um convite irresistível. Precisava muito de um banho. Só mesmo quando atravessara o oceano no porão de um navio, sentira-se cheirando tão mal. Seria por isso que o seu senhor não a procurava mais? Água farta, sabão de sebo e cinzas, era do que ela precisava.

Tomando cuidado para não fazer ruído, levantou-se um pouco sobre os cotovelos e remexeu a trouxa com os pertences que

trouxera. Reconheceu a agudeza do pente de chifre e a maciez do sabão. Recolheu ambas as coisas, desvencilhou-se da manta, e saiu à socapa, tateando em direção ao rio que desaguava na cachoeira.

1-Este teria sido o primeiro hospital do Brasil, que acabou dando origem à cidade de Santos, no atual estado de São Paulo.



Capítulo 56

Moça donzela dá trabalho

O coração de Uyara mudou de compasso. O moço que lhe haviam destinado como marido perguntava se ela não iria dormir. Aquilo era uma espécie de senha, sabia. Quando lhe entregara a cuia de cauim, percebera nos olhos dele a promessa de que iria visitá-la mais tarde na rede. E era aquilo que ela temia. Não que o rapaz lhe parecesse desagradável. De fato, mostrara-se tão atencioso e gentil, que conseguira ganhar-lhe até certa confiança. Mas daí a... Não. Ela nunca tivera homem na vida. Afora as bolinações quando em criança, o máximo que até então se permitira fora, na solidão das noites depois da morte de Ariá, pôr entre as pernas a cobra-cipó da "mãe-velha".

Da primeira vez, fizera aquilo com sentimento de culpa e com o coração apertado de receios. A curiosidade fora mais forte. Repetira muitas vezes depois. A serpente era bem acostumada. Conhecia o caminho. Tremelicando a língua fina tratava de encontrar a entrada, provocando arrepios, comichões, formigamentos. Sentimentos de agradável ansiedade a consumiam naqueles momentos. Não demorava muito, e logo uma sedosa umidade brotava e escorria-lhe no íntimo. Alongar ao máximo aquele embate era prazeroso. Os músculos ora contraíam-se, ora relaxavam. Os nervos ora encapelavam, ora distendiam-se, resultando em um estado de lassidão muito agradável. Só quando a sensação de urgência tornava-se muito forte, arqueava as pernas e separava as paredes da gruta, abrindo passagem para *boiobi*. Oh, que gostoso quando a cobra, forçando a entrada, começava a esgueirar-se, deslizando

para dentro, preenchendo-a! Que deleite quando *boiobi*, impedida de prosseguir, agitava-se dentro dela, contorcendo-se e tremelicando a língua.

– E então – insistiu Garcia –, vens dormir, Dona Moça?

Cabelos ao vento, andar indeciso, Uyara atravessou o terreiro e caminhou em direção à porta. Por conta da luz da lua, o diáfano camisolão deixava transparecer o bico empinado dos seios e corpo maciço, bem-talhado, com um triângulo escuro à altura da virilha. Garcia excitou-se ao perceber aquilo. Nunca vira uma mulher com pelos ali. Cabeça baixa, a mocetona aproximou-se. Ele atravancava parcialmente a passagem. Uyara contraiu o ventre e levantou os ombros, retraindo-se para conseguir passar pela porta. O moço a reteve pela cintura e alisou-lhe os cabelos.

– Tu és bonita – segredou-lhe com voz embargada.

Introduzida pelos cabelos, a mão passou para a base da nuca e depois para as espáduas. Intrometeu-se pelo decote e foi descendo pelas costas até a raiz da espinha. A almofada daqueles dedos estranhos acariciavam demoradamente a pele morna, intocada por mãos de homem. Um movimento rápido, e o rapaz conseguiu fazer o camisolão cair de um ombro, e logo em seguida do outro, para ser puxado depois corpo abaixo, até enrodilhar-se no chão.

Uyara estava nua e inerte. Aquelas mãos, que pareciam andar por toda parte, agora apalpavam-lhe os seios, o ventre, desciam para as ancas e subiam-lhe pelas coxas, resvalando no emaranhado de pelos. Antecedido de um bafo morno, o moço beijou-a nos ombros, mordeu-a de leve o pescoço e lambeu-lhe o peito. Um peso nos rins, uma lassidão, uma sensação de urgência fez a moça lembrar-se de *boiobi*. Entreabriu um pouco as pernas e encostou-se mais naquela espada, que roçava-lhe o corpo. Garcia arriou a braga, os calções largos que vestia, e guiou a espada para a bainha.

A posição era incômoda. Por mais que ele tentasse, não conseguia. Desembaraçando-se das roupas que lhe tolhiam os

movimentos, pegou-a pela mão e levou-a para dentro de casa. Meia dúzia de passos que pareciam uma légua. Sentou-se no banco da sala e forçou-a a sentar-se sobre ele. Uyara sentou-se de costas. Pesadona. Sem jeito. As ancas largas eram maiores que o colo do parceiro. Sentia-se meio ridícula naquela posição. Mas ele ficou alisando-lhe os seios e mordiscando-lhe o ombro. Descerrou o véu de cabelos e lambeu-lhe as costas. A moça se arrepiou, mas logo relaxou os músculos. Garcia levou o dedo médio à boca, umedeceu-o com saliva, e agora perscrutava com ele a passagem secreta. Tateou, caminhou com o dedo pela cava, introduziu-o pela cortina e encontrou a gruta.

– Donzela? – sussurrou-lhe ao ouvido.

Ela confirmou com um gesto de cabeça.

Até então, Garcia nunca havia estado com mulher donzela. Verdade seja, tinha pouca prática nos quefazeres do amor.

Enquanto vivera com o santo frade, caminhando sozinho pelas vielas de Santiago de Compostela, vez ou outra, marafonas ofereciam-se a ele. No princípio, fugia das perdidias como o diabo foge da cruz. Certa feita, já rapazinho, finalmente animara-se. Contudo, como não tinha dinheiro, fora mandado ir mamar nos peitos da mãe.

Quando o agostiniano morrera em Rates, ele ficara sozinho no mundo. Precisara trabalhar para sobreviver. Trabalhar duro. Mulher nem lhe passava pela cabeça. Mais tarde, já a serviço de Dom Tomé, nas vezes que fora a Póvoa de Varzim, interessara-se por uma rapariga ou outra. Amores platônicos, todavia. Verdade que cometera o pecado de Onã¹. E como! Porém, só perdera a castidade, para valer, no Brasil. Com Jurucê. Primeira e única. Oh, ensinara-lhe muito aquela outra filha de Caramuru! Mas não como tratar moça donzela.

Agora, estava preocupado. Como deveria proceder?

– Levanta-te um pouco – pediu.

Uyara atendeu. Ajeitando-se no banco, o moço guiou uma vez mais a espada para a bainha.

– Senta-te agora – comandou ofegante. – Senta-te, Dona Moça. Bem devagar. Para tudo dá-se sempre um jeito. Senta-te. Devagarzinho. Isso. A... a... assim...

[1](#)-Automasturbação masculina.



Capítulo 57

Santo André

Acordaram com o raiar do sol, envolvidos pela bruma úmida e fria que encobria a serra de *Paranapiacaba*. Dom Tomé deu pela falta da negra. Imaginou que estivesse no mato fazendo alguma necessidade. Tomaram desjejum magro, enrolaram as mantas, arrearam os cavalos. Estavam preparados para partir. Tristeza não aparecia. O governador começou a mostrar-se preocupado. Decidiu dar o alarme. Os milicianos, João Ramalho, Pêro de Góis, os padres e ele próprio palmilharam cada polegada da mata em volta e das margens do rio encachoeirado. Sobre uma pedra, um soldado encontrou um pente de chifre e aquelas manchas esbranquiçadas deixadas por sabão.

– Sim, é o pente da preta – garantiu Dom Tomé, com o coração apertado por maus presságios. – Procuremo-la.

Um sargento foi amarrado a uma corda e posto a descer pela queda-d'água, com ordens de empenhar-se em descobrir alguma pista lá embaixo. Na bacia, ao sopé da cachoeira, a corda foi afrouxada e o homem teve de dar braçadas vigorosas para livrar-se da correnteza e alcançar a margem. Meteu-se pelos matos por bem uma meia hora. Quando retornou, já pelo outro lado da corredeira, fazendo sinais negativos com a cabeça, perderam-se quaisquer esperanças de encontrar Tristeza. Viva ou morta.

– *Requiescat in pace* – recitou Nóbrega, desenhando com a mão uma grande cruz no espaço.

– *Amen* – respondeu o padre Leonardo Nunes.

– Meus sentimentos – segredou o caolho Pêro de Góis, cerimonioso, dando dois tapinhas no ombro do governador e afastando-se, para ajudar a içar o sargento.

Com o espírito enevoado pela dor da perda, e pouco inclinado a conversar, Tomé de Sousa rogava pragas mudas. Maldito Raposo, o responsável por ele haver concordado em trazer Tristeza! Maldita mania, aquela da preta, de to-mar tanto banho! Acabaram de subir a serra. Finalmente, chegaram ao rio *Tamanduateí* e ao arruamento de casas de taipas chamado Santo André. João Ramalho ia à frente, mantendo no rosto aquela máscara de sisudez que se cos-tuma afivelar na cara depois das tragédias. Sem se darem conta da ocorrência funesta, os moradores que iam saindo de suas cabanas esmeravam-se em cumprimentos e sorrisos. A notícia de que *Itanhahém* fora elevada à condição de vila já era conhecida ali, e esperava-se tratamento semelhante.

No cruzeiro erguido no centro do arruado, secundado pelo padre Leonardo Nunes, Nóbrega celebrou missa. Aproveitou para, silenciosamente, pedir a clemência de Deus para a alma daquela pobre negra, que tão pouca felicidade tivera em vida. E na homilia, leu os versículos 18 a 20, do capítulo 4º, do evangelho de São Mateus:

E Jesus, andando ao longo do mar da Galileia, viu dois irmãos. Simão, chamado Pedro, e seu irmão André, os quais lançavam a rede ao mar, porque eram pescadores.

Disse-lhes: Vinde após mim, e eu vos farei pescadores de homens.

Eles, pois, deixando imediatamente as redes, o seguiram.

Comentou, a seguir, que Santo André fora o primeiro dos discípulos a receber a vocação, e um dos apóstolos mais ligados a Jesus. Que tal fato só redobrava a responsabilidade daquelas gentes em fazer do povoado de Santo André, implantado no coração do Brasil, um reduto de paz, amor e fé cristã. Fizessem como o santo. Abandonassem seus lares e seguissem com os

jesuítas na catequização dos gentios, tornando-se, eles também, pescadores de homens.

O apelo do padre não pareceu sensibilizar ninguém. João Ramalho, de mãos cruzadas e cabeça baixa, em atitude falsamente piedosa, até ensaiou um sorriso. Decerto que eles eram pescadores de homens, pensou. Quantos carijós não já haviam *pescado* e vendido como escravos!

Na sequência das solenidades, Tomé de Sousa elevou o povoado à condição de vila, com o nome de *Santo André da Borda do Campo*. Mas o que não podia concordar, e em sua fala disse isso em tom um pouco acima do normal, era com as entradas, sertão adentro, por parte dos que ali viviam. O regimento d'el-rei proibia terminantemente tal procedimento². Pelo menos, sem a autorização prévia do governador. Por isso mesmo, a partir daquele momento, João Ramalho estava nomeado capitão de Santo André, com plenos poderes para coibir aventuras pelo interior.

Encerrada a cerimônia, improvisou-se uns rega-bofes em casa de João Ramalho. Comeu-se e bebeu-se muito. O governador, mais que o habitual, na tentativa de afogar as suas mágoas. Terminada a refeição, não houve quem conseguisse tirá-lo da beira do rio para acomodá-lo no aposento especialmente preparado para ele em uma das casas. Passou o fim da tarde ali, à sombra de uma árvore, observando a água correr *Tamanduateí* abaixo, entornando sucessivos goles de *cachaza*. O que comentava-se, a boca miúda e em tom entre surpresa e chacota, é que o todo-poderoso homem, vez ou outra, colocava a mão sobre os olhos e parecia chorar. Manuel da Nóbrega foi ter com ele.

– A perda é sempre dolorosa – tentava consolar o padre, sentado no chão e abraçando os joelhos. – Mas Vosmecê deveria pensar que, bem mais, sofreu Nosso Senhor Jesus no calvário. E ele era o filho de Deus! Derramou seu santo sangue para nos salvar.

O governador levantou a cabeça e dirigiu a vista para o sacerdote, tendo no rosto aquele sorriso triste dos que anseiam ser

consolados. Os olhos estavam estriados de vermelho e a voz saía-lhe pausada demais.

– Desejo confessar-me, padre.

Contou tudo. A forma como Yuruti lhe fora oferecida. A astuciosa escapadela, disfarçada de conferência com os chefes tupinambás. O arranjo feito com Garcia para manter a gentiazinha sempre à mão. A insistência da garota em praticar cunnilingus, felação e sodomia. O ménage à trois com Jurucê. A tentativa de fazer Yuruti abortar. A morte da indiazinha. A maneira como Tristeza lhe caíra nos braços.

1-Rio dos tamanduás, em tupi.

2-A Coroa precisava assegurar o controle das minas que viessem a ser descobertas.



Capítulo 58

Piratininga

Com dor de cabeça, corpo dolorido, mas de espírito leve, Tomé de Sousa acordou bem mais tarde que de costume. Alguém já disse que a boca seria o aparelho digestivo da mente. O órgão excretor das impurezas da alma. De fato, abrir-se com o padre Nóbrega, fizera-lhe enorme bem. Espreguiçou-se. Estava deitado numa rede, armada numa choça de pau a pique, coberta de sapé. No entanto, em paz com a própria consciência, sentia-se muito bem. O silêncio era grande. O sol já ia alto, percebeu pelas frestas da porta. Limpou o canto dos olhos e saltou da rede. Tratou de calçar as botas, ajeitar as vestes, passar a mão pela barba e cabelos. Colocou o talabarte de couro com a espada a tiracolo, aprumou o chapéu de plumas na cabeça e saiu porta afora, torcendo a ponta dos bigodes.

A vila em peso estava à beira do rio, com aquele ar algo invejoso de provincianos observando visitantes ilustres. O padre Leonardo Nunes cumprimentou Dom Tomé de longe. Era verdade, deu-se conta. No dia anterior, haviam combinado seguir de barco, logo cedo, para *Piratininga*. Todos estavam ali esperando, sabe-se lá há quanto tempo. Enquanto isso, ele dormia como um anjo. *Basbaque irresponsável!*, censurou-se. Com a mão no punho da espada, procurando ostentar pose digna e marcial, o governador aproximou-se. Afetando cara enfezada, mal e mal deu bons-dias. Fazer-se de mal-humorado era o melhor disfarce. Assim se comportando, os companheiros de jornada não fariam questionamentos, e ele ganharia tempo para que o sentimento de vergonha passasse.

– Não queres fazer desjejum, meu senhor? – perguntou João Ramalho, em tom respeitoso.

– Obrigado, não carece – agradeceu o fidalgo. – Sigamos.

Homens desencilharam a proa do *igarité*, ou “canoa grande”, como chamavam àquele tipo de embarcação, e o empurraram para a calha do rio. Em pé, à popa, um jovem índio guiava o curso do barco, alternando as remadas ora de um lado, ora do outro; enquanto outros dois davam o impulso para a frente, caminhando pelas bordas estreitas do *igarité*, cada um com comprida vara apoiada ao peito.

– Jeito curioso de navegar – comentou Pêro de Góis, curvando o tronco para aproximar-se do governador, sentado um banco à frente. – Não é estranho?

– Espantoso – anuiu, agradecido pela quebra do silêncio.

– E funciona! Vosmecê reparou como são hábeis – puxou conversa o caolho, capitão-mor da costa. – Não seria nada mal termos uma dúzia desses gentios lá na Bahia.

Falaram depois da velocidade de deslocamento do barco; da profundidade do rio; de como a quilha bem-talhada do *igarité* quebrava facilmente a correnteza; da vegetação baixa e rala daqueles campos de altitude. Só calaram para observar um bando de garças que veio ao encontro deles em voo baixo, para pousar majestosamente numa árvore desfolhada, e observar-lhes a passagem. Fazendo a embarcação adernar ligeiramente por conta das suas pesadas passadas, João Ramalho veio se juntar, na proa, a Pêro de Góis e a Dom Tomé.

– Estão vendo ali à frente aquele alargamento? – Apontou com o dedo o velho traficante, acocorando-se. – É o tal *Piratininga*. Um rio danado de traiçoeiro.

– Como assim? – quis saber o governador.

– Não para quieto. Volta e meia invade as margens, e depois volta para o leito, enquanto o diabo coça um olho! É por isso que botaram o nome *Piratininga* – explicou. – O “rio do peixe seco”. O

diacho do rio encolhe tão rápido, que deixa um monte de peixes saltitando nas margens.

– Interessante – ponderou o fidalgo. – Mas... Dize-me, ó Ramalho, tem muita gente nossa aí, nessa tal aldeia para onde vamos?

– Já teve mais. Agora são poucos. Uma meia dúzia, se tanto – avaliou. – Muitos sumiram pelo *Tietê* abaixo, tentando encontrar a Terra do Rei Branco¹.

– Perda de tempo – sentenciou Pêro de Góis. – Os castelhanos já encontraram há uma meia dúzia de anos.

– O que eles encontraram é só uma parte. Ainda tem mais – assegurou João Ramalho, em tom de promessa. – Se o capitão-governador quiser, poderemos descer o *Tietê* e ir à caça. Tibiriçá, o meu sogro, sempre disse que os avós dele já falavam de uma terra, sertão adentro, onde tudo era feito de ouro e *itaobim*.

– Feito de quê?

– *Itaobim*. “Pedra verde”. Esmeraldas penso cá eu.

– Não, meu amigo. Muito obrigado – manifestou-se Dom Tomé, em tom de gracejo. – A esta altura, o que eu quero mesmo é voltar para casa. Não vejo a hora de chegar a São Salvador. Mercê de Deus, já encontro lá o meu substituto e posso regressar para a minha quinta em Póvoa de Varzim.

A aldeia, também chamada *Piratininga*, ficava numa colina, na confluência do *Anhangabaú*, “o rio do demônio”, com o *Tamanduateí*, “o rio dos tamanduás”. Era uma aldeia grande, com mais de uma dúzia de ocas, onde viviam cerca de mil pessoas. Entre elas, João do Prado² e outros quatro portugueses, últimos remanescentes dos ali deixados por Martim Afonso de Sousa, vinte anos antes. Não exerciam, no entanto, qualquer liderança. Afundados no álcool, se haviam barbarizado e adotado costumes gentios. Andavam até nus e de cara rapada.

– E aquele ali? – questionou Tomé de Sousa, apontando para um louro barbudo, metido em roupas europeias re-mendadas, sentado à sombra de uma árvore e parecendo escrever. – Tipo estranho... De quem se trata?

– Ah, é o Alemão. – E colocando a mão em concha na boca, João Ramalho chamou pelo homem.

Hans Staden dizia contar vinte e sete anos. Teria nascido em família católica, porém, por perseguição dos adeptos de Lutero, fugira da Alemanha e se tornara mercenário. Não exatamente um sanguinário ou assassino de aluguel. Apenas um jovem de espírito aventureiro, desejoso de correr mundo, que só tinha a oferecer a própria pessoa e a coragem. Aquela era a sua segunda viagem ao Novo Mundo e, dessa feita, se dera mal. A serviço de Espanha, embarcara numa expedição que iria subir o Rio da Prata, em busca das Terras do Rei Branco. O navio em que viajava havia naufragado na costa brasileira, à altura da Ilha de Santa Catarina. Sobrevivera quase por milagre. Os índios que o encontraram lhe deram guarida. Viveu entre eles algum tempo e depois foi levado de barco para São Vicente. Lá, conseguira trabalho com o holandês que tocava o *Engenho do Governador*. Não se adaptara ao dia a dia de plantar cana e fazer açúcar. Na primeira oportunidade, fora conhecer *Piratininga*. E lá estava.

– Não quero esse moço aqui – ordenou o governador, tão logo o alemão voltou para a sua árvore. – É um aventureiro. Vai acabar fazendo entradas pelo sertão adentro. E isso, não te esqueças, ó Ramalho, está terminantemente proibido.

– E o que Vosmecê quer que eu faça? Mando matar o homem ou mando-o embora? Ele não acabou de dizer que não quer ir para São Salvador!

– O ideal seria isso. Deixá-lo sob as nossas vistas. Mas não podemos obrigá-lo. As ordens d’el-rei permitem que gentes de quaisquer partes possam viver no Brasil. Desde que sejam cristãos e não estejam foragidas do Santo Ofício.

– Cristão, o alemão é – garantiu Ramalho. – E excelente artilheiro. Tem uma pontaria que Deus me livre!...

Pêro de Góis chamou o governador, em particular. Falavam quase em tom de sussurro.

– Por que não damos serviço para o tal alemão?

– Serviço?

– Por que não! – ponderou o caolho. – Temos lá em baixo aquele forte em *Bertioga*, meio desconjuntado. Vosmecê diz que el-rei teme uma invasão francesa ao Brasil. Que tal nomear o Hans comandante do forte, sob as ordens daquele... Como é mesmo?... Brás Cubas. Sei não, mas aquele Cubas pareceu-me mais um bom cristão que um soldado. E num momento de precisão, o tal Hans pode fazer muita diferença. Como se diz lá na Terrinha: mais vale um que saiba mandar, do que cem a labutar!

– Pode ser uma boa ideia – acatou Dom Tomé. – Os alemães são bons soldados. E se esse aí é artilheiro... Ainda mais se for para lutar contra protestantes franceses!... Vamos fazer isso. Uma excelente ideia, ó Pêro de Góis. Só não faço ideia é como pagá-lo.

– Quem sabe... Não nomeaste o Brás Cubas capitão-mor e provedor? Provedor é aquele que provê. E o Brás Cubas tem dinheiro, governador... Do contrário, não iria ficar construindo Santas Casas de Misericórdia.

– Tens razão – concordou. – Damos um jeito de fazer o Cubas abrir os cordões da bolsa. Vamos fazer isso.

Os padres acercaram-se do governador.

– Que belo local para construir um colégio – comentou entusiasmado Manuel da Nóbrega, cercado de dezenas de crianças.

– Não vos pareci?

– Benza-nos Deus! – gracejou o fidalgo. – Já vem o senhor com essas histórias?... Para com isso, padre. Não me inventes uma novidade dessas. Pelo amor de Deus.

João Ramalho distribuía tapas e afagos carinhosos na cabeça da meninada. Alguns, entre aqueles ali, pro-vavelmente eram netos dele. Mas ele tinha tantos que raramente conseguia identificar.

– E então, governador, não é cá uma beleza, a nossa *Piratininga*?

– Sem dúvida, Ramalho. Sem dúvida – anuiu. – Uma paisagem, como dizer... Bucólica. Lembra um pouco lá o nosso Minho. O padre Nóbrega já está cá até querendo fazer um colégio!...

– Eu ouvi. Mas... Faze isso não, meu padre – desestimulou João Ramalho, apagando o sorriso. – Pode não ser bom para Vosmecê...

– Quem tem Deus no coração, não teme nem ao diabo, ó Ramalho – devolveu o padre, dando uma tapona camarada no ombro do velho. – E já agora, quando vamos fazer o teu casamento com a senhora Dona Bartira?

– Meu casamento com a Bartira? Ah!... Pode anotar aí, meu padre. No dia de São Nunca. Na parte da tarde.

Sorriram. João Ramalho insistia em levar o governador até duas aldeias vizinhas, chefiadas por irmãos de Tibiriçá, o sogro dele, que, inclusive, deveria estar por lá. Ou às cabeceiras do *Tietê*³, através do qual, com um pouco de sorte, se poderia chegar às Terras do Rei Branco.

– Daqui, até as cabeceiras, são só umas tantas léguas, governador. É um rio atrevido – assegurou. – Teimoso. Nasce na serra, mas ao invés de descer para o mar, como todo rio, enfurna-se pelo sertão adentro.

– Curioso. Visitar o teu sogro, visito com prazer – anuiu Dom Tomé. – Mas ir ver cabeceira de rio... Peço desculpas. Ando um tantinho de pé-atrás em relação a rios atrevidos. Prefiro voltar depois para Santo André.

– Para que essa pressa, meu senhor? – gracejou João Ramalho. – Deixaste coração solitário lá na vila? He, he, he!

Tomé de Sousa deu mostras de não ter gostado da insinuação. Afora o desrespeito, como jurara ao padre Nóbrega não voltar a pecar, sentiu-se constrangido. Estava decidido a voltar à vida de senhor de terras no Reino. Já se via caminhando por sua quinta, analisando a espessura da casca dos sobreiros, tirando com o punhal amostras de cortiça. Revia seus olivais, o grande pomar daquelas árvores disformes e atarracadas, que pareciam fazer um esforço extraordinário para se manterem vivas. Conseguia até mesmo perceber o cheiro forte da salmoura, onde dei-tavam em conserva as olivas mais graúdas; olivas verdes, se colhidas entremaduras, olivas pretas, se deixadas ama-durecer no pé. Revia

o azeite escorrendo pelas prensas de madeira, tão impregnadas de óleo que sugeriam haverem sido envernizadas. Revia seus parreirais, estendendo-se em latadas pelas encostas, prenhes de cachos de uvas. Revia a menina Helena, a filha, com sua carinha de anjo e cabelos arranjados em bandó, de quem só guardara imagens infantis. Revia, enfim, Dona Maria da Costa, roliça e boa mulher, com penugem escura entre o lábio e o nariz, aquele buço que emprestava-lhe ar tão respeitável. Como eram diferentes os sentimentos que nutria por ela e por Tristeza! Ambas figuravam-se mulheres discretas e de poucas palavras. Ambas eram excelentes donas de casa. Ambas viviam preocupadas em anteciparem-se aos seus desejos e agradá-lo à mesa. Mas a primeira era a esposa recatada, religiosa devota, tão pudica que ele jamais vira nua. Já Tristeza...

Tristeza é passado. Careço é voltar para a minha família.

1-Terra lendária, onde haveria uma montanha de prata, que teve sua existência confirmada com a descoberta, pelos espanhóis, de Potosí e suas riquíssimas jazidas de prata, na atual Bolívia.

2-Bisavô de Fernão Dias, o bandeirante paulista.

3-Rio caudaloso, em tupi.



Capítulo 59

Lua de mel

Quem diz são os ingleses: “Cavalo fogoso conhece-se pelas patas; pessoas apaixonadas, pelo olhar”. Se é verdade, aqueles dois ali estavam mesmo enamorados. Até perdiam-se em terna contemplação mútua. Apartados do mundo, vivendo um para o outro e os dois para a fazenda, Garcia e Uyara transpiravam felicidade. Desde a maljeitosa primeira noite, agora faziam amor pelo menos duas vezes ao dia. Ao acordar e à hora de dormir, era sagrado. Mas nada impedia que, estando a moça debruçada, lavando um coxo ou catando lenha, por exemplo, o marido se achegasse de mansinho e a tomasse por trás.

Uyara demonstrava um carinho extraordinário com os animais, e isso conquistara a admiração de Garcia, fazendo-o sentir-se ainda mais apaixonado. Quando *Guanamby*, a novilha “beija-flor”, estava prestes a parir, a mulher não arredou pé de perto da vaca. Sem demonstrar repugnância, meteu as mãos entre aquelas carnes sanguinolentas para ajudar no parto. Poucos dias depois nasceu outro bezerro; outros, nos dias seguintes. Durante várias luas, quase toda semana nascia um. Não era à toa que o nome do chefe do rebanho ali era *Guaraguá*, “o comilão”. Das mais velhas às mais novinhas, nenhuma fêmea do curral, em cio, escapara de ser montada pelo jovem touro.

Agora, Garcia tinha quase cinquenta cabeças de gado. E nunca perdia a oportunidade de comprar mais. Quando tomava conhecimento de que alguém estava em apuros, precisando de

dinheiro, lá surgia ele. “Para tudo dá-se sempre um jeito, meu amigo” – e geralmente voltava para casa com uma ou duas rezes a mais. Porcos e ovelhas contavam-se em dezenas no Morro do Conselho. Galinhas e patos somavam uma grossa, talvez mais. Não havia como negar. Aqueles dois ali trabalhavam de verdade. Da alvorada ao crepúsculo, só paravam para comer no meio do dia e para um ou outro *rala-rala* rápido.

Se, da primeira vez, Uyara comportara-se de forma um tanto desastrada, não demorara a tomar gosto pelas artes. Os trinta anos em jejum de homem haviam despertado nela um apetite notável. Parecia seriamente empenhada em descobrir todas as novas possibilidades. Enquanto corria daqui para lá, fazendo uma coisa e outra, ficava analisando o que já havia experimentado e maquinando criatividade. Os pelos de baixo eram um grande atrativo para o marido? Pois muito bem, tratava deles com especial cuidado. Um dia friccionava folhas de malva; outro dia folhas de tabaco; no seguinte talos e flores de macela – e seguia experimentando as ervas do mato que sabia aromáticas. Ele demonstrava especial interesse pelo *tebiquara*, a porta de trás? Nenhum problema. Aquela região era tão asseada como os potes onde bebiam água. Às vezes, até sonhava com aquelas coisas, e com Ariá, a “mãe-velha”, sorrindo-lhe ternamente com expressão de estímulo.



Capítulo 60

Grandes novidades

A *Conceição* fundeou em São Salvador a 1º de maio de 1553. Nos sete meses de ausências, Tomé de Sousa conseguira visitar quase todas as povoações das chamadas *capitanias de baixo*. Embora pouco tivesse podido fazer por elas, considerava ter cumprido o seu dever de governador.

Aproveitando os dias de mar calmo e ociosidade, na mesa de refeições do grande camarote, pensara, pensara, rascunhara e escrevera ao rei. Lembrava novamente a Sua Majestade que o seu contrato estava vencido e aguardava substituto. Permitia-se, igualmente, a liberdade de fazer algumas sugestões, para o caso da Coroa desejar levar a bom termo a colonização do Brasil. Pormenores à parte, recomendava compelir os donatários a fixar residência em suas áreas de jurisdição ou, ao menos, nomearem lugares-tenentes capazes. Enfatizava a necessidade de fundar uma cidade fortificada no despovoado Rio de Janeiro, já que aquela grande baía poderia acabar escondendo surpresas desagradáveis. E, para não perder a oportunidade, propunha submeter Nova Lusitânia, de fato e de direito, ao governo-geral do Brasil.

No batel, a meio caminho entre o navio e a praia, fitou orgulhoso a cidade que havia construído. Como São Salvador diferia das demais. Como era imponente! Agora, que mais construções novas haviam brotado, até lembrava um pouquinho a cidade do Porto, em Portugal. Apenas Pêro Borges não desceu à praia para recebê-lo. Cardoso de Barros, António dos Reis e Pedro Ferreira estavam lá.

Veio também Diogo Muniz Barreto, um tenente da guarda, que ele nomeara alcaide, antes de sair em viagem.

– Homessa!... Estás tão magro, governador – brincou Cardoso de Barros, estendendo-lhe a mão. – E tu, ó Pêro de Góis, que foi assim, homem de Deus? Não existe mais nem *o de comer* nas capitâneas de baixo!...

Tomé de Sousa sorriu amarelo. Meses antes, saíra daquele porto todo feliz, com Tristeza, o padre Nóbrega e Pêro de Góis. Navegara por mais de seiscentas léguas e agora estava de volta. Mas só com o último. A negra perdera para sempre, na serra de *Paranapiacaba*. E ao padre Nóbrega não conseguira fazer mudar de ideia: ficara mesmo na capitania de São Vicente com o padre Leonardo Nunes. Decidira-se convencer João Ramalho a ajudá-los a erguer um colégio em *Piratininga*.

Quando soube, Sardinha virou tubarão. Enfureceu-se.

– Que ousadia – vociferou o senhor bispo, esmurrando a mesa, com manchas vermelhas subindo-lhe pelo pescoço e pelas papadas.

– Bigorrilhas¹! Esse padeco pensa o quê?

– Tenho cá uma missiva do Manuel da Nóbrega para o Reverendíssimo. – Pôs sobre a mesa. – Se mo permites, não pareceu-me que tenha obrado mal. Segundo disse-me, já que Olinda e São Salvador estão com a vida religiosa em boas mãos, era em São Vicente que a presença deles seria mais agradável ao Nosso Senhor Jesus.

– Agradável ao Nosso Senhor Jesus coisíssima nenhuma! Ele fez isso para tentar escapar da minha autoridade. Tenho certeza – assegurava, de boca semiaberta e os dedos em garra, como se prestes a estrangular alguém. – Pouco me importa o que diz na missiva. Esse Nóbrega, governador, é um grandíssimo filho da puta!

Dom Tomé sentiu-se verdadeiramente chocado com a intemperança verbal do senhor bispo. Mal podia acreditar ter ouvido baixeza daquela ordem da boca de um ministro de Deus. Sardinha

deu-se conta da gafe e procurou remediar, mudando rapidamente o enfoque da conversa.

– Ainda não contei para ninguém – mentiu, readquirindo o autocontrole e voltando a assumir pose digna. – O senhor governador me traz más notícias, mas tenho cá uma boa para Vosmecê.

– Notícia boa?

– Penso que sim – estimulou, ajeitando-se no cadeirão e mantendo-se alguns instantes em silêncio, para valorizar a revelação. – Pagas as minhas alvíssaras?

– Com muito gosto.

– Já tens substituto.

– Que maravilha! Sabe-se quem é?

– Duarte da Costa. Conheces?

– Creio que não. Não me soa familiar.

– Foi embaixador em Espanha – continuou Sardinha, dando-se ares de íntimo dos bastidores do poder. – Sua Eminência, o augusto cardeal Dom Henrique, escreveu-me. Duarte da Costa é o homem que vem substituir Vosmecê.

– E quando chega? – animou-se. – Olha que mal vejo a hora de voltar para o Reino!

– Antes, precisas pagar as minhas alvíssaras.

– Com prazer. O que deseja de prenda o senhor bispo?

– Um jantar – sorriu guloso. – Leitão assado à Bairrada.

– Isso, eu cá consigo. Mas não como aquele da Tristeza.

– O que houve com a preta? Fugiu!

– Não, Reverendíssimo. Entregou a alma a Deus.

– Uma perda – lamentou com o estômago. – Cozinhava divinamente. Dispensó-te da prenda.

– Agradeço. Mas... E quando chega o meu substituto?

– Não sei. Estavam aprestando os navios. Não deve tardar. Virão mais padres com ele. Espero cá eu, não me cheguem jesuítas. Não sei como o Loyola, um bom homem, verdade seja, consegue se cercar de gentes tão...

– Reverendíssimo... – tentou contemporizar Dom Tomé, que se afeiçoara ao Nóbrega. – Concordo que os jesuítas sejam... Um tantinho teimosos. Eu que o diga! Contudo, são soldados de Jesus. Lutam por aquilo que acreditam.

– Esquece, governador. Isso é cá problema meu. – E mudando de assunto, procurando ser simpático: – E do príncipe herdeiro, soubeste?

Tomé de Sousa fez sinal de negação com a cabeça.

– Casou-se em Lisboa, a 5 de dezembro passado.

– Ora, casaram, então, o senhor príncipe – gracejou o fidalgo. – Quinze anos! E com quem casaram o pobrezinho?

– Ora, com quem! Com Joana de Áustria, sobrinha de Dona Catarina e filha do Carlos Quinto – assegurou, para continuar dando mostras de que sabia de tudo. – Nada de festas, para não açular o povo. Foi Dom Henrique quem celebrou a cerimônia, na sala grande do Paço da Ribeira.

O governador esboçou um sorriso, pensando em como eram confusos os laços de sangue da família real. Dom João Terceiro, el-rei, era casado com Dona Catarina de Áustria, irmã de Carlos Quinto, rei de Espanha e senhor do Sacro Império Romano-Germânico. Este, por sua vez, era viúvo de Dona Isabel, a irmã de Dom João Terceiro, rei de Portugal. Dez anos antes, Felipe Segundo, filho de Carlos Quinto e da finada Dona Isabel, havia-se casado com Dona Maria Manuela, única filha viva do rei português. Maria Manuela morrera jovem, mas deixara um filho. E agora, era a vez do herdeiro português casar-se com a concunhada e prima-irmã. A confusão, porém, não parava aí. Começara bem antes. Dom Manuel, o pai de Dom João Terceiro, fora casado com uma infanta espanhola, filha dos Reis Católicos, e, quando essa morrera de parto, pedira em casamento a irmã dela. O atual rei de Portugal, portanto, era filho, enteado, marido, pai, cunhado, tio e sogro de príncipes e princesas de Espanha, todos da mesma família: os poderosos Habsburgo da Áustria.

Mais um pouco – concluiu divertido o fidalgo com os seus botões – *e Sua Majestade acaba avô de si mesmo! De tanto que cruzam e recruzam o sangue, não é de espantar que algum dia apareçam mostrengos na Casa Real.*

– E é também novinha? Digo... Dona... a futura rainha?

– Joana de Áustria? Nem por isso! Não é novinha, não. Dois anos e tal mais velha que o marido. Já completou dezoito anos. – E destilando episcopal veneno: – Queira Deus emprenhe logo. Fraquito como é o senhor príncipe, não é de duvidar que as exigências do matrimônio acabem por levá-lo à cova. E se não deixar herdeiros...

– Verdade – interessou-se. – Como fica a sucessão?

– Não é bom pensar! Com a morte de Dom João... O Senhor nosso Deus lhe reserve muita saúde... Quem vai sentar-se no trono português é *Carlito*, o filho de Felipe de Espanha com a finada Maria Manuela. Já pensaste, governador? Termos um espanhol como nosso rei. Que tal!

– Eh! – Enviesou as sobrancelhas Dom Tomé. – Como dizem lá na Terrinha: de Espanha nem bons ventos, nem bons casamentos...

¹-Indivíduo fraco, metido a valentão.



Capítulo 61

A vocação de Jurucê

Ao saber do retorno do antigo patrão, Garcia tratou de ir visitar o governador. Lamentou a morte de Tristeza, mas estava ansioso, mesmo, era para contar a novidade. Tão logo se separara dele, Jurucê colocara em prática a ideia que, por certo, vinha engenhando fazia tempo.

Há muito sabia-se desejada, pelos olhares impudicos que os homens lhe lançavam. Olhares insistentes, baços, miúdos, tão profundos que pareciam querer desnudá-la. Sabia deter poder sobre os homens, pela maneira como ruborizavam, ou até mudavam o tom de voz, quando ela os provocava. E como ela gostava de fazer aquilo! Ora empinando o traseiro e cadenciando a ondulação dos quadris; ora deixando cair com displicência uma das alças do vestido; ora sentando-se com modos de menina inocente, com as coxas apartadas. Quando abaixava os cílios, estufava os lábios e sorria brejeira, homem algum era capaz de lhe negar nada. Os *caray*¹ pareciam dispostos a muita coisa para *brincar* com ela. *Ralalala*, ela muito apreciava. A abstinência forçada estava até a mexer-lhe com os nervos. Por que não juntar o útil ao agradável, e tratar de ganhar a vida fazendo o que mais gostava?

Fernando de Brito foi escolhido como teste. Numa tarde modorrenta, foi ao *Empório da Conceição da Praia* e demorou-se na escolha de um corte de pano. Alisava um, comparava com outro, colocava um terceiro sobre a perna apoiada num fardo, e perguntava se Dom Fernando achava que lhe cairia bem. António, o

filho do mercador, não desgrudava os olhos, mas era o pai quem estava atendendo a freguesa, e era nele que Jurucê estava interessada. Moço novo, ela sabia, geralmente é tolo. Tolo, pobre e pouco experiente nas artes de amar. De basbaque e apressadinho já lhe bastara o Garcia. O que ela queria agora eram homens maduros, de preferência ricos e poderosos.

– Para de me ficar olhando e vai lá para cima arranjar aqueles fardos, ó António – ralhou o cristão-novo com o aparvalhado rapaz, para logo voltar as atenções para a jovem freguesa. – Penso ter cá outro que lhe cairia melhor, senhora Dona Mocinha. Deixa-me ver...

Depois de revirar as prateleiras, fazendo incontáveis tentativas; depois de a rapariga apalpar a maciez dos panos, experimentando o contato deles sobre a perna; decidiram-se finalmente por um corte de batista, tecido fino e dispendioso, trazido da Flandres, terra das melhores tecelagens da Europa.

– Muito caro, Dom Fernando. Quem sou eu...

– Tolices, senhora Dona Mocinha. O Garcia está ficando rico. Bem pode dar-te um luxinho vez ou outra...

– Hum, o Garcia!... Deixei ele, Dom Fernando.

– Não me digas! – Admirou-se o mercador. – Deixaste, digo... Te separaste do Garcia?

– Ah!... Deixei sim. – Abaixou os cílios, estufou os lábios e sorriu brejeira. – Não era homem que bastasse para mim.

Na tarde seguinte Fernando de Brito apareceu na casa da falésia. Estava passando por ali mesmo e resolvera fazer uma visitinha, para saber como iam as cousas por aquelas bandas. Trouxera um mimo. O corte de batista que ela não quisera comprar, por ser caro demais.

Depois, foi a vez de testar Pêro Borges. Será que o senhor ouvidor não poderia ajudá-la e garantir, na letra da lei, que a casa agora fosse dela mesmo? Receava tanto que o Garcia a tomasse de volta... O senhor ouvidor não conhecia a casa? Ah, precisava conhecer! Não poderia dar uma passadinha por lá no dia seguinte? Pudesse ir a qualquer hora. Ela o estaria esperando. Mas ao final da

tarde era melhor. Ela já estaria de banho tomado e digna de recebê-lo. Sim, senhor ouvidor, naturalmente que se banhava todos os dias! No meio da tarde, no *unhão*. Não conhecia o *unhão*? Ah, precisava conhecer! Quando fosse visitá-la, ela mostraria. Era um lugar tão bonito... Tão bom para banhar-se... Tão gostosa aquela aguinha fria. Dava uns arrepios!...

Pêro Borges custou a dormir aquela noite. O bico do seio, que a ex-mulher de Garcia deixara entrever ao curvar-se para o cumprimento final, não lhe saía da cabeça. O traseiro empinado e o movimento das ancas de Jurucê insistiam em povoar-lhe a mente. Fantasiava aquela rapariga nua, banhando-se na mina, passando as mãos pelo corpo, dando risadinhas e gritinhos nervosos por conta da frieza da água. Imaginava-se acarinhando aquela barriguinha morena, aqueles peitos durinhos, aquele traseirinho empinado. Teria ela *as partes* rapadas, como as gentias da terra, ou seria pentelhuda, como a Mariinha? Mariinha... Hum, boa bosta! Um saco de carnes frouxas, é o que era. Um buraco seco, sem vida e malcheiroso, onde ele metia-se de dois em dois dias, por questão de hábito. E surpreendido por uma lembrança súbita:

Ah, pouco se me dá se a rapariga é filha do Diogo Álvares! Melhor ainda. Fornicar-lhe a filha não deixa de ser uma vingança. A melhor vingança. E tem lá vingança melhor?

– Oh, senhor ouvidor, que gentileza teres vindo! – Colocava a mãozinha na boca num sorriso sonso. – Mas chegaste tão cedo... Ainda nem tomei o meu banho... Estava indo agorinha mesmo.

– Não te preocupas, Dona – falou sem jeito o gorducho, suando em bicas e vermelho como um lacre. – Podes ir cuidar dos teus afazeres. Volto cá outro dia.

– Imagina!... De jeito nenhum. Eu não fiquei de mostrar para Vosmecê o *unhão*? *Entonces*... Espera só um pouquinho. Vou lá dentro pegar uma muda de roupa. É só um instantinho. Já volto.

Pudor não era sentimento que pesasse na consciência de Jurucê. Acostumada desde criança a andar nua e a ver-se cercada de gente nua, tão logo chegou ao *unhão* – a nascente de água que saía

impetuosa de uma fenda na rocha –, num átimo livrou-se da roupa e meteu-se embaixo d'água. E a fantasia do senhor ouvidor virou realidade. A barriguinha morena não se mostrava nem um pouco saliente. Era até encolhida, e com umbigo bem cortado. Pelos abaixo, não se viam. Eram rapados, como os das raparigas da terra. Os seios eram pequenos e durinhos, como ele entrevira da outra vez. O traseiro é que não parecia assim tão empinado, como o das negras. Em todo o caso, não era nem de longe semelhante àquela coisa chocha e branca, sobre a qual a Mariinha se sentava.

– O senhor ouvidor não vem? – convidava com gritinhos nervosos e risadinhas brejeiras, parecendo saída diretamente dos sonhos de Pêro Borges. – É tão gostoso...

Como gostaria de tomá-la nos braços! A coragem do homem das leis é que não era tanta. Contudo, como assuntos burocráticos demandam muita papelada, leituras, assinaturas, carimbos, selos... Como o meirinho era um paspalho; como o ouvidor sempre descobria um erro de última hora; como tudo precisava ser sempre refeito; lá pela quarta ou quinta visita à casa da falésia, mais uma vez, viu-se diante do inusitado. Jurucê amarrou-lhe um pano aos olhos e disse ter reservado uma surpresa para ele. Levou-o pela mão até o quarto, sacou fora o camisolão e falou manhosa:

– Podes tirar a venda.

Ao ver aquela mulher nua à frente, com dois dedos apontando um chumacinho de pelos na virilha, o gorducho e sanguíneo Pêro Borges quase sofreu um ataque apoplético.

– O... o... o que si-si-significa isso?

– Deixei crescer para Vosmecê – sorriu brejeira. – O senhor ouvidor parece não gostar de mulher rapada... Vem. Encosta tua mãozinha cá. Vê como faz cócegas.

Cardoso de Barros, António dos Reis, Pedro Ferreira, o mestre de obras Luís Dias, o físico Jorge Valadares, o boticário Diogo de Castro... Usando uma desculpa ou outra, um artifício ou outro, Jurucê seduziu uns tantos.

De último, Pêro Borges frequentava a casa da falésia às segundas-feiras. Fernando de Brito às terças, Cardoso de Barros às quartas. Quinta-feira era dia do António dos Reis, e sexta era do Pedro Ferreira. O sábado Jurucê reservava para os que não podiam presenteá-la com mimos caros, e aos domingos descansava. Era dia de missa na igreja de Nossa Senhora da Graça e de visitar os pais.

¹-Forma resumida de carahyba. Nome pelo qual eram chamados, genericamente, os homens brancos entre os tupis.



Capítulo 62

Que dia!

Deitados lado a lado na macia esteira de palha de capim, de olho nas estrelas, após uma tórrida seção de amor noturno à beira do penhasco, Uyara tomou coragem e revelou ao marido seu desejo mais secreto. A exemplo das irmãs e da própria mãe, gostaria de batizar-se. Garcia ensaiou um sorriso, estreitou o abraço e beijou-a displicente.

– Para que essa tolice, Dona Moça?

Ela não respondeu. Arrependeu-se de ter feito o comentário. Conhecia-se o suficiente, para saber que negativas lhe podiam machucar. E foi o que aconteceu. Sentia um aperto no peito. Uma sensação ruim de não ser importante. De seus desejos não terem, para o seu homem, qualquer significado. Tê-lo tão perto de si, agora, causava até incômodo. Gostaria que ele se levantasse e a deixasse sozinha. Que fosse dormir. Mas a vida lhe ensinara a manter suas mágoas sob reserva, por pesado que fosse continuar representando o papel de mulher humilde e atenciosa.

No dia seguinte, não conseguiu ir deitar-se na rede dele e acordá-lo com carinhos, como sempre fazia. Muito menos de aproveitar a excitação matutina, para uma seção breve de *rala-rala*. Foi direto para a cozinha.

– Bons dias – ouviu às costas. – Dá-me cá o meu desjejum, ó Uyara, que careço ir a São Salvador. Não sei se consigo voltar ainda hoje. Melhor me esperares só amanhã.

Dia horrível, aquele. Cuidou dos afazeres sem vontade. Tanger o gado e as ovelhas para fora do curral parecia uma provação. Dar de comer aos porcos, galinhas e patos, um sacrifício. Lavar os coxos e renovar a água, um incômodo terrível. E o diabo do sol, que parecia empacado, sem querer caminhar pelo céu para o poente!

O bom-senso recomendava-lhe preparar alguma comida para quando o marido voltasse. Mas cadê a disposição? Diacho, era dia de lavar roupa! Procurou afastar essa obrigação do pensamento. O *cauim* estava quase acabando; precisava preparar mais. Não teve vontade. O único desejo que tinha, era amarrar sua trouxa e regressar para a cabana do outro lado da baía de onde, agora estava certa, nunca deveria ter saído.

Comeu nada naquele dia. Sentia-se indisposta, sem vontade de fazer coisa alguma. Até dormiu à tarde, como há tempos não se permitia. Acordou confusa. Já era noite. Tardou a se dar conta de onde estava e em qual situação.

O gado! – Lembrou-se sobressaltada. Saltou da rede e, às carreiras, chegou ao terreiro. Não era noite de lua, mas a luz das estrelas fazia-se suficiente. As rezes tinham voltado. Pareciam estar todas lá. As ovelhas também. Fechou a porteira irritada.

Que diabo está acontecendo comigo? Estou ficando louca!

Não conseguiu mais conciliar o sono. Levantou-se bem mais cedo que de costume. Quando o sol espreguiçou-se para despontar no horizonte, já havia preparado a comida preferida do marido: o guisado de legumes e carne-seca de veado, inclusive o caldo de peixe, para mais tarde esquentar a farinha. Depois cuidou dos animais, lavou a roupa e arrumou a casa com especial desvelo. No meio da manhã, como estivesse com tudo pronto, foi arrancar aipins na roça para preparar o *cauim*. Entre uma enxadada e outra, percebeu uma vela no horizonte, para os lados de São Salvador. Colocou a mão em viseira para certificar-se. Sim, era o velho barco do pai. O barinel de Caramuru.

Correu ao poço, sacou o camisolão, lavou-se o mais rapidamente que pode. Voltou às carreiras para dentro de casa, remexeu o cesto e escolheu a veste mais branquinha. Pegou o pente, olhou-se no pequeno espelho do marido e fez uma risca bem no centro da cabeça, separando a cortina de cabelos em duas metades. No caminho para o porto, colheu apressada um punhado de talos e flores de macela, esfregou no pescoço, nos seios e, por via das dúvidas, tam-bém nos pelos da virilha.

Não era só Caramuru, logo percebeu. Paraguaçu, a mãe, estava junto. O marido também, que acenava para ela de longe. Mas havia outras pessoas no barco. Reconheceu os irmãos Gaspar, Gabriel, Jorge e, não sem algum esforço de memória, as irmãs Genebra e Apolônia. E aqueles outros dois homens? Maridos, talvez, das irmãs? Um estava vestido de negro, o outro usava roupas de *peró* e chapéu enfeitado de plumas. O que significava aquilo? Precisava se esconder. Precisava? Não! Não precisava. O marido dizia que ela era bonita. As feridas... Aquelas pessoas estranhas iriam ver suas feridas... Não, não iriam! As feridas não existiam mais. Observara há pouco no espelho. Eram apenas uns riscos fundos na face e no colo, que o cabelo longo conseguia disfarçar perfeitamente.

A vela foi arreada e o barinel seguiu marolando ao sabor das ondas. Uyara sentava-se, levantava-se, não encontrava canto nem sabia o que fazer. Os minutos custavam muito a passar para seu coração aflito. Da proa do barco, Garcia acenava. Sentiu um arrepio percorrendo-lhe a espinha. Não um arrepio desagradável. Era uma sensação boa, morna, seguida de uma voz interior que lhe dizia: *Hoje é o teu dia, minha menina. Aproveita. Tu bem mereces ser feliz.* Era a voz de Ariá. Mais pausada e suave que de costume, mas era a voz dela, sem dúvida. Quase todas as pessoas que ela conhecia, e algumas às quais amava, estavam ali. Até Ariá viera. Por que não demonstrar?

Tão logo Garcia saltou em terra, correu para ele e, com os olhos brilhando de lágrimas, enlaçou-o pelo pescoço.

– Hei, sua boba!... Pensou que eu tinha fugido? – E alisando-lhe ternamente os cabelos: – Essa é a moça, Dom Tomé. Essa é a “dama do rio”, meu padre.



Capítulo 63

Dia de graça

O gesto de carinho de Uyara para com o marido tocou os recém-chegados. As irmãs acorreram para ela e a abraçaram, lacrimosas. Os irmãos cercaram-na também, esforçando-se para engolir o nó que tinham prendido na garganta. Dona Paraguaçu permaneceu no barco, de costas, procurando alguma coisa que nunca encontrava. Caramuru foi até ela e envolveu-a pela cintura. Eles já eram velhos, sussurrou-lhe, bem podiam se dar ao luxo de chorar.

Os arranjos haviam sido feitos no dia anterior. O vigário Manuel Lourenço descartara de pronto deslocar-se da igreja d’Ajuda. Só mudou de ares quando Garcia lhe passou discretamente um par de moedas de prata, prometendo outras para o dia seguinte. *Defeitos do meu amigo, lamento mas não maldigo* – pensou o padre. Não recebia ordenado; não tinha nada de seu; e a caixa de esmolas da igreja permanecia tão vazia como no dia em que fora lá colocada. O pedido daquele moço era uma bênção. Uma verdadeira graça. Aceitou. *Deus quer, o Homem sonha, a obra nasce*. Só precisava encontrar uma maneira de justificar-se junto ao senhor bispo. Sardinha não lhe largava o pé!

O governador ficou contente com o convite do antigo criado. A “dama do rio”, aquela filha desconhecida de Diogo Álvares, fizera mesmo grande diferença na vida do rapaz. Garcia mostrava-se mais forte, mais corado, com os cabelos bem aparados; mais bem cuidado, enfim. Seu natural bom humor não parecia, agora, fruto apenas de eventuais tiradas engraçadas. Transpirava felicidade o

moço. Decerto que o acompanharia ao Morro do Conselho. Naturalmente que aceitava ser o padrinho.

Caramuru até engasgou, de tanto que gritou por Dona Paraguaçu, ansioso para contar a novidade. Que dinheiro bem aplicado, o daquelas vinte cabeças de gado! O marido que arranjava para a filha era mesmo um rapaz às direitas. Um moço e tanto! Era patente que estavam se dando bem. Sentia vergonha de perguntar; mas será que precisava? Estava escrito na cara que ele gostava da sua menina. Se não gostasse, como lhe passaria pela cabeça preparar uma surpresa daquelas?

A cerimônia aconteceu à beira do poço, com os pais e irmão formando um círculo em volta. O padrinho era Tomé de Sousa. A madrinha, Nossa Senhora da Conceição, ali representada pelo sacerdote. E que nome cristão escolhera a jovem, questionou o padre Lourenço, pelo qual deveria ser conhecida a partir dali, para todo e sempre, até o dia do Juízo Final?

– Francisca Rodrigues – atestou Uyara, de pronto.

E diante da franzida de testa do marido e da expressão interrogativa dos demais, abaixou os cílios e falou sorrindo, em tom que não deixava margem a questionamentos:

– Eu gosto. Faz tempo que escolhi.

Uma cuia de água foi-lhe derramada aos poucos sobre a cabeça, enquanto o padre resmungava em latim: *Exorcizo te, creatura aquae, in nomine Dei Patris omnipotentis, et in nomine Jesu Christi, Filii ejus Domini nostri, et in virtute Spiritus Sancti*. Seguiu-se longa e incompreensível litania, até que o reverendo concluiu.

– *Per invocationem sancti tui nominis expetita, ab omnibus sit impugnationibus defensa. Per Dominum, amen*. Pode levantar-te, Francisca Rodrigues. Tu foste aceita no rebanho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

– Um instantinho só, meu padre – interrompeu Garcia, ajoelhando-se também, tomando uma das mãos da mulher entre as

suas, beijando-a, fazendo com que olhasse para ele, e perguntando em tom solene, com um sorriso pendurado nos lábios: – Aceitas, Francisca Rodrigues, Garcia d’Ávila como teu legítimo esposo, até que a morte nos separe?

Uyara caiu em prantos. As pessoas em volta sorriram. Aquele sorriso frouxo, um tantinho emocionado. Estavam a par da história. Aquela era a surpresa maior reservada para a mulher por Garcia.

– Hei, sua boba!... Aceitas ou não aceitas? – gracejou ele, beijando-a na testa, nos olhos, nos lábios. – Olha que, se não aceitares logo, eu cá bem posso mudar de pensamento...

Casamento celebrado, as mulheres correram para a cozinha e seguiram-se os comes e bebes trazidos por Dona Paraguaçu. Mandioca e banana fritas, iscas de peixe, de caça e de galinha. Abóbora, batata-doce e milho cosidos.

– Trouxe-te cá também uma coisa, meu filho, mas não me culpa se não estiver a gosto – gracejou Dona Paraguaçu, apresentando uma escudela ao genro. – É invenção desse meu velho maluco, que não tem o que fazer.

Era chouriço. Uma tripa de porco, com recheio de carne suína, misturada com sangue e preservada à custa de muita defumação e pimenta. Tomé de Sousa, Garcia e o padre Lourenço, salivaram só de ver o petisco. Comeram com ares de gula. Há anos não sentiam o gostinho daquilo.

Finda a alegre refeição, o vigário iniciou as despedidas. Conforme acertado, os filhos de Caramuru iriam levá-lo de volta a São Salvador. Teria que lá chegar antes que o senhor bispo desse-lhe pela falta. Garcia acompanhou-o, deu-lhe discretamente as outras duas moedas prometidas, e tratou de ir mostrar ao governador sua propriedade. O peito parecia até estufado, de tanto orgulho que sentia.

– Uma beleza, ó Garcia! – elogiou. – Quantas cabeças?

– De gado, sessenta e nove. Cento e vinte e oito ovelhas. Duzentos e onze porcos – enumerou. – As galinhas e patos, cá já

perdi a conta.

– Tu és um fazendeiro nato, ó rapaz. Não queres voltar para Varzim e tomar conta lá da minha quinta? – pilheriou o governador.

– Faço negócio contigo a meias.

– Eu, hein!... Só se Vosmecê me obrigar.

– Estou a caçoar de ti, ó Garcia. Tu estás mesmo de parabéns. – Indicava com as mãos a paisagem em volta. – E essas terras todas?

– Vou encher de vacas. Mercê de Deus. E de Vosmecê, que as me doou. Serei eternamente grato. Ao meu senhor e a Sua Majestade, el-rei.

Diogo Álvares acercou-se deles, claudicando um pouco. Não tinha mais tanta firmeza nos pés. Manquejava, se precisasse apertar o passo.

– Viste lá, capitão? Lá, do outro lado. – E apontava para o mar. – Ali, ó, meio atrás das nuvens!

Duas velas cresciam no horizonte. Uma mais à frente. Outra mais atrás.

– Deve ser o tal homem que estás esperando – continuou o velho, dando-se ares mal-humorados. – Mais um tenente d’el-rei, que vem cá para minha terra me encher os colhões!

Garcia d’Ávila caiu na risada. Dom Tomé não se conteve. Sorriu também.

– Queres dizer, então, que eu cá só macei o amigo?

– Não, Vosmecê, não. Mas esse teu ouvidorzinho... Deu agora até para comer a Jurucê. A minha filha! Acreditas?

O governador e Garcia ruborizaram. O velho continuou:

– Com outro qualquer eu cá não me incomodo. Só pus ela no mundo. Não é propriedade minha. Que faça lá o quiser. Mas com aquele saco de bosta!...

– Bem, se for mesmo o meu substituto, ao menos tu te livras dele – tentou consolá-lo Dom Tomé, procurando disfarçar o constrangimento. – Dos graúdos que trouxe cá, é o único que volta

para o Reino comigo. Dona Mariinha descobriu as... peripécias do Pêro Borges. Armou o maior escândalo.

– Viva Nossa Senhora da Graça! – exultou Caramuru.

– E se isso te servir de consolo – continuou o governador, mais propenso que de hábito a inconfidências –, ele volta com uma mão na frente e a outra atrás. Pelo que alardeou Dona Mariinha, a amante rapou-lhe as economias.

– Essa é a minha filha! – alegrou-se Diogo Álvares. – É puta, mas vingou o pai!

Ainda magoado com Jurucê, Garcia afastou-se para ir perscrutar o horizonte.

– Parece-me ser mesmo o vosso substituto – confirmou o antigo criado. – O que vem lá é uma nau e uma caravela, com as armas de Dom João hasteadas no mastaréu da gávea.

A expressão de Tomé de Sousa congelou. Aos poucos, seu rosto foi se transmudando numa máscara de desalento. Nostalgia antecipada. Consternação. Uma profunda tristeza.

– É uma pena, meu senhor – sentenciou Caramuru, dando uma cuspidela no chão. – De quantos cá já vieram, nenhum fez tanto gosto ao velho quanto Vosmecê.

– Verdade que eu desejava muito, e me crescia a água na boca, quando cuidava em ir para casa – contrapôs o fidalgo, com a voz embaciada, abaixando a cabeça. – Só não sei por que agora... Seca-me a boca de tal modo... que quero cuspir e não posso.

Caramuru e Garcia avermelharam os olhos. Pigarrearam. Fungaram e tomaram coragem. O velho deu o primeiro passo, logo seguido pelo genro. Envolveram o governador num abraço, que fez os três caírem em soluço. Não era preciso palavras. O verbo nem sempre consegue expressar com a força necessária a profundidade dos sentimentos.



Posfácio

Fim da história

Conforme previra Sardinha, o príncipe João Manuel não resistiu às exigências do matrimônio. Morreu aos dezesseis anos, a 2 de janeiro de 1554, deixando a mulher grávida de quase nove meses. Seu filho, nascido dezoito dias depois, foi batizado como Dom Sebastião. Foi ele, logo chamado por todos de o Desejado¹, que, aos três anos de idade, subiu ao trono português, após a morte súbita do avô, Dom João Terceiro. Foi Dom Sebastião igualmente que, aos vinte e quatro anos, tendo desaparecido numa batalha contra os mouros em Alcácer-Quibir, no Marrocos, deu origem a lendas e sentimentos populares que, de algum modo, ainda perduram em Portugal.



Após graves desentendimentos com Duarte da Costa, o novo governador, o bispo Sardinha decidiu embarcar para Lisboa para queixar-se diretamente a el-rei. António Cardoso de Barros, o provedor-mor, acusado de corrupção por Duarte da Costa, foi despachado junto. A nau em que viajavam naufragou ao largo do atual estado de Alagoas. Entre tripulação e passageiros, três conseguiram chegar à praia. O senhor bispo, o provedor-mor e um marujo. Só o marujo sobreviveu para contar a história. Sardinha e Cardoso de Barros teriam sido devorados por índios caetés, que Duarte Coelho conseguira expulsar de Nova Lusitânia.



Diogo Álvares, o Caramuru, morreu na sua Vila Velha do Pereira aos oitenta anos de idade, cercado do carinho dos filhos e netos. Inclusive da netinha mais nova, seu amor de fim de vida: a menina Isabel, filha de Uyara, de nome cristão Francisca Rodrigues, e de Garcia, o órfão de Ávila.



Garcia d'Ávila prosperou de maneira extraordinária. Dono de tantas cabeças de gado que não sabia quantas, logo era o homem mais rico da Bahia. Talvez, a maior fortuna da Colônia. Graças à sua amizade com Tomé de Sousa, conseguiu novas e extensas concessões de terra. Quando morreu, a 22 de maio de 1609, beirando os noventa anos, seus domínios estendiam-se do litoral dos atuais estados da Bahia e Sergipe, até o Além São Francisco, mais de mil quilômetros sertão adentro. A linhagem que começou, conhecida como Senhores da Casa da Torre, deu origem a vários nobres do Brasil Império, como o barão de Jaguaripe, o visconde de Pirajá e o visconde da Torre. As ruínas da imponente sede do seu "feudo", a Casa da Torre, podem ser apreciadas ainda hoje na Praia do Forte, a poucos quilômetros ao norte da cidade de Salvador, Bahia.



Tomé de Sousa nunca mais voltou ao Brasil. Prestigiado na corte, ocupou cargos de alguma relevância nos reinados de Dom João Terceiro e de Dom Sebastião. Morreu a 28 de janeiro de 1579, aos setenta e seis anos, e foi enterrado na capela do Mosteiro de Santo António de Castanheira.

Nota do autor

Quando da primeira edição de *O Fundador* no Brasil, em 2003, um leitor do Rio de Janeiro escreveu-me dizendo que gostaria de visitar o túmulo de Tomé de Sousa. Perguntava-me onde ficava o

Mosteiro de Santo António de Castanheira. Eu não sabia. Pesquisei um pouco, mas não consegui atendê-lo. O leitor, que prefere se manter no anonimato, foi a Portugal para tentar descobrir. E descobriu. O antigo mosteiro, hoje em ruínas, é propriedade privada: "Quinta e Convento de Santo António". Fica próximo à povoação Loja Nova, em Vila Franca de Xira, a cerca de quarenta quilômetros a noroeste de Lisboa e a menos de vinte quilômetros de Alenquer. Parte da antiga quinta de António de Ataíde, é lá que se encontra sepultado Tomé de Sousa, o "primo pobre" do todo-poderoso conde de Castanheira. Fotos da lápide, enviadas pelo gentil leitor, confirmam. A ele, os meus agradecimentos.

Funchal, abril de 2011

[1](#)-A fascinante história de Dom Sebastião foi contada no romance histórico O Desejado, do mesmo autor deste livro.



BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.
- ANDRADE, Francisco de. **Crônica de D. João III**. Porto, Portugal: Lello & Irmão Editores, 1976.
- BRITO, Bernardo Gomes de. **História Trágico-Marítima**. Rio de Janeiro, RJ: Lacerda Editores – Contraponto Editora, 1998.
- BUENO, Eduardo. **A Viagem do Descobrimento**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva, 1998.
- BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva, 1999.
- BUENO, Eduardo. **Náufragos, Traficantes e Degredados**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva, 1998.
- CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.
- CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. Salvador, BA: Fundação Cultural da Bahia, 1983.
- COELHO, António Borges. **Judeus e Cristãos-Novos Portugueses**. Lisboa, Portugal: Oceanos, 1997.
- COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil**. Lisboa, Portugal: Edições Cosmos, 1995.

DIAS, Carlos Malheiro. **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Porto, Portugal: Litografia Nacional, 1924.

FARIA, Miguel. **Brasil: Visões Europeias da América Lusitana**. Lisboa, Portugal: Oceanos, 1995.

FRADA, João José Cúcio. **A Vida a Bordo das Naus**. Lisboa, Portugal: Edições Cosmos, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1933.

MARTIN, Eduardo San. **Terra à Vista**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 1998.

MATTOSO, José. **História de Portugal no Alvorecer da Modernidade**. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores, 2007.

MATTOSO, Katia M. de Quirós. **Bahia Século XIX**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1992.

MORAES, Evaristo de. **A Escravidão Africana no Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1986.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio**. Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

NOVINSKY, Anyta. **Cristãos Novos na Bahia**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

PERES, Damião. **História de Portugal**. Barcelos, Portugal: Portucalense Editora, 1931.

PIERONI, Geraldo. **Os Degredados na Colonização do Brasil**. Brasília, DF: Thesaurus Editora, 1999.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação**. Lisboa, Portugal: Biblioteca Nacional, 1583.

RAYNAL, Abade. **O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1998.

RIBEIRO, Darci e NETO, Carlos de Araujo Moreira. **A Fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1992.

SALVADOR, (Frei) Vicente. **A História do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Anais da Biblioteca Nacional, 1888.

SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1901.

SÉRGIO, António. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1981.

SOUSA, Manuel de. **Reis e Rainhas de Portugal**. Covilhã, Portugal: SporPress, 2000.

SOUSA, (Frei) Luís de. **Anais de D. João III**. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa - Editora, 1938.

TIBIRIÇA, Luiz Carlos. **Dicionário Tupi Português**. Santos, SP: A Tribuna de Santos, 1984.

VIANNA, Helio. **História do Brasil**. São Paulo, SP: Edições Melhoramentos, 1961.

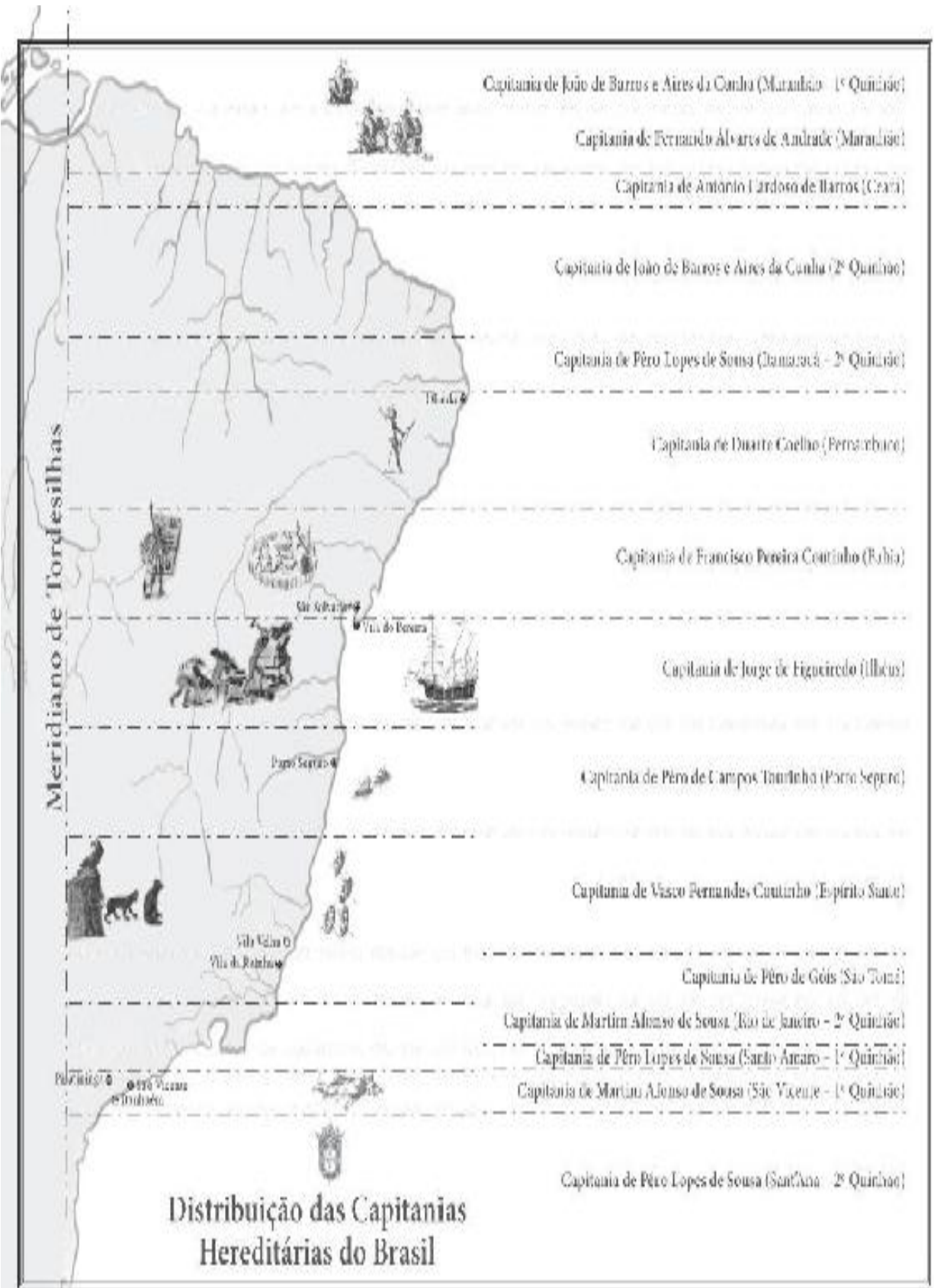


Table of Contents

Créditos

Prólogo – Para entender a história

Capítulo 1 – Emprego para os Parentes

Capítulo 2 – Imprevissível destino

Capítulo 3 – Adeus à Pátria

Capítulo 4 – Encontro na África

Capítulo 5 – Terras do Brasil

Capítulo 6 – Cada terra com seus usos

Capítulo 7 – Capitania da Bahia

Capítulo 8 – Presente do chefe

Capítulo 9 – O dia seguinte

Capítulo 10 – Provérbio das Arábias

Capítulo 11 – Férias no paraíso

Capítulo 12 – Rio Vermelho

Capítulo 13 – Lagoa do camarão

Capítulo 14 – Encrenca das grossas

Capítulo 15 – A grande desfeita

Capítulo 16 – O melhor conselheiro

Capítulo 17 – Hora de decisão

Capítulo 18 – Palavras que movem moinhos

Capítulo 19 – Casamento de mentira

Capítulo 20 – Pecado no paraíso

Capítulo 21 – Escravos para o bem do Brasil

Capítulo 22 – Debite-se ao rei

Capítulo 23 – El-rei banca tudo

Capítulo 24 – Ménage à trois

Capítulo 25 – Santa Inquisição

Capítulo 26 – A capital do Brasil

Capítulo 27 – Ordem de Cristo

Capítulo 28 – Bem-vindo ao Brasil

Capítulo 29 – Açúcar da Bahia

Capítulo 30 – Tambarerê amby

[Capítulo 31 – Melhorias para as gentes](#)
[Capítulo 32 – Escravos para a Igreja](#)
[Capítulo 33 – Branca para casar, negra...](#)
[Capítulo 34 – Pretos da Mina](#)
[Capítulo 35 – Contrabando de raparigas](#)
[Capítulo 36 – Judeu não assiste missa](#)
[Capítulo 37 – A relíquia sagrada](#)
[Capítulo 38 – Desagradável surpresa](#)
[Capítulo 39 – Novidades mexem com as pessoas](#)
[Capítulo 40 – Sardinha é peixe](#)
[Capítulo 41 – Nada de sexo](#)
[Capítulo 42 – Dúvida atroz](#)
[Capítulo 43 – O senhor bispo](#)
[Capítulo 44 – Hóspede inconveniente](#)
[Capítulo 45 – Enterro na Bahia](#)
[Capítulo 46 – São Jorge dos Ilhéus](#)
[Capítulo 47 – Morro do Conselho](#)
[Capítulo 48 – Porto Seguro](#)
[Capítulo 49 – A dama do rio](#)
[Capítulo 50 – Espírito Santo](#)
[Capítulo 51 – Gozo do Reverendíssimo](#)
[Capítulo 52 – O novo lar](#)
[Capítulo 53 – Porto dos Escravos](#)
[Capítulo 54 – Mulher nova](#)
[Capítulo 55 – Paranapiacaba](#)
[Capítulo 56 – Moça donzela dá trabalho](#)
[Capítulo 57 – Santo André](#)
[Capítulo 58 – Piratininga](#)
[Capítulo 59 – Lua de mel](#)
[Capítulo 60 – Grandes novidades](#)
[Capítulo 61 – A vocação de Jurucê](#)
[Capítulo 62 – Que dia!](#)
[Capítulo 63 – Dia de graça](#)
[Posfácio - Fim da história](#)
[Bibliografia](#)
[O Império Português no Século XVI](#)

Distribuição das Capitanias Hereditárias